

CONTE SUA HISTÓRIA:

A vida de crianças e adolescentes institucionalizados em Minas Gerais

Realização



EJEF
ESCOLA JUDICIAL
DESEMBARGADOR EGÉSIO FERNANDES



TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF
Rua Guajajaras, 40, 22º andar, Centro, Belo Horizonte/MG
CEP 30180-100
Endereço eletrônico: www.tjmg.jus.br/ejef
E-mail: gejur@tjmg.jus.br

Coordenadoria da Infância e da Juventude
Rua Guajajaras, 40, 25º andar, Centro, Belo Horizonte/MG
CEP 30180-100
Endereço eletrônico: www.tjmg.jus.br/ejef
E-mail: projetos.coinj@tjmg.jus.br

Os conceitos e afirmações emitidos nesta obra são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ)

Conte sua história: a vida de crianças e adolescentes institucionalizados em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
231p.

ISBN: 978-85-98923-14-7

1.Criança – Proteção – Minas Gerais. 2.Adoloscete – Proteção – Minas Gerais
3.Instituição assistencial – Minas Gerais. 4.Assistência ao menor – Minas Gerais.
I.Título.

CDU: 342.7(815.1)

CDD: 341.5915

Ficha catalográfica elaborada pela Cobib -
Coordenação de Documentação e Biblioteca do TJMG

Coordenadoria da Infância e da Juventude
Organizadora

CONTE SUA HISTÓRIA:

A vida de crianças e adolescentes institucionalizados em Minas Gerais

Belo Horizonte
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2015

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente

Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente e Superintendente da EJEF

Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho

3º Vice-Presidente

Desembargador Wander Paulo Marotta Moreira

Corregedor-Geral

Desembargador Antônio Sérvulo dos Santos

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF

Comitê Técnico

Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho

Desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca

Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat

Desembargadora Maria Beatriz Madureira Pinheiro Costa Caires

Juiz de Direito Genil Anacleto Rodrigues Filho

Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas: André Borges Ribeiro

Diretora Executiva de Gestão da Informação Documental: Rosane Brandão Bastos Sales

Coordenadoria da Infância e da Juventude

Desembargador Wagner Wilson Ferreira

Superintendente

Juiz de Direito Adilon Cláver de Resende, Juiz Auxiliar da Corregedoria

Secretário Executivo

Juiz de Direito Marcos Flávio Lucas Padula

Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte

Juíza de Direito Valéria da Silva Rodrigues

Juíza de Direito Titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte

Juiz de Direito José Roberto Poiani

Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia

Juíza de Direito Andreyra Alcântara Ferreira Chaves

Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Governador Valadares

Juíza de Direito Maria Cecília Gollner Stephan

Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora

Juiz de Direito Sérgio Luiz Maia

Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Perdões

Produção editorial

Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas - GEJUR/DIRGED

Lúcia Maria de Oliveira Mudrik

Coordenação de Publicação e Divulgação de Informação Técnica - CODIT

Luciana Lobato Barros

Centro de Publicidade e Comunicação Visual - CECOV/ASCOM

Solange Siqueira de Magalhães

Coordenação de Mídia Impressa e Eletrônica - COMID

Sílvia Monteiro de Castro Lara Dias

Projeto gráfico, capa e diagramação

Carlos Eduardo Miranda de Jesus

Sumário

Regulamentação e ações do Conselho Nacional de Justiça acerca da institucionalização de crianças e adolescentes

Desembargadora Márcia Milanez.....9

Exemplo: o melhor ensinamento

Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes..... 13

(Des)humanidade

Desembargador Wagner Wilson Ferreira 15

Primeiras linhas 17

A história de Pedro - a busca pela figura paterna

Fernanda Flaviana 39

A menina e sua mãe: um caminho de volta para casa

Manuela Ribeiro Barbosa..... 45

A reviravolta no destino de um menino de rua

Cristiane Leite..... 59

A *Via-crucis* de Carolina

Déa Januzzi..... 65

A vida depois de vivida é para ser escrita e lida

Murilo Tadeu 73

A vida e seus “talvez”

Letícia Lima 83

Amar um menino que chega da rua sem futuro, sem nada, sem saber ler e escrever <i>Tânia Costa</i>	93
Direito a convivência familiar e comunitária: o que comemorar nas “bodas de 25 anos” do ECA? <i>Ivan Ferreira</i>	105
Em busca de um lugar no mundo <i>Francis Rose</i>	113
Fazer do limão uma limonada! <i>Eduardo Costa</i>	123
Fazia com o coração <i>Tânia Costa</i>	129
Há coisas que a gente não precisa perguntar <i>Eduardo Costa</i>	137
Herói discreto <i>Sidneia Simões</i>	143
Menino Samba <i>Sidneia Simões</i>	153
O futuro precisa da história <i>Fernanda Flaviana</i>	163



O imperfeito mundo perfeito	
<i>Mônica Fonseca e Silvana Reis</i>	169
O menino, o adulto e as fotografias	
<i>Daniele Hostalácio Freire de Andrade Correa</i>	175
Os dois lados de uma história	
<i>Katia Souza e Samuel Lima</i>	183
Para ser um homem, olhe para a sua história	
<i>Manuela Ribeiro Barbosa</i>	189
“Pequena” guerreira	
<i>Vanderleia Rosa</i>	197
Simplesmente Jéssica...	
<i>Vanderleia Rosa</i>	203
Subvertendo o traçado do destino	
<i>Daniele Hostalácio Freire de Andrade Correa</i>	209
Tempo de escrever uma nova história	
<i>Francis Rose</i>	217
Considerações finais	225



Regulamentação e ações do Conselho Nacional de Justiça acerca da institucionalização de crianças e adolescentes

Desembargadora Márcia Milanez do TJMG e Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Todos nós operadores do Direito e cidadãos participativos estamos em busca de uma sociedade melhor, mais justa, mais solidária!

Todavia, a construção de uma sociedade justa e humanitária passa pela inclusão dos nossos jovens, crianças e adolescentes, oportunizando-lhes um convívio que atenda a suas necessidades afetivas, sociais, materiais e educacionais.

É preciso ações do Estado para cumprir seu compromisso com a sociedade de conduzir esses jovens e essas crianças ao exercício da cidadania plena e responsável.

Desde a promulgação da Constituição da República de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e adolescentes passaram, finalmente, a ser tratados como sujeitos de direitos, sendo considerados em sua situação peculiar de indivíduos em desenvolvimento.

Dentre os direitos fundamentais atribuídos às crianças e adolescentes, a convivência familiar e comunitária se revela como condição relevante para a efetiva proteção, crescimento e desenvolvimento infantojuvenil.

Entretanto, são muitas as famílias que não conseguem cumprir com seu papel provedor e protetor, o que acaba acarretando, como medida de proteção, a institucionalização de milhares de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos.

Segundo o último Censo Suas, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2014, existem no país 36.032 crianças e adolescentes residentes em 2.380 serviços de acolhimento, sendo que a maioria – 18.577 – estão abrigados na região Sudeste.

Não obstante prevista como medida de proteção provisória e excepcional, a institucionalização, em muitos casos, prolonga-se por vários anos, agravando ainda mais os efeitos devastadores para o desenvolvimento infantojuvenil.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça procura efetivar estratégias para contribuir para a minimização de tais efeitos, objetivando reduzir o tempo de institucionalização e favorecer a reintegração familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes.

Dentre essas estratégias, vale destacar que em maio de 2015 foi apresentada pela Corregedoria Nacional de Justiça uma nova versão do Cadastro Nacional de Adoção, no intuito de tornar o cadastro mais moderno, simplificado e eficiente, o que facilita o preenchimento pelo magistrado e o cruzamento dos dados entre os pretendentes e as crianças de todo o país.

Atualmente, o Cadastro Nacional de Adoção contabiliza em seus registros 33,9 mil pretendentes e cerca de 6,1 mil crianças em busca de uma nova família. O objetivo do cadastro é ser um instrumento centralizador das informações nacionais acerca da adoção, sendo uma importante ferramenta de auxílio ao magistrado para localizar cadastros coincidentes, agilizando o processo de adoção.

Vale destacar, também, o papel do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de criar um sistema *on-line* contendo dados das entidades de acolhimento e de crianças/adolescentes acolhidos.

A partir desse cadastro é possível integrar as informações de todos os órgãos e entidades de proteção envolvidos com a medida protetiva de acolhimento, tais como os Juízos de Direito da Infância e da Juventude, as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, os Conselhos Tutelares, as instituições de acolhimento, entre outros, na busca pela garantia do direito de crianças e adolescentes de serem criados no seio de uma família.

Ademais, cabe registrar ainda que a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Instrução Normativa nº 02, de 30 de junho de 2010, disciplinou a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar) e de crianças e adolescentes sob essa medida.

Com isso, objetiva-se uma definição acerca das condições de atendimento e do número de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, no intuito de contribuir para a implementação de políticas públicas voltadas para que tal permanência ocorra apenas em caráter transitório e excepcional.

A referida instrução normativa recomenda aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal a articulação, mobilização e orientação no intuito de verificar a situação pessoal e processual das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente ou familiarmente.

Entretanto, ainda precisamos caminhar no sentido de priorizar as políticas de atendimento à infância e juventude, consoante preconiza o artigo 227 da Constituição da República, no intuito de reduzir o período e os efeitos negativos da institucionalização das crianças e adolescentes, contribuindo para seu desenvolvimento saudável e para a efetivação de seus direitos.

Referências

CASSAB, Latif Antonia; FANTE, Ana Paula. *Convivência familiar: um direito à criança e adolescente institucionalizado*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1052/3238>. Acesso em: 6 ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude>. Acesso em: 7 ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Instrução Normativa nº 02/2010*. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/instruo-normativa-n2-30-06-2010-corregedoria.pdf. Acesso em: 8 ago. 2015.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. *Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n1/15.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2015.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 71-80; jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf> Acesso em 06/08/2015.

Weber, L.N.D. (1995). Da institucionalização à adoção: um caminho possível? *Revista Igualdade* – Ministério Público Paraná, 9 , 1-9

Exemplo: o melhor ensinamento

*Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes
Presidente do TJMG*

Este livro é de grande importância. Primeiro, porque dá visibilidade a histórias reais que poderiam ficar restritas aos familiares ou aos amigos e conhecidos dos protagonistas. Segundo, porque traz alguns relatos de superação. E outro motivo – e, talvez, o mais relevante –, é porque se trata de experiências que são e precisam ser referências. Como diz a sabedoria popular, “um exemplo vale mais que mil palavras”.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais agradece aos autores, que disponibilizaram seu tempo, suas emoções e suas lembranças, dando oportunidade para outras pessoas terem acesso à sua história. Sabe-se que rememorar esses fatos pode ser interpretado como mais um ato de coragem.

Parabéns à equipe da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), sob a liderança do Desembargador Wagner Wilson Ferreira, pela brilhante iniciativa. Cumprimento também os profissionais (jornalistas, assistentes sociais, psicólogos e pedagogo) que abraçaram a causa, ouviram e escreveram as histórias. Disseminar esses relatos é dar espaço para que a esperança possa florescer.

Esta publicação é um marco na história do Judiciário mineiro. Sinaliza um tempo de acolhimento e de visibilidade a heróis anônimos. Mostra também um passado que, na maioria das vezes, não mais se quer repetir em termos de tratamento da criança e do adolescente.

O futuro que se vislumbra para um país está ancorado na maneira como são tratados as crianças e os adolescentes. Eles serão os futuros cidadãos, trabalhadores, homens públicos, líderes, pais de família. A forma como eles são preparados diz muito do que se pode esperar.

É de grande relevância a edição de leis, a definição de políticas públicas e a efetivação de ações que garantam a formação, a proteção e a atenção necessárias às crianças e adolescentes. As diretrizes já estão estabelecidas na Constituição Federal, sintetizadas no seu art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.



(Des)humanidade

*Desembargador Wagner Wilson Ferreira
Superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG*

“Não estamos sozinhos. Meu destino não é só meu. Meus risos e dores não são confissões solitárias, mas parte de uma tapeçaria que se chama humanidade”. Rubem Alves

É fundamentalmente de humanidade ou, tristemente, de sua ausência, que trata mais essa publicação da Coordenadoria da Infância e da Juventude.

As histórias reais de vida contadas aqui pelas pessoas que aceitaram nosso convite nos impõem reflexões valiosas sobre o que temos feito, ao longo dos anos, com nossas crianças e adolescentes.

Família, sociedade e Estado têm o dever legal, ético e cristão de conferir a esses sujeitos de direitos, em peculiar condição de desenvolvimento, as condições para que transformem em realidade todas as potencialidades de que são titulares. Desta decisão civilizatória, de investimento afetivo e financeiro nesta parcela de nossa gente, dependerá, em grande parte, aquilo que esses sujeitos de direito terão condições de reverter em benefício da própria família, da própria sociedade e do próprio Estado.

Os capítulos deste livro trazem, é verdade, histórias de abandono e violência, mas não só. O foco principal desta publicação é o de realçar a força transformadora de afetos que, agindo como estopim, acionam mecanismos de renovação e evolução de outros projetos de vida possíveis e exitosos.

Aos protagonistas das histórias, o meu respeito e admiração por terem aceitado compartilhar parte de suas experiências de vida.

Aos autores dos textos, à ASCOM e à EJEF, agradeço por terem ajudado a COINJ a realizar mais esse projeto, emprestando seus talentos e sensibilidades à “causa” da criança e do adolescente.

Registro, ainda, minha gratidão ao Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente deste Egrégio Tribunal, por não poupar esforços para apoiar todos os projetos e ações apresentados por esta Superintendência, notadamente esta publicação.

Espero que este livro possa contribuir, de forma particular, para que magistrados e servidores aprimorem suas intervenções em prol da infância e da juventude, garantindo que a medida de acolhimento institucional ocorra de forma excepcional e provisória, sempre privilegiando a convivência familiar e comunitária, asseguradas na legislação.



Primeiras linhas

1. Introdução

A Coordenadoria da Infância e da Juventude – COINJ, instituída pela Resolução nº 640/2010 – TJMG, é órgão de assessoramento permanente das instâncias de direção do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para as questões afetas à criança e ao adolescente.

Com a concepção e o lançamento de mais esta publicação, a COINJ busca, por meio da escuta de alguns ex-jurisdicionados – clientes da justiça infantojuvenil –, hoje adultos, aprimorar a sensibilidade e a atuação de todos em prol das crianças e adolescentes, especialmente daqueles atualmente institucionalizados no Estado de Minas Gerais.

A força e a veracidade das histórias de vida, aqui relatadas, revelam, em parte, a dimensão e os impactos que as intervenções com crianças e adolescentes podem produzir durante toda a vida.

As possibilidades de reflexão suscitadas a partir dessas histórias reais são variadas e complexas. A COINJ espera que estas contribuam para que cada operador do direito ou profissional envolvido com essas questões, especialmente desembargadores, juízes de direito e servidores do Poder Judiciário, reavalie, cotidianamente, se sua visão da infância/juventude e suas práticas favorecem a efetividade, prioritária e absoluta, de todos os direitos garantidos pela Constituição a esses sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento.

2. Método

Publicado no *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Edital 01/2015 previu o prazo de até 31/05/2015 para que interessados adultos, com trajetória de institucionalização na infância e na juventude, preenchessem e enviassem formulário à COINJ aceitando contarem suas histórias reais,

garantido o anonimato. Algumas destas histórias seriam selecionadas e publicadas pela COINJ.

Apenas um senhor respondeu a esse chamamento público, e sua história consta desta publicação.

Outra estratégia de busca de interessados em relatar suas histórias foi a de, mediante ofício, solicitar o apoio das entidades representativas de classe, especialmente as associações ligadas a médicos, advogados, engenheiros, psicólogos, assistentes sociais, arquitetos e economistas.

A COINJ contou também com o apoio da Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais, que identificou 104 internos do sistema prisional nas unidades da região metropolitana de Belo Horizonte com histórico de institucionalização na infância e na juventude, dos quais seis internos foram selecionados aleatoriamente e três dos relatos foram incluídos nesta publicação.

No entanto, foram os contatos com os profissionais envolvidos com a temática da infância e da juventude que tornaram possível identificar o maior número de interessados em contarem suas histórias de institucionalização e de vida. Ao todo, foram 25 pessoas indicadas desta forma, das quais 03 não aceitaram participar do projeto, 22 foram chamadas para a primeira entrevista e 19 tiveram seus relatos incluídos nesta publicação.

A escolha das pessoas a serem entrevistadas se deu exclusivamente em razão da compatibilização de suas agendas com a dos autores dos textos.

As 03 pessoas que não aceitaram participar do projeto alegaram, já no primeiro contato por telefone, que não se encontravam em momento oportuno para relembrar e publicar essas vivências referentes à institucionalização, mesmo tendo sido informadas de que todos os relatos seriam publicados com nomes fictícios.

Apenas um dos entrevistados não foi indicado pela COINJ, já que fazia parte do círculo social da autora de sua história de vida.

Importante salientar que todos os procedimentos éticos foram respeitados e todos os participantes que tiveram suas histórias incluídas nesta publicação assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quanto aos entrevistadores dos textos, a COINJ elegeu como estratégia convidar profissionais com formações e experiências variadas, dentre os quais assistentes sociais, jornalistas, pedagogos e psicólogos.

Foram 25 entrevistadores, dos quais 09 mantêm vínculo profissional com o Tribunal de Minas e foram convidados pela COINJ para participar deste projeto como forma de reconhecimento público a alguns dos talentos existentes na própria instituição.

Os demais foram selecionados e convidados pela COINJ em razão da comprovada experiência neste campo do conhecimento e/ou pela sensibilidade com que vêm abordando o tema.

Dois textos, por opção dos entrevistadores, foram escritos por duplas. Oito autores aproveitaram a oportunidade oferecida a todos os convidados e apresentaram dois textos à COINJ, que foram integralmente publicados.

Todos os autores receberam da COINJ a sugestão de um roteiro semiestruturado, e, propositadamente, ofereceu-se ampla liberdade para que cada autor usasse as suas habilidades para relatar, a seu modo, as histórias de vida contadas pelas pessoas selecionadas pela COINJ.

Importante registrar que os termos “abrigo”, “menor” e aqueles que identificavam os nomes dos estabelecimentos nos quais os entrevistados passaram parte ou toda a infância e juventude foram substituídos pela COINJ por “instituição de acolhimento”, “criança/adolescente/menino/menina”, expressões consentâneas à legislação em vigor.

Ressalte-se que, desde o início deste projeto, não estava prevista a identificação de quaisquer entidades de acolhimento institucional envolvidas.

A idade dos 23 entrevistados variou de 18 aos 65 anos. Portanto, esta publicação traz relatos de pessoas que passaram pelas unidades da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), pelas entidades reguladas pelo Código de Menores de 1979, até chegar às instituições de acolhimento, que operam sob a doutrina da proteção integral, o que suscita a oportunidade de traçarmos um resumo histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no nosso país.

3. Histórico da institucionalização

A partir de 1500, a chegada das embarcações portuguesas no Brasil resultou em inúmeras doenças para as quais os índios não possuíam defesas orgânicas,

o que gerou inúmeros órfãos. Os jesuítas criaram então colégios de meninos que abrigavam indiozinhos sem pai (VENÂNCIO, 1999).

Nas ruas, juntaram-se às crianças indígenas as crianças portuguesas, em seguida vieram as crianças africanas, trazidas para o Brasil com seus pais escravos, e tempos depois começaram a surgir os filhos de escravos com portugueses (ABREU, 2008). Nos portos e mercados, essas crianças tentavam sobreviver realizando pequenos serviços e furtos, começando aí a ideia da “infância perigosíssima” (RIZZINI, 2009).

Quanto ao abandono de recém-nascidos, no segundo e no terceiro séculos de colonização, crianças com dias e meses de idade eram abandonadas em calçadas e lixeiras. A população se indignava pela crença da “danação das almas”, as criancinhas faleciam sem o batismo! Este mal-estar teve importante papel social, uma vez que provocou a primeira forma de combate à violência do abandono. A pessoa que encontrasse uma dessas crianças deveria primeiro batizá-la, e assim o pároco emitiria um documento atestando estar a criança amparada. De posse desse documento, era possível solicitar ajuda do presidente da Câmara Municipal para o acolhimento familiar.

Desde 1521, as Câmaras Municipais haviam sido incumbidas de cuidar das crianças abandonadas, domínio que se estendeu até a abertura da Roda dos Expostos, que se estabelece no século XVIII a cargo da Santa Casa de Misericórdia com o auxílio da respectiva Câmara Municipal.

Uma vez recebida pela Misericórdia, a criança seria criada por uma ama-de-leite geralmente até os três anos. As amas, mulheres pobres e na maioria sem nenhuma instrução, recebiam um pagamento pelos serviços prestados, o que podia prolongar o período de permanência dos pequenos, caso a Casa tivesse condições de pagar a elas durante esse tempo.

Por falta de recursos, a instituição procurava logo empregar os órfãos, tanto como aprendizes, no caso dos meninos (nas Companhias de Marinheiros ou no Arsenal de Guerra, nos quais conviviam com presos e degredados numa brusca inserção no mundo do trabalho), e como domésticas, no caso das meninas (RIZZINI; PILLOTTI, 2009).

A prioritária função dessas Casas era a assistência à população pobre, sendo que o objetivo da irmandade não era educar as crianças, e sim acolhê-las. Após os três anos, se ninguém se responsabilizasse por estas crianças,

retornavam para a casa de assistência, onde permaneceriam até os 07 anos de idade, quando eram entregues às Câmaras Municipais, e ficavam expostas, em especial ao trabalho escravo (VEIGA, 2007).

A fase caritativa admitia a criação dos expostos em casa de família, representando um complemento ideal de mão de obra gratuita. Marcílio (2006) afirma que as crianças expostas ou criadas em casas de família tinham melhores condições de sobrevivência do que as das instituições, uma vez que a criação em um lar podia significar maiores oportunidades na idade adulta de arrumar um casamento e de se estabelecer.

Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) esclarecem que o atendimento a grande quantidade de crianças, antes das descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade entre as crianças expostas.

Os higienistas no século XIX passaram a apontar essas altas taxas de mortalidade das crianças – 70% nos anos de 1852 e 1853 no Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2001). Apesar de terem sido abolidas formalmente em 1927, a Roda do Rio de Janeiro funcionou até 1935 e a de São Paulo até 1948.

Em 1886, com a Lei do Ventre Livre, há a libertação de meninas e meninos negros do trabalho escravo, aumenta a população de crianças e adolescentes vivendo nas ruas. Em 1888, a abolição da escravatura e, em 1889, a proclamação da República provocaram um profundo reordenamento econômico, político e social no país e a presença incômoda dos meninos de rua, “material e moralmente abandonadas”, como a elas se referiam na época, emergia nos debates políticos (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O país precisava assumir que estava diante de um problema social grave a demandar intervenção urgente. Inicia-se então uma fase filantrópica assistencialista que defende a educação “moralizante” das crianças como meio fundamental de torná-las úteis e de resguardar a própria sociedade.

Os asilos também foram grandes responsáveis pelo recolhimento da infância e da adolescência desvalidas, principalmente no século XIX, impulsionados pela ‘ideia de propiciar educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas, preparando-os(as) para ocupar o seu lugar na sociedade’; inculcando nessas crianças e adolescentes ‘o sentimento de amor ao trabalho’ e uma ‘conveniente educação moral’ (RIZZINI; PILLOTTI, 2009, p. 21).

Proliferaram os reformatórios e as casas de correção, a infância e a adolescência viram caso de segurança nacional, cabendo à polícia fazer a “limpeza das ruas”, retirando elementos considerados indesejáveis à sociedade, recolhendo-os em delegacias especiais para abrigar menores.

O foco sobre a infância pobre na passagem do século redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência à infância. No entanto, esse investimento não visava atenuar a profunda desigualdade social que sempre caracterizou o país. Ao contrário, vetou-se aos pobres uma educação de qualidade e o acesso à cidadania plena. Para eles, pensou-se e praticou-se uma política de exclusão social e de educação para a submissão, mantendo-se a renda e os privilégios nas mãos de uma minoria até os dias de hoje (RIZZINI, 2009).

No início do século XX, milhares de famílias brasileiras migraram do meio rural para as cidades – êxodo rural – em busca de trabalho nas indústrias. Cidades começaram a inchar desordenadamente. As famílias que conseguiam ingressar nas fábricas como operários trabalhavam 12 horas por dia. Filhos desses pais e mães começaram a ficar sozinhos em casa e passaram a ocupar as ruas, sendo que algumas para exercer atividades que complementassem a renda da família ou como situa André Ricardo Pereira:

[...] da noite para o dia (surgia), uma perigosa malta de pessoas marginalizadas que ameaçavam a ordem vigente, seja como massa ativa nos constantes motins urbanos, seja no exemplo negativo de um extrato que não vivia do trabalho ‘honesto’. *No interior dessa malta, destacava-se, pela primeira vez, o grupo de crianças e adolescentes. No período anterior, eram pouco visíveis, pois as crianças tinham como destino as Casas do Expostos e os adolescentes trabalhavam como escravos* (grifo nosso) (PEREIRA, 2000).

Neste contexto, é editado o Decreto nº 17943-A, em 12 de outubro de 1927. Tratava-se do Código de Menores, que ficou conhecido como Código Mello Mattos, em homenagem ao magistrado José Cândido de Albuquerque Mello Mattos.

Surgiam, com esta nova consolidação de leis, os primórdios da especialização escrita do direito infantojuvenil no Brasil.

No plano formal, os abrigos, então previstos, tinham o objetivo de proteger os “abandonados”, embora, na prática, ocorresse uma homogeneização de

tratamento com os “delinquentes” (aqueles considerados autores de atos infracionais), categorizando todos os jovens empobrecidos como “menores”.

De clareza solar são os ensinamentos de Jesus (2006, p. 19):

Data da época do Código Mello Mattos o início da estigmatização do termo menor: [sic] como a legislação pretensamente corretiva alcançava apenas os adolescentes das famílias de baixa renda, estivessem eles abandonados, em conflito com a lei ou em situação de risco social, logo os menores [sic] deixaram de ser uma categoria de cidadão. Passaram, então por um processo que os reduziu à condição de objetos manipuláveis por seres superiores, [sic] ou maiores, [sic] de modo que a palavra menor [sic] incorporou definitivamente um juízo de valor negativo, atrelado à imagem das crianças e dos adolescentes sujos, maltrapilhos, supostamente malandros e perigosos, uma redução da condição humana. O menor [sic] era (e é) menos cidadão e mais coisa, de onde se diz que passou por um processo histórico de coisificação. [sic]

Em 1941, por meio do Decreto-lei nº 3.733, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, órgão do Ministério da Justiça que funcionava como um equivalente do sistema penitenciário para a população abaixo de 18 anos de idade. Sua orientação era correccional-repressiva, “[...] baseando-se em internatos para adolescentes autores de infração penal e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofício urbano” para os “carentes e abandonados”, conforme explica Saraiva (2003, p. 38).

No período dos governos militares, foi criada e mantida a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei Federal nº 4.513, de 1º/12/64).

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que se subdividia no âmbito estadual (FEBEM), negava os métodos aplicados pelo Serviço de Assistência a Menores (SAM). Esse novo modelo visava assegurar, em tese, programas direcionados à integração da criança e do adolescente na comunidade, “valorizando a família e criando instituições que se aproximassem dos ideais da vida familiar, respeitando, ainda, as necessidades de cada região do país”, conforme explica Jesus (2006, p. 54).

Em 10 de outubro de 1979, em plena vigência das diretrizes implantadas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), foi promulgada a Lei Federal nº 6.697 – o Código de Menores (ARAÚJO; COUTINHO, 2008), que em seu art. 2º estabelece que:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

II - vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração de atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Instaurava-se, assim, a doutrinação da situação irregular, que compreendia, da mesma forma, crianças e adolescentes que cometiam um ato contrário à lei, ou que eram vítimas de um crime ou negligência e, ainda, que eram abandonadas pela sociedade. Uma vez declarada judicialmente a situação irregular, aquela criança e adolescente passava a ser simples objeto de intervenção estatal, sendo conferida ampla discricionariedade ao Juiz de Menores na aplicação dos dispositivos do Código de Menores de 1979.

Com a redemocratização do país, a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Regulamentando o citado dispositivo constitucional, foi editada a Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990. No plano doutrinário e legal, estava superada a doutrina da situação irregular, substituída que foi pela doutrina da proteção integral.

Neste contexto, toda criança e adolescente é sujeito pleno de direitos, em peculiar condição de desenvolvimento. Têm o direito de ser criados e educados no seio de suas respectivas famílias ou, alternativamente, em família substituta.

A medida de acolhimento institucional deve ser aplicada excepcionalmente, de forma provisória, garantindo-se a convivência familiar e comunitária.

Em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC representa um marco nas políticas públicas no Brasil, que rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalece o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lima (2013) sintetiza as diretrizes do PNCFC da seguinte forma:

centralidade da família nas políticas públicas; primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família; reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades; respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais; fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida; garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas de Famílias Acolhedoras e de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes; reordenamento dos Programas de Acolhimentos Institucional; Adoção centrada no interesse da criança e do adolescente e controle social das políticas públicas (LIMA, 2013, p. 33).

Ainda na temática do acolhimento institucional, a Lei Federal nº 12.010, de 03/08/2009, consolidou novos avanços, ao determinar a reavaliação pela autoridade judiciária competente, a cada 06 meses, da situação de toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, além de permitir o prolongamento por mais de 02 anos de criança e adolescente em programa de acolhimento institucional, apenas nos casos de comprovada necessidade e desde que atenda ao superior interesse destes, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (art. 19, §§ 1º e 2º).

Neste processo de evolução doutrinária, legislativa e de atuação, merecem destaque as importantes contribuições do Conselho Nacional de Justiça.

4. Atuação do CNJ em prol da infância e da juventude

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (a chamada Reforma do Judiciário). É uma instituição pública,

com atuação em todo o território nacional, que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

No âmbito da justiça infantojuvenil, o CNJ tem contribuído de forma decisiva para que ao direito da criança e do adolescente seja conferida maior e crescente atenção e efetividade.

As ações do CNJ em prol da infância e da juventude englobam, principalmente, a criação e manutenção de cadastros nacionais, a edição de inúmeras recomendações, portarias conjuntas, provimentos, instruções normativas, resoluções e a realização de mutirões e estudos envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, tanto no sistema socioeducativo, quanto na seara das medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em razão da natureza desta publicação, a COINJ conferirá maior relevo àquelas ações relacionadas às medidas protetivas de acolhimento institucional.

O Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas – CNCA foi desenvolvido com o objetivo de criar um sistema on-line contendo dados das entidades de acolhimento e de crianças/adolescentes acolhidos. Visa integrar, via web, as informações de todos os órgãos e entidades de proteção envolvidos com as medidas protetivas de acolhimento, tais como Juízos de Direito da Infância e da Juventude, Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Conselhos Tutelares, instituições de acolhimento, entre outros, na busca pela garantia do direito de crianças e adolescentes de serem criados no seio de uma família.

O Cadastro Nacional de Adoção – CNA, por sua vez, é um sistema de informações, criado e gerido pelo CNJ, que consolida os dados de todas as Varas da Infância e da Juventude referentes a crianças e adolescentes em condições de serem adotados e a pretendentes habilitados à adoção. Ao centralizar e cruzar essas informações, o sistema permite a aproximação entre crianças que aguardam por uma família em instituições de acolhimento brasileiras e pessoas de todos os Estados que tentam uma adoção. O sistema objetiva reduzir a burocracia do processo, pois uma pessoa considerada apta à adoção em sua comarca ficará habilitada a adotar em qualquer outro lugar do país.

Ressalte-se que, como todo sistema de tecnologia da informação, o alcance dos objetivos inicialmente traçados por ambos os Cadastros Nacionais

dependem, sobretudo, da correta alimentação de dados, função que depende, em muito, dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

No campo das normatizações, o CNJ editou importantes documentos, dentre outros:

a) a Recomendação nº 02, de 25/04/2006, que sugere aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal a implantação de equipe interprofissional em todas as comarcas, de acordo com o que preveem os arts. 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

b) a Resolução nº 94, de 27/10/2009, que determinou a criação das Coordenadorias da Infância e da Juventude pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

c) a Instrução Normativa nº 03, de 03/11/2009, que institui a guia única de acolhimento, familiar ou institucional, de crianças e adolescentes, e de desligamento, além de fixar outras regras;

d) a Instrução Normativa nº 02, de 30/06/2010, que disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida;

e) a Recomendação nº 33, de 23/11/2010, que dispõe sobre a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais;

f) o Provimento nº 32, de 24/06/2013, que determina aos Juízes da Infância e da Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritários dos processos sob sua condução, a realização de audiências concentradas, a cada semestre, preferencialmente nos meses de abril e outubro, sempre que possível, nas dependências das entidades de acolhimento, com a presença dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, para reavaliação de cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante de seu caráter excepcional e provisório, com a subsequente confecção de atas individualizadas para juntada em cada um dos processos;

g) o Provimento Conjunto nº 36, de 24/04/2014, que dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e da Juventude, dispondo, de forma especial, sobre a instalação de Varas exclusivas da Infância e da Juventude, a estruturação das equipes técnicas multidisciplinares, a permanente

qualificação e atualização funcional dos magistrados e dos servidores, a realização das audiências concentradas e a celeridade da tramitação dos processos de adoção e os de destituição do poder familiar que devem ter a prolação de sentença no prazo de 12 (doze) meses, salvo expressa motivação que justifique a extrapolação deste prazo;

h) a Portaria nº 67, de 20/05/2014, que enumera requisitos de aprimoramento para as Coordenadorias da Infância e da Juventude e instituiu o Selo Infância e Juventude;

i) a Recomendação nº 15, de 31/07/2014, que solicita aos juízes com jurisdição criminal que deem prioridade ao andamento das ações penais que tratam de crimes de abuso e exploração sexual, tortura e maus-tratos de crianças e adolescentes, de preferência:

I - identificando com tarja apropriada na capa, caso físicos, ou destacando, no caso de eletrônicos, os referidos processos;

II - instruindo com celeridade estes feitos, buscando, tanto quanto possível, seu julgamento no prazo máximo de 12 (doze) meses.

5. Alinhavando histórias de vida

“Você consegue imaginar o que é viver toda a infância e a juventude em uma instituição de acolhimento sem receber uma visita no Natal?”

A pergunta de um dos entrevistadores provoca imediatamente um frio na espinha, “uma certa dor profunda, difícil de ser localizada, uma espécie de aperto no peito”, esclarece outra autora. Quem pensa sobre o cotidiano de uma criança que vive em instituição de acolhimento? “A vida significava esperar, talvez por isso tenha perdido a capacidade de situar eventos na ordem de sua ocorrência.” Interpreta uma das entrevistadoras. Aconteceu de perder a noção do tempo. “Ou foi uma decisão, esquecer?”, indaga outra entrevistadora.

O que costura a vida, a linha do tempo são os afetos, e estes eram muito confusos, voláteis, e, nas instituições, oferecidos em turnos de rodízio...

Um dos entrevistados desabafou: “A vida pode ser acalentar por duas décadas o mesmo sonho de rever a mãe.” E se a gente já não consegue mais se lembrar do

rosto dela? E se a gente, com o tempo, perder até a memória dos cheiros da casa de origem? “Lembrava da vara de marmelo, das noites mal dormidas, do desafeto...”

“E se eu for transferido e minha mãe não me achar mais?” E se viver aqui me deixar mais sozinho? E se os lá de fora se esquecerem de vez de mim?

“As justificativas para o seu abandono e o de sua irmã nunca ficaram claros...” Para outra das entrevistadas, a explicação veio como forma de punição para um comportamento inadequado. “Sua mãe morreu de desgosto, por sua causa.” “E, mais uma vez, uma coisa se apagou dentro dela.”

“Sua companhia era a irmã e uma tentativa de suprir a solidão da outra.” “Como foi parar lá? Fugindo das agressões que sofria dentro de casa.”

“Foi droga cedo. Aos dez anos comecei no caminho errado”, tenta justificar um dos entrevistados, eximindo os pais da responsabilidade por sua educação. “Estava viciado já com meus nove anos, sem esperança, sem destino na vida...” “Eu era ruim desde pequeno”, afirma outro, atribuindo a si mesmo a culpa por seu destino...

“Sua vida foi uma luta diária pela sobrevivência e com várias lacunas afetivas e educacionais.”

Outro entrevistado rememora: “Lembro que minha mãe bebia, lembro dela bêbada no chão, mas de violência, de ela chegar a bater, ela ou o companheiro, nunca presenciei.” A vida tinha sido pesada demais para ombros tão frágeis...

“Fui muito bem recebido na instituição, fiquei feliz de ter um lugar para dormir...” “A instituição de acolhimento foi uma benção na minha vida!” “Minha avó me levou para uma instituição de acolhimento. Eu e meus irmãos também. Fomos separados. Cortados e partidos...” “Cada um de nós foi para uma creche dessa instituição. Éramos sete, ou ainda somos sete. Sobreviventes. Tanto minha mãe quanto meu pai bebiam muita pinga! E fumavam cigarros. Demais! Beberam tanto que morreram de cirrose. Os dois.”

Na instituição, sentia falta da liberdade, quando as coisas ficavam incompreensíveis em casa, “a opção que encontrava para fugir desse cenário hostil era vagar pelas ruas de seu bairro. A revolta a levava cada vez mais para longe, em andanças solitárias...”

Arrependia-se... precisava ter tentado ficar, por sua causa e por causa de suas fugas, agora não podia voltar... Lembrava que tinham viajado muito até chegar à instituição...

“... É, dava pra viver, mas o choro era miúdo...” Em uma instituição, longe das referências familiares e culturais é “Viver com a dor de onde a carne encontra o osso...”

“Naquele dia senti que minha mãe desistiu de mim.”

Aos poucos, a falta de esperança vai se instalando. É tentar justificar o injustificável! “Por muito tempo perguntou aos outros o real motivo do abandono. Não teve respostas e um dia cansou de perguntar.”

“Depois de certa idade, não se chega sequer a sonhar com a adoção.” “É como estar em uma ilha com vários naufragos sendo resgatados menos você...” “A vida e seus talvez...”

“Não me lembro de sonhar, é muito difícil sonhar sozinho...” “Talvez se eu tivesse alguém para conversar...”

“Era um tempo tranquilo, mas faltava algo, uma visita, que fosse...”

Era um desejo enorme de ser lembrado por alguém de fora...

“Minha avó, quando vinha, assentava as recordações em mim como tijolos: com fatos e casos.” As vozes dos entrevistados projetaram mais luz sobre esse mundo fechado em que viviam estas crianças e adolescentes, com seus sonhos, esperanças, medos, carências, peraltices, e como se organizavam para fazer frente à realidade.

Solicitar aos entrevistados que revivessem o tempo de institucionalização significou revisitarem parte da infância e adolescência, sob o olhar de um novo tempo, capaz de arejar as vivências do passado com as cores do presente. Narrar os fatos configurou-se, em certa medida, como a libertação de um passado muitas vezes secreto, velado, adormecido por trás da cortina do esquecimento ou da falta de disposição de revelar.

“O único medo que ainda tenho é de rejeição.” Confessa uma das entrevistadas, ao mesmo tempo que afirma: “Me lembro do frio da cama da instituição.”

O que se segue são relatos densos, nem sempre permeados pelas emoções equivalentes... “Onde tinha ido parar minha capacidade de sentir?” diria um dos entrevistados. O percurso revela que muitas emoções precisaram ficar latentes, para não obscurecerem a vista, para que o braço não fraquejasse... sentir poderia descortinar a fraqueza...

A infância vivida sem uma família deixa marcas. Muitos autores ainda

tentam compreender e aceitar. Apaziguar o coração... “Quando você vive em uma instituição vive arreventado por dentro.”

“Nada de acordar mais tarde, de ficar de pijama, comer embrulhado no cobertor... Nada das pequenas concessões ditadas pelo amor materno/paterno...”

“Quem a compensaria pelos abraços que deixou de receber?” “É como se aquela criança ainda morasse ali, à espera de uma vida...”

A força dos relatos lentamente vai nos aproximando dos entrevistados...

“No primeiro contato com Pedro, vejo um jovem rapaz com um olhar preocupado, triste e melancólico, cabisbaixo. Preso condenado, chega algemado, e, durante a entrevista, fica o tempo todo acompanhado por um agente penitenciário. Não sorriu em nenhum momento da entrevista. Tenho a sensação de que a vida foi dura demais com ele.” Rememora uma entrevistadora.

Outra entrevistadora registra, prendendo a respiração dos leitores:

Essa mocinha, perdoada e compreendida, deve ter sido um objeto constante do cuidado e da contemplação de sua imagem adulta, a qual, apesar disso, ainda se mostra surpresa e grata pelas maravilhas alcançadas, pelas voltas que o mundo deu, pelas trilhas que nisso se traçaram e pelo chão ainda pela frente. Por isso, a dignidade de ambas, que são uma só, é irrevogável, e testemunha a beleza de uma vida que merece – como, aliás, toda e qualquer existência – ser iluminada, percorrida, celebrada e rememorada.

O mergulho no universo destes meninos e meninas de outrora explicita o que esperavam dos educadores das instituições de acolhimento... Os educadores precisam “Amar um menino que chega da rua, sem futuro, sem nada, sem saber ler e escrever”, explicitou um dos entrevistados. “Os meninos chegam que nem marimbondos”, explica o entrevistado que hoje recebe na instituição os recém-chegados.

Precisam amar, mesmo que o menino, para não explodir, para fazer frente à revolta e à raiva, precise reagir, avançar e atacar. “O medo explodia em forma de raiva...” Explica um entrevistado. “Sofrimento mesmo, parece que você é chicoteado por dentro...” “Com o tempo vem o raciocínio, mas, quando se é menino, muita coisa não tem como menino entender.” Elaborar emoções tão complexas em profunda solidão... Seria possível? “Crianças chegam às instituições a tal ponto perdidas...”

“Éramos como cães ferozes.” “Botaram fogo em um amigo dormindo e aí fiquei com medo e pedi acolhimento...”

É belo o relato do menino que aprendeu a ler com o professor que nem sabia português, “Fazia com o coração” – explicou, vinte anos depois, esse menino.

Como a história de cada um é “construída no verso e no reverso, na ausência e no encontro, nas indagações e na certeza de que a vida surpreende a todo instante”, há também relatos de cuidado, afeto e atenção nos textos que compõem esta publicação.

Esses heróis anônimos nas instituições de acolhimento contribuíram para a formação de outros, os que vivem na vida real hoje narrando a construção e a reconstrução da própria história, que, mesmo atravessada pelo estigma do abandono e ou orfandade, vão galgando pequenas e grandes vitórias sobre o destino que lhes era reservado na complexa teia de desafios sociais.

As histórias de vida narradas neste livro parecem nos tornar mais permeáveis à medida que avançamos... “Já não vejo com os mesmos olhos os meninos que andam dependurados nas traseiras dos ônibus por aí,” concluiu uma das entrevistadoras.

Referências bibliográficas

ABREU, Cathia. A história da infância. *Instituto Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, out. 2008.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de; COUTINHO, Inês Joaquina Sant’Ana Santos. 80 anos do Código de Menores. *Revista Jus Navegandi*, Teresina, a. 13, n. 1673, 30 jan. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10879>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

LIMA, Liziane Vasconcelos Teixeira. *O desafio do atendimento no acolhimento institucional e a gestão social das entidades com vistas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário - UNA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Inovações Sociais, Educação e Desenvolvimento Local. Linha de pesquisa:

Processos político-sociais: articulações interinstitucionais e desenvolvimento local. Orientador/a: Dr.^a Maria Lúcia Miranda Afonso. Belo Horizonte, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PEREIRA, André Ricardo. Criança X Menor: a origem de dois mitos da política brasileira. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.). *Que História é essa?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 91-104. *apud* TRINDADE, Judite Maria Barboza. Mulheres e abandono de menores em Curitiba: das imagens do progresso à construção coletiva de representações. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2000. Disponível em <<http://www.uem.br/dialogos/index.issue&op=view&path%5B%5D=21&path%5B%5D=showToc>>. Acesso em 31.07.2015.

RIZZINI, Irene. *Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 13-88.

TEIXEIRA, H. M. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

VEIGA, Cyntia Greive. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

Referências legislativas

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Instrução Normativa nº 02*, de 30 de junho de 2010. Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=836>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Instrução Normativa nº 03*, de 3 de novembro de 2009. Institui a guia única de acolhimento, familiar ou institucional, de crianças e adolescentes, e a de desligamento, fixa regras para o armazenamento permanente dos dados disponíveis em procedimentos de destituição ou suspensão do poder familiar. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=835>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Provimento nº 32*, de 24 de junho de 2013. Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1789>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Provimento Conjunto nº 36*, de 24 de abril de 2014. Dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento_36.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Recomendação nº 02*, de 25 de abril de 2006. Recomenda aos Tribunais de Justiça a implantação de equipe interprofissional em todas as comarcas do Estado, de acordo com o que preveem os arts. 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=854>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Recomendação nº 15*, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre a celeridade das ações penais que tenham como vítima crianças e adolescentes. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2050>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Recomendação nº 33*, de 23 de novembro de 2010. Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1194>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Resolução nº 94*, de 27 de outubro de 2009. Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=67>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 17.943-A*, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.799*, de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Lei nº 4.513*, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Lei nº 6.697*, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. *Lei nº 12.010*, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.







A história de Pedro - a busca pela figura paterna

*Fernanda Flaviana**

Todo mundo tem uma história para contar. Isso não é diferente para Pedro, que também tem a sua, história essa que o emociona muito e o faz romper com o silêncio, possibilitando, assim, que as pessoas conheçam um pouco de sua trajetória.

No primeiro contato com Pedro, vejo um jovem rapaz com um olhar preocupado, triste e melancólico, cabisbaixo. Preso condenado, chega algemado, e, durante a entrevista, fica o tempo todo acompanhado por um agente penitenciário. Não sorriu em nenhum momento da entrevista. Tenho a sensação de que a vida foi dura demais com ele.

Inicia-se o diálogo, e ele, o tempo todo, se culpa por tudo o que ocorreu em sua vida. Hoje tem vinte e nove anos. Sobre sua infância revela: “Foi droga cedo. Aos dez anos, comecei no caminho errado. Desobedecer à família... Chegar ao ponto de perder a família, mas na hora em que perde a família, não pode perder a esperança, não é?”

Quando criança, ele acreditava que estava correto; mas, com o tempo, percebeu que não. Morava com os pais e três irmãos (dois homens e uma mulher, é o segundo filho). Quando perguntado sobre o motivo que o levou para a instituição de acolhimento, conta que não gostava de ficar em casa e que sempre preferiu a rua. “Eu queria só ficar naquela rodinha de rua, fui eu que

* Doutora em Psicologia pela PUCMinas. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) - CAPES, realizando estágio em Paris/França na Université Cergy-Pontoise. É especialista em violência doméstica pela USP e assistente social pela UFJF. Foi Presidente do CEDCA. Atualmente é professora do UNI/BH no curso de Serviço Social e consultora social, atuando em diversos projetos.

procurei isso. Na época, a única pessoa que ia me visitar era meu pai, e eu havia censurado ele”.

Permaneceu na instituição de acolhimento de Belo Horizonte por dois anos, mas não se lembra do nome da Unidade. Informa que, desde que saiu de lá, vem passando por diversas instituições, casas e clínicas de recuperação. Em sua avaliação saiu pior do que entrou, em relação a cada uma delas.

Para Pedro, o motivo principal que o levou à institucionalização foi o fato de roubar as pessoas. “Só roubando trem dos outros, roubando coisas dos outros”. Na instituição, Pedro somente dava atenção ao que lhe era necessário; o restante, para ele, “entrava por um ouvido e saía pelo outro, era rebeldia pura minha”.

Por outro lado, Pedro diz que, devido à situação em que se encontrava naquele momento, era o paraíso viver na instituição.

No dia a dia da instituição, ele não gostava de fazer praticamente nada. Somente realizava as obrigações solicitadas, e se fossem fáceis; caso contrário, não fazia. Na primeira noite, lembra-se de que apenas pensava em uma maneira de voltar para a rua, “não queria ficar lá de jeito nenhum”. O que mais marcou, nesse período, foi a falta de sua mãe. Lembra-se de que quem o levou para a instituição foi o irmão.

“Ele chamou o Conselho Tutelar, eu estava em casa no dia que eles chegaram. Não estava dando certo não, eu queria só coisa errada, eu queria rua. Eu andava em qualquer lugar que você pode imaginar, eu ficava igual andarilho. Eu gostava de frequentar a favela, de cheirar *thinner*. Desde os dez anos, ficava direto nas ruas. Meu irmão falou assim: – Se você continuar desse jeito, aí nós vamos ter que arrumar um lugar para você ficar; desse jeito você não pode ficar não”.

Quando indagado sobre os sentimentos em relação à rua, revela: “eu me sentia melhor na rua do que com as pessoas pegando no meu pé, enchendo meu saco. Droga era no balde, muita droga, não era pouca não. Usava a pedra”.

Nessa época, Pedro morava numa pequena cidade na região metropolitana de Belo Horizonte. Pegava carona, lotação, e ia para Belo Horizonte. Segundo ele, as pessoas de sua cidade passavam e o viam ora pedindo as coisas, ora roubando. Como a cidade era pequena e todos se conheciam, essas pessoas levavam a informação sobre seu paradeiro à família. Com esse apoio, seu irmão mais velho o localizou. Não foi fácil para esse irmão, somente na terceira busca que teve sucesso de encontrá-lo.

Ao ser indagado se era amado pelo irmão, rapidamente diz que não. Quando perguntado sobre os motivos que o levaram a preferir viver na rua, diz que foi “amolação” da família. “É porque a gente põe na cabeça que um está sendo adulado mais que o outro, e não tem nada disso; isso é cabeça fraca da gente. A gente fica pensando coisa que não deve”.

Pedro conta que percebe hoje, depois de ter passado muitas coisas em sua vida, que isso não tinha tanta importância. Tudo aconteceu pelo ciúme excessivo que ele sempre teve dos irmãos. Tinha ciúmes de tudo, de roupas que eles ganhavam, entre outras coisas.

Sobre o relacionamento com os pais, Pedro conta que com a mãe a relação era ótima, porém com o pai ele não se dava bem quando criança, mas diz que hoje é diferente. Quando perguntado sobre o porquê de não se dar bem, revela: “Ele pôs na cabeça que tinha que criar a gente do jeito que ele foi criado, e eu não acho isso certo não; eu tenho um filho agora e eu vou ter que passar para ele do jeito que eu fui criado, na base do couro? Isso não existe não”. Indagado como ele foi criado, ele diz: “Apanhei demais, muito. Desde pequeno apanhei muito do pai. Batia na gente à toa. O pai jogava a gente na parede, dava murro na cara, e eu era bem pequeno. O pai só fumava maconha, mas já era ignorante de natureza mesmo, que é o instinto dele. Como é que eu ia me livrar dele? Não tinha jeito não, era muito pequeno. Hoje em dia ele não faz isso mais, a gente pode revidar”.

Percebe-se aqui que a violência era apresentada pelo pai como prática educativa na família. Nesse momento, ele afirma que este foi o real motivo que o levou a preferir viver na rua. Sobre os irmãos, diz que estão bem, e que o mais velho, que o levou para a instituição, é casado e tem filhos. Ressalta que apenas ele ainda continua nessa vida.

Sobre os seus sentimentos em relação à instituição de acolhimento, relata que não tinha nenhum medo, uma vez que já estava preso. “A única coisa que eu queria era ir embora daquele lugar. Lá dentro eu não queria ser nada, eu queria só a rua novamente, mais nada”.

Em relação ao seu sonho da infância, espera dar continuidade à profissão de sua mãe, que era agente de saúde.

No período em que viveu institucionalizado, recebeu conselhos e escutava coisas boas e que deveria sair dessa vida: “estava na perdição, não adianta as

peças falarem nada, pois você não acredita mais em nada”; para ele, repete novamente, “entrava por um ouvido e saía pelo outro”.

Destaca que na instituição nunca sofreu violência, pois respondia com mais violência: “eu era pra frente, bateu tomou”; com isso, os outros tinham medo dele. Dentro do regime, Pedro destaca que não desacatava as ordens, sempre manteve a linha. Lá começou a estudar, mas não deu continuidade, pois “detestava”. Sobre se alguém o ajudou na instituição, disse que não; ele reconhece também que colocou na cabeça que não conseguia estudar e que ninguém poderia ajudá-lo.

Sobre o Juizado da Infância e Juventude, não se lembra de ninguém ter explicado o papel de um juiz ou de um promotor, muito menos a respeito de sua condição.

Dos amigos que fez na instituição, lembra somente de uma pessoa que também, ao deixar a Unidade, foi para as ruas, e que, como ele, tem muitos problemas com a polícia. Sobre ter ainda contato com algum amigo da instituição, segundo ele, estão quase todos mortos: “Levando outro para matar em quebrada, fazer tudo de errado. Eles mesmo mataram uns aos outros, briga por ponto de drogas, ver quem decidia mais nas coisas, tudo novo; se contar nos dedos, poucos estão vivos”.

Na instituição, sua família nunca o visitou. Diz que lá não podia receber visitas, só recebia os pertences. Ao ser questionado o porquê, não soube explicar, somente se recorda de que não recebeu visitas. “Essa instituição era muito rigorosa, até o prato que você comia você tinha que mostrar para o outro se comeu tudo”. Nessa Unidade permaneceu dois anos, mas não se lembra do nome nem do lugar.

Ao sair da instituição, foi para casa, onde ficou dois anos, e depois resolveu morar com uma tia. Sempre se envolveu com as drogas; sinal disso foi sua internação logo em seguida em casa de recuperação para dependente químico, onde permaneceu durante nove meses.

Pedro recorda novamente de suas passagens na rua e diz que não era uma vida fácil: “Quem está na rua acha que é bom, né? Porque você está sempre drogado. Sempre procurava um lugar perto de uma ponte onde havia outros adultos, só para dormir mesmo. O dia amanhecia e já tem que sair fora. Aí, eu fazia um ‘corre’ para alimentar, fazer qualquer coisa, um servicinho, um biquinho, lavar um carro”.

Sobre o presente, diz que hoje está com a cabeça diferente: “Eu entrei num 157. A gente estava usando uma droga e o rapaz falou que eu roubei a moto

dele, saí para dar uma volta na moto dele e ele chamou a polícia para mim. O policial me parou na rua, eu joguei as pedras fora, só que eu estava com duas facas na cintura que era para destravar o tanque da moto, sabe? Falei com o juiz que não era roubo, mas ele não acreditou não, aí tomei cadeia”.

Segundo Pedro, houve diversas passagens pela rua, por instituições e clínicas, e quando pergunto sobre não ter conseguido se livrar das drogas, ele afirma que nunca conseguiu, e que no momento não usa, porque está preso há mais de três anos. Ressalta que teve muitas idas e vindas e que foi muito difícil para ele. “Nossa, muito difícil”.

De repente, Pedro faz um momento de silêncio, seu olhar fica distante. Parece que ele viaja no tempo e recordações surgem em sua mente. Diz: “Uai?! Tudo que a gente tenta não dá certo, né? Aí você vai e desiste. Eu tentei trabalhar, mas você escuta a cabeça da outra pessoa e nunca vai para a frente. Você pode até ter as coisas, mas não consegue desenvolver nada não. Tudo que você faz, sei lá, nem sei explicar não. Não vai pra frente de jeito nenhum. Não desenvolve nem nada”.

Para ele faltou apoio. Quando perguntado sobre quem é a pessoa de referência em sua vida, rapidamente diz que é o pai. “Ah!! Meu pai, mas eu não posso julgar ele agora, mas do jeito que ele tentou me ensinar a ser não deu certo não, e querer que eu seja daquele jeito dele me deixou mais diferenciado de tudo”.

Sobre o jeito do pai, diz que era ignorante demais e tudo era na base da violência. A mãe não conseguia intervir, pois acabava sobrando para ela também. Qualquer coisa, o pai “voava nela”. Depois de grandes, começaram a se defender, e a mãe tentava intervir entrando na frente, mas não adiantava. Eles entravam em luta e acabavam batendo no pai; diz que se sentia muito mal com isso.

Depois de tanta desavença na família, resolveu morar com uma pessoa com quem hoje tem um filho de três anos. Não tem notícias da mulher nem da criança.

Pergunto se sua esposa ou alguém da família o visita no presídio e me surpreendo com sua resposta: “Minha família é meu pai. Nós fizemos uma amizade aí. Ele está me ajudando bastante. Aliviando um pouquinho, né”.

Novamente vem o silêncio, Pedro fica pensativo. Depois de um longo tempo, diz: “Não é fácil não”.

O fato de estar preso acabou aproximando Pedro de seu pai, que hoje é a pessoa que o visita sempre. “Fizemos uma amizade que nós não tínhamos antes. Nós não tínhamos essa amizade antes”. Sobre os irmãos, o pai diz que perguntam por ele, mas nunca foram visitá-lo.

Em seguida, pergunto se quer me contar o que recordou. Ele diz: “Ahn???” E fica mais um tempo pensativo, em silêncio. Respeito seu tempo e seu silêncio.

Sinto que está muito emocionado e triste; depois de um tempo, diz: “É só esperar, acaba isso aqui, e bola para frente, né? Ir embora, piorar eu não quero mais não. O velho tá me ajudando aí agora”.


Pergunto: O que marcou mais sua vida até agora? Silêncio novamente, Pedro está pensativo. “Ahn, final de minha carreira assim, meu pai está velho e eu consegui fazer amizade assim com ele, porque ele era osso duro de roer mesmo. Nossa Senhora, eu nunca vi um homem ser tão durão quanto aquele cara não, nada para ele estava certo não, uma palavra que ele falava não voltava atrás não”.

Pergunto se gostaria de dizer algo para apoiar as crianças que levam uma vida parecida com a dele, e ele contribui para uma reflexão: “Eu senti falta de um carinho, de um afeto, sabe? Porque assim você não fica esquecido, né, porque, quando você fica esquecido num cantinho, a gente vai lá e busca lá no fundo, e faz falta, muito, não é pouco não”.

Ressalta que não gostaria de que seu filho fosse criado da forma que foi, mas sabe que está preso e nem consegue imaginar como seu filho está sendo educado. Demonstra muita preocupação pelo filho e de que pode estar sendo criado de uma forma com a qual não concorda e que acha isso muito desagradável. “A gente tá preso, pode ser que eu encontre coisa que não vai me agradar não, deve ser chato”. Pedro está perto de ter sua liberdade e espera poder dar carinho para seu filho. “Para o meu filho, vou dar carinho com certeza”.

A história de Pedro mostra como os acontecimentos da infância podem marcar a trajetória de vida de uma pessoa. São histórias que se repetem. Mesmo Pedro tendo consciência de que não deva educar seu filho da forma que foi criado por seu pai, acaba não tendo oportunidade de vivenciar essa experiência, pelo fato de estar preso. Percebe-se que, embora tenha sofrido tanta violência na infância, a família tem papel central em sua vida.

Este relato buscou trazer a história de vida de Pedro. Fica evidente que, para entender o presente, muitas vezes precisamos recorrer ao passado e, assim, pensar um futuro melhor e em políticas públicas que venham ao encontro da necessidade das crianças e dos adolescentes de nosso país.



A menina e sua mãe: um caminho de volta para casa

Manuela Ribeiro Barbosa*

Impossível evitar a impressão de estar diante de alguém especial. A começar pela originalidade das unhas pintadas de laranja, passando pelos cabelos pretos cacheados cortados curtos, contidos delicadamente pela faixa que quebra a circunspecção dando ao rosto um toque de leveza; pelo riso que, embora não domine a fisionomia, de vez em quando se intromete na voz suave e firme. É uma morena bonita, nem magra nem gorda, de menos de 40 anos e estatura média. Tem, sob os óculos, grandes olhos expressivos que fixam sem acanhamento o interlocutor. O mais cativante, porém, é sem dúvida a ausência de pressa nos gestos e a inexistência de uma ansiedade mínima que seja para falar. Com serenidade, ela escuta as perguntas atentamente, pensativa, e, embora as respostas venham prontas e pareçam demandar pouca reflexão, seu tom é ainda assim ponderado e lúcido. O dom para contar histórias atesta-se na articulação dos eventos, encadeada, lógica, progressiva e, no entanto, dotada de idas e vindas para prender a atenção do ouvinte, produzindo suspense e até mesmo um clímax de inegável força narrativa. As memórias, se bem que nítidas, parecem referir-se a uma outra pessoa, mas não por distanciamento ou indiferença. Os fatos relatados soam remotos, é verdade; contudo, se a jovem mulher aparentemente não sente que a menina que os enfrentou é ela mesma, em todo caso é visível o carinho maternal que a protagonista do conto desperta nela. É uma pequena guerreira, mostrada com seus acidentes e falhas, suas escolhas ocasionalmente equivocadas, certos, algumas poucas justificativas para si e outras mais numerosas para os demais personagens envolvidos. Essa mocinha, perdoada e compreendida, deve ter sido um objeto constante do cuidado e da contemplação de sua imagem adulta, a qual, apesar disso, ainda se mostra surpresa e grata pelas ma-

* Manuela Ribeiro Barbosa graduou-se em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Música pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2006). É mestra em Teoria da Literatura pela Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela mesma instituição (2014).

ravilhas alcançadas, pelas voltas que o mundo deu, pelas trilhas que nisso se traçaram e pelo chão ainda pela frente. Por isso, a dignidade de ambas, que são uma só, é irrevogável e testemunha a beleza de uma vida que merece - como, aliás, toda e qualquer existência - ser iluminada, percorrida, celebrada e rememorada.

Sou a última de três filhas. Morávamos num prostíbulo. Uma senhora que lavava as roupas das mulheres que labutavam no local decidiu tomar conta de nós até que minha mãe tivesse condições de nos pegar de volta. Mas a dificuldade se prolongava, ela não conseguia se arranjar; e a lavadeira, sem poder assumir em definitivo as meninas, acabou ficando só comigo, na época com três meses. Na casa dela, minha mãe biológica sempre nos visitava. Depois que completei seis anos, a minha mãe de criação, por pressão dos familiares, resolveu me devolver. Minha mãe, naquele momento, já havia encontrado um companheiro que a mantinha, o motorista de uma linha interestadual.

Fui viver com eles, mas sem laços de afeto, pois eu não tinha sido criada com minha mãe. Eu chorava, sentia falta, queria só a mãe de criação. Quando ela sumiu, fiquei apaixonada; o sofrimento foi tanto que adoeci. Não sabendo lidar com isso, minha mãe reagia com ameaças, ofensas e violência física. Apanhei constantemente por uns dois anos, a ponto de desmaiar. Na fase escolar, desnorteada com a perda da mulher que eu amava como mãe e com as repetidas agressões, descobri que podia fugir. Virou rotina: eu não parava em casa, mas, a cada vez, me levavam de volta e o “couro” era dobrado. Minha mãe se frustrava porque eu a rejeitava e jogava na minha cara coisas terríveis: que eu não era filha dela, que havia sido trocada na maternidade.

Meu padrasto não entendia por que eu sumia direto - para ele isso era o fim do mundo - e propôs até um psiquiatra: “Vamos fazer um exame de cabeça nela, isso não é normal”. O homem gostava de mim, estava decidido a me registrar no nome dele, mas minha mãe não aceitava a situação: comigo ela agia de um jeito perto dele, mas era outra quando ele estava longe.

O médico diagnosticou que eu não tinha problema nenhum. Mas, por medo, me faltava coragem para contar o que estava acontecendo. As fugas continuaram, e meu padrasto, que tinha ouvido a respeito do “juizado de menores”, resolveu me levar até lá. Era por volta das dez horas da manhã, lembro como se fosse hoje.

O juiz foi muito duro comigo. Não havia essa defesa da infância e da juventude que existe hoje. “A senhorita é fujona, é? Então vai passar um ano no orfanato”. Ele usou essa palavra, mas se tratava de uma instituição de acolhimento: o nome já era carregado desde aquela época. Alertou, ainda: “Quero ver se você vai aprender a mudar de vida ou se vai fugir de novo”.

Ouvindo aquilo, fiquei feliz. Na minha cabeça, seria ótimo. Recordo, vagamente, que minha mãe se despediu de mim, e naquele mesmo dia eu fui. O juiz avisou que eu nem tinha precisão de roupas, porque no orfanato tinha, e entrei na Kombi da instituição como se fosse para um parque de diversões. Cheguei à instituição por volta das quatro da tarde e vi, logo na entrada, aquelas campinas e brinquedos. Achei tudo inacreditavelmente lindo, e as funcionárias me trataram muito bem.

Quando me levaram para o pavilhão, meu coração se fechou: lá embaixo, um clima de outro naipe, triste, pesado: as meninas, se ajuntando ao meu redor, olhavam meu visual, diziam coisas em códigos, ameaçavam me bater quando a instrutora virasse as costas, eram bem ressentidas e magoadas. No instante mesmo em que me apresentaram, uma interna avisou que ia me dar uma surra. Assustada e intimidada, desacostumada com tudo aquilo, desatei a chorar, falei que queria ir embora para a minha mãe.

A encarregada me levou para o refeitório - eu não tinha comido nada desde a audiência - e conheci o bandejão. A partir daí, já começaram a me tratar com indiferença: a funcionária me entregou o uniforme e explicou que no dia seguinte cortariam meu cabelo por causa dos piolhos. O mundo para mim desabou. Nesse momento, experimentei a realidade do que ia me acontecer. Almocei, troquei de roupa e passei o resto da tarde amuada. À noitinha, nos beliches de cimento, só tristeza. Da janela se via, no fundo, uma mata; o isolamento era enorme. Sozinha naquele quarto, no meio das colegas, “cada macaco no seu galho”, chorei a noite inteira e só queria saber de sair. Adormeci pensando de que maneira fugiria, afinal era o que eu fazia todo dia em casa.

Na manhã seguinte, ao nascer do sol, às cinco e meia, estávamos de pé. Muito depressiva, comecei a chorar de novo, mas as meninas, já mais amistosas, tentaram me animar: “Aqui é assim, é o horário, vamos nos vestir e escovar os dentes”. Às seis horas, a gente tomava o café; às sete precisava estar no canteiro. Era tudo muito organizado, com filas, não podíamos olhar para trás nem

falar um “a”: tínhamos aulas de jardinagem e aprendíamos a plantar e colher. Era uma horta maravilhosa, a perder de vista, e quem cuidava dela eram as próprias crianças da ala, meninas de 8 a 11 anos. Davam enxadinhas e outros equipamentos, e a gente ia capinando, limpando o terreno, com eles vigiando, naquela grosseria: “Anda logo, anda logo, sem preguiça”. No primeiro dia, chorei até não poder mais. O juiz preveniu que eu ia mudar de vida, mas eu não tinha noção do que isso significava, eu imaginava que seria bem tratada.

Aos poucos, fui aprendendo a lidar, mas sofri muito: a gente apanhava das meninas e ainda havia a frieza por parte dos cuidadores. O mais difícil era conviver com crianças que vinham de tudo quanto é lugar e das mais diversas vivências: as piores eram as de rua. Dessas, algumas eram infratoras, implicavam com as demais, juntavam-se em turmas que não se misturavam e não entrar na delas trazia problemas. O pessoal nunca interferia, porque eram duas funcionárias para mais de 40 internas. Eu vivia apavorada, com medo de tudo. O terror era a minha companhia.

Em separado, eu e minha mãe nos apresentávamos regularmente à Vara de Infância. Foi assim por dois anos, quando então acharam por bem encerrar minha temporada nessa instituição de acolhimento. Veio a assistente social, uma pessoa sempre bacana comigo com quem eu adorava conversar, e contou que tentariam uma reaproximação. Se eu queria ir? Respondi que não. Eu tinha tomado ódio da minha mãe, porque, além dos horrores que eu passara em casa, ela havia me abandonado naquele lugar. Eu tinha pavor de voltar. Mas a assistente social insistiu que era preciso cumprir a ordem do juiz. Fui com ela visitar minha mãe, mas percebi depressa que o retorno estava decidido, pois tinham pegado as minhas coisas todas. Não pude segurar o choro. “Não é isso que eu quero”, pensei, e procurava portas para fugir outra vez. Dentro de mim, já estava enraizado, minha vida era só fuga, e isso não sairia tão fácil. “Querem me engalobar de novo, mas não vou ficar aqui nunquinha.” A assistente me cercava com a vista enquanto conversava com a minha mãe. Num instante de distração, disparei. A moça até tentou me segurar, apelando para o motorista! Tarde demais.

Fiquei perambulando pela rua, mas ninguém me aceitava; se viam uma menina solta, queriam saber o que havia, perguntavam de onde eu vinha e onde andava a minha família. Ao bater na porta das pessoas, eu mentia, criava uma

situação, afirmando que não tinha mãe e não sabia onde morava. Aí a pessoa chamava a polícia e eu tinha de escapulir. Se me achavam, os policiais me levavam de volta para casa. Meu padrasto chegou a arrazoar comigo: “olhe, Pitucha (era o meu apelido), vamos tentar, valorize a sua mãe, dê uma chance, ela sentiu muita saudade sua”. Mas, ao vê-la, me dava ânsia de vômito. Aguardei uns dez dias, e a partir daí comecei a pedir para ver a assistente social. “Não, Pitucha, aqui é o seu lugar.”

As pancadas tirando sangue recomeçaram e fui ficando com mais raiva. Em nova audiência, na qual o juiz ainda aumentou a severidade, acabei enfim voltando para a instituição. Lá era difícil, uma dor na alma que não passava, mas, antes de ir, eu havia estado com a minha mãe e sabia o que tinha sido.

Na segunda vez, a equipe da instituição foi mais rigorosa, como eles costumavam ser com as personalidades difíceis. Aprendendo coisas erradas aos montes, porque cada um que vinha trazia maus hábitos que todos assimilavam, tornei-me rebelde: respondia às funcionárias. Se vinham me xingar, eu tinha uma palavra na ponta da língua e revidava as agressões físicas. Com isso, começaram a ter medo de mim. Eu ficava de castigo frequentemente, às vezes presa num quartinho escuro por bastante tempo.

Carentes, à flor da pele, as jovens, separadas dos meninos, se arranjavam entre si, e relacionamentos lésbicos tornavam-se habituais. Algumas eram barras pesadas, fumavam, caçavam confusão. Outras já chegavam grávidas. Eu participava de tudo: sem deixar a instituição, entrei num processo de marginalização e imitava as companheiras. Queria me tornar uma menina de rua, mesmo sabendo que, dentro de mim, algo era diferente.

Uma hora, contudo, decidi escapar daquela espiral e crescer. Conversei com a diretora: “Várias meninas aqui têm boa índole e trabalham na Polícia Militar, em outros locais. Quero a oportunidade que elas têm.” A diretora apostou em mim e tentou ajudar. Porém, as portas ainda assim se fechariam totalmente.

Voltei à escola. Eu tinha 13 para 14 anos e até então só completara a 1ª série. Mas estudar me custava muito. Nem eu tinha foco no que era ensinado, nem as professoras interesse em auxiliar nas dificuldades. A diretora avaliou que eu estava regredindo, me tirou da sala de aula e me deu um emprego em uma casa de família. “Um dia você vai ter de ir embora mesmo, e assim você vai poder ganhar seu dinheiro e se sustentar”, declarou.

Passei a trabalhar como doméstica, indo para a instituição de acolhimento só nos fins de semana. No serviço, os abusos sexuais, embora não tenham se concretizado, eram iminentes, os patrões estavam sempre de olho. Pressentindo o risco, eu não me fixava, mas, discreta e sabendo que seria a palavra deles contra a minha, eu não explicitava minha razão para sair. Na verdade, apesar de me julgar injustiçada, eu também não era fácil e, com tudo aquilo, fui ficando revoltada com todo mundo. Eu me via como uma excluída, alguém sem valor, porque todos me tratavam com desleixo. Na instituição, por outro lado, achavam que o problema era eu e me acusavam de ser imprestável, ingrata, de não aproveitar as chances de acertar minha vida. Eles não sabiam que o desrespeito partia de todos os cantos, mesmo das crianças.

Aos dezessete anos, arrumei um namoradinho e engravidei. Quando dei a notícia, ele me abandonou. Fui levada ao juiz e parei de trabalhar. Aí a ficha caiu. Eu, que me alojava no setor juvenil, onde encontrei outras meninas mães solteiras, descobri, apavorada, que a maioria perdia os bebês para a adoção. Isso quando eles não morriam em decorrência do descaso das funcionárias, que se sentiam humilhadas de, sendo concursadas, terem de cuidar dos nenéns. Engravidar foi uma dor tão terrível, mas tão terrível... Sem enxergar uma saída, entrei em desespero. Mas, mesmo nesse aperto, eu sentia que não estava mais sozinha.

Na instituição de acolhimento, não nos faltava nada de material: havia abundância nas refeições, nas roupas, e contei com um acompanhamento completo da gestação, exames pré-natais, tudo direitinho. Kelly nasceu em uma maternidade pública, de parto normal. Logo após, entrei numa depressão que durou um mês.

Nessa fase inicial, porém, curtimos a presença uma da outra, pois na instituição havia uma repartição para bebês. Eu mal dormia de ansiedade. Enquanto ela ficava no berçário, eu, no pavilhão, só podia vê-la quando amamentava. Às cinco da manhã, diariamente, eu me levantava: a creche abria às onze. Acabei dando um jeito de driblar a regra: eu ficava o dia inteiro por lá, era a última a sair e mesmo assim empurrada. Eu dava de mamar para a Kelly e para outras crianças que chegavam: era como uma válvula de escape. Por esses seis meses, vivi uma época muito feliz, de plena alegria; aquela menina trouxe vigor para a minha vida.

Num dia terrível - jamais poderia dizer “belo” -, anunciaram que eu teria de ir para outra casa, só para internas de boa reputação e temperamento amigável. Essa novidade era para ter sido boa, por ser um espaço destinado a pessoas que queriam se endireitar, mas, de supetão como veio, sem preparo, foi péssima. As pessoas agiam como se você fosse um objeto, mandado para lá e para cá. “Você vai para a outra casa e é agora”. Não nos respeitavam, não queriam saber o que sentíamos.

Aí eu desmoronei, queria quebrar tudo, porque era assim que as meninas eram lá dentro (e eu também, não escondo). Gritei que não saía sem minha filha, que ela tinha de ir junto, que eu iria ao Juizado de Menor - tudo nosso era aquele prédio ali na Avenida Augusto de Lima, o Fórum Lafayette não saía da nossa boca -, que ia vazar naquela noite... Mas não houve escape. Fui me despedir da minha menininha, e o juiz foi, novamente, muito ruim comigo. “Sua única chance é a sua mãe”, decretou. “Mas, se minha mãe não me aceitou no passado, vai me aceitar justo agora com uma criança?”, perguntei. “O senhor pense, por que ela faria isso?” “Só tem essa alternativa”, respondeu, taxativo.

Aceitei consternada, e entraram em contato com a minha mãe, a quem eu não havia visto por anos. Ela me aguardava na Vara de Infância e da Juventude, mas nem sequer pude olhar na cara dela. Tampouco ela me encarava e não deixou de me atacar. “É só para isto que você veio ao mundo, para me dar desgosto!”

O juiz explicou a minha mãe que, se ninguém se responsabilizasse pela criança, ela iria para a adoção. “Por mim... Eu só tenho três filhos”, retrucou. Talvez ele tenha se sensibilizado, pois a dispensou, me chamou reservadamente e disse que daria três meses para eu me emendar, arrumar um lar e um trabalho digno. Ele sabia que eu ia fracassar. Eu não tinha ninguém por mim, nem um recurso, nem uma mão estendida na minha direção. Porém, quando ouvi essa proposta, vi uma luz no fim do túnel.

Empreguei-me com uma família numa cidade próxima da capital, mas o marido da patroa, a dona de um restaurante, começou a me assediar, o que me fez voltar para a instituição de acolhimento. Decorrido o prazo, compareci ao juiz e fui obrigada a admitir que não tinha conseguido me reerguer. “Doutor, faça o que o senhor quiser. Eu sei que já perdi.” “Perdeu mesmo”, ele sentenciou. “Agora ela vai para a adoção.” Desolada, entrei em choque; passei a não

ver mais nada, nem sentido nenhum na minha vida. O que me impedia de cair no mundo, aprontar, roubar, me drogar, matar? Eu vivia anestesiada, nem sabia o que andava fazendo. Da minha filha, eu agora só tinha o retratinho tirado pelo supervisor da instituição, que eu contemplava chorando todos os dias.

Eu soube que haviam passado a Kelly para uma voluntária que havia feito amizade comigo na instituição. Ela, na ocasião, me tranquilizou, pois garantiu que cuidaria da minha filha para mim. “Fique sossegada, ela vai ficar comigo.” O marido dessa moça trabalhava num jornal. Mesmo tendo essa cabeça pirada, eu era muito inteligente. Guardei essas palavras no meu coração e acabei me recordando de que, no dia em que a minha mãe rejeitou a Kelly, essa mulher estava no gabinete do juiz. Ligando os pontos, fui embora com um fiapo de esperança.

A essas alturas, porém, como eu não tinha para onde ir, fui bater de novo a campainha daquela senhora da cidade na região metropolitana de BH e lhe propus ficar lá, ainda que tivesse de trabalhar de graça. Ela topou, claro, quem recusaria uma oferta dessa? Eu ali era explorada de verdade: trabalhava no restaurante e na casa dela sem ganhar um centavo, de segunda a segunda. Precisava de roupas, e não tinha; de cuidar dos dentes, e não podia; eram só migalhas que eu tinha. Fora a autoestima, lá no pé. Eu passava o dia calada, com a cara amarrada, pois a vida era só sofrimento.

Uma conhecida, num dado momento, perguntou se eu não queria trabalhar numa firma de conservação, à noite. “Ué, eu quero! Mas será que eles vão me aceitar? Eu sou meio esquisita, não sei nem conversar direito... O que eu sei é trabalhar. Boa de serviço eu sou.” Porque lá na instituição tinha isso, né? O lugar era enorme e quem limpava e arrumava tudo era a gente. Lavávamos banheiro, passávamos escovão, varriamos, encerávamos o chão inteirinho.

Hoje, aprontando para vir, me lembrei de uma coisa absurda. Na adolescência, ficávamos doidas para ir a festinhas aos sábados e domingos, os dias em que podíamos interagir com o sexo oposto e ter mais liberdade. A gente pegava um palitinho de fósforo, raspava naquela crosta de fungo preto que ficava no rejunte entre os azulejos do banheiro e passava no derredor dos olhos, como se fosse lápis. Só Deus, para ninguém se infectar com uma bactéria! E a mocinha saía toda, toda, se achando linda, maravilhosa”.

Fui à empresa, e o dono gostou de mim. Combinei com a minha patroa, então, que trabalharia de sete às sete; à noite eu faxinava. Foi meu primeiro

serviço com carteira assinada e atravessei um ano desse jeito. Todo dia eu ia dormir às 23 horas. Nessa guerra não me dei por vencida, porque queria minha filha de volta. Sem ela eu não podia ficar: trabalhar mesmo era só em prol dela.

Nisso, aos 20 anos, conheci meu marido e me casei. Pouco tempo depois, tive a segunda filha, Cláudia. Eu a amava, naturalmente, e a tratava com carinho, mas não desistia da Kelly. A paranoia permanecia, mesmo porque parei de trabalhar nesse período, mas eu não tocava no assunto com meu marido. Embora soubesse tudo da minha história - a instituição, a gravidez, a criança -, ele não tinha ideia de que eu pretendia reconquistá-la. Conteí apenas o necessário para que, se um dia eu a encontrasse, ele não fosse surpreendido.

Com o tempo, me deu a louca, fui ficando angustiada para saber o paradeiro dela. Eu conhecia o homem que a adotara, um repórter, e o tinha visto algumas vezes. Rumei para o local onde ele trabalhava, dei seu nome e pedi que o chamassem. Eu era muito simples, não sabia nem falar direito, mas, quando ele veio, me apresentei: “Prazer, sou a mãe da Kelly”. Ele se assustou para valer; até então, sempre tinha crido na esposa, que, mentindo, afirmou que o bebê que eles acolheram não tinha família. Eu também acreditara que ela cuidaria da criança apenas até que eu pudesse resgatá-la. O jornalista, chocado, garantiu que conversaria com a mulher e me ligaria. Eu disse que ia aguardar.

Dias depois, ela telefonou, declarando que eu podia ir à casa dela ver a Kelly. Na época, a menina estava com uns quatro anos. Enquanto a voluntária que a adotara me apresentava como “a mãe de barriga”, eu, chorando, abracei e beijei a pequena, que não entendia nada. Eufórica, supus que finalmente recuperaria minha filha.

A resposta, todavia, não foi a esperada. A mulher reconheceu a promessa feita, mas argumentou que não podia cumpri-la, porque legalmente a menina agora lhe pertencia; fincou pé que não tinha jeito, que o pai adotivo se apegara a ela e jamais a largaria. Sugeri, meio desapontada e tentando um acordo, visitá-la regularmente, mas isso me foi negado também.

Não considerei aquilo o fim. Como eu sabia onde o casal morava, pelo menos uma vez por semana, eu corria para ver minha filha. Escondida atrás dos carros, eu a espiava sendo levada à escola. Isso até o dia em que me pegaram no pulo. A mulher ficou furiosa:

- Você está nos perseguindo? Vou chamar a polícia e acabar com a sua vida.

- Por mim, tudo bem. Minha vida já acabou mesmo.

- Ah, é assim? Pois então eu vou acabar é com a vida da Kelly.

Com receio de que ela fizesse algo ruim à menina, parei de andar atrás deles. Enfiei na cabeça que precisava quietar, mesmo com o coração ferido, e seguir adiante. Quatro ou cinco anos depois, quando já havia nascido a Camila, minha terceira filha, batem à porta. Era ela, a mulher. A Kelly devia ter por volta de uns oito, nove anos de idade.

- Estou decidida a lhe entregar sua filha.

- Como assim, entregar minha filha?!

- Estou abrindo mão. Não quero mais ficar com ela. Se você não quiser de volta, vou deixá-la numa instituição de acolhimento, porque a gente pode fazer isso.

Fiquei enlouquecida e, querendo agarrar a oportunidade a todo custo, disse que ela podia vir. Não interessava o meu emocional, que estava em frangalhos, arreventado; não pensei no meu marido, nos meus outros filhos. É que as coisas do passado, quando se atinge certa etapa da vida, vêm em cima de você, trazendo um transtorno muito grande. No que eu disse “sim”, entrou meu marido: “Como assim, pode vir? Eu não aceito sua filha aqui, não. Eu conheci você como uma mulher que teve uma criança e doou. Eu não vou aceitar você com ela.”

Procurei convencê-lo, explicar que, se eu não a assumisse, ela não teria ninguém. Ele, irredutível; e de repente lá estava eu meditando um meio de largá-lo, de tomar as rédeas da situação, juntando as crianças e as sustentando com meu próprio trabalho. Eu já era uma mulher feita, madura, o sofrimento me fizera crescer e mudar de mentalidade. E reconquistar a Kelly era para mim uma questão de honra.

Mas concluí logo que não era assim que as coisas se resolveriam. As meninas, ainda pequenas, dependiam do meu marido, e aquela parte de mim que queria jogar tudo para o alto estava me afetando e precisava ser tratada. A vontade de fazer tudo do meu jeito conduzia meu casamento a uma crise. Aí a mulher que adotara a minha filha me aprontou uma maldade. Querendo se livrar do que se tornara um problema no próprio relacionamento conjugal - que, segundo ela, acabou por causa desse episódio -, ela me deu um ultimato: eu pegava a menina ou ela a daria para outra pessoa.

- Meu marido me amava, eu era o sol dele. Só que, depois que você pisou naquele jornal, você acabou com o meu casamento.

- Olhe, tentarei pensar numa solução, mas não posso ficar com a Kelly, meu marido não deixa.

- Problema seu; pensasse nisso antes de entrar na minha vida!

As coisas podiam ter seguido o curso normal, transcorrendo de forma mais positiva, se ela não tivesse sido tão egoísta. A menina, coitadinha, ficou perturbadíssima: aparece uma mãe que ela nem conhecia e de uma hora para outra soltam “esta é sua nova casa” para uma criança acostumada à maior mordomia, um quarto de princesa, brinquedos. O chão se abriu. Ela não queria morar comigo. Era como se vivenciasse o mesmo que passei com a minha mãe, com a diferença de que eu não tinha trazido para a Kelly as consequências ruins da violência que minha mãe aplicara em mim.

Não pude pegar minha filha, e a mulher passou-a para uma prima de terceiro grau, uma senhora evangélica bastante séria e conservadora, que vim a conhecer quando ela me procurou para avisar que eu poderia ver a Kelly em sua residência se quisesse.

Não era a situação que eu queria nem a proposta ideal, mas uma combinação que me expunha aos maiores constrangimentos. Aquela família, que me recebia de câmara filmadora na mão para supervisionar nossos encontros, me olhava como se eu não prestasse, como se tivesse jogado a menina no lixo. Comecei a visitá-la, mas por obrigação, sem alegria. Ela também ia à minha casa de vez em quando, porém meu marido não gostava e eu não conseguia abrir o coração para ela. Eu me sentia tão mal que, quando a Kelly completou doze anos, falei: “A partir de hoje não vou mais visitar você. Quando crescer, venha me procurar.”

Por quê? Porque eu já estava doente, não via sabor em mais nada nem em ninguém. O desdobramento desse tormento foi que desenvolvi a síndrome do pânico. Inicialmente, não procurei ajuda. Mas resolvi buscar socorro em Deus: procurei uma igreja evangélica e, aos poucos, finalmente consegui perdoar minha mãe, de quem eu guardara tanto ódio. Quando deixei que Deus entrasse, Ele foi transformando tudo: fui curada da depressão, dos traumas, das mágoas. Foi um trabalho de limpar, mesmo, tirar, arrancar o que estava me atrapalhando de caminhar. Fui esquecendo e hoje falo dessa situação sem

dor, porque é algo que ficou para trás. Decidi que queria ser outra mulher, uma nova criatura, diferente.

Fui criando as minhas filhas, para as quais nunca escondi nada dessa história, dando o meu melhor a elas e ao meu marido. Um belo dia, lá no centro da cidade, em um prédio comercial, enquanto eu amolava um alicate, uma moça linda bate nas minhas costas:

- Como é que a senhora chama?

- Meu nome é Marta.

- Prazer, o meu é Kelly.

Não dá para ficar extasiada com um trem desses? “Eu te conheci pela sua mão e pelos seus pés.” A menina nunca tinha tirado esses detalhes da mente dela. Contou que estava empregada numa loja de jóias ali do lado e, me observando falar com o funcionário, pensou de si para si: “Gente, eu conheço aquela mulher. Eu vou lá, vou pelo menos arriscar.” E eu disse, sem fôlego: “sou eu mesma”.

Ela está com 22 anos hoje. Menina, eu fiquei maravilhada. Chorei demais. A gente não acredita que pode ganhar um presente desses. Deus tinha prometido que ia me restituir a minha família, mas eu nem sonhava que seria dessa forma. Ela me abraçou, chorou muito. Explicou que estava no horário de trabalho e não podia conversar, mas me deu o telefone, porque queria entrar em contato em outro momento. Saindo de lá, liguei imediatamente para a minha segunda filha, que trabalha em um curso de idiomas em outro edifício da região central:

- Cláudia, você não sabe quem eu topei aqui no centro!

- Quem, mãe?

- Sua irmã, a Kelly, minha filha!

- Mãe, não acredito, é sério?

- Cacá, vou passar o endereço, você vai dar um pulo aqui na hora do almoço, minha filha, ela é linda demais!

E ela foi! Saiu às pressas para encontrar com a irmã. As duas se abraçaram, choraram juntas, aquela festa toda. Depois disso, propus à Kelly que marcássemos um dia para conversar. Ela aquiesceu, mas senti nela uma frieza grande.

Tinham colocado um monte de coisas na cabeça dela. Saímos, conversamos, contei o que acontecera na realidade, que eu nunca a abandonara, mas, naquela época, não podia optar, pois dependia do meu marido e tinha mais duas crianças. Ela entendeu.

Atualmente temos contato uma com a outra. Meus filhos são, hoje, três meninas e um rapaz: 22, 20, 17 e 9 anos. Kelly só não queria conhecer meu marido e ir novamente à nossa casa, porque, para ela, ele foi o pivô, o motivo de não ter havido a união. A gente ficou mais próxima: sempre que posso, vou lá, abraço, bato um papo; não é um vínculo de mãe para filha, mas gosto de vê-la, estamos juntas amiúde. E constato que nunca perdi essa menina, Deus a trouxe de volta da maneira mais natural, na hora certa.

Desde que eu disse que não a visitaria, ela ficou com aquela família. Eles foram para São Paulo e estiveram lá por um bom tempo. Depois, voltaram e ela começou a trabalhar aqui. Ela não quis me falar muita coisa e não entra em pormenores; se abre mais com a minha mais velha, as duas são bem amigas.

Eu esperei elas crescerem para arrumar um emprego e olha só onde fui parar: numa instituição de acolhimento para crianças de zero a sete anos num bairro da regional Pampulha. Penso que Deus tem um propósito para isso. Agora, comparativamente, é bem diferente: os meninos têm uma vida de rei, não é como nas antigas instituições. O pessoal tem um amor, um carinho... Eu me vejo em cada garoto que entra, eu os compreendo, costumo sentir a mesma dor que eles sentem. Não sou uma simples funcionária ali dentro. Cuido, alimento, brinco, exorto se for preciso, intervenho nas brigas entre eles, coisa de mãe mesmo. E, quando fico sabendo, naquela instituição, que alguém perdeu uma criança, desato a chorar. Vejo aquela mãe, toda desequilibrada, e um juiz, uma cuidadora, um psicólogo que não dá nada por aquela mulher, por aquele pai, e simplesmente retira deles os filhos, eu morro por dentro. Pois tudo aquilo tem uma causa. Ninguém se importa, ninguém quer saber do sentimento do outro, da raiz do problema.

Das minhas irmãs, nunca mais vi a mais velha, mas a mais nova soube que foi para São Paulo, casou-se, teve três filhos, depois se separou. Vez por outra, ela me dá um toque: da última vez ela mandou notícias de que tinha tirado carteira de habilitação de moto. Fico feliz de vê-la vencer. Minha mãe verdadeira já faleceu, há onze anos, mas tivemos um tempo para nos reconci-


liarmos e nos perdoarmos. Ela morreu logo depois. Eu não a culpo: ela teve um passado terrível, sofreu enormemente quando criança e carregou isso vida afora. Tenho ainda três meio-irmãos, filhos dela com o meu padrasto, que também está vivo e tem 75 anos. Com eles eu também convivo até hoje, a gente almoça junto, se reúne, temos amizade e adoramos estar juntos. Reencontrei também minha mãe de criação e tenho uma ligação estreita com ela.

Parei de estudar, mas leio muito, sempre trago uma literatura na bolsa. De ler em público, em voz alta, tenho dificuldade, não dou conta de seguir pausadamente, atropelo as vírgulas. Mas morro de vontade de pregar a Palavra. Com os meninos, na instituição, ensino do meu jeito, adaptando-me a eles. Toda noite, quando é meu plantão, vou narrando histórias de forma que tudo se desenrole na frente deles. Eu não sabia que tinha esse dom: ficam todos esperando, na expectativa de descobrir como vai acabar. Crio uma situação em que eu não precise ler, mas possa recontar as situações como se fosse um caso, inserindo-as no contexto deles.

Tenho vinte anos de casada: duas décadas! Uma data. E acabei colocando de novo em minha vida aquelas pessoas de quem fui afastada. Sou daquelas de procurar, entende? Quero ver, tocar, saber o que está acontecendo com eles, beijar, abraçar. Tenho isso comigo; se fosse depender dos outros, capaz que jamais houvesse intimidade. Eu, não, porque se criou uma nova Marta; aquela outra cheia de rancor, com uma carranca de todo tamanho, triste e decepcionada, morreu. Nasceu uma figura que se envolve com o próximo, ama, quer viver o bem. E nunca estive sozinha: Deus foi agindo e encontrei, pela fé, uma vida renovada. Um dos pilares que encontrei para estar de pé foi a fé em Cristo. Por isso eu oro, clamo a Deus que converta o coração dos pais aos filhos. É bíblico isso, e suplico que assim se realize, com quem necessita, como ocorreu comigo, com a minha filha.

Acho que o que eu mais queria eu alcancei: minha dignidade, o respeito das pessoas, a consciência do meu valor, do meu orgulho. Conquistei aqueles aspectos todos da minha trajetória antes desfigurados e os laços que eu havia perdido.

Mostrando as fotos, como boa mãe coruja (com razão, pois são todos jovens exuberantes, as moças de sorriso largo e o menino de olhar profundo), ela replica, sem pestanejar, à indagação do nome que devo atribuir-lhe: “Pode colocar Marta. Eu acho bonito.”



A reviravolta no destino de um menino de rua

*Cristiane Leite**

As tarefas do enfermeiro Bibi, que trabalha num grande hospital em Belo Horizonte, são de muita responsabilidade. Ele é encarregado de supervisionar o trabalho de enfermagem, na clínica cirúrgica, de pacientes recém-operados. É casado, mora num apartamento confortável, com eletrodomésticos, móveis, decoração... Uma casa de verdade, como ele sonhou em ter desde pequeno.

Essa história de sucesso teve tudo para ser mais uma com final triste, como de muitas pessoas que conhecem as drogas, não têm uma família estruturada. Bibi não teve uma infância saudável. Foi menino de rua. Passou toda a adolescência numa instituição de acolhimento. O que mudou o destino dele? Bibi teve mais que força de vontade. Ele contou com a ajuda de pessoas que são um belíssimo exemplo de amor ao próximo.

Bibi nasceu em 1987. Foi criado numa favela na região nordeste de Belo Horizonte. Ele e os três irmãos moravam num barracão, com a mãe, a avó e os tios. Na família, todos eram viciados em álcool e usuários de drogas, como maconha e *crack*. “Aos oito anos fui pra rua juntamente com meus tios e tias e ali aprendi a usar drogas, cola, tiner, etc. Estava viciado já com meus nove anos, sem esperança, sem destino na vida, vendo meus tios morrerem, sendo presos e meus amigos também indo para o mesmo caminho”, contou Bibi.

* Repórter da TV Globo Minas desde 2001.

Pós-graduada em Gestão Estratégica da Comunicação, IEC PUC Minas, conclusão em 2007.

Graduada em Jornalismo, PUC Minas, conclusão em 2000.

A matrícula na escola não era garantia de presença. Bibi não frequentava as aulas. Sem supervisão de um adulto responsável, ele ganhou as ruas. Passou a perambular pelo Centro, Savassi, região da Lagoinha. Pedia dinheiro nos sinais e para os pedestres. Roubou: “Juntava com os meninos maiores pra fazer arrastão. Roubava pulseiras, colares, carteiras. O dinheiro era pra comprar cola e tiner”, admitiu.

O menino costumava dormir embaixo de marquises. “Passava muito frio. Fome. Não tinha medo de nada. Nem de morrer, nem de ser atropelado. A gente ficava doidão o dia inteiro”, contou.

Era apenas uma criança! Privada de brincar, de estudar, de ter carinho da família, uma cama quentinha... “A única brincadeira nessa época era jogar bola. Brinquei muito pouco. Não tive infância”, desabafou.

Bibi só ia a sua casa de vez em quando. Ficava semanas, meses sumido da família. A mãe até procurou por ele algumas vezes. Mas a realidade da família era pouco atrativa. “Ficava na rua e na casa da minha avó, indo e voltando, mas ficava mais na rua, porque lá era melhor”, disse.

Apesar da pouca idade, Bibi sabia que precisava de ajuda. Um dia resolveu aceitar. Ele foi levado para uma fazenda de reabilitação numa cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Quase um ano em vão. A criança voltou para as ruas.

Em 1998, Bibi estava no Centro quando foi abordado por missionários de uma Organização Não Governamental. E ouviu palavras que tocaram o coração dele. “Falaram que Deus me amava e que tinha um plano maravilhoso pra minha vida”. Esses missionários deram o empurrão que Bibi precisava para mudar.

Aos 11 anos, Bibi foi para uma instituição de acolhimento, mantida por doações de estrangeiros. Outros vinte e oito meninos moravam na casa. “No meu primeiro dia, lembro que o obreiro da casa me apresentou pra turma. Cheguei todo empolgado e já conhecendo a casa toda. Foram mostradas as regras da casa, o horário de dormir, de ver televisão, a escala de tarefas, o que podia e o que não podia fazer”, lembrou.

Apesar do excesso de rigidez nas regras, algo ali fez o menino sentir um pouco de conforto e ele teve vontade de ficar. “A primeira impressão me fez sentir muito bem porque tinha uma casa pra ficar, comer na hora certa,

roupas, lazer. Gostei do estilo da casa e tudo que tinha lá: quadra, bicicletas, patins”, comentou.

Na primeira noite, não houve tristeza nem medo. Bibi estava seguro. “Só lembro que dormi bem como nunca tinha dormido, porque tinha cama própria, cobertor. Ouviu do obreiro: “Dorme com Deus e boa noite”. “Mas no início não foi fácil ficar na casa, devido aos vícios”, disse. Vícios que o levaram de volta às ruas três vezes. Mas um dia ele decidiu ficar em definitivo na instituição.

A força de vontade de Bibi foi surpreendente e proporcionou uma reviravolta em sua trajetória. Ele ficava de segunda a sexta-feira na instituição e voltava para casa da avó nos finais de semana. Mesmo com a tentação de ter as drogas por perto, o menino se manteve firme. Nunca mais usou tiner nem cola. “Eu decidi ficar quieto. Pensei: quero mudar. Não quero ficar assim”, contou.

Na instituição, Bibi descobriu o significado de amizade: “O que era mais engraçado eram as brincadeiras dos meninos, os apelidos, os acampamentos de férias, as brincadeiras com os obreiros”, lembrou.

A convivência com os missionários aos poucos amenizou o sofrimento do passado. E novos sentimentos foram surgindo. “Com o passar do tempo, as minhas figuras de referência foram os próprios obreiros da casa, que referenciaram minha vida como pai e mãe. Queria ter o caráter deles, o exemplo deles na minha vida”, disse.

Vieram mais responsabilidades. Para morar na instituição, era preciso estudar, ser bom aluno. “O medo que sempre tive era de não saber viver na sociedade como cidadão, de fracassar na vida. Meu sonho sempre foi o de ser alguém na vida. Na época, pensei em ser bombeiro militar”, contou. Sob acompanhamento dos missionários, o já adolescente terminou o ensino fundamental, fez o médio e prestou vestibular.

Eu conheci Bibi nessa instituição, onde fiz uma reportagem sobre a dificuldade de adoção de crianças que vivem em instituições de acolhimento e a importância de doações para o sustento das despesas. Bibi foi um dos entrevistados. Na época, ele já tinha 19 anos. Dezoito é a idade máxima que um adolescente pode permanecer numa instituição de acolhimento. Mas ele não tinha para onde ir. Sem estrutura familiar nem dinheiro, os missionários abriram uma exceção, e Bibi pôde continuar morando lá. Ele era mantido por um padrinho norte-americano, que financiou os estudos do jovem. Bibi fez

curso técnico em enfermagem e depois cursou a faculdade de Enfermagem numa instituição de ensino superior particular. A mensalidade custava quase 800 reais por mês. Lembro-me de que ele reclamou da dificuldade de conseguir um emprego, por causa da sua situação. Algo me tocou. Resolvi ajudar.

Ainda no *hall* do corredor da instituição, liguei para um amigo que, na época, era diretor de um hospital público. O médico se motivou a fazer o bem. Ele convidou Bibi para uma entrevista. O cardiologista relata como foi o primeiro encontro: “Ao chegar lá pela manhã, encontro um jovem de calção e chinelos na sala de espera. A minha primeira impressão não foi boa. Ele me pareceu inadequado para quem busca um emprego. Expliquei que assim não era um bom começo e que ele deveria retornar no dia seguinte com trajes adequados. A sua reação foi de humildade e ele me disse que voltaria. Aquela postura me conquistou e imediatamente percebi que estava diante de alguém que queria crescer e que valorizava as oportunidades”, lembrou o médico.

O menino de calção e chinelos voltou. Estava bem vestido. Houve uma longa conversa entre Bibi e o cardiologista. O passado do jovem emocionou o médico: “Sua vida, desde muito pequeno, foi uma luta diária pela sobrevivência e com várias lacunas afetivas e educacionais”, relatou.

Bibi se formou e voltou a fazer contato com o médico. Já tinha feito os estágios obrigatórios do curso, e era hora de conseguir uma vaga no mercado de trabalho. O cardiologista ligou para um amigo, diretor de outro hospital. “Solicitei uma oportunidade. Ele se sensibilizou com o relato, deu alguns telefonemas, encaminhando-o para o RH, onde foi orientado a aguardar uma vaga”, disse o médico. Mas a vaga estava demorando muito a sair: “Durante alguns meses eu ligava pra ele e sempre recebia a resposta de que ele teria feito todos os testes e ainda aguardava. Percebi nitidamente que a sua autoconfiança estava muito abalada. Percebia o sentimento de que as portas eram realmente fechadas pra ele. Chamei-o pra uma conversa e fiquei sabendo de várias pessoas que passaram na frente dele. Procurei me informar com o setor de RH, e a pessoa que me atendeu explicou que outros se saíram melhor na avaliação pessoal. Aquilo foi revoltante. Fui à diretoria do hospital e tive uma rápida conversa com o diretor, que falou: “Esse menino é um vencedor! A vida já virou as costas pra ele mil vezes, mas nós não vamos fazer isso”. Bibi começou a trabalhar lá na semana seguinte. “Daqui pra frente, manter-se no trabalho era com ele”, comemorou o médico.

Foi em 2011. O enfermeiro, na época com 24 anos, conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada. Bibi mal podia acreditar que tinha vencido: “O sentimento foi emocionante demais. Ele foi um paizão que eu não tive” (referindo-se ao médico que o ajudou). “Ele me deu uma oportunidade, me ajudou. Gratidão demais. Eu não tinha experiência, não sabia como lidar com as pessoas. Era imaturo, e o mercado de trabalho é cruel. O meu padrinho me aconselhava. Qualquer dificuldade que eu tinha eu ligava pra ele. Cresci bastante, fui melhorando”.

O “paizão” sempre recebe uma lembrança e um cartão de Bibi a cada ano completado no trabalho. “Sempre mantivemos contato regular com toda a liberdade de criticar e discutir abertamente situações tensas. Vejo no Bibi a humildade de retomar e reconsiderar suas posições aliadas à garra de perseguir a cada dia um passo maior. Hoje ele caminha com as próprias pernas e não precisa de nenhuma ajuda especial. Pra mim, foi uma vitória e uma honra contribuir nessa luta. Fico pensando em quantos se perdem pelo caminho por não terem tido chance alguma...”, disse o médico.

Bibi viveu na instituição de acolhimento por 13 anos. Saiu de lá para morar com um amigo e um irmão no bairro Tupi, na capital. Eles construíram uma casa e dividiam as despesas.

Eis que... o coração também se libertou! Bibi se apaixonou por uma técnica de enfermagem recém-contratada no hospital. Eles namoraram por três anos. E se casaram em 2013. O casal financiou um apartamento na região de Venda Nova. Finalmente, Bibi conheceu o significado das palavras lar e família. “Alegria total. Agradeço muito a Deus por tudo. Agora sim, eu sinto felicidade, prazer na vida. Encontrei uma parceira. Ela é muito guerreira, muito trabalhadora”, comemorou.

Essa história de superação não para por aí. O enfermeiro já fez duas especializações: em Terapia Intensiva Adulto e em Enfermagem do Trabalho. Agora, o desafio é ainda maior: Bibi estuda pelo menos seis horas por dia para tentar realizar outro sonho. Ele quer ser funcionário público. Também está nos planos ver a família crescer. Bibi planeja ter filhos: “Eu vou dar carinho, amor, dar o que eu não tive, estar presente o tempo todo, fazer as coisas de criança, divertir, fazer ‘para casa’. Ser um pai presente. Ter a família unida. Porque a minha não foi”, ponderou.

Bibi mantém contato com os parentes. A mãe parou de usar drogas, frequenta a casa dele. Os irmãos também participam das festas em família.

“O problema foi a falta de estrutura familiar. Não foi culpa dela. É o ambiente que ela teve, o caminho que ela teve. Eu não culpo ela não. Ela cuidou da gente como podia. Eu a perdoo”, disse, referindo-se à mãe.

Bibi amadureceu. O ex-menino de rua, que teve a chance de crescer na vida com o apoio de cidadãos do bem, aprendeu que gratidão é um sentimento nobre. “Deus colocou as pessoas no meu caminho. Se fosse por mim, talvez desse tudo errado. Com a ajuda dessas pessoas, cresci. Sou grato a todos. Se não fosse eles, eu não seria nada”, finalizou.

Jamais vou me esquecer da história de Bibi. Um guerreiro. Lutou contra vícios e contra todos os prognósticos ruins. O destino provável era a exclusão social. E lá está ele, trabalhando, vivendo uma vida normal. Venceu e vai longe, com a persistência e a coragem que tem desde menino. A generosidade do médico que o “apadrinhou” também vai ficar para sempre na minha memória. Pessoas assim são iluminadas. Fazer o bem sem pedir nada em troca é o mais puro gesto de amor. Sou testemunha de tudo isso. Sou privilegiada.



A *Via-crucis* de Carolina

Déa Januzzi*

Você acha que uma menina negra, pobre, muito pobre, que não sabe quem é o pai e cuja mãe morreu – ou foi assassinada – quando ela estava com dois anos, tem alguma chance na vida? Tem futuro uma menina que viveu acolhida institucionalmente dos 7 aos 23 anos? Você acha que uma menina que ficou paraplégica aos 13 anos, quando ainda estava institucionalizada, pode se dar bem na vida? Que, apesar dessas limitações, tinha o sonho de ser atleta e competir nas parolimpíadas? Que até hoje tem pesadelos – e chega a sentir o frio gelado da cama da instituição? Que levou surras e castigos até de freiras que deveriam zelar por sua proteção e educação? Se você respondeu ‘não’ a todas essas questões, errou. Você precisa urgentemente conhecer Carolina, de 43 anos, que hoje é auxiliar administrativa numa repartição pública.

Ela passou por tudo isso e muito mais, como você vai ficar sabendo neste relato de vida. Ela conseguiu vencer todos os obstáculos. Abrir brechas em portas fechadas, aproveitar cada oportunidade. É alegre, bem-humorada, brinca com todos por onde passa, tem amigas, inclusive ex-companheiras da instituição que se encontram uma vez por ano na casa de uma delas, no interior de Minas, onde ficaram internas durante um período de suas vidas. Juntas, elas celebram a vida.

Imagine quem é essa mulher hoje, que tinha tudo para desistir de seus sonhos, desejos e projetos. Mas insistiu e hoje tem a vida que sonhava atrás

* Déa Januzzi é jornalista e escritora. Trabalhou como repórter especial no Jornal Estado de Minas, em Belo Horizonte, por 39 anos. Autora da coluna Coração de Mãe e do livro do mesmo nome, já com edição esgotada. Em 1999 recebeu o prêmio Esso de Jornalismo (regional centro-oeste), com a série de reportagens *Criança no lixo nunca mais*. Em 2012, foi a vencedora do *Prêmio de Jornalismo Longevidade Bradesco Seguros*, ao traçar um panorama sobre o envelhecimento da população brasileira.

dos muros da instituição. Como Carolina conseguiu? Levando um dia de cada vez, pacientemente.

Para conhecê-la, é preciso chegar ao prédio onde trabalha e esperar um pouco, afinal, ela mora longe e vem de ônibus até o Centro da cidade.

De cadeira de rodas, ela tem que esperar pelo ônibus que possui elevador para portadores de necessidades especiais, o que pode levar horas, pois a manutenção desse equipamento é precária. Um está quebrado, o elevador do outro ônibus está emperrado. O seguinte não chega, o que não tira o bom humor de Carolina. O tempo não fecha para ela, que às vezes tem que enfrentar tempestades, com raios e trovoadas para chegar até o trabalho. É uma maratona para correr em direção aos seus objetivos.

Enquanto Carolina não vem, as colegas de trabalho dizem que “ela é uma lição de vida para todo mundo. Tem uma forte ligação com crianças que também a adoram. Em cada presente que oferece às pessoas, Carolina escreve um verso, faz um desenho colorido. “Veja a mesa dela ali atrás”, aponta a chefe de Carolina, “é toda enfeitada, com lápis diferentes e desenhos das crianças que vêm aqui. Ela é vaidosa, gosta de se aprontar, usa brincos grandes de argolas e aceita qualquer desafio no trabalho. É dedicada e prestativa”, ela vai traçando o perfil de Carolina, com admiração e respeito. Sem preconceito.

De repente, Carolina chega à sala de trabalho, no 7º andar do prédio. O elevador é adaptado para cadeira de rodas. Tímida no começo, Carolina vai se abrindo aos poucos como flor. “Desculpe o atraso, mas passaram vários ônibus que não tinham o elevador para subir com a cadeira, desculpe”, repete várias vezes.

Quem tem de pedir desculpas para Carolina é uma sociedade que não acolhe bem as diferenças e a orfandade de suas crianças e adolescentes, que não sabe o que fazer com uma menina que não se lembra nem do rosto da mãe. Só flashes de sua infância. “Ninguém tem foto da minha mãe para que eu possa conhecê-la”, lamenta-se. Ela sabe que a mãe trabalhava em um restaurante e era muito bonita. Às vezes lembro-me que ela usava um lenço na cabeça e um avental com um viés azul. O resto é um buraco negro, tudo vazio.” Nem a *causa mortis* ela sabe, apesar de achar que sua mãe foi assassinada, pois o corpo foi encontrado num aglomerado da capital. As pistas terminam aí.

Mas o que não sai da memória é que, aos dois anos, foi morar com a

madrinha. “Todos os dias ela saía para trabalhar e eu ficava com um dos filhos dela, de sete anos. Era ele quem me buscava na creche e a gente ia direto para a rua, soltar papagaio e brincar de finca. A gente aprontava, brigava na rua. Imagine um menino de 7 anos cuidando de uma menina de 2, até que a minha madrinha não deu mais conta e me mandou para a casa de uma filha dela que era casada. O fato é que essa filha não gostou nada da situação, porque eu era muito levada, não gostava de lavar as vasilhas nem de varrer a casa. Não podia brincar com os meninos na rua nem sair de casa. Ela era muito rígida.”

E o que a madrinha e a filha fizeram? Qual era o único lugar em Belo Horizonte para onde mandavam as crianças e adolescentes indisciplinados? Uma instituição de acolhimento era o lugar certo para tudo o que incomodava a sociedade na década de 1970, tudo o que era considerado à margem, os “infratores”. Em 1979, aos 7 anos, ela foi acolhida, com a mão cheia de balas dadas pela madrinha. “Quando chegamos na porta, ela deu tiau e desapareceu, dizendo que ia me visitar, o que nunca aconteceu.”

Mas ela esperava o dia de visitas. “Todo mundo era chamado e eu ficava perguntando se não tinha ninguém para me visitar. E as pessoas respondiam que não. Até o dia em que parei de esperar. Sabe aquela sensação de estar em uma ilha com alguns naufragos e todos vão sendo resgatados, só você é que não? Pois era exatamente assim que eu me sentia.”

Jamais se esqueceu também das roupas que os meninos da instituição de acolhimento usavam logo que chegavam. “Eram uns camisolões e também cortavam os cabelos das meninas e raspavam os dos meninos, por causa de piolhos. Assim, todos conheciam os meninos da instituição pelas características inconfundíveis.”

Carolina ficou apenas seis meses na capital, pois na época a instituição tinha convênio com algumas escolas do interior. “Eu e mais sete meninas fomos para outra cidade”. Se foi bom para ela? Não, diz Carolina categoricamente. Pela primeira vez em sua vida, ela conheceu o preconceito. “Eu era negra e menina de instituição, num colégio tradicional de freiras que recebia meninas da sociedade. Em regime de internato, nós recebíamos as piores roupas e sapatos, dormíamos no fundo do colégio e as outras na frente, nos melhores quartos. Na época, eu detestava ser negra, porque o tratamento por causa da cor era terrível, mas eu queria fazer tudo certinho para não ser, mais uma vez, descartada.”

Ela não viveu as agruras dos seus antepassados negros, que foram açoitados no tronco, mas ficou marcada, a “ferro e fogo” às lembranças das surras nas pernas e pelo depoimento cruel de uma psicóloga. Ela disse que Carolina nunca ia ser alguém na vida, que tinha tendência para a marginalidade e o crime.

É preciso dar um salto no tempo, antes de continuar a história. Todos os anos, quando desembarca na cidade do interior de Minas para o encontro com as colegas, ex-internas, Carolina tem vontade de procurar essa psicóloga para mostrar “a criminoso” em que se transformou, mas as meninas me seguram, não deixam, me dizem que tudo é passado.”

Voltando à história, ela saiu do colégio aos 10 anos. Alegaram que o convênio tinha terminado, não havia mais verbas. “Retornamos para uma instituição da capital. Lá, também, Carolina ficou pouco tempo, pois foi encaminhada a outra cidade mineira. “Foi ótimo, porque lá tive a oportunidade de aprender muito. As irmãs me receberam muito bem. A comida era bem gostosa, cada um tinha a sua própria carteira para estudar. A gente bordava e tinha tarefas a cumprir, mas foi lá que vi, pela primeira vez, uma piscina, então, me esbaldei.”

As freiras gostavam que as internas fossem passar as férias na casa de familiares. Como Carolina só tinha a madrinha, as freiras a enviaram para lá a contragosto. “Não gostei, me senti pressionada, fiquei sufocada na casa dela, eu queria sair de lá correndo.”

Um belo dia, Carolina começou a passar mal. Tinha 13 anos e sentia dormência nas pernas e dor nas costas. Ao tentar se levantar da cama, não conseguiu. No hospital, fiquei sabendo que estava com um tumor na medula que levou à compressão medular, causada por uma bactéria”. Antes mesmo da retirada do tumor, Carolina já estava paraplégica. “Eu não entendia o que estava acontecendo, mas quando saí do hospital a primeira coisa que me apresentaram foi uma cadeira de rodas. Eu não aceitei, chorei muito e pedi às enfermeiras que me deixassem ficar”.

Carolina não pôde voltar para o interior, pois havia escadas demais para uma portadora de necessidades especiais. De volta à instituição em Belo Horizonte, ficou quase quatro anos na convalescença, em quartinho pequeno com uma cama, que, com o tempo, ficou conhecido como o “quartinho da Carolina.”

Na verdade, a instituição não tinha para oferecer nem a cadeira de rodas. Ela ficava sentada na cadeira de banho ou na cama. Não tinha ainda controle

do esfíncter e fazia as necessidades nas roupas. Só quando tinha tempo, uma enfermeira vinha para trocá-la, o que levou a muitas feridas pelo corpo, escaras se abriram, emagreceu. Refém da deficiência, ela ficava no quarto, quieta, em lágrimas.

Sem festa de debutante, sem bolo de aniversário, sem presentes, sem o par ideal para a valsa, Carolina completou 15 anos no quarto da instituição. Ela foi ficando para trás, até que uma diretora da época resolveu mandá-la para uma unidade que era para portadores de necessidades especiais. Lá, ela terminou os estudos, começou a trabalhar nos arquivos, a fazer datilografia em uma máquina de escrever, e chegou até a estudar e conseguiu completar a 8ª série do primeiro grau. “Nesse tempo, fiquei morando na sala da assistente social que me ajudava em tudo, principalmente quando mudava o presidente da instituição. Ela dizia que eu trabalhava lá para não complicar a minha situação. Foi essa assistente social que a levou para o basquete, na Associação Mineira dos Paraplégicos, onde conheci o treinador que me salvou de mim mesma. Ele está na minha vida até hoje, é o técnico da seleção de basquete e foi uma das influências mais positivas da minha vida. Já competi nas Olimpíadas de Atlanta e joguei também na Argentina, agora ele está nos treinando para o Campeonato Mineiro de Basquete.

A história dessa menina bem poderia ter dado errado, mas ela resolveu estudar, já que não podia mais andar. E faz uma lista de todas as pessoas que passaram pela sua vida e a ajudaram a chegar aonde chegou. Ela registra, por exemplo, o péssimo tratamento dado pelas freiras de uma das instituições que conheceu, “que me mostraram a minha insignificância, que eu não valia muito. Então, eu disse para mim mesma que precisava me livrar daqueles pensamentos negativos, suavizar a fala das freiras para que pudesse continuar. Até hoje, quando sou rejeitada, volto à fala de uma das freiras. Sinto como se tivesse vivendo tudo de novo.”

Mas há boas lembranças também. De uma das freiras que “me ensinou demais. Ela me chamava de ‘morceguinha’ por causa dos meus dentes, dizia que eu tinha uma voz linda e me deixava cantar no coral na hora da missa na igreja. Participei de grupo de jovens e li dois livros decisivos na minha vida – *Polyana Moça* e *A Casa do Anjo da Guarda*.” Então, me vi na pele de Polyana e descobri que todos têm um anjo da guarda, que eu deveria ter o meu também.”

Pessoas que a ajudaram a ser quem é hoje, que ofereceram o melhor delas para Carolina. Se ela é feliz? Sim, do jeito que pode, pois consegue se suprir, mora em uma casa, onde os vizinhos são seus amigos. Gosta de ler e sabe escrever, tentou vestibular várias vezes para Veterinária, pois adora bichos, mas não conseguiu passar na principal universidade pública do Estado. Tentou Biologia numa universidade particular, ficou na lista de excedentes, mas não tinha dinheiro para pagar as mensalidades muito altas.

Carolina se orgulha de nunca ter desistido, de nunca ter deixado de se instruir, de pesquisar o que não sabe e tem no basquete a principal atividade da sua vida. “Quando ia para Atlanta, não tinha dinheiro, e os vizinhos e colegas fizeram uma “vaquinha” e me deram 400 dólares para a viagem. As ex-companheiras de instituição também me surpreendem a cada ano. Um dia me convidaram para ir almoçar e quando cheguei lá me deram dinheiro para comprar uma cadeira de rodas eletrônica.”

Desistir jamais. “Quando paro para pensar, fico triste, pois tive que me virar sozinha o tempo todo, instintivamente. Bati, apanhei, e às vezes sou violenta para me defender. Se alguém me hostiliza, eu respondo da mesma forma, mas na maioria das vezes sou brincalhona, bem-humorada e apronto com as colegas de trabalho. Acho que as pessoas gostam de mim.”

Namorados? Ela foi casada por dois anos, mas viveu um inferno. Ele morreu há oito anos de Acidente Vascular Cerebral Hemorrágico. Era alcoólatra e me perturbava muito, mas agora decidi ficar sozinha. Tenho namorados, mas cada um na sua casa. Filhos? Ela não pode ter, pois com a retirada do tumor, os médicos levaram também o útero.

Do signo de Virgem, ela frequenta um Centro Espírita e faz aulas de inglês, também no bairro onde mora.

Carolina faz artesanato, borda ponto de cruz que aprendeu com as freiras. Ela mesma faz a faxina da casa e quando não pode, por exemplo, limpar no alto da geladeira, “peço ajuda a um andante”, brinca ela. Ela vive com seus gatos e o único medo que ainda tem na vida é de rejeição. “Então, eu me transformo toda. Às vezes deixo de me relacionar para que não me rejeitem.”

Confessa que ser portadora de necessidades especiais não é fácil, que tem de tomar antidepressivos e algum remédio para dormir. “Tem dias que estou com fogo nas ventas, mas acho a vida muito boa.”

Vocês se lembram da menina lá do princípio da história? Sem pai nem mãe, interna por quase 20 anos? Pois ela venceu na vida. Driblou as próprias dificuldades, deu saltos, passes para acertar as cestas do caminho. Escreveu a própria história, com uma bela caligrafia.





A vida depois de vivida é para ser escrita e lida

*Murilo Tadeu**

Assino esse papel com as mãos algemadas. Preso. Escuto você me orientando como falar e compreendo que quer que eu fale com sentimento. Com meu espírito. E isso me faz um pouco livre. Eu sei falar de mim, do que sinto, vivi, sofri, passei. Estou aqui com você sem medo. Eles não vão tirar minhas algemas, não adianta você pedir. Posso assinar e conversar com você com as mãos presas. Eu sou preso, estou preso, mas sou livre.

Nasci às margens da Lagoa da Pampulha. Meu pai e minha mãe bebiam e fumavam muito. Éramos sete e levávamos uma vida muito pobre. Eu conto isso a você não porque me lembre, mas porque a minha avó me contou. A minha vida até os dois anos foi vivida com meus pais. Antes que eu e meus irmãos fôssemos separados e cortados. Com aquela idade, minha avó me levou para uma instituição de acolhimento. Eu e meus irmãos também. Fomos separados. Cortados e partidos. Repito isso para dizer que foi isso mesmo, muitas vezes na minha memória. Cada um de nós foi para uma creche dessa instituição. Éramos sete, ou ainda somos sete. Sobreviventes. Tanto minha mãe quanto meu pai bebiam muita pinga! E fumavam cigarros. Demais! Berberam tanto que morreram de cirrose. Os dois.

Da vida sob a lona não lembro muito, mas está em mim de alguma forma. As lembranças que eu não tenho eu levo comigo. Estranho levar a lembrança do que não se lembra, mas é isso. A minha avó, durante as visitas que me

* Murilo Tadeu Moreira Silva é psicólogo, mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e Analista de Políticas Públicas em Desenvolvimento da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SEDESE).

fazia na creche, me contou. Ela assentava as recordações em mim como tijolos: com fatos e casos. O certo é que meus pais não tinham, ou as pessoas viram que eles não tinham condições de cuidar dos filhos. A instituição de acolhimento podia cuidar de nós. Foi o que minha avó pensou para que não ficássemos com um pai e uma mãe sem condições de nos criar. Vivíamos num terreno capinado, numa tenda de lona sustentada por estacas de eucaliptos. Era a nossa casa. A casa da minha família.

Fui para uma instituição de acolhimento localizada numa cidade próxima de Belo Horizonte. Fui descobrindo, enquanto crescia, que era um lugar lindo. Uma casa grande. Bonita. Exatamente igual às gravuras dos livros de estória que lia. Havia muitos livros de estória na instituição. Livros de imaginação - para sonhar. O diretor era muito bom. Nunca o chamei de pai, não era meu pai, mas eu sinto que ele era alguém assim. Bem... Ele era assim como pai, embora eu nunca o tenha chamado de pai. De alguma maneira, eu era filho, e ele era pai. Sem eu saber e querer que ele fosse pai. Eu nunca o chamei de pai, pois o nome de pai não existiu em mim. Só o carinho de sentir pai. Carinho é o que faz de alguém ser pai e filho, mesmo que não se chame de pai. Alguém bom. Houve quem fosse embora por causa desse amor que alguém encontrou. Amor de quem quer alguém como pai e alguém que quer alguém como filho. Houve uma menina que foi adotada por italianos... As babás da instituição eram muito boas. Tinham carinho. Tinham muito cuidado conosco. Demais.

Minha avó me visitava quando podia. Visitava com alguma frequência. Ela me contava como era a minha vida com meus pais e meus irmãos. Ela lembrava a minha vida para mim. Ela lembrava... Lembrava da minha vida para mim. Vovó me pediu que, quando eu crescesse, plantasse uma macieira. Ela, às vezes, trazia uma maçã para mim embrulhada no jornal e no papel azul. A vida na instituição era boa. Tínhamos alegria. Todos ajudavam no trabalho diário. Tinha a horta, lavávamos os utensílios da cozinha, quem era grande arrumava as camas, os grandes ajudavam os pequenos e o diretor era muito bom para todos. Eram mais de 100 meninos e meninas vivendo bem. A mulher do diretor tinha outros filhos e eles ficavam com a gente. Ela ajudava a cuidar da gente. Organizava o serviço. Era muito trabalho... Muitas crianças juntas sem família. Imagina, moço, tudo fica grande, tudo fica dobrado, enorme - a algarra, o choro, todos querendo alguma coisa. Tudo é muito. Tudo se dobra em uma creche com tantos pequenos e médios juntos. Gente. Nós todos...

Por volta dos doze ou treze anos, minha vida mudou. Caiu. Piorou. Um rapaz puxou o tapete do diretor. E quem puxou o tapete do diretor virou o diretor. Novas regras. Vida nova. Tudo diferente. O novo diretor mudou tudo. Acabou o carinho. O antigo diretor reuniu todo mundo e explicou o motivo. O acontecido foi explicado. O acontecido foi ruim para nós. Sonhávamos um sonho junto com o antigo diretor. O sonho era que uma empresa de mineração da cidade daria um terreno grande em volta da creche. Então seriam construídas casas onde nós iríamos morar, e o antigo diretor iria nos orientar na vida até ficarmos adultos. O sonho dessa vida acabou. O novo diretor era mau. Ruim para nós.

Um grupo de sete meninos não aceitou a substituição. Ficamos rebeldes, e a raiva virou coragem de atitude. O sofrimento virou vida. A dor calada grita atitude. Revoltamo-nos e decidimos fugir. O plano de fuga foi realizado assim: fomos ao almoxarifado e pegamos leite em pó, biscoitos, amendoim e sabão em pó. E mais algumas coisas. Coisas que podem ser carregadas. Não sei por que pegamos essas coisas. Não sei se pegamos. Bem, roubamos. O que era roubar para nós? Não sei quando se pega ou se rouba. Não sei. A vida roubou muita coisa de mim! Roubou ou pegou? Só sei que então fugimos. Fugimos, margeando o córrego da cidade, para irmos para a casa do antigo diretor. A mata era fechada e escura como descreviam as estórias que líamos nos livros doados para a instituição. Furei um pacote de sabão em pó e fiz como fizeram Joãozinho e Maria. Fui deixando um rastro, pois, se precisássemos voltar, eu saberia o caminho de volta. Pela trilha do sabão em pó. Depois vi que isso era impossível. O caminho de volta é muito difícil. Quando se vai, não dá mais para voltar. A vida só vai mesmo. Na mata fechada, o que é um rastro azul no imenso das folhas, árvores, ramos e garranchos? Coisas de menino eu fiz. Depois pensei que isso poderia fazer com que eles nos seguissem. Lembrei do Tarzan. Eu adorava os filmes do Tarzan. Lembra dos truques e do que fazia na floresta. Então fomos andando pelas águas frias e rasas do riacho pensando que assim os cachorros não farejariam o nosso rastro. Demos todo o amendoim para os micos e macacos maiores no trajeto. Isso foi engraçado, foi de revolta também. No meio do que é triste, tem alguma coisa de brincadeira. No fundo, era revolta. Fugir e partir... Isso é revolta. Assim fomos dar no campo de futebol. Chegamos a um bar e pedimos comida. Eram sete. Chorávamos de fome. Éramos sete meninos. Ser maltratados era pior

do que fugir pela mata. Fugir é acreditar que tudo pode melhorar correndo! Deixando o sofrer para trás, mas sofrendo e doendo junto. Medo de ir para onde não se sabe. Sofrer dói muito e sabíamos que, mesmo voltando, o carinho antigo não nos esperava mais. A volta não seria a mesma. A instituição havia mudado. Fomos ao encontro de quem gostava de nós. Fomos procurar o sonho que sonhamos com ele. Fomos atrás do antigo diretor. Queríamos ficar junto dele e estávamos decididos a chegar até a casa dele. Ficar com ele. Viver com ele. Paramos de sofrer e chorar. Matar a fome de comida e de vida. Fugimos revoltados. Perdemos o carinho. Não queríamos mais voltar para a instituição sem ele. Fugimos para ficar com ele. O motivo foi a revolta mesmo. A maioria das mudanças na vida da gente é ocasionada pela revolta. Nos revoltamos. Fomos em frente com a fuga. Fugimos do sofrimento para o sofrimento da mata escura: é um sofrimento por outra vida. O medo de fugir trazia dúvida, mas tinha certeza de buscar. Sair do que te faz sofrer.

Chegamos até o campo de futebol de um clube. Tinha o bar. Pedimos comida. Sentíamos muita fome. Caminhamos muito. Andamos sobre o sofrimento. Vencemos o medo. Queríamos parar com aquele sofrimento. Achávamos que era injusto aquele que nos cativou não ser mais o diretor. O dono do restaurante e sua mulher trouxeram uma panela de mexido. Panela grande. Com duas garrafas de Coca-Cola de vidro, daquelas grandes de antigamente. Dissemos que lavaríamos as vasilhas, varreríamos o chão. Fazíamos isso na instituição sem problema. Com verdade de vontade. Lá era como se nossa casa fosse. Comemos o mexido com muita fome. Conversamos com o senhor do restaurante, que nos perguntou para onde estávamos indo. Contamos a ele, e então seguimos para nosso destino. Chegamos lá e revimos o antigo diretor. Ficamos muito alegres e felizes. Durou pouco. Chorávamos, contávamos todas as novidades, o sofrer, perder o antigo diretor daquele jeito e a mulher dele. Reclamamos de tudo. Adorávamos os dois. Toda a instituição, todos os meninos e meninas perderam, perdemos. Nós. A vida com ele na instituição era boa. Tivemos mais certeza disso quando ele saiu. Sofri. Tudo caiu. Passaram a judiar da gente. E a saudade judia mais. Se a vida judia, a lembrança judia mais ainda. As lembranças judiam de nós. A imaginação judia até hoje...

Estou lembrando agora, olhando para você, que sofri muito com um acontecimento. Estávamos assistindo ao velório do Tancredo Neves na sala grande. A televisão ligada e todos os meninos em volta. Chegou a carta. Acho que

era uma carta da minha avó. Ela era uma negra forte, gorda e muito saudável. Fazia frio e tinha uma garoa fria. Gelada. A carta chegou. Leram a carta em voz alta que contava que meu pai havia morrido. Minha mãe também. Havia alguns meses de diferença um do outro. Morreram. O que eu não tive tinha acabado de acabar. Os pais. O que nunca tive deixei de ter. Ter pais e não ter ao perdê-los é perder a perda que já foi perdida. Isso dói muito. Dói em dobro. No papel, são os pais e assim são só nomes, mas, quando você fala de pais, é gente: se não está vivo, pior. Dói. O diretor foi tão ruim que leu a carta para todo mundo ouvir.

Como leram alto - a carta -, todos souberam que eu não tinha mais com quem sonhar. Meus pais morreram. O motivo de sonhar com uma família acabou. Na instituição, nós sabíamos que nunca iríamos mais ter família. Mas, quando as pessoas do sonho e da vontade morrem, o sonho fica oco. O sonho e a vontade vão embora como o sono depois de dormido, e amanhece tudo gelado como de costume naquela cidade. Nunca o que um dia tivemos vamos ter de novo. Foi o sonho do que eu nunca tive, mas teve um dia o sonho de um dia poder contar que tive um sonho.

Naquele dia, revoltei. Gritei. Chorei. Corri pelos corredores. Gritei muito. Foi *bullying*. Todo mundo riu de mim. A sala inteira cheia de meninos - rindo da minha desgraça. Perdi meus pais. Perdi pais que não foram direito meus pais. Era a ideia de pais. É assim: rir da desgraça do outro é um pouco rir da sua própria desgraça, pois todos nós tínhamos uma desgraça. Ninguém fica em uma instituição se tem família, se tem pai e mãe como a Sagrada Família - de Jesus. Tive um desespero de saber que havia perdido aquilo que imaginava ter. Nem lembro bem o que tive de família. Que vida tive com meus pais. Tive meus pais, eles existiram. A ideia de pais é que fica. Fica mesmo a lembrança. Lembrança mesmo daquilo que não tivemos, mas fiquei com as histórias que minha avó me contou. A vida que tive, ou que acho que tive. A vida com meus pais foi contada!

No momento em que leram a carta no meio dos meninos, me deu desespero, ódio... Fiquei nervoso, riram da minha desgraça, sem graça. Todo mundo tem desgraça, uma hora ou outra. Uma hora ela é sua, e todo mundo assiste essa hora como assiste televisão. Ao vivo. Você também deve lembrar-se do seu desespero quando me ouve falar do meu desespero. Eu gritei, chorei. Eu chorei mais ainda. Tinha gente para assistir a minha desgraça. Quando alguém

assiste o seu desespero e ri, você desespera o desespero mais ainda com ódio. Quando você se desespera e alguém te consola, sua alma dá um soluço. Uma alma assim entende outra alma. Quando você sofre e riem de você, riem para ficar distante daquilo que te faz, ou vai te fazer sofrer. Eu já ri da desgraça dos meninos, e assim a gente descarrega sua desgraça em uma gozação má.

Depois que fugi para a casa do antigo diretor, junto com outros meninos, ele nos colocou no carro dele e voltamos para a instituição. Houve uma conversa entre eles e nós. O antigo diretor pediu para não sermos castigados. O sofrimento na instituição sem ele durou muito tempo, até o dia em que passaram a fazer as listas para transferir os meninos que já estavam ficando grandes. Estava deixando para trás um tempo bom. Cuidávamos das hortaliças, das roupas, como se tudo fosse nosso. Como se tudo nos pertencesse. Vivemos por muito tempo o sonho do antigo diretor, de construir várias casas nas redondezas da instituição para que os meninos que fossem crescendo morassem lá sob sua orientação. Tudo se desmoronou! Nossos sonhos. O antigo diretor queria que fossem doados terrenos onde seriam construídas as casas. Seriam montadas fábricas, a padaria onde iríamos trabalhar e a prefeitura iria construir uma escola. Era um sonho que podia ter virado verdade. Com a saída do antigo diretor, eu fiquei perdido, fiquei mais sozinho, sem sonho e sem sono que faz sonho. Foi tudo perdido! Quando acaba o sonho, perdemos o chão. O pior nos aconteceu: perdemos o sonho e quem sonhava conosco! Éramos unidos, por isso sonhávamos o mesmo sonho com o antigo diretor.

Nosso sonho era morar em uma casa com alguns meninos que tivessem maior entrosamento. Haveria outras casas por perto, e o antigo diretor iria nos orientar e zelar por nós. Tudo isso acabou. Na instituição, havia 180 meninos e meninas, e todos eram orientados pelo antigo diretor. Os setores tinham as suas babás, que cuidavam de nós, mas o antigo diretor cuidava, dava atenção e carinho, conversava conosco, juntava todo mundo na sala da lareira. Naquele tempo, tudo era dividido: as tarefas, a atenção, o carinho e as esperanças. O antigo diretor dava remédio para os meninos mais rebeldes, que não queriam tomar e às vezes queriam era morrer e acabar.

Fui transferido para uma instituição do interior e os meninos que fugiram comigo. Lá, aconteceu uma coincidência. Encontrei um irmão. O Leandro. Exatamente o menino com quem brigava muito. Tínhamos o sobrenome e os

mesmos nomes dos pais. Descobrimos nas fichas. Falaram que éramos mesmo irmãos. Eu tinha iniciativa e conversava bem. Tinha a 6ª série e estava fazendo a 7ª. Então fui ajudar o advogado da instituição. Fazia várias coisas. Eu ajudava o Dr. José do Carmo no que sabia, no que podia. Eu fiquei orgulhoso.

Aos catorze anos, veio uma ordem da instituição de Belo Horizonte. Tínhamos que voltar para as famílias ou para o que havia sobrado delas. Os aparentados foram reunidos. Os irmãos se juntaram. Eu e meus irmãos fomos para o inferno. Fomos morar com os meus tios. Maria e José. Para eles, éramos pivetes - meninos de instituição. Éramos pivetes de instituição e de má fama: ladrãozinho, trambiqueiro, malandro, safado e tudo que se pode dizer que magoa e dói. Perdi meus pais com cirrose. Cirrose é uma coisa amarga de tanto beber.

E minha vida ficou pior. Lá era o inferno. Chuveiro frio, comida medida, contada. Tudo na miséria da maldade. Se, com os meus pais a falta era da pobreza, com os meus tios era a miséria feita pela ruindade. Não podia dar certo. Não deu certo. Deu nova separação. Separaram-nos novamente. Voltamos novamente para a instituição. Duas irmãs e cinco irmãos foram distribuídos como coisas transferidas para aqui e ali. Coisas desajeitadas, sem lugar, que não cabiam e não se encaixavam... Em lugar algum.

Fui mandado para uma instituição de Belo Horizonte. Fui maltratado. Sofri. Fiquei sofrido. Então o sofrimento vai se depositando e se empilhando - sofrimento dolorido. Lembranças. Diante de tanto sofrimento, vem a vontade de mudar e fugir. Fugir. Tomei carona e voltei para a cidade onde havia sido institucionalizado pela primeira vez. Não havia mais para onde voltar. Voltar para onde? Onde não havia, não existia um lugar para sentir bem nem melhor. Fugir foi o melhor. Sou fugitivo da vida, mesmo agora que estou preso aqui na cadeia.

Voltando para aquela cidade, fui morar na Mata. Vivi na mata dos quinze até os 20 anos. Engraçado. Fui morar no caminho da minha fuga. Quando fui para a Mata, tinha quatorze para quinze anos, pois fiquei seis meses numa instituição, em Belo Horizonte. Vivía comendo frutas, roubando roupas no varal das pessoas, à noite. Roubava comida, pegava galinhas. Ainda faço confusão com o que é roubar e pegar! Nessa vida de pegar, roubar, fui traficar droga. Primeiro se experimenta a droga. Eu peguei a droga, fumei, cheirei,

peguei o cachimbo. Quando se precisa e não tem como ter a droga, a gente passa a pegar e a roubar para poder ter seu vício. Param de te dar a droga, mas, para ter a droga, você tem que pagar por ela. Se você não sabe fazer nada, não tem ofício, o que acontece? Você começa a pegar a droga para vender! Viu? Pegar, roubar. O que é tudo isso? Não tenho vergonha de contar nada para você! Eu estou aqui porque a minha vida ficou difícil de ser vivida e a droga chegou nela para me tirar da fome, do esquecimento, uma vez que a droga dá uma coisa boa de prazer. Depois eu tinha que viver, comprar comida, viver. A gente vive, sobrevive, pega, rouba e trafica.

A mata é linda como a vida, mas a vida na mata é difícil, e a vida na vida é difícil. Triste. Eu encontrei Deus na cadeia. Acho que eu não aceitava ser e ter tido a vida que tive. Acredito que Deus vem tratando do meu coração, mas tratar de um coração muito judiado não é fácil. Até para Deus tocar meu coração e mudar quem fui e sou não é fácil. Acredito que posso ser melhor a cada dia. Não sei exatamente como. Tento. É difícil, pois perdi muito amor, não tive amor, vivi me arranhando pela vida afora. A mata da vida me maltratou. Judiou de mim. Quando você me olha, entendo que me entende. Conteí tudo isso para que você coloque no livro de estórias que vivi assim. A sociedade me rejeita, porque não tive família, fiquei aqui e ali. Fiquei pelos caminhos. Não me deram muita coisa. Como poderiam esperar que tivesse uma vida diferente da vida que vivi? Era nada, mas para mim eu fui o que essa estória te conta. Eu sinto que você acha a minha estória valiosa, pois você pediu que tirassem minhas algemas. Não tiraram! Você me considerou, não teve medo. Eu não sou perigoso! Eu trafiquei, eu disse para o juiz. Eu, quando era criança, nunca soube quem era juiz e promotor. Só tinha visto psicólogas e assistentes sociais. Ah! Eu encontro as babás que cuidaram de mim na instituição. Ainda encontro com elas, ainda as vejo hoje em dia.

Ah! Eu gostei de contar para você o que fui e sou. Eu saí do cubículo em que estava com outros rapazes e homens da cadeia. Todo mundo aqui praticou atos que nos trouxeram para cá. Eu olho para você e enxergo alguém que me escuta sem me julgar. O juiz me deu uma sentença, mas eu já cumpri a minha sentença. Minha vida é uma sentença, e você sabe disso. Eu conteí minha sentença para você. Tive uma vida de castigo. Do que precisei eu não tive. Tive sim um pouco do antigo diretor! O pouco que tive ainda me faz vivo e lembro. Lembro-me do pouco que tive.

Agora acabou minha estória de vida, não é? Fico aqui e você vai! Peço que você escreva que eu vivi e diga que a estória ainda continua, o livro que irão escrever vai ser lido, e minha vida vai continuar sendo vivida quando lerem. A vida é também imaginação de lembrar, de gostar sem mesmo saber de quem gostar, para quê e por quê.

Vai... Escreve a estória da minha vida, moço, a vida depois de vivida é para ser escrita e lida. É a mesma vida minha, mas é outra vida, pois cada um que lê sobre uma vida entende uma coisa...





A vida e seus “talvez”

*Leticia Lima**

Talvez, se nessa época ele tivesse alguém com quem conversar, se não fosse inocente, se pudesse encontrar dona Lourdes ou dona Celeste, para acalantar seu coração e lhe dizer que aquilo não era o curso normal da vida, mas que ia passar, ele se sentiria mais seguro. Mas o que se passou naquele dia, quando tinha cerca de três anos, nunca se apagou da sua memória. O tempo é aproximado, porque a lembrança é composta por flashes típicos da tenra idade.

André morava em um barracão em Betim com mais dois irmãos. Sara já andava, mas Lucas era de berço. Ainda moravam lá a mãe e o padrasto, tio dos meninos. A mãe não estava naquele dia em que os policiais foram até sua casa. Eles foram buscar as crianças, sob alegação de serem vítimas de abandono e maus-tratos.

Do lado de fora, policiais tentavam entrar na casa; lá dentro, André, do outro lado da porta, tentando, com todas as suas forças, impedir aquela entrada. Afinal, tinha recebido ordem da mãe de cuidar das crianças e não deixar ninguém entrar. Os policiais podiam ver pela janela o menino segurando a porta e não podiam forçá-la para não o machucar, mas, por fim, a porta cedeu aos adultos. E nesse momento, os três foram levados para a viatura.

– Vamos ter que levar vocês para a instituição de acolhimento – é disso que me lembro.

* Leticia Lima é jornalista, formada pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Formou-se em 2002. Trabalha no Tribunal de Justiça de Minas Gerais desde 2003. Foi coordenadora de Imprensa da instituição de 2007 a 2014, quando assumiu o cargo de Assessora de Comunicação. Possui especialização em Comunicação Interna e Gestão de Pessoas.

O acontecido foi fruto de denúncia de vizinhos, que ficavam incomodados com o fato de as crianças ficarem sem os pais. Dizem que a mãe tinha ido levar o padraço ao médico, porque estava passando mal por conta de bebida.

– Mas não sei se foi isso. Embora ele já tivesse histórico de bebida, não sei se foi isso. Ele era motorista de ônibus, então não acho que foi por bebida. Alguma coisa aconteceu, e ela teve que sair. Só que os vizinhos já não gostavam de ver a gente andando pra lá e pra cá, da forma como a gente tava vivendo. Minha mãe não trabalhava, a gente morava num barraco de madeira. Aí resolveram denunciar. A gente foi recolhido. No dia seguinte, eles falaram: sua mãe estava alcoolizada e não tinha ninguém perto de vocês.

Na instituição, André não se recorda se houve algum tipo de explicação, alguma conversa sobre o porquê de estar ali. Mas ele sentia que sua mãe o veria um dia.

No início, não entendia por que não estava com a mãe. Ela ia visitá-los na instituição todos os domingos, mesmo alcoolizada.

– Ela chegava a ser barrada, porque não podia entrar alcoolizada. Mas ela sempre estava lá no portão, esperando, pelo menos, pra gente dar um tchauzinho. O interessante é que ela não era estudada, mas sempre dava um jeitinho e aparecia. Os meninos ficavam zoando. Diziam: “Minha mãe vai vir me ver e a sua não, porque ela não sabe ler nem escrever e não vai encontrar o caminho”. E, às vezes, pais de outros meninos que moravam até mais próximo não iam, não visitavam, e ela todo domingo tava lá. Sempre presente, isso durante muito tempo.

Então André pensava: só vejo minha mãe aos domingos, porque ela vem aqui. Se ela não vier mais, não tem como eu ver. Não sabia onde ela morava. Nem a equipe que a acompanhava sabia direito, porque ficaram ela e o padraço, e eles mudavam sempre.

Na primeira instituição, havia um monte de crianças e adolescentes. Novo, André não se lembra dos primeiros dias ali. Aliás, com o tempo, nem sabia mais que tinha irmãos. É que os homens ficavam separados das mulheres, havia separação por idade também. Foram seis anos de separação dos entes familiares.

– Se falasse que eu tinha irmãos, naquele momento, não tinha tanta importância, não sabia o significado disso. Mas logo depois que fiquei sabendo que tinha, isso gerou uma preocupação.

Preocupação que fez André tentar estar mais próximo deles. Quando se mudaram para a instituição de Nova Lima é que a assistente social explicou que tinha irmãos e que estavam sendo transferidos, porque estavam criando um novo sistema. Foi aí que passou a ter um convívio fraterno. Nessa instituição falaram: “Vocês são irmãos, têm que ficar juntos, não podem se separar”.

André tomou aquilo como regra. E negou até uma adoção para se manter unido aos irmãos. Assunto que surgiu por meio de contato espontâneo que tinha com uma funcionária em especial. Nessa instituição, existiam duas funcionárias que o acompanhavam mais de perto: dona Lourdes e dona Celeste. Aquela trabalhava na lavanderia, e esta, cortando as unhas, cuidando dos cabelos dos meninos.

– A dona Celeste falava muito bem, falava da vida, que aquilo ali não era para sempre, que não era normal estar ali, que só estavam ali, porque o governo estava tentando proteger as crianças, de uma forma que não sabiam como, ainda, mas que iam melhorar as coisas.

E, na maior parte do tempo, quando tinha alguma briga ou confusão, André ia para a lavanderia, ficar lá, com dona Lourdes, por quem tinha muito apreço. Ela olhava pela saúde dos meninos também, levando no posto, vendo se havia machucado. Um casal de parentes próximo a ela tinha interesse em adoção. Então, apadrinharam André.

Férias, foram muitas as que passou na casa deles. E eles queriam adotar uma criança, mas já tinham dois filhos e não poderiam adotar os outros dois irmãos.

– Eu gostava muito deles, a convivência era bacana: eu ia pra lá aos fins de semana, férias, sempre que dava, às vezes, tinha festa da família e eles me levavam. Eu participava de tudo, só que eu optei por não ser adotado. Nas conversas preliminares, já manifestei o desejo de não ser adotado. Falei: Eu quero ir, eu gosto muito de vocês, mas não posso ser adotado, porque meus irmãos vão ficar.

“Se fosse adotado como iria procurar por eles depois?”, era o que se passava na cabeça daquele garoto com menos de 10 anos de idade.

– Então optei por não ser adotado. Porque eu sabia que tinha irmãos e sei como ficariam, como se sentiriam se soubessem que eu tinha sido adotado e eles não, então optei por não ser.

Medo. Era esse o sentimento de André. Ele tinha medo de ficar sem os irmãos, de eles serem adotados, quando ele mesmo tinha optado por não o ser. Seria como se novamente a porta do barracão estivesse sendo aberta. E forças os separassem. Também tinha receio de perder o contato com a mãe. Quando saíram de Nova Lima para outra instituição, ela demorou cerca de dois anos para conseguir localizar os filhos.

Outro medo que tinha era sofrer discriminação. Tinha medo de chegar na sala de aula e ser discriminado, já que estudava em escola com alunos que não eram seus colegas de instituição. Mas refletindo se sente aliviado.

– Engraçado que eu passei por isso tudo e nunca sofri discriminação, nem por cor, nem por sexo, nem por ser de instituição de acolhimento. Por nada.

Também não se recorda de ter sofrido maus-tratos.

– Lembro que minha mãe bebia, lembro dela bêbada no chão, mas de violência, de ela chegar a bater, ela ou o companheiro, nunca presenciei. O que lembro que acontecia é que ele marcava as coisas, marcava a comida. Falava: Ó, enquanto a gente não chegar, ninguém pode comer. E ele falava que era um jeito de controlar o dinheiro que ele ganhava para dar conta da família. E os vizinhos não gostavam disso. Ele deixava a gente no barraco, saía e deixava a gente lá o dia inteiro. Saía, voltava tarde, bebia. O que eu lembro era que a gente não podia comer, mas violência, de bater, não tenho relatos, meus irmãos também não se queixam, hoje, então acredito que não teve.

Mas dona Celeste e dona Lourdes tinham certeza de que isso estava errado, mas falavam de outra forma, e o aconselhava a não desanimar, a não ficar revoltado. Elas se tonaram indispensáveis em sua vida. Viraram referência para ele. As duas, desde o início, falavam:

– Vocês estão aqui, mas não deve ser assim, não. Crianças como vocês deveriam estar junto de pai e mãe, e seus pais deveriam ser responsáveis por vocês. Mas não se preocupem, porque as coisas acontecem por melhoras, vão ter pessoas boas para ajudar vocês, para encaminhar. Se acontecer alguma coisa de ruim, se estiverem chateados, magoados, não guardem rancor, porque lá na frente pessoas boas irão aparecer e vão dar uma ajuda. Em todo e qualquer lugar, sempre tem pessoas que vão te ajudar a seguir o caminho correto.

Outras boas pessoas cruzaram o caminho de André, mas ele se identificava com essas duas, porque sempre conversavam com ele. A ausência da mãe o fazia chorar. E esse fato era motivo de muitas conversas. Mesmo que ela estivesse presente fisicamente, não podia ficar muito próximo, porque estava alcoolizada. E o que Lourdes e Celeste passavam como alento era rebatido por alguns funcionários. Poucos, mas que também o marcaram. Falavam:

– Você está aqui, mas não tem chances de ir para casa. Vão ficar aqui até quando der e quando não der terão que se virar. E nesses momentos, novamente vinha a doce voz de Celeste e Lourdes:

– Não precisa ficar preocupado, não precisa ficar revoltado, não precisa ficar brigando, triste, chorando pelos cantos, porque sempre aparecem pessoas boas. Hoje a gente tá aqui pra te ajudar. Pode ser que esteja em outro local, mas vão aparecer amigos.

– Então a gente ficava mais tranquilo. Elas eram como parentes. E as pessoas que me apadrinharam, tenho como pais, porque me ensinaram vínculos familiares. Falavam: não é assim, não é assim que acontecem as coisas, lá você faz isso, mas numa casa normal não é assim.

Profissionais também estiveram presentes, e ele se recorda como foi o contato com uma psicóloga. Depois de alguns anos em instituição de acolhimento é que teve o primeiro contato.

– Ela me perguntava. Você gosta da sua mãe?

– Sim.

– Tem raiva dela?

– Não.

– E do seu pai?

– Também não. Tive pouco convívio com ele. Dizem que morreu vítima de ataque cardíaco. E eu me lembro dele nessa ocasião.

– Pega essa almofada e finge que é sua mãe. Toma essa tesoura. Faça tudo o que quiser fazer ou falar com sua mãe, utilizando esses objetos.

Mas André não sentia aversão à mãe. Não a culpava. Não sentia raiva. Sentia falta dela no início. Chorava muitas vezes. Mas depois, com 17 anos, já sabia que não voltaria para a guarda da mãe, não pelas vias legais. Já estava saindo da adolescência. Uma assistente social, nessa época, explicou novamente por

que não podia voltar ao convívio da mãe. Além de ter problemas com bebida, não tinha renda.

– Eu já tinha noção de que não voltaria para ela antes dos 18 anos.

E como será que se sentiu, é o que passa pela cabeça de muitos. E o que sai de sua boca é:

– Na verdade, normal, não manifestei assim nenhum sentimento, nem de angústia, nada. Pra mim já eram normais essas mudanças. A gente não tinha muito vínculo com ela. Claro, é sua mãe, mas como não morava com ela, foi só mais uma informação que a assistente social deu. Não fez tanta diferença, já não tínhamos o convívio. A gente se acostumava com uma pessoa e no dia seguinte, no mês, ou em alguns anos, chegavam pra gente e falavam: Ah, você vai ter que se mudar. Então, essa era a parte mais difícil, porque você se acostumava com as pessoas e nos tiravam dali e nos passavam para outros lugares.

Depois que saiu da instituição de acolhimento, conheceu uma senhora que a tem como referência materna. Ela o escutava. Tinha um filho que “não passou pelo que André passou” e usava drogas. Isso a consumia. E passaram a ter um relacionamento afetivo, com direito a visitas permanentes.

– Agora, os demais, não. Nas instituições, a gente procurava não se apegar muito, porque a gente sabia que uma hora ia ter que sair.

E como uma profecia de dona Celeste e dona Lourdes, André conheceu, sim, outras pessoas boas, ainda nas instituições de acolhimento. Regina e seu marido, Antônio.

Esses me ensinaram muito. Falavam: Olha, você tem que estudar. Pegavam no meu pé por estudo. Falavam que eu ia precisar muito do estudo no futuro. Com frequência escutava:

– Vai ter um momento em que não vamos estar aqui mais. Você vai ter que saber lidar com algumas coisas.

– Não passavam a mão na cabeça, me ensinaram bastante coisa que fez a diferença. Tratavam a gente como filhos realmente. Eles tinham dois filhos, só que os filhos deles não moravam com eles.

O casal sempre o incentivava. Diziam que sem o estudo a vida já era difícil, e que para provar que eram de boa índole iriam precisar de mais conhecimento,

de mais leitura. O casal ainda o incentivou a fazer inglês. Mas como André não tinha condições de pagar pelas aulas, Antônio levava livros para ele. E falavam para ele fazer os testes de provas, mesmo que fosse só para conhecimento.

E outros momentos bons se passaram com ele. O que mais o marcou foi uma festa que colegas fizeram para ele certa vez. André era um menino estudioso, que não matava aula nem por motivos de doença. Mas teve um dia em que não conseguiu ir. Os colegas então, logo que o viram, fecharam a porta e apagaram a luz. Quando André entrou, cantaram parabéns e o abraçaram.

– Pô, mas não é meu aniversário.

– Nós sentimos a sua falta, gostamos muito de você. No dia que você não vem, a turma toda sente.

A professora então explicou a ele que, no dia em que não ia, as outras crianças ficavam inquietas. Afinal, André era alegre, participativo e conversava com todo mundo.

Também foi tocado por um gesto simples, que fez seu coração pular. Tamanha é a alegria que quase dá para ver a felicidade em seu olhar e por trás dele um grupo de pessoas o cumprimentando. O fato de colegas, funcionários da instituição pararem por alguns segundos para dar um outro parabéns, agora pelo seu aniversário de nove anos, faz André sorrir de orelha a orelha.

– Todos me chamaram e me deram os parabéns, falavam para me sentar com eles, ficar mais tempo ali. Eu não esperava aquilo.

Mas esse sorriso quase some, quando ele relata outros momentos difíceis por que passou. A entrevista de emprego é um desses momentos.

– Porque tenho que falar um pouco de mim, da minha história de infância, de como as pessoas interpretam essa situação. Então, penso em como vou defender aquilo ali.

Mas retoma o sorriso com o olhar turvo de lágrimas e diz que o que o emociona é olhar para seu passado e lembrar o que algumas pessoa falaram, como, por exemplo, que não ia dar conta, que não sobreviveria mais que 25 anos...

– Olhar as coisas que eu tenho hoje, do jeito que foram conquistadas, penso que deu certo, que as coisas dão certo, ao contrário do que me disseram e que tudo está acontecendo do jeito normal que tem que acontecer, não como as pessoas falaram que ia ser.

Hoje, o universitário tem casa e vive com seus próprios recursos. Assim, não é difícil imaginar o que o deixa feliz. As conquistas e gente.

– O que me deixa feliz é quase tudo, o fato de estar com as pessoas, de vê-las sorrindo, ver alguém feliz, porque imagino que se a pessoa está sorrindo está feliz, as coisas estão acontecendo bem, que alguém a agradou. Então as coisas boas estão acontecendo para ela, e não as ruins.

E o sorriso volta a iluminar seu rosto. André não precisava colocar em palavras que tem prazer em estar em contato com as pessoas. Depois de 14 anos em diferentes instituições de acolhimento, manter a amizade com alguns colegas diz muito. Tanto que muitos foram “adotados” por ele como irmãos. Muitos amigos têm histórias parecidas e passaram a ter uma convivência enorme. É o caso de Érico, meio amigo, meio irmão. A convivência e afinidades levaram a esse patamar.

Dificuldades, conselhos, abraços, extravasamento, silêncio, quietude, choros, sorrisos. Toda essa trajetória levou André a fazer um curso de técnico em eletricidade, quando tinha 15 anos, por incentivo de Antônio. E nunca chegou a ficar desempregado. Já fora da instituição, começou o curso de engenharia elétrica, mas não conseguia dar continuidade aos estudos, porque a faculdade era distante. Então resolveu parar por um instante, mas pensou que, se parasse de tudo, ia perder o “pique”, a vontade de estudar. Assim, resolveu fazer outro curso em uma faculdade mais próxima, por indicação de uma amiga, que disse que o curso era muito abrangente e traria outra perspectiva, o que o motivou a ingressar no curso de Biomedicina. Hoje, está no quarto período.

Com outros dois irmãos mais novos e dois irmãos mais velhos, André não tem contato. Mas, com a mãe, mantém convívio constante. Os irmãos Lucas e Sara moram com a mãe biológica, e André os visita sempre. Ele tem vontade de conhecer os outros irmãos, mas, ao mesmo tempo, fica pensando: Se meus irmãos mais velhos estão bem, como minha mãe comenta de vez em quando, por que não a procuram?


– Até tenho vontade de conhecer meus irmãos, mas pensar em fazer algo para que isso se realize, não penso.

Pensava em ser juiz, mas o destino o encaminhou a outras áreas. Sonhava em ser juiz para mandar todo mundo de volta pra casa.

– Até acho certo haver instituições de acolhimento. Acho certo porque as crianças não têm noção do que é abandono, descaso. Eu via isso, mas, para mim, não eram maus-tratos. O pouco que minha mãe fazia pra mim era suficiente. Tem que haver o trabalho dos conselhos tutelares, da Justiça, das instituições, porque há negligências, e as crianças não identificam isso, mas o trabalho tem que ser o mais próximo da família possível. Saber o real motivo da separação. Pouca coisa foi feita para tentar nos colocar de volta. Hoje, vejo que, se estivesse com minha mãe, se desse para ter voltado, minha mãe estaria melhor, e nós, melhores como pessoas. Apesar de meus irmãos morarem com ela e eu estar por perto, não temos um vínculo muito forte.

São os muitos “se” da vida. Talvez. Talvez. Talvez se nessa época tivesse com quem conversar...





Amar um menino que chega da rua sem futuro, sem nada, sem saber ler e escrever

*Tânia Costa**

Samuel é um jovem de 23 anos, simpático, prestativo, muito atento ao ambiente e a si mesmo. Sincero e reflexivo, suas opiniões surgem das difíceis experiências que caracterizaram a sua vida.

Foi nesta entrevista que, pela primeira vez, descobriu-se falando de si para alguém. Por mais de duas horas, lembranças claras se ligaram a outras lembranças que, até então, lhe pareciam perdidas e sem importância. Era-lhe visivelmente prazerosa essa “oportunidade” de organizar sua própria história, e se deixou levar pelo fluxo espontâneo das palavras que iam brotando, muitas vezes misturadas a sorrisos, lágrimas, dor e alívio.

Inicia sua história aos sete anos, quando começou a morar na rua. Eram apenas duas crianças em casa: ele e sua irmã três anos mais nova. Parecia ainda impressionado pelo fato de ela ter começado a fugir de casa aos quatro anos, muito antes dele. A mãe o incumbia de procurá-la e trazê-la de volta.

Samuel dava-se bem com o pai e não tão bem com a mãe. O casal brigava muito e acabou se separando. O pai mudou de bairro e nunca mais o viu. A mãe juntou-se a um “padrasto” alcoólatra, que não gostava das crianças e batia muito nelas. Devido aos maus tratos, Samuel começou a ficar fora de casa por um ou dois dias, mas regressava. Até que um dia, o padrasto, numa surra, quebrou seu braço e, depois, “não teve paciência de deixar o médico

* Tânia Costa, psicóloga e psicanalista, especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (USP). Durante 15 anos em Roma (1997-2012) trabalhou com refugiados de guerra vítimas de tortura. Como membro fundadora e presidente da associação EST-Equipe di Servizio contro la Tortura, desenvolveu um projeto sobre História de Vida como terapia para traumas. Atualmente, é membro da AEPsi - Associazione Europea Psicofisiologi Clinici per il Sociale e em formação na SBPW- Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana.

tirar o gesso” e tirou-o com a faca. Passados alguns dias, sua mãe lhe deu 50 reais para comprar carne, ele saiu e nunca mais voltou para casa. “Desde pequeno já fui vendo o batido da carruagem!”

Tem vívida a lembrança do dia em que a mãe lhe deu 50 reais. Foi jogar “fliperama” mas se deparou com um grupo de crianças bem mais velhas, que levaram todo seu dinheiro. Ainda impressionado com a surra anterior, ficou com medo de voltar para casa. Sua noção de tempo, quando narra os fatos dramáticos, é sempre confusa, no sentido que expressa mais a longevidade do sofrimento que a exatidão cronológica. Disse ter vivido “de três a quatro anos, ou dois anos, nas ruas de BH”. Começou a viver em instituição de acolhimento em torno dos oito ou nove anos, e só sabe, com precisão, que lá viveu por mais de 10 anos!

Sobre a vida na rua, sua primeira lembrança é a de um colega que “Deus” colocou no seu caminho e com o qual percorreu todos os anos de rua e de instituição. Só se separaram recentemente. Os dois meninos se apoiaram mutuamente e não tinham “vergonha” de pedir coisas aos passantes. Mas havia dias em que não conseguiam nada e, explica-me, como os dois eram crianças e precisavam comer, a “verdade” é que começaram a roubar. Tem uma história engraçada, me diz, da qual se lembra até hoje, porque é daquelas coisas que “marcam a vida da gente e que não sai da nossa mente”. Começaram a roubar debaixo do viaduto, e viram uma mulher com uma cartela de vales. Seu colega pegou a cartela de vales, mas Samuel não teve coragem de roubá-la. Vendo a senhora muito assustada, disse-lhe: “é brincadeira, pegadinha do Faustão”, e devolveu-lhe a cartela, o que provocou muita raiva no seu colega! E, assim, entre avenças e desavenças, a amizade entre eles foi se fortalecendo.

A rua “tem suas coisas ruins, mas tem suas coisas boas”, diz Samuel. Porém, faz logo uma ressalva: a rua da sua época de criança não é a mesma de hoje. Hoje em dia as pessoas saem queimando mendigos, mas antigamente era muito difícil ouvir uma história dessas. “Hoje a rua está muito diferente; não, hoje o mundo está muito pior, vamos colocar assim.”

Na rua, Samuel conheceu muita gente boa, gente “diferente”, mas também pessoas que pareciam estar do seu lado e o enganavam. Havia uma instituição, perto desse viaduto, na qual podiam dormir, sempre que houvesse lugar disponível. Passava as manhãs nas ruas, fazendo seus “corres”, ou seja, pedindo dinheiro, juntando latinhas...

Nesse momento da entrevista, seu olhar perdeu-se nas lembranças. Entristecido, murmurou: “parar para pensar... é tanta coisa que aconteceu...”! Vê-se menino de sete anos, sem família, e imagina como tudo poderia ter sido diferente caso tivesse crescido junto a uma mãe ou a um pai. Diz que os meninos de hoje, “que estão começando agora”, não entendem a falta que “um pai e uma mãe fazem na vida do ser humano; são um suporte muito importante na vida de cada pessoa”.

A partir desse momento, Samuel reflete sobre os fatos da sua vida, entrelaçando-os com as experiências que não teve e que considera essenciais para qualquer criança, compreendida aqui como um ser em desenvolvimento. Faz justiça a tudo que recebeu, sobretudo aos afetos gratuitos, e, com certa aflição, sugere, aconselha, orienta as instituições responsáveis pelas crianças e adolescentes, as pessoas que se dedicam a esse campo de trabalho e as próprias crianças e adolescentes, se lhe pudessem ouvir. Aliás, é comum ele parar na rua diante de algum menino perdido, oferecer-lhe o telefone de uma instituição e tentar orientá-lo.

Muito emocionado e identificado, conta sobre o trabalho daquelas pessoas que o tiraram da rua. Questiona se hoje ainda existe “aquele amor” que existia, o qual levava a dizer a um habitante da rua: “Eu vou lhe ajudar. Dinheiro não vou lhe dar, mas...” Essas pessoas chegavam geralmente em grupo de cinco. Vinham com uma Bíblia na mão, ou uma fruta, ou alguma comida.

Encontravam-se com Samuel e seus colegas na rua, “fumando um baseado ou usando uma cola”. Aproximavam-se e começavam a falar. Diziam: “isso aqui não é bom para vocês, as coisas não são assim, vamos levá-los para um lugar melhor”. Se chegassem impondo, simplesmente querendo retirá-los da rua para colocá-los em algum lugar, só conseguiriam criar revolta, frisa bem Samuel. Essas pessoas os conquistavam, “mostravam o caminho” e deixavam por conta deles a escolha de segui-lo ou não. Essas pessoas, diz Samuel, “já começaram a nos ensinar, é ali que começa o trabalho, o trabalho de transformação!” E comenta: “É como essa oportunidade de conversar com você, vou falando e lembrando das coisas que nunca pensei nem conversei com outra pessoa. A gente conversa um pouco com um aqui, outro ali, mas nunca joga tudo para fora. Sabe quando as coisas ficam só com você mesmo? Nunca tive a oportunidade de falar isso, não!”

Samuel e seus colegas não seguiam as sugestões dessas pessoas imediatamente. Toda pessoa que mora na rua, diz, tem um local onde geralmente fica, tem um “ponto”. Seu ponto era debaixo do viaduto, e lembra-se com prazer de uma “biquinha de água” onde tomava banho com o seu amigo.

Essas pessoas sabiam disso e voltavam de tempos em tempos. Mesmo que estivessem usando droga e não prestassem atenção em nada do que lhes diziam, mesmo que estivessem “com o rosto virado para outro lado”, “não dando ouvidos”, elas persistiam, “não perdiam o foco”. E suas palavras entravam, querendo ou não elas entravam; podiam até entrar por um ouvido e sair por outro, “mas eram daquelas coisas que depois voltam”.

Em Samuel, elas voltavam em momentos de grande solidão, quando encarava de frente a vida que estava levando e lhe “batia” depressão. Essa depressão vai ocorrer-lhe muitas outras vezes em momentos semelhantes, quando a vida que levava lhe parecia sem sentido e sem futuro. O período da rua mistura-se com a saída da instituição, já adolescente feito. Desculpa-se, chorando: “tem muita coisa na minha vida que até hoje embola. Nunca parei para conversar igual estamos fazendo aqui hoje.” Chora muito nessa parte da entrevista, um choro calmo e de profundo contato consigo mesmo.

Finalmente, chegou o dia em que ele e seu amigo decidiram ir conhecer uma das instituições transitórias. Não tinham a menor ideia do que lhes iria acontecer. Ainda surpreso, conta que foram pegos sujos e levados dentro de um ônibus para a instituição. Este gesto foi sentido como muito gratificante e já lhes deixou perceber “toda a diferença”. Essas pessoas eram capazes de acolher “meninos todo sujos”, levá-los para um lugar melhor, dar-lhes banho e roupas limpas, e era assim que os conquistavam. Não pelas roupas, diferencia Samuel, “mas pelo jeito, pelo carisma dessas pessoas: elas mostram para você que você vale alguma coisa!” Diz, então, que conhece bem a “ansiedade” de quem vive na rua. Mesmo as pessoas que dão dinheiro não dão nenhuma importância para quem estão dando o dinheiro, a morte de um mendigo não é lembrada por ninguém. Muitas vezes, vão para a rua pessoas já adultas, viciadas em drogas, que sempre pertenceram a uma família. Mas, no caso dele, que começou na rua pequeno, sozinho, habituado ao abandono e ao descaso, a gratuidade dos cuidados dessas pessoas que os tiraram da rua, gerava confiança imediata. O jeito de tratar uma pessoa, uma palavra dita a alguém que nunca mais se verá na vida conta muito, explica Samuel. Palavras

que ele ouviu e “frases da Bíblia”, como “todas as coisas me são lícitas, mas nem tudo me convém”, com o passar dos anos, viraram “tesouro” para ele.

Samuel é muito grato às instituições de acolhimento que frequentou, mas esse sentimento é relativamente novo. No início, ele e seu amigo “rondaram” várias instituições, sem conseguir fixar-se em nenhuma. Entre as pessoas que marcaram a sua vida, “no melhor sentido”, está uma educadora de uma das instituições. Ouvindo-o zombar de todo o empenho que tinham para recebê-los, essa educadora deu-lhe “a melhor surra da minha vida, pode escrever isso aí”, disse rindo com vontade! Avisou-o, antes, que lhe daria um “couro” e que, depois, o enviaria para uma instituição. E assim foi, e “foi aí que tudo mudou”! Sentiu que, naquela hora, ela foi sua “mãe” e, se pudesse, lhe agradeceria, inclusive pela oportunidade de estar fazendo essa entrevista e poder se expressar um pouco. Esse tipo de sentimento é geralmente escondido, explica-me, e o que ele estava falando só poderia ser mesmo compreendido por quem está dentro da instituição. Isso porque muitas crianças não conseguem reconhecer, nos educadores, aquela autoridade genuína própria dos genitores. Não aceitam serem educados por eles, pensam que o fazem por obrigação, que são pagos para isso. Segundo Samuel, essa é uma das razões pela qual muitas crianças não conseguem ficar dentro de instituições de acolhimento: “As crianças não reconhecem a importância de estarem lá, só vão reconhecê-la com a maturidade.”

Hoje, Samuel reconhece que o valor dos cuidados que recebem das pessoas que trabalham dentro da instituição não pode ser medido por dinheiro – “não tem preço, vamos colocar assim”. Inclusive, há educadores voluntários que viviam de doação, como era o caso de um inglês que o ajudou muito.

Essas pessoas conseguem “amar um menino que chega da rua sem futuro, sem nada, sem saber ler e escrever”. Um menino que provém da rua parece “bicho”, diz Samuel. Vem com “maus hábitos, folgado, não sabe conversar com as pessoas”. “Na rua, a criança apronta muitas coisas, desde pequena já tem maldade”; então, quando chega a uma instituição, está a tal ponto perdida que o educador tem que tomar a “direção de um pai e de uma mãe e mostrar-lhe o caminho certo”. E o fazem “sem levantar a mão contra as crianças, sem bater”! Foi refletindo sobre essas experiências que Samuel compreendeu que “é o amor desses educadores pelas crianças que os fazem estar ali, e não o dinheiro”.

Muitas pessoas que passaram pela vida de Samuel demonstraram esse amor. Com algumas delas mantém contato através de redes sociais, por exemplo, com uma australiana e com um inglês: “é um amor que não passa”, conclui! A melhor forma que encontraria hoje para expressar essa gratidão seria chegar perto de alguma pessoa que cuidou dele, abraçá-la e dizer-lhe que sem a instituição e sem seus cuidados, “hoje não estaria aqui”.

Dentro da instituição, Samuel teve a vida de uma “pessoa normal”. Estudou, foi bem alimentado, teve roupas, “tudo do bom e do melhor”. Participou de várias formações profissionais. Sempre considerou como seus irmãos as crianças e os jovens com os quais cresceu junto.

Todavia, a falta que os pais fazem para um filho ocupa um lugar central nos pensamentos e nos sentimentos de Samuel. Segundo ele, nada pode substituí-los. Isso porque existem situações na vida, boas e más, que necessitam ser compartilhadas com muita intimidade para se concluírem. Falta na relação com os educadores tal intimidade, talvez até pelo grande número de crianças e jovens aos quais têm que se dedicar: a instituição em que esteve comportava 20 crianças, simultaneamente! “Aquele carinho, aquele afeto de que se precisa em um determinado momento ninguém vê, só você, que está ali, sabe o profundo do seu sentimento”.

Apesar de ter tido sempre muita gente a seu lado, de ter recebido amor de muitas dessas pessoas, “na verdade”, sentia que não tinha ninguém a quem contar as coisas mais importantes da sua vida. “Vamos colocar assim: as coisas mais importantes da minha vida, do tempo que fiquei na instituição, eu guardei para mim, porque não tinha com quem compartilhar.”

Entre essas coisas, Samuel sublinha a falta que sentiu do pai para compreender as “transformações” que aconteciam no seu corpo! Nem cabelo debaixo do braço tinha quando saiu de casa. Começa a fase da “adolescência”, “tem a masturbação, tem muita coisa, aí passa um tempo, começa a sair aguinha, e você não tem um pai para poder perguntar – o que está acontecendo com o meu corpo?”

Lembra-se que, na instituição, um “tio” conversou com eles sobre esse assunto, “gente boa demais”, mas uma conversa “sem intimidade”. “O jeito foi aprender tudo sozinho, na marra!”

Em suas palavras, e através de muitos exemplos pessoais, Samuel tentou explicar, e mesmo “compartilhar”, suas percepções muito profundas sobre

a importância da presença constante das figuras parentais durante o longo processo do amadurecimento psicossomático. Isso porque tal amadurecimento não é uma questão apenas fisiológica, e não se completa com informações objetivas, mesmo aquelas dadas por alguém muito querido e sentido como “gente boa demais”.

O psíquico se constrói simultaneamente ao fisiológico, numa mistura complexa de sentimentos e fantasias que precisam ser direcionados a figuras parentais capazes de recebê-las. A intimidade com figuras parentais constantes, como pontualiza Samuel, é que permite dar sentido ao embate fervoroso das fantasias amorosas e destrutivas, próprias das diversas etapas do amadurecimento.

Quando se está dentro da instituição, e esses momentos de falta de intimidade acontecem, “a mente começava a trabalhar para o mal, em vez de para o bem”, diz Samuel, lembrando os pensamentos que lhe ocorriam na época: “Hoje tenho 16 anos, não conheço meu pai nem minha mãe. O pessoal aqui me dá amor e carinho, mas quem eu preciso mesmo do meu lado, não está aqui”. Aliás, quem deveria ter a “obrigação de estar aqui nem sabe que eu existo”. São essas situações e sentimentos que os colocam na “beira do muro”, explica. Samuel insiste em que não se pode ficar na beira do muro, “entre o certo e o errado”, mas deve-se decidir. “É preciso colocar isso no livro: o jovem tem que decidir pelo certo nesses momentos. Muitos vão decidir pelo errado, toda moeda tem dois lados”. Mas, a decisão certa seria: “já que não tenho pai e mãe vou estudar e vou passar por cima de tudo e não vou ficar remoendo o que não tenho, já que se está dentro de uma instituição, deve-se fazer tudo certinho” para construir um bom futuro.

Samuel conta que nunca sentiu medos, nem na rua, até por uma questão de sobrevivência, nem na instituição. Porém, remoía muito seus sofrimentos. A noite é a hora em que a pessoa mais sofre, mais pensa, mais reflete: “Sofrimento mesmo. Parece que você é chicoteado por dentro.” Aos 12 anos colocava a cabeça no travesseiro e começava a pensar onde estaria a mãe, onde estaria o pai. Os colegas de quarto distraíam-se, conversando. Mas esses momentos eram de profunda solidão para ele. Neles, “a amargura toma conta da pessoa e a falta que se sente de um pai ou uma mãe é enorme”.

Calado, na cama, vinha-lhe a tristeza de não estar deitado com a mãe,

“zuando”, ouvindo-a contar histórias, como acontece nos filmes. Relembra cenas de pais abraçando seus filhos, que vira na TV ou mesmo caminhando na rua, e sentia muita inveja. Imaginava como deveria ser diferente andar com a mãe pela cidade, ir comprar uma roupa em alguma loja, ou comprar um doce na saída do parque com o pai. Com o tempo, “vem o raciocínio”, mas, quando se é menino, “muita coisa não tem como menino entender! O menino é inocente, ele sente falta das mínimas coisas! São essas coisas que fazem você querer ir para o caminho do mal, ir pelos caminhos mais obscuros. Não é a falta das coisas que você tem; na instituição tinha amor, tinha de tudo. Não tive a oportunidade de pegar meu pai e minha mãe e ir para algum lugar. Essa é a falta que não se preenche...”

A instituição de acolhimento ensinou-lhe “os caminhos certos para pisar”. Isso não evitou que fizesse muita coisa errada ao sair. “O coração do homem é perverso, vamos colocar assim.” A única forma de se conseguir enxergar as coisas é depois que se passa por uma fase pior da que se estava passando. Ainda dentro da instituição, Samuel viu-se envolvido com a criminalidade. Tinha mais ou menos 16 anos nessa época. Uma voluntária australiana, tanto fez que conseguiu localizar uma tia sua. Ele começou a passar os fins de semana na casa dessa tia e voltar para a instituição. Nos primeiros fins de semana ficava mais dentro de casa. Como era fanático por futebol, começou a sair com o primo para jogarem. Demorou pouco para não querer sair só com o primo. Conheceu muitas pessoas diferentes e, entre elas, dois adolescentes que começaram a mostrar-lhe dinheiro. Conseguiram obter muito dinheiro roubando. Samuel insiste em dizer que não lhe faltava nada na instituição, que “tinha do bom e do melhor.” Mas a “ganância” acabou por vencê-lo!

Nesse momento, faz uma crítica séria à institucionalização. Segundo ele, os jovens nunca poderiam sair da proteção da instituição sem um acompanhamento sistemático, incluindo a preparação das famílias que os receberão. Samuel lamenta muito esse desamparo e diz que tudo o que a instituição fez para ajudá-lo a construir sua vida durante 10 anos ele conseguiu “destruir em uma fração de segundos”, “na primeira maconha que fumei”. Samuel explica que na hora em que o jovem é entregue à família, sobretudo nos períodos longos das férias, é o momento em que ele mais precisa de alguém apoiando-o e dando-lhe conselhos. “Você passa a vida toda dentro de uma instituição, protegido, e depois sai num mundo desse tamanho!”

Samuel não teve coragem de contar para algum educador que estava fazendo uso de maconha. Por sorte, nunca experimentou *crack* e nunca se viciou em cocaína, embora tivesse feito uso dela algumas vezes. No início, ao retornar à instituição, nenhuma modificação no seu comportamento chamara a atenção das pessoas, quando uma intervenção precoce ainda poderia tê-lo devolvido ao “caminho certo”. Só foi descoberto, quando começou a fumar dentro da instituição. Ainda não tinha completado 18 anos e ele próprio pediu para ser desligado, provavelmente para evitar constrangimentos.

É fácil imaginar que, saindo da instituição, ele não tenha voltado para a casa da tia. Sozinho, outra vez na rua, com receio de voltar a “passar fome”, Samuel acabou vendendo drogas. Foi preso duas vezes e foi rapidamente liberado as duas vezes, porque tinha a proteção de pessoas que são “costa quente”. Ao ser liberado pela segunda vez, um educador que o seguiu na instituição deu-lhe uma “segunda oportunidade”, levando-o a uma casa de recuperação. “Estava mas não estava” nessa casa de recuperação. Saindo de lá, viu-se novamente na rua, com pouca escolaridade e nenhuma oportunidade de trabalho. Voltou a ser preso, pela última vez. Só ao sair da prisão é que ficou sabendo que tinha uma filha.

Samuel conta, então, que tem uma filha de dois anos, e que só a viu duas vezes! Todavia, foi o nascimento desta filha que determinou profundas mudanças nele e na sua vida. Até então, via a vida apenas “com amargura, ódio, dor e sofrimento”; só recentemente consegue “ver a vida com um pouco mais de carinho, com um pouco mais de oportunidade...”

Todo o sentimento de gratidão que descreveu até agora, surgiu com o nascimento da filha. Claro, explica, “estava dentro de mim”. E eis que, dentro de si, descobre, no amor pela filha o talento para a paternidade, muitos afetos positivos e a necessidade de ajudar e aconselhar crianças sem lares. Muito emocionado e chorando, diz que poucas crianças e jovens com os quais cresceu junto e considera irmãos estão hoje aqui: muitos morreram, outros voltaram para a rua, outros estão na cadeia.

Ainda não teve condições de sair com sua filha, de levá-la para passear, “pelos erros que cometeu”. Só ficou sabendo do seu nascimento tempos depois. Lamenta muito não ter podido acompanhar a gravidez da mãe, que ainda acredita ter se sentido abandonada por ele. A família materna mantém a

criança afastada de Samuel e ele pensa que, nesse momento, sua filha está no melhor lugar que poderia estar, por isso não quer interferir. Fala da vontade que tem de fazer uma poupança para ela e diz com ênfase: “mesmo que minha filha não me veja hoje, esta história que estou contando para colocar no livro vai ser uma testemunha para ela no futuro: é ela quem me dá forças”!

Samuel começa a refletir sobre os dias de hoje. Com a sua pouca idade, sente-se já “muito vivido” e com autoridade para afirmar que o “mundo hoje está muito sinistro!” “Vagabundo, ladrão, sempre existiram, mas as cadeias atualmente estão superlotadas!” Hoje as coisas “mudaram de nível”, passaram “do ruim para o péssimo!”

Samuel não atribui tal mudança às drogas em si, mas ao “racismo”. “Não o racismo de cor”, frisa bem, mas o racismo relativo ao “jeito que você é, o jeito que você anda, o jeito que você fala”. Se se perguntar a uma pessoa, hoje, se ela é racista, ela dirá imediatamente que não. Porém, ao ver um trabalhador com uma blusa e um tênis melhor, a primeira coisa que essa pessoa dirá é que, se esse trabalhador não for bandido, é ladrão! Então, em vez de tentar conhecer a pessoa, de se aproximar e conversar, a julgam, dão por entendido. Como consequência disso, tanto faz hoje em dia ser trabalhador ou ladrão: “ninguém está sabendo quem é quem, não faz diferença”.

Samuel diz que o mundo do crime que viveu é muito diferente do atual. Hoje em dia os meninos “saem com faca”, e mesmo aqueles que têm mãe e pai, mesmo aqueles que têm tudo do bom e do melhor querem mais por “ganância” e não se importam com a opinião do outro, do que o outro pensa dele. “Então, posso ser vagabundo, ladrão, tudo vale!”

Contrastando com seus desejos, a mãe de Samuel nunca lhe contou nada sobre seu nascimento e sua primeira infância. Só tem uma lembrança boa da mãe: sua geladeira estava sempre cheia de iogurtes. Hoje ela vive na rua, embora na data da entrevista estivesse hospitalizada. “Veja como as coisas mudam, hoje estou cuidando dela no hospital.” Apesar de ser muito curioso sobre o seu passado, não sente nenhuma vontade de perguntar-lhe qualquer coisa sobre si mesmo.

Já do pai lembra-se de ter tido uma “vida intensa” com ele antes da separação. Avisaram-no quando ele faleceu, não participou dos funerais e nem sabe onde está enterrado.

Como adora jogar bola, chegou a sonhar em ser jogador de futebol, mas sem grande convicção. Observando a chegada de crianças e jovens em instituições de acolhimento, veio-lhe o sonho de trabalhar nesse campo do social, não propriamente dentro de uma dessas entidades, mas sim recolhendo moradores de rua. Para Samuel, esse trabalho é o mais bonito e o mais difícil de todos, exige disposição e amor pelas pessoas. Imagina-se contando sua história de vida com a esperança de ajudar essas pessoas não só a saírem da rua, mas principalmente a projetarem a própria imagem de si num futuro construtivo. Se tivesse tido essa possibilidade, sua filha não teria “nascido sem pai”, não deixaria que “a sua história se repetisse”.


Estimulado pela palavra ‘sonho’, Samuel exclama: “meu maior sonho hoje é ser alguém!” Não uma pessoa importante para os outros, “mas alguém importante para mim mesmo, quero ter orgulho de mim!”

A sensação de estar bem consigo mesmo já tem abraçado Samuel. Hoje é um trabalhador com carteira assinada. Há um ano trabalha no “ferro velho”, organizando os fardos de metais que são enviados para São Paulo. Ao longo deste ano, foi sentindo a diferença que faz estar numa atividade construtiva, não dever nada a ninguém e poder usufruir da liberdade de ir e vir: “hoje passo por aqui, passo ali, e vou ali; vou em qualquer lugar!”

Samuel vê-se num momento de transição, no qual está se fortalecendo, respeitando as batidas do tempo que anunciam um novo ritmo, o qual ele já intui com prazer. Sente-se “mais tranquilo e mais abençoado” desde que está trabalhando. Em diálogos internos, o que o pai não pode lhe falar ele mesmo fala. Pretende “voltar a estudar” no próximo ano, para construir uma “continuidade”, que, acredita, o “levará mais longe”.

O maior ganho de tantas lutas internas foi o surgimento do tempo futuro para si, um futuro no qual ele já existe e para o qual caminha clareando seus próprios sonhos e construindo a estrada para eles.





Direito a convivência familiar e comunitária: o que comemorar nas “bodas de 25 anos” do ECA?

Ivan Ferreira*

Falar sobre a promulgação e implementação de uma normativa com a relevância do *Estatuto da Criança e do Adolescente* - ECA (Lei Federal 8.069, de 13/07/1990), o qual completou 25 anos em 2015, é refletir sobre uma história que, assim como tantas outras, conta com a participação de personagens e apresenta momentos e situações de dificuldades, atitudes e sonhos, bem como outros elementos que podem cativar e motivar o leitor da história em aprofundar o conhecimento sobre os fatos e situações nela contidos.

Dentre os fundamentos conceituais do ECA, chama a atenção o princípio de que

[...] É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (art. 4º do ECA, grifo do autor).

A lógica proposta há 25 anos rompe com a cultura de que crianças e adolescentes deveriam ser cuidados pelo Estado, em instituições de

* Pedagogo; Psicopedagogo; Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais; Mestre em Relações Internacionais. Consultor em Programas e Projetos/infância e adolescência; Diretor da Atrium - Educação Social e Desenvolvimento Humano; Professor em curso de Pós-graduação na UNA; Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais pela Kindernothilfe; Assessor do Ministério Programa Criança Feliz; Consultor do Programa Claves Brasil.

acolhimento, anteriormente chamadas de orfanatos, educandários, centros educacionais, pressupondo que esses locais se dedicariam à assistência moral, social e educacional dessas crianças e adolescentes. Essas funções poderiam durar toda a infância e prosseguir pela adolescência, assegurando meios para que a criança e o adolescente, após passar pelo período de cuidados, fosse novamente “devolvido” à sociedade (usava-se a terminologia “inserido”).

A partir de 1990, caberia ao “abrigo” (denominado, a partir de 2009, como “acolhimento institucional”) proporcionar o atendimento emergencial e provisório, pautado por/em uma medida de proteção (e não de punição), abrangendo um conjunto de ações e fluxos para a oferta de um atendimento diferenciado. Este atendimento proporcionaria e garantiria à criança e ao adolescente a proteção integral em casos de maus-tratos, violência, negligência, crueldade ou opressão. O ECA, para este tipo de atendimento, dispõe, objetivamente, em seu art. 92, as seguintes diretrizes:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo - ECA, art. 92.¹

¹ Cabe destacar que a descrição deste artigo contempla as alterações no ECA incorporadas em 2009, a partir da promulgação da Lei Federal 12.010, a qual trouxe aperfeiçoamentos na sistemática da garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

Passados 25 anos, é possível compreender a efetividade e o impacto desses princípios na vida de crianças e adolescentes que passaram pelos abrigos e também oferecer subsídios para a compreensão da política de garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Também, utilizando uma “lupa” neste período, a qual possa direcionar para casos e situações específicos, colabora-se com a análise das mudanças ocorridas a partir da década de 90 nas políticas voltadas ao atendimento e à prevenção da violação de direitos, considerando a história daqueles que passaram pelo sistema durante este período.

Embasado por esta lógica, peço, então, a permissão para contar-lhes uma história.²

O personagem desta história nasceu no ano de 1997 (07 anos após a promulgação do ECA), e foi encaminhado para uma instituição de acolhimento quando tinha entre 04 e 05 anos de idade (cerca de 12 anos após iniciado o processo de implementação do ECA), não sabendo precisar qual a idade certa quando ocorreu seu encaminhamento para a instituição que o acolhera.

Por ter sido acolhido quando possuía tão pouca idade, seria normal não se lembrar dos fatos e situações que o levaram para a instituição, sendo que ele relata apenas que “... *minha mãe falou assim, que depois que meu pai morreu, o juiz recolheu... não sei se ela tinha condições de criar a gente, e aí o juiz recolheu...*”, e que “... *era eu e mais 05 irmãos e uma irmã... cada um foi encaminhado para uma instituição diferente...*”.

Dois aspectos despertam curiosidades neste relato.

O primeiro é que, mesmo depois de aproximadamente 12 anos em acolhimento (ele passou por 05 instituições diferentes, alternando períodos de permanência nas ruas e outros nas entidades de acolhimento), não sabe descrever quais os motivos que culminaram com sua ida para a instituição, nem sobre os acontecimentos no momento de sua inserção ali.

Será que ele não se importou com sua história de vida? Será que sua identidade, situações e vivências familiares, bem como outros aspectos que compõem o “retrato” histórico dele não foram trabalhados? Não caberia

² As narrativas da história desenvolvida no texto foram coletadas em entrevista realizada na data de 14/07/2015, na sede da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

à instituição garantir-lhe estas informações, visto compor a identidade e formação pessoal de vida? O que, de fato, aconteceu?

O segundo aspecto é o fato de que todos os irmãos dele, também acolhidos naquele momento, foram separados (06 pessoas ao todo).

Ele relata que “... não ficaram juntos, separou tudo... fiquei sabendo que eles foram adotados... na instituição eles falam que foram adotados...”. Também que “... um irmão ficou comigo lá na entidade – na adolescência –, encontrei com ele na instituição, mas foi adotado, a família achou ele de novo, e ele foi adotado, e aí eu fugi... é ruim separar... não dava para ficar lá sozinho, sem ele não... porque é ruim separar assim... mas eu tenho contato com ele pelo whatsapp...”.

Por que isso aconteceu? Qual a justificativa? E o não desmembramento de grupos de irmãos previsto no art. 92 do ECA, associado ao atendimento em regime de coeducação (meninos e meninas juntos)? O que será que foi trabalhado com ele em relação a esta situação, visto que ele não demonstra saber nada a respeito?

Apesar de não se lembrar de como foi recebido na instituição, ele relata que “...minha infância, eu não tive infância... foi na instituição”, mesmo tendo uma rotina definida, a qual contava com “...momento certo para brincar, comer. Tinha os padrinhos, tinha as atividades, parque, eventos... brincava e estudava...”.

Acredita que ficou nesta 1ª instituição até os 10 anos de idade (não sabe falar com certeza), mas depois evadiu e ficou um tempo na rua, alternando entre entradas e saídas noutras 04 entidades na cidade.

É importante destacar que, neste período de alternância entre rua e instituição, a rede de serviços voltados ao atendimento de crianças e adolescentes visando à proteção e à promoção social foi fundamental para o desenvolvimento de sua história.

“Fiquei na rua por um tempo, e depois fui para uma instituição... o Conselho Tutelar me achou... Tinha também o pessoal da abordagem³...”.

³ Serviço de abordagem nas ruas, realizado por equipe de educadores/agentes sociais, vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.

Há muitos relatos positivos sobre a entrada e a permanência noutras instituições, tais como o de que

“...Fui muito bem recebido na entidade. Fiquei feliz por ter um lugar para dormir, fiquei lá por mais ou menos 07 meses ou 01 ano, e fui para outra instituição (tinha cerca de 15 anos)... Depois fiquei mais ou menos 01 ano na rua, e depois fui para outra casa de acolhimento. Cansei da rua, tem muita violência. Botaram fogo num amigo, dormindo... Fiquei com medo de morrer também. Aí eu procurei o Conselho Tutelar. No Conselho, eu recebia conselhos, orientação... Me encaminharam para outra instituição...”

O apoio prestado nesses momentos de conflitos e dificuldades colaborou para que fosse garantida a proteção e a ruptura com situações de violência e riscos de maus-tratos aos quais se encontrava exposto.

No entanto, ainda fica a pergunta: e a convivência familiar... como estava sendo trabalhada?

Havia rotinas e atividades que eram desenvolvidas na instituição, sobre as quais ele relata que *“... Fui para a escola, e depois comecei a trabalhar... Fazia oficinas de artesanato, de percussão... futebol... outros cursos... Tinha roda de conversa... Fiz uma excursão no parque ecológico...”*

Não houve relato referente ao processo de elaboração de seu projeto de vida, em especial sobre a convivência e reinserção familiar, ou construção de sua autonomia, considerando que a medida protetiva de “acolhimento institucional” é aplicada visando à transição para a reintegração familiar ou colocação em família substituta (ECA, art. 101, § 1º).

Este é um dos principais trabalhos a ser realizado pela equipe da instituição que atua com acolhimento de crianças e adolescentes, tendo em vista que, a partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, são propostos os elementos essenciais à construção deste projeto de vida e são definidas as ações relacionadas à garantia do direito a convivência familiar.

Como ele mesmo relata, não quis morar com mãe, pois não tinha contato com ela, e, próximo a completar os 18 anos, saiu da instituição e foi *“...morar com minha irmã. Não quis morar com minha mãe, não. Mas, minha irmã foi presa, e eu não tive onde ficar”*.

Apesar de ele falar muito pouco sobre isso (talvez porque, realmente, não possua elementos suficientes que o ajudem a pensar no processo de

reinserção), fica a dúvida sobre as reais possibilidades que ele tinha para construir seu projeto de vida e estabelecer relações afetivas e protetivas com membros de sua família.

Um relato importante refere-se ao significado que a instituição tinha para ele, pois, segundo ele diz, “... lá eu conversava com estagiários, educador, coordenador. Gosto mais da instituição do que de casa... Eu fazia muitas amizades...”, demonstrando a importância dos relacionamentos construídos e das pessoas que marcaram presença em sua vida (ele cita nome de coordenadores, técnicos, estagiários e educadores de unidades de acolhimento), com os quais conversava, escutava conselhos, orientações e recebia apoio.

No entanto, também cita momentos difíceis, inclusive de discriminação, tendo em vista que “... os meninos da instituição não queriam me aceitar... não aceitam homossexual... mas resolvia tudo na assembleia... e resolvia as coisas...”. Este é um dos poucos relatos de acontecimentos negativos que ele relata.

Também cita como algo ruim que aconteceu o fato de que, em uma das instituições pela qual passou, “... não tinha armário, não tinha nada... só cama e alimentação... lá os meninos roubavam muito...”, apontando a necessidade de se pensar a estrutura e a proposta de atendimento que é desenvolvida, a qual pode ser o diferencial para a qualidade do atendimento e a capacidade de construir pontes para projetos de vida saudáveis e duradouros.

Outro fato que chama a atenção é o de que, mesmo com 06 irmãos adotados, e com aproximadamente 12 anos acolhido por instituições (ainda que alternando momentos de permanência nas ruas), ele diz que “... não fui ouvido pelo juiz...”, o que causa estranheza quando pensado o longo tempo institucionalizado e todo o processo no qual esteve inserido, o qual envolve a separação dos irmãos, pouco convívio com a mãe, a construção de seu projeto de vida, dentre outros elementos (lembrete: ele foi acolhido cerca de 12 anos após a promulgação do ECA).

Apesar da proposta de ruptura com concepções e formas de atender e garantir os direitos de crianças e adolescentes preconizados a partir do ECA, se considerarmos que o protagonista desta história fez 18 anos em 2015, os fatos são ainda muito recentes, principalmente em relação ao encaminhamento para residir com sua irmã (a qual se encontra presa), quando ele ficou sem

apoio, retornando para as ruas (isso depois de cerca de 10 anos inserido na rede de atendimento e com sua situação conhecida por vários serviços de acolhimento e outros programas desenvolvidos na cidade).

Talvez a situação só não se agravou porque, de forma solidária, foi encontrado por uma pessoa na rua, a qual, conforme relatou, “... *encontrou-o na rua, pagou café, época em que foi para a instituição de novo...*”, e tem o ajudado e colaborado para que ele possa continuar sua história.

Atualmente, vive de favor na casa de amigos da pessoa que o ajudou (e ainda o ajuda), recebendo também apoio (e moradia) de uma das estagiárias de serviço social que conheceu numa das instituições pelo qual passou (seria isso uma ação assistencialista?).

Mantém contato com alguns amigos na rua, mas, de outros, não tem mais notícias...

Sobre sua família, um relato que chama a atenção é o de que, apesar de ter um trabalho realizado pela unidade de acolhimento, visando à reinserção familiar, ele diz que “... *minha família nunca foi no encontro de famílias... não visitava não...*”.

Não se pode dizer que uma criança ou adolescente que tenha moradia, alimentação, colegas, pessoas para conversar, adultos que desempenhem papel de apoio e de proteção não esteja vivenciando situações de negligência e abandono. Se tomarmos como referência a história relatada, na qual o protagonista ficou inserido, por 12 anos, no sistema de acolhimento, é inimaginável que ele continue, ainda, necessitando de ajuda e favores de outras pessoas!!

Será que a continuidade da construção desta história, bem como a reconfiguração dos vínculos familiares desse protagonista serão possíveis apenas através/por meio do whatsapp?





Em busca de um lugar no mundo

*Francis Rose**

Aos 18 anos, Pedro tenta ingressar na vida adulta com responsabilidade e sendo uma pessoa “do bem.” O rapaz se mostra forte e determinado, mesmo diante das adversidades que a vida lhe apresenta. Ele deixou a instituição em que vivia no fim do ano passado. Desde então, tenta se acertar. O retorno à casa da mãe aguçou a falta do vínculo familiar e deixou a incômoda sensação de que ele ainda não encontrou o seu lugar no mundo. Enquanto não descobre um caminho, ele faz planos. “Quero voltar a estudar. Quando concluir o ensino médio, pretendo cursar Direito. Essa é uma área com campo de atuação amplo”, diz. A lista de projetos inclui também deixar a casa da mãe e constituir uma família. E ele quer uma família um pouco diferente da que teve.

As dificuldades familiares começaram logo cedo, ainda no interior, onde a família vivia. “Quando eu tinha três meses, minha mãe me deixou aos cuidados dos meus avós e voltou para São Paulo, onde trabalhava cuidando de crianças. O patrão falou para ela que não tinha a menor condição de ela voltar para o emprego trazendo uma criança”, conta. O pai ele chegou a conhecer. Nunca houve convivência com ele, no entanto. Os avós tinham sete filhos.

O rapaz conta que a mãe vinha esporadicamente visitá-lo. Mas a convivência nunca foi cordial, e um afastamento natural surgiu entre os dois. “Minha mãe era muito estourada. Quando ela chegava, a única coisa que sabia fazer era me

* Francis Rose se formou em comunicação social/jornalismo, em 1997, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (Fafi-BH). De 1998 a 2008, atuou no caderno Gerais e na editoria de Suplementos e Revistas do jornal *Estado de Minas*, onde foi repórter e subeditora. Desde 2008, é jornalista do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

bater. Ela nunca foi uma pessoa presente na minha vida. Por outro lado, meus avós sempre foram como pais”, explica.

Mas mesmo a afinidade com os avós não era sinônimo de uma vida tranquila. Pedro conta que a avó era muito brava, e, como ele era um menino levado, apanhava muito. “Ela me espancava. Chegava a pisar no meu pescoço e ficava apertando, durante as surras. Um dia, um tio aconselhou que ela me devolvesse para a minha mãe. Ele achava que era melhor que ela fizesse isso a me matar de tanto bater”, diz. Mas o rapaz justifica a severidade. “Eu sei que ela queria o melhor para mim e fazia aquilo pensando no meu bem”, fala. Depois da repreensão do tio, Pedro conta que a avó nunca mais bateu nele.

O avô trabalhava cortando cana e ficava a semana toda fora da cidade. Porém Pedro lembra que, quando estava em casa, ele costumava defendê-lo, impedindo alguns dos castigos por suas travessuras. A vida transcorreu assim até os 9 anos. Mas o rapaz diz que não soube dar valor a esse cuidado da família. “Eu aprontava muito. Com 10 anos, saía com meus amigos, mesmo quando não tinha autorização. Um dia, chamei alguns colegas para colher jabuticaba. Só que o local tinha uma lagoa. Era um lugar perigoso para brincar, e meus avós já tinham me proibido de ir lá. Mas eu fui mesmo assim.”

A escapadela certamente seria descoberta, e isso levou o então menino a se desesperar com as consequências. “Poucos dias antes, eu tinha recebido um bilhete da escola, por mau comportamento. Meu avô me bateu muito. Ele tinha um pedaço de mangueira usado especificamente para isso. Ele chegou, mandou eu tirar a roupa e eu apanhei. No dia em que fui à lagoa, pensei que a surra seria pior e que ele iria me matar”, relata.

Assustado com a iminência de uma nova surra, o garoto fugiu e procurou um telefone público. “Liguei para um lugar que cuidava dos direitos humanos e falei das surras, do medo. Era perto das 20h. Pelo telefone, me orientaram a procurar a delegacia. Quando cheguei lá, o delegado já tinha sido informado pelas pessoas daquele órgão sobre o meu caso. O policial mandou chamar a minha avó e avisou que as coisas estavam complicadas para ela. Eu fui para o conselho tutelar e fiquei sabendo que os meus avós poderiam ser presos se eu fosse examinado e as agressões fossem confirmadas”, diz.

O rapaz conta que a avó ficou desesperada. “Nessa hora, falei que era tudo mentira. Pedi para me examinarem e falei que não iam encontrar nenhuma

marca. Disse que tinha inventado tudo porque estava com medo. Mas era tarde demais”, conta. Aquela foi a gota d’água para a avó decidir devolvê-lo à mãe. “Ela disse que não aguentava mais”, lembra. A notícia de que teria que conviver com a mãe veio como uma trágica sentença. “Eu avisei que preferia pular na lagoa a voltar a morar com ela. Nessa época, minha mãe já tinha constituído outra família e tinha mais dois filhos. Tudo que eu menos queria era ir morar com ela, que já vivia em Belo Horizonte naquele ano”, conta.

Os protestos do garoto não surtiram efeito e a mãe foi comunicada dos problemas. Ele voltou para a casa da avó, mas as coisas já não eram mais as mesmas. “Um dia, fui para a escola e minha mãe apareceu lá no fim da aula, acompanhada da minha avó. Naquela hora, o meu mundo acabou. Minha avó, que detinha a minha guarda, passou todos os documentos para a minha mãe.”

Pedro veio para Belo Horizonte a fim de morar com a mãe, o marido dela e os dois filhos do casal. O rapaz conta que chorou muito durante os cinco primeiros dias. “Aquele era um outro mundo.” Nos três primeiros meses, Pedro conta que foi bem tratado. A vida na cidade grande, porém, era muito diferente da do interior. Na capital, a família morava no mesmo lugar em que a mãe e o marido trabalhavam, uma empresa que lavava carros. “A gente não podia ficar saindo nem recebendo visitas ali. Então, comecei a fugir de casa. Minha mãe sempre dava atenção para os meus irmãos. Mas ela se esqueceu de que eu também era filho”, descreve.

O garoto acostumado à vida no interior não conseguiu se adaptar à nova rotina, tão diferente. “Na casa da minha avó, eles se lembravam do meu aniversário, me davam presentes. Eu tinha comida, tinha tudo. Mas eu não dei valor a isso”, culpa-se. Na casa da mãe, Pedro, então com 11 anos, tinha responsabilidades. Ele era o encarregado de limpar a casa e de fazer comida. Também estudava. A rotina nunca terminava antes das 22h. “Eu não podia sair, não podia brincar. Então, fugia. A polícia me encontrava na rua e me trazia de volta.” Cada retorno significava uma nova surra.

Tempos depois, a família se mudou para outra casa, também na capital. “Mas eu não aguentava aquela vida, de lavar roupa, esfregar chão e buscar meus irmãos na escola. Para completar, minha mãe bebia muito e, nessas ocasiões, ficava nervosa”, lembra. Mesmo com a rotina puxada, o rapaz conta que nunca abandonou a escola.

Os anos foram se passando, sem grandes mudanças. Pedro fez 12 anos e depois 13. E a sua maior esperança, ao longo desse tempo, era conseguir voltar para a roça. Mas a avó não o aceitava mais.

Na capital, além do trabalho em casa, esporadicamente, ele prestava serviços em um lava-jato. A renda semanal de R\$ 70, porém ficava com a mãe. Um dia, cansado da rotina, Pedro decidiu fugir de casa para bem longe. “Era uma sexta-feira. Eu arrumei a casa, passei na casa de um tio para deixar a chave, e fui embora. Só levei uma blusa, mas sabia que ela não seria suficiente para enfrentar o frio”, disse.

Pedro saiu andando sem rumo. Depois de algumas horas, já anoitecendo, ele chegou a um posto de gasolina. “Entre no restaurante e pedi comida. Eles me deram um marmitex. Um caminhoneiro me deu uma coberta, e eu pensei em dormir ali, escondido no meio do mato. Tive muito medo e foi difícil pegar no sono, ouvindo o som forte dos caminhões que passavam na estrada”, descreve.

Na manhã seguinte, um sábado, Pedro voltou ao restaurante e foi mais uma vez atendido. “Eles me deram um copo de café com leite e um pedaço de bolo. Eu comi tudo e segui meu caminho.” À tarde, a caminhada levou a outro posto de gasolina. “Eu sentia vergonha de pedir. Então, fiquei ali sentado. Acabei pedindo água para um caminhoneiro. Perguntei para ele se não era possível me levar para um lugar distante, e ele falou que não podia fazer isso. Mas ele me sugeriu voltar para a estrada e pedir carona para algum perueiro.”

E foi isso que o garoto fez. Voltou para a estrada e pediu carona, sendo prontamente atendido por uma Kombi que passava. “O moço parou e me mandou entrar. Eu senti muito medo. Evitei ficar respondendo perguntas, porque eu não queria falar de onde era. Eu estava tão desconfiado. Mas aquele motorista me tranquilizou, dizendo que não faria nada de ruim comigo. Acabei contando que tinha fugido de casa e ele me aconselhou a voltar”, diz.

No posto de gasolina seguinte, o motorista comprou um refrigerante e duas coxinhas para o menino. “Ele também me deu duas fichas, que davam direito a tomar banho no posto, além de bucha e sabonete. Para completar, me deu um saquinho cheio de moedas e me disse que aquilo era para eu comprar comida. Quando terminei o banho, vi que ele tinha ido embora”, recorda-se. Mas aquele motorista não se conformou com a fuga de Pedro e acabou acionando a polícia.

Quando o menino percebeu a aproximação de policiais, escondeu-se. Em seguida, retomou a caminhada na estrada. Mas não foi longe. Em pouco tempo, os policiais o alcançaram. Nesse momento, Pedro percebeu que o motorista que lhe tinha dado carona estava com eles. “Eu perguntei por que ele tinha chamado a polícia, e ele me explicou que não poderia me deixar sozinho na estrada, sem rumo. Nessa hora, eu avisei os policiais que, se algum deles encostasse as mãos em mim, eu pularia na frente da primeira carreta que passasse na estrada”, diz. Para Pedro, a vida não importava. Tudo o que tinha valor era mesmo ficar longe de sua mãe.

Com paciência, os policiais explicaram que não o levariam de volta para casa, mas iriam encaminhá-lo para o conselho tutelar da localidade. O motorista acompanhou o garoto o tempo todo. Enquanto aguardavam as providências no conselho tutelar, o motorista recebeu autorização para levá-lo para tomar sorvete. “Daí, vi que ele morava ali pertinho. Ele me levou até sua casa, me mostrou os cômodos e me convidou para morar ali. Ele me contou que era casado e que tinha duas filhas. E falou que eu poderia viver com eles, sem precisar continuar fugindo”, conta o rapaz.

Pedro se lembra de que o motorista tinha consumido bebida alcoólica e, por isso, a essa altura, já estava bêbado. “Eu agradei pelo convite, mas não aceitei. A família dele nem me conhecia. Como eu poderia ficar ali?” Com pena do garoto, o motorista deu a ele uma nota de R\$ 100 e disse que ele poderia lhe telefonar se precisasse de alguma coisa. “Eu sempre tive vontade de reencontrá-lo. Ainda me lembro da casa onde ele morava. Ele não me conhecia, mas me ajudou de coração aberto”, descreve.

Pedro foi encaminhado para uma casa de apoio, onde ficaria até a segunda-feira seguinte. “No domingo, as pessoas daquela casa até me levaram para passear numa cachoeira”, lembra. Na segunda-feira, no entanto, ele voltou ao conselho tutelar. “O conselheiro foi rude e grosseiro. Eu avisei que não voltaria para casa em nenhuma hipótese.” O garoto acabou sendo encaminhado para um centro de passagem em Belo Horizonte. Ali, ele foi avisado que o tempo de permanência era de três meses. Caso ele tivesse bom comportamento nesse período, seria encaminhado para uma instituição de acolhimento.

O rapaz recorda que o lugar não era agradável. “Eu me sentia triste e sozinho. Eu tentava pensar que estava ali para sobreviver, mas as condições

não eram boas. Eu me lembro que o pão, no café da manhã, era duro. E a casa tinha muitos meninos mais velhos. Era um inferno. Muitos eram usuários de drogas e já tinham uma trajetória no mundo do crime. Eu passei os três meses seguintes quietinho. Eu só queria sair dali.” No centro de passagem, Pedro ajudava na limpeza. No fim do dia, a distração era se apoiar na grade do portão para ver o movimento da rua.

Ao longo desse tempo, Pedro conta que pensava muito nos avós. Ele também tentava fazer planos. E quase sempre chorava por aquela vida.

Após três meses, o garoto foi encaminhado para uma instituição de acolhimento. Mas, depois dos três primeiros dias ali, ficou sabendo que haviam feito contato com a sua mãe e que ela viria vê-lo. “Eu não queria encontrá-la. Então, avisei que ia fugir e fugi. Acabei voltando para o centro de passagem, onde fiquei mais três meses”, conta. Depois desse tempo, ele foi então encaminhado para outra instituição, na região Noroeste da capital.

Pedro já tinha 14 anos. Na nova casa, quase todos os meninos eram da mesma faixa etária. “Ali era muito melhor do que a minha casa. Se eu pudesse, estaria lá até hoje”, afirma. O rapaz não se esquece da comida, preparada sob orientação de uma nutricionista. “Era muito bom: arroz temperado, feijão tropeiro, salpicão”, lembra. O rapaz também se recorda do pão novinho todas as manhãs, dos bolos, do café, do suco e do leite. E não se esquece ainda dos bolos de aniversário, preparados cuidadosamente todos os anos.

Na nova instituição de acolhimento, Pedro dividia o quarto com mais três garotos. Aos poucos, ele aprendeu as regras do lugar. A vida tranquila, no entanto, não permitiu que aquela inquietação dentro dele passasse. Ele queria novamente fugir. “Então, eu ouvi uma voz me dizendo que ali era o meu lugar, que eu não deveria ir embora, porque ali a minha história iria mudar. Era Deus, eu acredito.” O garoto se aquietou e, então, decidiu ficar.

Da rotina na instituição Pedro tem muitas lembranças. As idas a um sítio nos fins de semana, as tarefas de todos os dias e, acima de tudo, o carinho dos profissionais que trabalhavam ali. “Os educadores e técnicos me abraçavam, conversavam comigo. Eles sorriam. Era muito diferente do que eu vivenciava, porque a minha mãe nunca me deu um abraço”, conta. Em todo o tempo em que ficou ali, Pedro sempre alimentava a esperança de visitar os parentes no interior, mas isso não foi possível nos primeiros anos.

Assim, os dias se passavam. Pedro ajudava na arrumação da instituição, dividida com mais 14 meninos. Ele via TV, comia, usava o computador, conversava. À tarde, era hora de ir à escola. “O tempo lá foi bom demais. Fiz muitos amigos e consegui viver uma boa adolescência. Não me esqueço dos dias de aniversário. A gente ficava ansioso para a aula acabar porque, quando chegava à instituição, a festa estava organizada. Tinha bolo, docinhos, refrigerante e salgado. E eu sempre ganhava presentes.” Aquela realidade sempre fazia com que ele se lembrasse, com tristeza, dos anos vividos com a mãe, quando nada disso acontecia.

Depois de um tempo, a família descobriu o seu paradeiro. “Eu não queria ver a minha mãe. Mas gostava muito das visitas do meu tio. Ele nunca deixou de me visitar. E sempre me dava algum dinheiro. Minha mãe também apareceu por lá, mas a visita não foi boa. Ela chegou com a cara fechada e me disse coisas muito ruins.” Tudo isso aguçou em Pedro o desejo de nunca retornar a sua casa. Ele até pensava em voltar a viver com os avós, mas eles continuavam não o aceitando.

Pedro descreve o tempo na instituição como “maravilhoso.” “Vi que a gente recebe oportunidades e que não pode jogá-las fora”, ensina. Aos 15 anos, o garoto conseguiu o seu primeiro emprego, numa organização não governamental.

O rapaz não consegue esquecer-se do primeiro Natal do tempo da instituição de acolhimento. Ele se sentia triste com a falta da família, dos avós. “Os outros meninos ficavam animados, porque era uma época de apadrinhamento. Então, várias famílias ricas nos levavam para passar as festas de fim de ano em suas casas. Todos ficavam animados.” Pedro até tentou contagiar-se com toda aquela euforia, mas ele só conseguia pensar mesmo era em sua avó.

Às 16h do dia 23 de dezembro, a madrinha daquele Natal chegou, acompanhada do marido e de um filho. “Eles me abraçaram e foram afetuosos. Fui para a casa deles e fiquei lá até o dia 6 de janeiro. Era uma casa enorme. Pela primeira vez na vida, comi pizza. Eu não sabia nem mesmo pegar num garfo e numa faca. Mas fui aprendendo ali”, relembra. Apesar de já ser grandinho, a madrinha pediu que ele escrevesse uma carta para o Papai Noel, com o seu pedido de Natal. “Eu pedi um tênis. E, no Natal, ela comprou exatamente isso para mim. Eles eram muito gentis, mas eu estava receoso, porque não os conhecia”, revela.

O Natal chegou, mas a angústia e a saudade da família apertavam o peito. “Eu estava muito triste”, lembra. Nem mesmo as novidades da comemoração naquela família o animavam. “Começaram a chegar as moças mais lindas que eu já vi na vida. Todo mundo me chamava para tomar parte na festa. Mas eu só queria estar com a minha família.”

Sem lugar em meio a toda aquela alegria, Pedro chorou. Mesmo rodeado por pessoas gentis, ele se sentia só. E o primeiro Natal longe de casa foi passado dentro de um quarto, em lágrimas, em uma casa desconhecida.

A madrinha e a família compreenderam a necessidade que ele tinha de ficar sozinho. E deixaram que ele ficasse à vontade, sem impor, sem insistir. Começou ali uma amizade que perdura até hoje. Pedro voltou àquela casa muitas vezes e recebeu também muitas visitas daquela família enquanto estava na instituição. “A minha madrinha nunca desistiu de mim. Ela me liga, quer saber como estou. Sempre me visitava, ocasião em que levava presentes para todos os meninos, inclusive para mim. Ela sempre me tratou muito bem”, conta. A madrinha não faltava em nenhum aniversário, ao contrário da mãe, que nunca esteve presente.

Na instituição de acolhimento, Pedro conseguiu uma bolsa para estudar em uma escola particular, onde se saiu muito bem. Ele estudava à noite e cursou até o 2º ano do ensino médio. O rapaz também continuou trabalhando. “Sou um bom funcionário. Rápido e eficiente”, gaba-se. O dinheiro recebido ia para uma poupança. Mas o rapaz confessa que, muitas vezes, gastou como não devia, comprando itens caros e supérfluos em shopping.

Aos 16 anos, Pedro recebeu o direito de passar o primeiro Natal com os avós. “Minha madrinha preparou duas cestas e mandou como presente. Eu cheguei naquela alegria. Conversei com a minha avó até meia-noite. Foi tão bom”, lembra. Estar ali devolveva ao adolescente o sentimento de pertencimento e de ser amado: ele fazia parte de uma família. Não estava sozinho no mundo. E isso compensava tudo.

O retorno à instituição de acolhimento, logo depois, não foi um sacrifício para o adolescente. Ele gostava de viver ali. Agora, aquele era o seu lugar, a sua casa. Enquanto estava naquele local, Pedro estudou, trabalhou, fez amigos, sentiu-se cuidado, conheceu a primeira namorada, preparou-se para a vida.

O tempo foi passando e a proximidade do aniversário de 18 anos trouxe consigo a necessidade de se preparar para a partida. “Eu não queria fazer 18

anos. Aquele lugar era a minha casa. Os educadores eram os meus pais. Os meus colegas eram os meus irmãos. Em setembro de 2014, completei 18 anos. Pouco depois, deixei a instituição. Foi triste, mas eu me preparei para aquele momento”, garante.

O vínculo com aquela casa nunca se perdeu. Ainda hoje, Pedro tem contato com as pessoas que conheceu ali. Alguns colegas seguiram bons caminhos, outros não. “Acho que o juiz deve dar mais atenção para as crianças das instituições. Vi alguns colegas que tiveram a oportunidade de abandonar a vida errada, mas, por uma demora na decisão da Justiça, acabaram desistindo. Eu não. Eu soube aproveitar as oportunidades”, pontua.

Pedro sempre acreditou que poderia seguir o caminho que quisesse. Ele disse, porém, que pensava nas consequências. “A oportunidade aparece para todo mundo, para o bem ou para o mal. Temos que escolher. Eu nunca quis fazer coisas erradas, como usar drogas ou cometer crimes”, diz. Ele lamenta, contudo, o tratamento recebido pelos adolescentes acolhidos por parte da sociedade. “As pessoas nos tratam como ladrões e assassinos.”

Apesar de se dizer preparado para a ruptura com a vida na instituição de acolhimento, Pedro não tinha para onde ir. “Tentei morar com um tio, mas não deu certo. Minha única opção, então, foi voltar para a casa da minha mãe. Mas não me esqueço da vida na instituição. Eu tinha tudo ali. Aqui fora, é preciso dar duro. Por isso, sempre que volto àquele lugar para visitas, falo para os meninos darem valor”, ensina.

O dinheiro gasto no shopping com tênis caros e futilidades, hoje, faz falta para o rapaz, que precisa ajudar a mãe a sustentar a casa. “Atualmente, eu trabalho com meu tio, que é pedreiro, como ajudante. Pago o consórcio de uma moto e ajudo a minha mãe com as despesas. No fim do mês, não sobra nenhum centavo para mim. Na instituição, eu tinha tudo na mão. Podia trabalhar sem me preocupar com nada mais”, diz. O tempo de transição tem-se revelado difícil, sobretudo pela convivência com a mãe, com quem, esporadicamente, entra em atrito. “Minha vida não está boa. Eu não estou feliz. Eu ainda procuro o meu lugar no mundo. Minha mãe não me bate mais, porque cresci. Mas ela não age com a consciência de que é minha mãe”, diz.

Cedo o rapaz aprendeu, contudo, que as dificuldades estão aí – para todos. “Na vida, o caminho não é apenas reto. Em muitos momentos, nos

deparamos com os desvios. Eu me arrependo de ter aprontado com os meus avós. Mas Deus escreveu uma outra história para mim. E ela começou naquela instituição de acolhimento. Foi ali que eu descobri que tinha que parar de fugir”, diz. Mesmo com a pouca idade, Pedro afirma que a lição foi aprendida. “Eu tenho problemas e sempre vou tê-los. Mas compreendi que não é fugindo que eu vou conseguir resolvê-los”, conclui.

Ao contar sua história, o rapaz tenta mostrar que as coisas podem dar certo, mesmo quando o prognóstico não é dos mais favoráveis. Ele quer que outros jovens compreendam que as escolhas podem ser feitas por qualquer um. Então, é preciso escolher bem para não enfrentar consequências drásticas no final. O rapaz, que tem objetivos claros, mas rumos ainda indefinidos, também acredita que seu relato pode ajudar a sensibilizar todas as pessoas que cuidam de crianças que, como ele, um dia ficaram sem suas famílias por motivos diversos.

Do delegado que o atendeu ainda no interior, passando pelo conselheiro tutelar rude, pelo motorista que lhe estendeu a mão e ofereceu uma família, pela madrinha dedicada e por cada profissional que cuidou do seu bem-estar na instituição de acolhimento – todos tiveram a oportunidade de ajudá-lo a se tornar quem ele é e a fazer as escolhas que o levaram até onde ele está. Essa certeza soa para o rapaz como um convite para que cada pessoa, na área em que estiver, pense com carinho na influência que pode ter na vida de uma criança ou de um adolescente que tem problemas. Uma boa palavra e um gesto solidário, muitas vezes, podem fazer toda a diferença.



Fazer do limão uma limonada!

*Eduardo Costa**

O histórico das pessoas-alvo da institucionalização tem algumas características marcantes: pobreza, desestruturação familiar, abandono e abuso – de toda ordem. Alexandre é mais um exemplo. Apesar da tranquilidade com que fala de seu passado, o orgulho de ter vencido e o quanto é grato à antiga instituição de acolhimento, as marcas do sofrimento estão em seu corpo e ressoam com altivez na fala. Nascido no interior de Minas Gerais, foi criado pela mãe até os seis anos. Era um ambiente de muitas dificuldades, por causa da falta de recursos materiais e também do sofrimento mental da mãe, a única responsável por ele e por uma irmã mais nova, de quatro anos. Um dia veio a notícia mais temida: você não pode mais viver com sua mãe, porque estará com a vida em risco.

Então, vieram os piores anos da vida de Alexandre. Passou a viver de favor dos parentes, que faziam rodízio, como que querendo se livrar dele... “Era um tempo de horror”, lembra, enquanto cenas terríveis passam pela mente. Era tratado na base da chibatada, isto é, qualquer coisa era motivo para apanhar, o pior serviço lhe era sempre reservado e só podia comer depois de todos os outros. Era uma espécie de peso, algo que não podia ser descartado, mas parecia peça estranha na engrenagem; não era parente, não era familiar, era um problema a ser resolvido, e, enquanto alguém não se sensibilizasse, o seu destino era pagar caro pelo prato de comida e um cantinho na cama, quando era possível dormir.

* Eduardo Costa é comunicador da Rede Itatiaia de Rádio, apresentador da Rede Record de Televisão e colunista do jornal *Hoje em Dia*. É graduado em Jornalismo, pós-graduado em Valores Humanos e em Sustentabilidade e Responsabilidade Social e mestre em Ciências Sociais. Autor de cinco livros e jornalista “amigo da Criança”, pelo Unicef.

Eis que há sempre um anjo bom na vida de todos nós, e, para Alexandre, foi uma tia beata que, certo dia, cansada de acompanhar a sua rejeição, pegou o menino pelo braço e viajou até a capital, seguindo direto para um bairro de periferia, onde havia um centro de triagem de uma instituição de acolhimento. Explicou que o menino não tinha “liga” e seu único futuro estaria ali – ou receberia ajuda do Estado, ou encontraria trabalho e escola na instituição, ou se desesperaria na adolescência e, muito provavelmente, devolveria à sociedade toda a maldade de que era vítima inocente nos primeiros anos de vida.

Até hoje, quando fala dessa tia, os olhos de Alexandre brilham... Além da mulher e das cinco filhas, ela é a grande referência familiar de nosso ex-interno, ela representa aquele sentido de família, de um socorrer o outro nos momentos mais difíceis.

Mas isso tudo Alexandre veio a compreender depois. Naquele dia, quando a tia se despediu e ele se viu em meio a um mundo de gente estranha, pensou que o mundo iria acabar de vez... Mas, pensando bem, diante do que já passara, seria muito difícil encontrar algo pior. Então, quando foi levado para um dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e encontrou um ambiente de roça, com criação, mato, aquele jeitão de sua cidade natal, sentiu que a vida estava mudando. Por lá ficou até os 18 anos, vivendo com dignidade, respeito e até entusiasmo... Fez cursos de máquinas agrícolas, de bombeiro hidráulico, aprendeu a lidar com porcos, vacas, plantar e colher verduras. A única coisa que hoje Alexandre lamenta é não ter aproveitado o tempo para estudar, porque teria uma situação muito melhor agora: “Eles davam chance para a gente enfiar a cara nos livros, tinha gente boa lá. A professora falava ‘quer estudar fica, se não, vai lá para a horta’. Como todo menino que não sabe a importância do estudo, eu ia embora. Só que, agora, pensando bem, devia ter estudado. Por isso é que defendo que os pais apertem com os filhos para que não deixem os livros, por isso é que hoje insisto com minhas filhas para não desperdiçar o tempo, estudar mesmo, porque a vida é difícil para todo mundo, mas especialmente para quem tem pouca escola.”

Vida adulta

Aos 18 anos, Alexandre foi informado de que deveria deixar a instituição e ir viver com a família. Nessa altura, a mãe já estava em Belo Horizonte e não

foi difícil encontrá-la. Na verdade, ao contrário de outros, que ficam esquecidos, Alexandre sempre recebeu visitas da tia beata, a sua santa protetora, que trazia notícias de todos, dava conselhos e o animava a passar por aquela adolescência diferenciada. Quando então reencontrou a mãe, não era mais um estorvo; por dois ou três anos prestou serviços a uma empresa de telecomunicações, à época estatal, e, em seguida, tornou-se servidor público, emprego que tem até hoje, estando lotado numa das Secretarias Estaduais do Governo de Minas, curiosamente envolvida com a temática da infância e da juventude em dificuldades econômicas e sociais. Não tem vida de rico, não conseguiu a casa própria, mas vive feliz. As meninas estão estudando, o dinheiro dá para um aluguel decente, tem boa relação com a esposa e contato com os parentes que realmente interessam.

Através dos anos, Alexandre foi conhecendo pessoas com seu perfil, passado semelhante e vida parecida, e criou grandes amizades. Participa com alegria de reencontros com ex-institucionalizados, tem em alguns deles amigos de fé e não vê qualquer problema em contar sua história. A mim mesmo ele pediu para levar aos ouvintes de rádio detalhes de sua vida, objetivando duas coisas que foram prontamente alcançadas: servir de exemplo para meninos que estão perto de fazer bobagem e, quem sabe, descobrir antigos amigos dos tempos de institucionalização. A repercussão foi imediata, muita gente se emocionou e vários ex-colegas fizeram contato, prometendo procurar por Alexandre.

Futuro sombrio

Ele acha que tem responsabilidades e não pode se eximir delas. Uma é a de falar bem daqueles tempos, do sistema de institucionalização que tantas vidas salvou, como a dele. Seu raciocínio é simples: “Engraçado, nos anos 80 do século passado, começaram a falar mal das instituições de acolhimento mais antigas, dizendo que havia judiação, que os meninos eram torturados e muita coisa mais. Acabaram com aquelas fazendas, e o que tem no lugar? O que foi feito? E agora, quem vai ajudar quem precisa? Eu vou dizer uma coisa... Sei não, mas acho que tudo piorou demais, não tem remédio para os que são pobres mesmo... Olha, só Deus é capaz de salvar, de dar um jeito, não estou

vendo futuro não... É impressionante como tem menino mau nas ruas, aprontando, parecendo que o mundo é deles, que ninguém pode detê-los...”

Para Alexandre, toda criança, seja ela rica ou pobre, tem de ter limites. Tem de saber a hora de tomar banho, estudar, tem de respeitar os mais velhos e ver que a liberdade do outro também existe. Ele lembra sem mágoas de algumas punições que sofria nos seus tempos de institucionalização, e uma das mais recorrentes era ficar em pé, encostado no paredão do galpão, sem poder baixar a cabeça, por um bom tempo. Os colegas passavam e viam os punidos, sorriam muito e zombavam daqueles que estavam no “paredão”. Ao contrário do “politicamente correto” de hoje, que, possivelmente, se insurgiria contra esse tipo de castigo, Alexandre diz que era válido, que ajudou na sua formação, a fazê-lo entender que nem tudo pode ser do jeito que a gente quer, mas como tem de ser a vida.

É claro que viver em uma instituição de acolhimento não é um paraíso. Alexandre se lembra de seus medos, “que não eram poucos”. Especialmente porque sempre foi franzino, um convite aos abusos por parte de internos mais fortes. Por vezes, passou grandes apertos, em algumas oportunidades correu, noutras apanhou. Também pediu ajuda de monitores, enfim, não havia vida fácil. Não foram poucas as vezes em que fazia o que os outros meninos mandavam. “Na verdade, no começo era sempre assim, sempre obedecendo para não tomar tapa na orelha”, lembra Alexandre, que, depois, com o tempo, foi ocupando seu espaço. Sentia-se protegido, especialmente por um servidor conhecido como “Sô Helder”, a quem ajudava nos trabalhos da fazenda, e por duas professoras pelas quais tinha especial afeto – Geisilane e Érika. Além, é claro, do bálsamo que representavam as visitas da tia beata aos domingos. Não que ela pudesse fazer alguma coisa por ele lá dentro, mas apenas a sua presença, o seu andar pelo pátio, indicava, tanto para Alexandre como para seus algozes, que ele tinha alguém em sua companhia.

À medida que o tempo passava, o desenvolvimento físico ajudava e as possibilidades se apresentavam. Alexandre passou a vender *chup-chup* (espécie de suco muito doce) e picolé nas ruas mais centrais da cidade. Depois seguiu um conselho: arranjou uma caixa e passou a engraxar sapatos, o que lhe rendia algum dinheiro para as necessidades mais básicas, mas, principalmente, aumentava a autoestima. No mais, aparecia sempre uma alma caridosa para ajudar no dever de casa e, se vinha uma gripe mais forte, o enfermeiro atendia com

uma aspirina, dipirona, qualquer medicamento mais simples. Tristeza mesmo só às vésperas de Natal, quando começava aquele tradicional burburinho de que não haveria presentes... Mas, já perto da noite mais importante, encostava sempre um caminhão, trazendo bolas, carrinhos e outros brinquedos, muito simples, baratos, mas que tinham o poder de alimentar a ilusão.


Apesar de estar devidamente integrado, ter boas lembranças e ser grato ao apoio que recebeu na fase de formação mais importante de sua vida, Alexandre não tem dúvidas de que o dia mais feliz da sua vida foi quando recebeu a notícia de que deveria cuidar da própria vida, fora dali. “Foi um alívio”, assegura, acrescentando que todo homem deveria ficar contido por algum tempo para saber o real valor da liberdade, de poder ir e vir quando bem entender e ser dono das próprias vontades, fazer escolhas e evitar encontros com pessoas desagradáveis.

Alexandre dá uma informação que exemplifica como nossa sociedade mudou. Para pior. Ao longo dos 14 anos em que ficou na instituição de acolhimento na região metropolitana da capital, nunca viu um promotor, jamais conheceu um juiz, na verdade nem sabia que os operadores do Direito existiam. Para aquelas centenas de jovens, bastava a palavra do diretor, ou de um disciplinador, para que soubessem da importância de se comportar bem. Quando um ou outro fugia ao controle, ia embora, fugia, mas não estimulava os outros que estavam certos da importância de continuar ali. Afinal, assim como Alexandre, a maioria já vivera experiências bem piores do lado de fora daqueles muros.

Por isso é que hoje conversa muito com as cinco filhas – a mais velha tem 26 anos – sobre a importância de ter a cabeça no lugar. Afinal, quando a gente menos espera vem algo que estraga a vida toda; então, tem de estar atento, agradecer a Deus as oportunidades e aproveitar. Ele não se conforma com a falta de atividades para as crianças, principalmente as mais pobres: “Tem de profissionalizar, arranjar cursos, ensinar a trabalhar, conseguir o que fazer para os jovens. Mente à toa é oficina do capeta. Os meninos ficam aí, amontoados, à toa, só pensando maldade. Por isso estão cada dia mais ferozes, incontroláveis. E vou falar uma coisa: só Deus para nos indicar um caminho melhor, porque o que vejo é triste. Conversa, conversa e ninguém resolve. Os meninos, às vezes, matam, aprontam, e não acontece nada; não respeitam ninguém”.

Bênção

Talvez o que Alexandre quer nos dizer verdadeiramente com a frase forte com que encerrou a nossa prosa, afirmando que “a instituição de acolhimento foi uma bênção na minha vida”, é que todos nós precisamos tentar fazer do limão – que a vida às vezes nos oferece – uma limonada.



Fazia com o coração

Tânia Costa*

Túlio tem 20 anos; é um rapaz alto, bonito, postura elegante, sorriso largo e gestos suaves. Impressionou-me, também, pela segurança e simpatia, pela capacidade de confiar e de estabelecer contato pessoal. Seu timbre de voz é agradável e estável e tem grande senso de humor.

Inicia dizendo-me que sua história “é bem bacana e também bem difícil”. Vem de uma família com pais e seis filhos, sendo ele o terceiro dos mais velhos. “Teve um acontecimento”, me diz logo no início, “Minha casa pegou fogo duas vezes.”, no intervalo de um ano. Esse fato fez com que os três irmãos menores fossem logo levados para instituições; e, depois de algum tempo, os três mais velhos também foram acolhidos.

A mãe é alcoólatra, e o pai, além de alcoólatra, acabou também se envolvendo com drogas. As crianças foram retiradas de casa após uma denúncia anônima, e o motivo maior, segundo lhe foi informado posteriormente na instituição de acolhimento, foi que “minha mãe saía na sexta-feira e voltava na segunda e então deixava a gente com fome, sozinho e cuidando dos mais novos.”

Túlio comenta que não passava por sua cabeça que isso pudesse estar errado, porque “essa era a rotina” desde que os pais tinham se separado e a mãe tinha arrumado outro relacionamento: ela saía e os deixava em casa.

* Tânia Costa, psicóloga e psicanalista, especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (USP). Durante 15 anos em Roma (1997-2012) trabalhou com refugiados de guerra vítimas de tortura. Como membro fundadora e presidente da associação EST-Equipe di Servizio contro la Tortura, desenvolveu um projeto sobre História de Vida como terapia para traumas. Atualmente, é membro da AEPsi - Associazione Europea Psicofisiologi Clinici per il Sociale e em formação na SBPW- Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana.

Visivelmente emocionado, conta que foi voltando de uma dessas saídas, na qual estava muito alcoolizada, que sua mãe colocou fogo na casa, propositadamente. Túlio estava com ela nessa ocasião e tinha perdido na rua uma pulseira da qual gostava muito. Deixou a mãe em casa e saiu para percorrer o caminho que haviam feito, em busca da pulseira.

No retorno, “Vi aquele monte de gente reunida em frente à minha casa, muita gente mesmo, fiquei com medo, vi muita fumaça, minha irmã me falou que minha mãe tinha botado fogo na casa”. As duas irmãs menores foram salvas por um rapaz, e a caçula, que era então um bebê, ainda traz a marca da queimadura “no braço direito”. “Foi um momento de muito desespero, a gente perdeu tudo, tudo, tudo o que a gente tinha”. Muito abalado por ter “ficado sem nada”, conta que esse momento foi muito difícil de ser superado. E evoca-o, involuntariamente, sempre que sente medo.

Depois do primeiro incêndio, foram habitar uma casa composta por apenas um cômodo, que servia de quarto e cozinha. A seu lado, tinha um banheirinho, sem vaso sanitário.

Por volta de um ano depois, essa casa também pegou fogo. Estavam sem luz elétrica, e a irmã esqueceu uma vela acesa. Outra vez, perderam tudo o que tinham construído. Com pesar, refere-se especificamente aos móveis que tinham sido ganhos de doação e que, apesar de muito velhos, e de já quase não servirem para o uso, foram dados “com muito carinho”!

Nessa ocasião, com apoio da Prefeitura, a casa original que pegou fogo foi reconstruída, e a família voltou a morar nela.

Foi, então, que os mais velhos foram acolhidos. Túlio não sabia que eles também seriam levados para uma instituição, e guarda uma lembrança viva e sofrida desse dia, tendo ficado “muito marcado” pela seguinte cena. Estava na escola, a diretora foi à sua sala e disse-lhe que sua mãe o esperava lá fora. Ao sair, cercaram-no, dizendo-lhe: “Você vai ter que vir com a gente”. Deparou com sua mãe, deitada ao chão, desesperada, dizendo: “Não levem meu filho, não o tirem de mim”. Ele, também desesperado, perguntava com insistência para onde estava sendo levado. Viu-se numa Kombi, com os outros dois irmãos, e foram, então, levados ao Judiciário.

No Judiciário, foram colocados “num cantinho”, chorando muito enquanto aguardavam o que iria acontecer. Finalmente, cada um foi levado para uma instituição.

Lembra-se muito bem da sua chegada à instituição e do seu primeiro dia nela. “Isso é um tipo de coisa que a gente nunca esquece”, exclamou! Sentiu-se desesperado, querendo ir embora, perguntando para onde estava sendo levado e dizendo que fugiria. O portão da casa era de grade. Dois educadores tentaram acalmá-lo, mas só no dia seguinte ficou sabendo sobre os motivos pelos quais fora retirado de casa.

O que mais o ajudou a tranquilizar-se, naquele momento, foi o lanche que lhe ofereceram, do qual se lembra com prazer e sorrindo. Constava de pão, suco, café, rosquinha, e lembra-se que comeu “bastante”. Depois do lanche, uma criança da instituição convidou-o a jogar bola no quintal.

Na mesma noite, conheceu um terceiro educador que chegou mais tarde e tentou acalmá-lo também. Esses três educadores tornaram-se referências importantes para Túlio durante o período em que trabalharam na instituição, e até hoje mantém contato com eles. Um deles, em particular, Túlio o descreve como “super 10, mas, quando tinha que ser chato, era muito chato”. No dia seguinte, explicaram-lhe que estava sendo institucionalizado e não poderia voltar para sua casa durante um período, até que sua família tivesse condições para reassumi-lo. Túlio não compreendia exatamente o que isso queria dizer, porque não tinha nenhum senso crítico sobre como estavam vivendo em casa. A vida era do jeito que era, e nada lhe parecia estranho. Os pais tinham permissão para visitá-lo. A mãe o visitou apenas duas vezes, logo no início, e o pai nunca o visitou.

Foi a experiência concreta da vida na instituição que lhe abriu novas perspectivas. Apesar de ter sentido muito a separação da família e ter sentido muita vontade de ir embora durante os dois primeiros meses, Túlio diz que teve uma acolhida “sensacional”. E, já no segundo dia, estava gostando muito da instituição. Essa rápida adaptação deveu-se a ter tido “banho, comida, alimentação, onde dormir, tudo certinho, cada um na sua cama, nada tumultuado”. A disciplina cotidiana consistia em horário para levantar, arrumar a cama, tomar banho, tomar café e depois almoço, lanche e jantar. E adaptou-se rápido às outras crianças, que considera seus irmãos.

Conciliou rapidamente o sono na primeira noite que dormiu na instituição. Sempre dormiu bem, não é dado a pesadelos e raramente sonha.

Demonstra muita gratidão pelos cuidados que recebeu na instituição e por alguns educadores. Foi na instituição de acolhimento que aprendeu regras, limites sobre o que podia ou não fazer, e que aprendeu, inclusive, a ler. Estava, então, com quase 13 anos e ainda não sabia ler. Sonhava em aprender a ler e, quando esse dia chegasse, pensava, passaria a ler sem parar. Foi quando apareceu um inglês que veio passar um tempo em BH e queria ensinar coisas para as crianças da instituição. Túlio lembra-se com muito prazer desse encontro e diz, divertido e orgulhoso: “Aprendi a ler com um inglês que mal sabia o português, aprendi em um mês, em um mês!”. Diz ainda: “Ele era muito rígido, eu distraía muito e ele dizia: *No!, No!, No!*, apontando para a leitura. Fazia com o coração!”.

Na nova escola que passou a frequentar, encontrou muito apoio, sobretudo da professora de português, que o ensinou a escrever, já que ele não sabia escrever nada. Sobre a escola anterior, na qual ia passando de ano sem nem sequer ser alfabetizado, Túlio mal sabe dar notícia. Parece que tudo se resumia a ajuntar-se aos outros meninos e fazerem “bastante bagunça”.

Além dos estudos, Túlio conta com alegria que se divertiam bastante, também. Eram 12 garotos entrando na puberdade que gostavam muito de sair, de jogar bola na rua, de andar pelo telhado dos vizinhos, mesmo sabendo que isso era errado, diz sorrindo. Dentro da mesma instituição de acolhimento, passaram por várias casas. Perto de uma delas, puderam dispor de quadra de basquete, de futebol e de peteca, e praticavam todos esses esportes.

Nem sempre os vizinhos queriam se envolver, mas numa dessas casas, acabaram experimentando os benefícios da vida comunitária: eram sempre convidados para festas e churrascos!

Como gosta muito de jogar bola, algumas vezes lhe passou pela cabeça ser jogador de futebol. Chegou a frequentar uma escolinha de futebol, mas logo descobriu que não tinha talento para tanto! Um sonho mais persistente foi tornar-se engenheiro mecânico. Ao pesquisar sobre a formação, concluiu que teria que estudar muito; e, se gostou de aprender a ler, percebeu que a sensação de que se dedicaria intensamente à leitura passou rápido, de tal forma que esse sonho também se esvaiu.

Foi também na instituição que Túlio conseguiu seu primeiro emprego, fato que ele fez questão de sublinhar por senti-lo muito significativo na sua

vida. Tinha, então, 16 anos quando trabalhou por 2 a 3 anos, numa empresa municipal, num projeto na área do circo e da música, do qual gostou muito. O presidente da instituição os educou, naquela ocasião, para fazerem uma poupança, e só liberava 50 reais do dinheiro que ganhavam. Na época, não gostou de poupar dinheiro, disse que preferiria tê-lo gastado se pudesse, mas, graças à poupança, teve estrutura econômica para dar prosseguimento a seus projetos quando saiu da instituição.

Túlio viveu dos 12 aos 18 anos na mesma instituição de acolhimento. Sua gratidão é evidente, e também o é sua preocupação com as mudanças que foi observando nos últimos anos de institucionalização e que continuam acontecendo, segundo informações que tem de várias proveniências.

Túlio descreve de forma aguda e muito sensível, própria de quem viveu a experiência na pele, o que uma criança e jovem devem encontrar em um educador para que uma mudança efetiva aconteça. Descreve a oportunidade que teve de encontrar pessoas “muito qualificadas mesmo”, que “realmente se doavam”. Trata-se de uma “missão”, a missão de querer realmente educar o outro, como o inglês que queria ensiná-lo a ler.

Segundo ele, hoje é difícil encontrar pessoas assim. Os educadores não têm o mesmo empenho de um tempo atrás, não são capacitados para se envolverem nas instituições de acolhimento. Acredita que muitos trabalham nesse campo por necessidade econômica, mas não são qualificados, o que levou à perda da essência do educar!

Túlio diz que tem sabido de situações complicadas que acontecem atualmente, mas que ele próprio as testemunhou nos seus últimos anos de instituição. Testemunhou, inclusive, educador que “mexia com drogas” e comenta: “Como pode um educador, desse jeito, estar numa instituição de acolhimento? Há meninos que chegam lá por questões de droga; e, se o educador não dá o exemplo para ele parar, ele não vai parar”.

Quanto a mudanças para pior na estrutura das instituições de acolhimento, ele narra que, entre os “pais sociais”, havia um pai social titular que morava na casa e que hoje, infelizmente, não existe mais.

Faz essas observações com muita responsabilidade, com verdadeira preocupação, pois sabe da importância fundamental que é a capacitação adequada das pessoas que querem trabalhar nesse campo.

Do passado familiar, relembra ainda que o pai foi uma figura que “sempre esteve e não esteve presente”. Quando bebia, mas não mexia com drogas, era “nota 10”, não deixava faltar nada em casa. A partir do momento que se envolveu com as drogas, o casal começou a brigar muito e os “laços foram se desfazendo”. Passaram, então, por um período de grande privação no qual, para sobreviverem, catavam verduras que sobravam dos sacolões e pediam retalhos de carne no açougue. Túlio diz que passou por isso “com muito louvor”, pois acredita que são as dificuldades da vida que nos fazem crescer.

Soube, pela mãe, que nasceu prematuro e era tão pequenininho que só a avó podia dar-lhe banho. Foi amamentado no seio, mas não sabe por quanto tempo. É muito seguro do amor que recebeu dela. Diz que, “apesar de tudo o que aconteceu, minha mãe sempre teve muito amor pelos filhos”.

A partir do momento em que a instituição o liberou para ir passar os fins de semana na casa da tia avó, que ele trata por avó, Túlio se encontrava também com os pais e os primos. Não gostava de fazer essas visitas porque via seus pais sempre na mesma situação de alcoolizados. Gostava de ver os primos, mas fazia essas visitas, sobretudo, em consideração à avó, que sempre o apoiou muito e a quem “ama de paixão”.

Dos educadores, professores e voluntários que reconhece como referências importantes na sua vida, Túlio fala também, com muito afeto e sorrindo, sobre um casal que o apadrinhou para as festas de fim de ano, com quem passou os últimos Natais, com exceção do último. Sorria por lembrar que sua ausência lhe valeu uma grande bronca da madrinha que lhe recordou que Natal se passa com a família! Reviram-se, abraçaram-se, e o compromisso ficou selado para sempre!

Quanto ao destino dos seus irmãos, Túlio conta que os três mais novos foram adotados, dois estão na França e nunca mais teve notícias deles. Uma foi adotada na Paraíba, encontrou-se uma vez com ela e a mãe adotiva, a quem admira muito. Saber que os três foram adotados e estão bem foi uma satisfação enorme para ele, pois não esperava que fossem adotados. Via seus 18 anos chegando, com eles o término da sua estada na instituição e se perguntava como seria, caso ele tivesse que cuidar desses irmãos.

Já o irmão e a irmã que foram levados à instituição com ele, em pouco tempo fugiram. Sem entrar em detalhes, disse que hoje “estão bem, na medida do possível”.

Atualmente, tem sempre notícias dos pais pela irmã, que os frequenta. Túlio visita a mãe uma vez por ano, mas não se sente confortável porque, nessas ocasiões, sua mãe chora muito e relembra o passado. Ele gostaria que ela se voltasse para o futuro...

Com apenas 20 anos de idade, e mais de uma hora de conversa, eis que Túlio me surpreende dizendo que tem uma profissão engrenada, é casado há dois anos, ele e a esposa pretendem ter um filho no próximo ano e o que mais quer é continuar construindo sua vida na direção de outros dois sonhos: ter a casa própria e seu próprio salão!!!


A escolha profissional aconteceu por acaso. A pedido dos colegas da instituição de acolhimento, Túlio “cortava” seus cabelos, ou, nas suas palavras: “Eu não cortava, eu enganava”. Um dia, um rapaz, dono de um salão, foi à instituição ensinar corte de cabelo masculino. Túlio aprendeu sem se interessar pelo assunto. Quando estava perto de completar 18 anos, esse rapaz voltou à instituição e perguntou-lhe se não gostaria de ir trabalhar no seu salão. Ele não achou que gostaria. Então, ouviu que daria para ele ganhar dois salários mínimos. Aí, ele achou que poderia gostar! Ganhou um curso para cabeleireiro no valor de 1.000 reais. Comprou suas próprias ferramentas de trabalho e, há três anos, descobriu-se com talento e vocação para essa profissão, da qual hoje se sente muito orgulhoso e próspero, com planos de voltar a estudar e aprofundar seus conhecimentos.

Como nunca quis ser adotado, mas sim construir sua própria família tão logo saísse da instituição, eis que Cupido o flecha com benevolente determinação. Sua esposa é pernambucana, 10 anos mais velha que ele e trabalhava como educadora na instituição de acolhimento em que Túlio cresceu. Garante que a diferença de idade não atrapalha em nada; ao contrário, só ajuda. Aliás, ela “nem parece ser mais velha” que ele! Diz que o laço entre eles é muito grande e forte. Sua sogra se opôs no início pela diferença de idade, mas hoje o ama muito e conversam com frequência por telefone. As duas famílias foram mutuamente apresentadas, como requerem as melhores etiquetas.

Hoje tem sua própria casa, paga aluguel “com muita honra”. Conta, com orgulho, que tem tudo “muito organizadinho” e pode mobiliar a casa graças à poupança que fez na ocasião do seu primeiro emprego.

No final da conversa, Túlio mostra-me a foto da sua esposa: uma mulher bela e sorridente!





Há coisas que a gente não precisa perguntar

*Eduardo Costa**

Você consegue imaginar o que é viver toda a infância e juventude sem uma visita no Natal? Acalentar durante duas décadas o mesmo sonho de rever a mãe - de cujas feições não se lembrava - e, quem sabe, conhecer o pai? Rogério tem mais histórias tristes para contar - mas acredite: é um homem cujo sorriso combina com os mais de 100 quilos que carrega - e assegura que a vida vale a pena, que o período de institucionalização foi a sua salvação e só lamenta que pessoas como ele já não tenham, hoje, a mesma oportunidade.

Rogério é o mais velho de 12 irmãos, nascidos no Barreiro. Uma irmã foi entregue para adoção, estudou e é jornalista. Ele, aos três anos, foi entregue pela mãe ao antigo Juizado de Menores da Rua Timbiras, 1.802, no Centro de Belo Horizonte. Mais tarde, ficou sabendo que a aceitação foi imediata porque os comissários consideraram as razões da mãe: a própria avó queria matar a criança. Após os procedimentos de praxe, Rogério foi encaminhado a uma creche dirigida por irmãs de caridade, onde sempre foi bem tratado, havia espaço para se divertir com outras crianças e, embora rigorosas na disciplina, as irmãs estavam sempre dispostas a uma conversa, a um carinho ou mesmo à providência de chás caseiros e comprimidos para pequenos períodos de mal-estar.

Quando tinha 4 anos e meio, Rogério viveu o primeiro grande medo, considerando que, na sua primeira experiência, não era capaz de avaliar o que

* Eduardo Costa é comunicador da Rede Itatiaia de Rádio, apresentador da Rede Record de Televisão e colunista do jornal *Hoje em Dia*. É graduado em Jornalismo, pós-graduado em Valores Humanos e em Sustentabilidade e Responsabilidade Social e mestre em Ciências Sociais. Autor de cinco livros e jornalista “amigo da Criança”, pelo Unicef.

estava acontecendo. Agora, já consciente de seus limites, entrou em pânico quando disseram que deveria ir para outro lugar, mas, antes, era necessário passar pelo Centro de Triagem de uma instituição de acolhimento num bairro periférico de Belo Horizonte. “O que será que vão fazer comigo?” era a pergunta principal. Porém, outras passeavam por seus sentimentos como “Por que será que não me deixam aqui que está ótimo?” ou “Quem sabe se minha mãe aparece, me busca, vou viver com meus irmãos...”.

A realidade é cruel e não está ao alcance das escolhas: foi avisado de que seria levado para um colégio de padres do Triângulo Mineiro, numa cidade sobre a qual não fazia a menor ideia, nem sequer conseguia vislumbrar a distância que separava aquele município de suas raízes. Restava a Rogério cumprir a determinação.

De novo, uma rotina que parecia ser sua sina: ele e mais 150 crianças, todos com tarefas diárias na limpeza e cuidados básicos de higiene, além, é claro, de respeitar as normas, cumprir os horários, zelar por absoluta disciplina e estudar. O problema é que Rogério nunca foi muito empolgado com a escola. Hoje ele lamenta, dada a consciência de que poderia ter voos mais altos caso aproveitasse para sonhar menos e ler mais. Entretanto, ele se destacava nos cuidados com o terreno e animais; assim, embora ainda uma criança, tinha acesso livre ao curral e ao chiqueiro e passava horas, apreciando o trabalho de adultos, além de, eventualmente, fazer alguma coisinha como buscar uma enxada, molhar um cocho, etc. Se a gente pergunta sobre como era a vida, ele limita-se a dizer “Era boa”. O que está implícito na resposta é que não havia abusos, nem de ordem autoritária, tipo “Você vai ficar o dia inteiro ajoelhado em um grão de milho para aprender a se comportar.”, e, principalmente, de natureza sexual. Enfim, não era a Disney, não era um lar com aquelas conversas de fim de tarde nem o afeto incomparável de mãe e pai, mas era honesto, decente, respeitador. Dava para viver. E seguir sonhando. O problema é que o tempo passava devagar demais, e algumas brincadeiras de dirigentes da instituição de acolhimento resultavam em mais dor, como, por exemplo, quando, chegando o fim do ano, avisavam que não haveria presentes para ninguém... O choro era miúdo, molhava mais o chão que o travesseiro - afinal, o piso secava e evitava problemas no dia seguinte - mas, se não há solução, solucionado está. E, dias depois, chegava o caminhão com bolas e alguns bichinhos de madeira que faziam a festa.

A adolescência

De repente, chegou a notícia mais temida nos seis anos: era hora de mudar. De novo, a rotina incluía apresentação no Centro de Triagem da Capital. Lá, selaram o novo destino de Rogério. Era uma unidade da instituição de acolhimento no Campo das Vertentes, próximo da Serra da Mantiqueira. Na nova instituição, que recebia o nome de “educandário”, havia atendimento para 550 internos e mais 1.850 jovens pobres da região atendidos no regime de externato. O coração de Rogério bateu daqui até lá, com força, enquanto a cabeça não parava de perguntar: “Que eu vou fazer nesse lugar?”. Na descida da condução, o susto tomou o lugar da incerteza. “Era um lugar frio demais, pensei, não vou aguentar”, diz hoje Rogério com ar de quem venceu essas e outras dificuldades que, ao longo da vida, se revelaram razões a mais para sorrir.

Dono de um físico privilegiado e já fisgado pela paixão por animais, foi com enorme alegria que Rogério descobriu, logo na apresentação da nova casa, que havia um belo curral e um grande chiqueiro... Então, o máximo que Rogério conseguiu estudar foi até a oitava série, mas, em compensação, tornou-se cozinheiro e garçom, com estágio dentro de um renomado hotel-escola da região; e principalmente: tornou-se referência no trato dos animais. Era sempre bem-vindo e ajudava bastante, sempre recompensado pela atenção e o respeito dos responsáveis pela ala agrícola da instituição de acolhimento.

Era um tempo tranquilo, sem sobressaltos, sem agressões ou humilhações, mas faltava algo, faltava uma visita. Uma só. Até porque, aos domingos e às vésperas de datas comemorativas, como Natal e Ano-Novo, o ambiente mudava: centenas de pais, parentes e amigos das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente batiam papos pelos pátios, sorrisos, presentes, gentilezas... Hoje, Rogério confessa que rezava todos os dias para que a mãe aparecesse. Na verdade, nunca sentiu a falta do pai, por falta de qualquer referência, e hoje não se mostra nem um pouco interessado em conhecê-lo. Mas, a mãe fazia falta. Por que ela não vinha? O que estaria acontecendo? E os irmãos, o que fizeram deles? Onde estariam? Como estariam?

O melhor remédio para a dor de pensar é trabalhar. Quando a depressão ameaçava, Rogério, que não sabia da existência dessa doença de dor da alma, mas a sentia de forma absoluta - afinal, é a dor de onde a carne encontra o osso -, buscava na faxina, na capina e no apartear do gado a distração. Funcio-

nava. Sempre funcionava porque, como já foi dito, “O que não tem solução, solucionado está”. Na medida em que o tempo passava, outro fantasma ganhava corpo: aos 18 anos, todos os internos da instituição que tinham família recebiam a alforria, isto é, deviam voltar para suas casas. Mas casos como o de Rogério careciam de estudo à parte. Assim era a tristeza de se sentir abandonado, mais o medo de nunca conhecer as ruas, sentir o gosto da conversa em turma, uma paquera, todas essas emoções que estão reservadas a cada um de nós.

Vida adulta

De repente, 18 anos. Rogério agora voltou à Capital, mas não ao bairro periférico onde se localizava o Centro de Triagem pelo qual já havia passado. Foi encaminhado a um novo Centro de Triagem, o que aumentou ainda mais sua apreensão. E o mundo tremeu. Afinal, havia um ambiente conturbado, jovens de boa conduta como ele misturados a infratores, meninos visivelmente perigosos e alguns falando o tempo todo que precisavam arranjar um jeito de fugir. Para roubar mais. De novo, a estrutura física de Rogério o ajudou. Ele, que já chegou a pesar 147 quilos, foi logo avisando que não queria confusão e se fez respeitar. “Nunca mexeram comigo”, gaba-se, além de assegurar que evitou brigas e até abusos sexuais. Na verdade, onde havia malfeito, ele procurava intervir para consertar, deixando claro não coadunar com a delinquência juvenil.

Para tanta disposição de fazer o bem e absoluta falta de perspectiva familiar haveria um prêmio. Rogério foi contratado pela própria instituição de acolhimento em que cresceu e virou servidor do Estado de Minas Gerais, onde está até hoje. Interessante é que a primeira missão dada a ele, aos 18 anos, foi a de levar menores liberados da instituição a suas famílias, em vilas e favelas da Capital. E, até hoje, de vez em quando, pedem que ele repita o ato. Nunca disseram o porquê, mas, na cabeça de Rogério, não há dúvidas: “A maioria deles tem medo de subir o morro, das favelas”. Então, Rogério está “condenado” a repetir o que fez durante 30 anos, diariamente. E não reclama.

Rogério não reclama de nada. Está casado há 15 anos, tem três filhos, todos formados e trabalhando e conseguiu a casa própria. É uma vida simples, porém decente, de realizações; e ele não se cansa de agradecer à institucionalização: “Minha passagem por essas instituições de acolhimento foi a minha salvação”. Ele faz questão de trazer na memória aqueles que foram especiais

no seu crescimento. Os padres Paulo e Alan da região do Triângulo Mineiro são os melhores exemplos de gente séria, vocacionada com o atendimento de crianças, e que marcaram a existência de Rogério. Do Campo das Vertentes, a melhor lembrança é do diretor, professor Bernardo Francisco, que ajudava a todos, indistintamente, e era justo nas decisões. Um agente, também lá daquela unidade, tornou-se funcionário e era o melhor amigo: avisava sempre que os jovens precisavam fugir da safadeza; e o melhor remédio era trabalhar, de preferência com os porcos. Enquanto batiam papo, trabalhavam, limpando, organizando, separando leitoas e filhotes, alimentando...

Não era o sonho de Rogério ser um tratador de porcos. Sempre alimentou esperanças de se tornar um mecânico de automóveis. Por uma dessas coisas que a gente não consegue explicar, quatro dos irmãos de Rogério são mecânicos. “De certa forma, me realizei neles”, diz Rogério, cujos sonhos agora indicam outra direção, em função, claro, do que viveu boa parte da vida: “Quero é aposentar e comprar um ranchinho, pode ser bem pequeno, fogão de lenha, um porquinho, umas vaquinhas, nada de luxo, mas poder ficar lá, olhando as criações, apaziguar os pensamentos”.

Rogério aprendeu, nos tempos de incertezas, que o melhor remédio era sempre ficar calado, num canto. Quando convidado, cantava na igreja, participava de festas populares e ajudava no que era possível. Depois dos 18 anos, quando trocou a condição de interno pela de servidor, reencontrou a mãe, agora moradora do Conjunto Santa Maria, e a visita todos os domingos. Agora, não tem mais o maior dos medos - de se tornar um bandido. É um vencedor. “E muito”. E lembra, com certo amargor, algumas cenas que presenciou ao longo da vida, como a confidência de um amigo de alojamento em noite fria da Zona da Mantiqueira:

“Meu amigo, vou embora esta noite; vou fugir, voltar para minha vida de agitação porque não aguento mais esse regime aqui”.

O autor da frase hoje é um dos encarcerados em penitenciária da região metropolitana da Capital de todos os mineiros. Quando vê foto ou imagem do ex-colega na mídia, Rogério reza por ele e agradece a Deus a força que teve para seguir no caminho do bem. Para não perder vínculos, participa de um grupo que procura manter contato permanente com ex-alunos. No ano passado, 250 deles se viram. Já houve encontro com mais de 20 mil pessoas. Nessas ocasiões, além de trocarem informações básicas de família - filhos,

esposa, onde moram - também falam de profissões. Aí Rogério descobre que pedreiros, bancários, garçons, policiais civis e militares estão espalhados pelo Brasil e têm na passagem pelas unidades da instituição de acolhimento em que cresceu o laço que os une para sempre.

Com orgulho, Rogério lembra o “Francisco, já falecido, que chegou a capitão do Corpo de Bombeiros, e o coronel Sérgio, já aposentado como coronel da Polícia Militar”.

Se, de um lado, Rogério tem motivos para apontar bons frutos daqueles tempos, de outro ele lamenta o que fizeram com as antigas unidades da instituição de acolhimento que conhece tão bem, seguindo o desmanche em todo o país:

“Acabaram com o que funcionava, salvava vidas e famílias. Sou a prova disso, mas tenho milhares de exemplos. Hoje, está tudo errado; e, se alguém quiser resolver, tem de começar do zero. Na verdade, começar do berço. Os meninos de hoje não fazem nada... Não estudam, não aprendem ofício, não respeitam ninguém e, o que é pior, não têm futuro... Conheço um, de 12 anos, que já matou seis pessoas”.

Mas, quando pede um recomeço no trato da infância para evitar que tenhamos aumento da violência, Rogério adverte que o assunto exige esforços mais complexos: é preciso fazer planejamento familiar, explicar às jovens que a maternidade precoce é perigosa, convencer as mães a terem apenas os filhos de que conseguirão cuidar; e, desde o início da infância, dar todo o acompanhamento para que tenhamos meninos educados e respeitadores. Caso contrário, nosso futuro é perigoso, na opinião de Rogério, um brasileiro que contraria a maioria das opiniões e não vê solução com a redução da maioridade: “Seria bom se fosse tão simples assim”.

Depois de nossa conversa, fiquei pensando na simplicidade, carregada de coerência nas palavras de Rogério. E, de repente, dei-me conta de que não havia indagado sobre a possibilidade de ser adotado durante todo aquele período que perambulou por instituições de acolhimento. Pensei em procurá-lo de novo, mas um raciocínio lógico respondeu a questão: se o grande sonho daquele moço sempre foi receber uma visita, que dirá então de um pai e uma mãe, de coração, dispostos a mudar de verdade seu destino? Há coisas que a gente não precisa perguntar.



Herói discreto

*Sidneia Simões**

E eu não sabia que a minha história/ era mais bonita que a de Robinson Crusóe...

Carlos Drummond de Andrade

Cabelos brancos,

Corpo reto.

Paciência longa por um afeto.

Segue, persegue

O que não teve e nem mais terá.

Vida por um triz. Vontade de ferro. Quem não acredita que o medo pode levar longe? Medo do castigo paterno, medo da fome, somado ao desejo, à necessidade de dormir - uma noite de sono tranquila pode parecer coisa à toa, mas não para uma criança que passava a noite debaixo de árvores, no apêndice do vizinho ou em um canto qualquer. Voltar para casa significava sempre uma surra antes de ir para a cama. Não eram raras as vezes que o ritual se repetia: ficar o dia inteiro amarrado ao pé da mesa e, no final, levar uma sova.

J. ou Zezé ou Zezinho – como queiram chamar essa personagem real – ainda não entende por que o pai o maltratava tanto. O caçula fazia as mesmas

* Sidneia Amelia Simões é servidora pública, jornalista e atriz, formada pela PUC Minas e pelo Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes, respectivamente. Tem especialização em Comunicação e Gestão Empresarial e em Língua Portuguesa, também pela PUC Minas/Instituto de Educação Continuada. Atuou como professora da Rede Municipal de BH de 1984 a 1993, ano em que ingressou no TJMG. No Tribunal, exerceu cargos, como de assessora de imprensa e de secretária do presidente.

coisas que os outros meninos - argumenta. Então, maquinou várias respostas. Uma das explicações é o fato de a mãe ter morrido oito meses depois que ele nasceu. Era essa a causa? Ainda hoje ele não entende e, talvez, ainda tenha medo... neste caso, de se inteirar dos fatos.

Lembra também que, numa sexta-feira, o pai o prendeu em um quarto que era depósito de algodão. O resto da história, ele veio saber de um conhecido da família que o encontrou na segunda-feira, desfalecido. O menino não pôde ouvir os gritos de “Zezinho morreu!”. O melhor mesmo é apagar as cenas da memória. Sempre que encontra o antigo amigo da família ouve a mesma narrativa e vê as lágrimas daquele que o resgatou.

A Serra do Cipó foi o primeiro cenário das lembranças tristes de J. Morava com o pai e dois irmãos mais velhos em um lugarejo (o nome, melhor ocultar; assim se mantém o herói anônimo). Eles eram uma escadinha - nasceram em 1951, 1952 e, pula um degrau, em 1954. Os meninos, muito novos, perderam a mãe. Diante disso, o pai casou-se com uma viúva, que também tinha três filhos. No total, já eram seis, que se somariam a outros cinco do novo casal.

Dono de uma venda, o pai tinha boa condição econômica e até um caminhão GNC, recorda Zezinho, hoje com 60 anos. Vendia gordura de porco para hotéis em Belo Horizonte e vários outros produtos, inclusive algodão.

Em 1963 – por razões que o então menino e hoje senhor desconhece e também não quer perguntar – o pai vendeu tudo. Vieram morar na Vila São Tomaz, hoje Bairro São Tomaz, em Belo Horizonte.

No interior ou na capital, J. e os irmãos, como ele mesmo conta, não entendiam as razões dos maus tratos a um dos filhos. O pai não era amoroso, era rude com todos os outros. Porém, os castigos eram mais duros com o terceiro filho do primeiro casamento. A madrasta, submissa, não interferia. Zezé acredita mesmo que ela se via na obrigação de garantir a sobrevivência dos próprios filhos.

Toda a sua infância foi regida pela fome. Comida pouca. Quando a madrasta o chamava para o almoço – “que Deus a tenha!”, - as panelas já estavam vazias, narra Zezinho. Assim, passou a roubar sabão feito em casa para comprar pão. Chegava a se entalar com o pão seco.

Ele ainda não tinha consciência das razões do buraco no estômago – descobriria mais tarde: o motivo eram as solitárias (o verme mesmo!) que o acompanharam por

longos anos, provocando uma fome fora do normal. Por causa disso, também chegou a pegar doces que o irmão, por ordens do pai, vendia na cidade.

Em suas associações, as solitárias são resultado dos torresmos do interior. No entanto, os mesmos vermes, que trouxeram tanto constrangimento, também foram motivo de salvação. J. mantém o suspense para a parte da história que só irá narrar depois e faz parte de outra fase da sua vida.

“Precisava comer, dormir, não queria apanhar.”

Foi o medo – da fome, das surras de vara de marmelo, das noites mal dormidas fora de casa, do desafeto – que fez Zezinho, aos nove anos, tomar uma decisão.

Nunca tinha ido para uma escola. O vizinho estudava em um Colégio próximo. Combinou com ele e foram juntos. Só que o plano do menino era bem diferente. Depois que o colega foi para a sala, chegou perto do guarda – havia um posto policial próximo da escola – e disse que estava sozinho, não sabia do pai nem da mãe, não tinha para onde ir.. Então, o guarda chamou a rádio patrulha que encaminhou J. para a Delegacia.

Ao chegar no local, sujo, esquisito, “com restos de arroz e cheio de crianças muito mais feias do que eu”, bateu um arrependimento. Eles brigavam entre si. Ficou encolhido, agachado num canto, sem conversar com nenhum deles, amedrontado. Quatro horas depois, foi chamado. As pernas doíam. Foi bem tratado e recebeu um lanche. Depois da triagem, seguiu para a instituição. Ao chegar, recebeu ordem de tomar banho para “tirar a muquirana” – “eu nem sabia do que se tratava... soube muito tempo depois”, diz. E o banho? De água fria – sempre! Em seguida, colocar o uniforme.

Todos tinham atividades – catar folhas que caíam das mangueiras, limpar a pocilga. Para cada idade, um tipo de serviço. Eram quatrocentos meninos.

Entre as ocupações, a briga para pegar resto de joelho de boi que jogavam no buraco. “Comíamos com terra e tudo”, não por causa da fome – talvez pela lembrança dela.

“Eu chegava no portão todo dia para ver se o pai vinha...”, lembra J. Lá também era difícil a hora da comida. Zezé desmaiava todos os dias na fila do almoço – as solitárias atacavam! Diante disso, ele era sempre passado na frente dos outros meninos.

Certa ocasião resolveu fugir com mais dois colegas. Ficaram pelas ruas: “foi a primeira vez que fui ao cinema”. Os outros dois pularam o muro de uma casa, roubaram e conseguiram dinheiro. Ficou de fora com muito medo. Só que a felicidade durou pouco. Um dos chefes da instituição, um “brancão”, estava na mesma sessão. Assim, o final foi previsível como muitos filmes.

“Não foi o Estado que determinou a minha institucionalização, fui eu que busquei”, conta. Passou a ter o que comer e beber, mas as coisas continuariam difíceis.

Magreza de corpo,
Robustez de alma.
Que mistério há no herói discreto?
Por trilhas sinuosas,
Precipícios terríveis,
Sem se abater.
Contida a vontade de ser coisa alguma,
Nada, do nada, para nada.

Pergunte ao super herói...

Pergunte ao super herói da ficção se ele seria capaz de superar – não na virilidade da vida adulta, mas na fragilidade da infância: tomar banho gelado todas as manhãs, passar a noite no porão fétido com morcegos ou carregar o colchão molhado diante de todos, sob o olhar atento das meninas do colégio. O motivo para o castigo se repetia noite sim e na outra também. E era algo incontrolável. Nem com a torneira amarrada era possível conter a saga do maldito xixi na cama. Fato contínuo até os 16 anos de idade.

Indague ainda ao mesmo ou a outro super herói se ele admitiria passar da infância à adolescência com solitárias – isso mesmo! – a escorrer pelas pernas, sem marcar hora, sem pedir licença, em qualquer lugar. É preciso dizer ao super herói que, aqui, a mágica não funciona.

Esse herói de verdade dispensa o “super”, mas superou tudo isso e muito mais. De uma cidade para outra. Havia sempre muito trabalho – disso ele não se queixa. Era bom ter ocupação. Frequentou a escola até o antigo 4º ano primário.

Já com 15 anos, quando ia fazer faxina na casa do diretor, um senhor que vendia peixe o reconheceu. Ele havia jurado que ia encontrar Zezé. Chamou por ele emocionado.

Depois, vieram os pais e os irmãos. A família pensava que o menino tinha sido atirado na Lagoa da Pampulha pelo colega que estudava no colégio próximo à sua residência. “Já me tinham como morto. O pai foi e não fez questão que eu voltasse para casa” – talvez isso tenha causado o mesmo efeito daquelas surras ou até doído mais.

Os internos de melhor comportamento foram escolhidos para trabalhar em uma gráfica, noutra cidade. Algum tempo depois, foi selecionado novamente. Mais uma mudança. Graças a um convênio, além de não ter prisão, nem vigia, nem chefe para bater, havia oportunidade para fazer cursos de torneiro mecânico, ajustador mecânico e desenho mecânico. Não se identificou com nenhuma dessas profissões.

Relembrando o passado, tudo poderia ter sido diferente: “Se uma senhora bondosa tivesse me oferecido cama e comida... mas foi aquela instituição que me acolheu e não foi ruim não”.

“Por causa dos banhos frios, nunca gripei, nunca fiquei doente...”

Tudo apenas Mistério!
Quem tiver ouvidos ouça.
Quem tiver olhos veja.

Do tanquinho de água gelada, ficou para J. o conforto da saúde de ferro. Mas já quis se vingar dos banhos que congelavam a alma e de uma surra – “esta me marcou”. Ele conta como foi. Logo depois de sair da instituição, aos 18 anos, comprou uma faca para acertar as contas com o monitor que o expunha àquela pena por causa do incontrolável “xixi na cama”.

Chegou ao local com disposição e raiva suficientes para cometer o crime: “Sou o 124”, anunciou. Para sua surpresa, o monitor o recebeu calorosamente, deu-lhe um abraço. Zezinho passou o domingo com os internos, almoçou e jogou futebol. Enterrou a faca na própria instituição, ao lado dos banheiros. Seis anos mais tarde, ele se sentiu na obrigação de voltar e confessar suas primeiras intenções para o monitor. Desenterrou os restos da arma, encerrando a história de mágoa.

Na outra cidade, os castigos pela mesma “infração” noturna (fruto do medo?) e sobre a qual não tinha o menor controle, o próprio interno podia escolher: passar a noite no antigo porão dos escravos ou ostentar o colchão molhado de forma bem visível e vexatória. Para agravar ainda tinha que dormir, sempre, no mesmo colchão podre, com aquele cheiro insuportável, relata Zezé.

Ainda por causa da fome

“Aquele trem tava roendo...” Chegou Jorginho, até arrumadinho. Zezinho viu o garoto arrumando as coisas no armário. Percebeu umas notas. Catou. Pulou o muro e foi comprar duas rapaduras – podia comer tudo de uma vez! Por falta de sorte, a dona não estava. Voltou com o dinheiro... E agora?

A notícia já corria solta. Os meninos, em fila, eram pressionados: “Quem roubou?” (...) “Estiquei a mão!”. Apanhou tanto que ficou dez dias de cama. Uma comissão fez visita ao local na mesma ocasião. Disseram que ele estava gripado. “Contei a verdade”. Não conseguia andar com os ferimentos nas pernas. O diretor foi demitido.

Devido à fome, também tentou roubar açúcar na despensa para comer com abacate. Ao encontrar um rato, acabou comendo a fruta sem adoçar.

Por ironia da sorte, a solitária impediu que ele fosse violentado. Um garoto bem mais forte e mais velho, quando ele estava lavando a pocilga, “chegou por trás”... Como os bichos saíram, ele correu. A partir daí, a notícia correu e ninguém nunca mais tentou fazer o mesmo.

Zezé só veio a se livrar das solitárias quando adolescente, aos 16 anos. Quase morreu por causa delas. Passou cinco meses hospitalizado. Guarda ainda lembranças de quando era coroinha – na hora da celebração, sentia aquela coisa fria saindo... Acabou, após uma longa internação, o pesadelo que o perseguia desde os seis anos.

Herói renitente, persistente.

Pisca e despista a areia no deserto.

Salga a vida no mar.

Adoça no rio.

Purifica na água em cacho.

Vai sem eira nem beira,
De coração que é porta e janela e casa inteira.

“Eu mesmo me registrei... com data do ano anterior para conseguir tirar carteira e trabalhar.”

Vencida a etapa da institucionalização - e ele não se queixa. Apesar de tudo, aprendeu muito. A experiência o preparou para a vida. Ele mesmo se registrou. Mudou a data de nascimento para 20 de novembro de 1953 – precisava tirar a carteira e começar a trabalhar. De fato, nasceu em 6 de março de 1954. E também alterou o nome: enxugou o segundo nome e excluiu um nome de família.

O irmão lhe pagou um curso de datilografia. Vinha a pé, duas vezes por semana, do bairro São Bernardo ao Centro de BH. De duas horas e meia a três horas de caminhada. Vinha feliz. Gostava daquilo. Esse conhecimento, algum tempo depois, mostrou-se muito útil.

Foi informado de que deveria comparecer à praça da Liberdade. Recebeu um cheque de 170, por bom comportamento. Comprou sapato, camisa, deu uma parte para um dos irmãos e saiu à procura de emprego.

Trabalhou como porteiro de hotel; em uma construtora, a datilografia o tirou do canteiro de obras dando-lhe lugar no escritório; foi encarregado de pessoal, chefe de escritório de obras, analista de Recursos Humanos, gerente. Pertenceu aos quadros de empresas renomadas.

Foram as memórias do tempo de instituição— de filas, de gente mandando e de não poder olhar para o lado – que fizeram J. tomar outra grande decisão. Estava cansado: “decidi montar a minha própria empresa, para que eu pudesse respirar”. Chegou a ter seis filiais como prestador de serviços terceirizados em Minas e em outros Estados. Essa é a sua atividade nos dias atuais, embora não esteja passando por uma fase tranquila e esteja na expectativa de um novo contrato com uma empresa forte.

Fez vários cursos na área trabalhista e ministra aulas sobre o tema. Tentou vestibular e foi aprovado em décimo primeiro lugar no curso de direito. Por causa das atividades profissionais, abandonou o curso no 6º período, mas pretende concluir.

“Nas fases difíceis, não procuro a família. Lá atrás foi assim e tenho que seguir com isso.”

Aos 22 anos, J. se casou. Conheceu sua primeira mulher quando trabalhava em uma empresa na divisa de Goiás com Mato Grosso. Voltou para Minas. Ela lhe escrevia cartas, mas não respondia. Já estava de olho em outra morena para as bandas de cá. Um dia, recebeu a notícia: “Chego 11 horas da noite, de mala, cuia e violão”. Estava selado o compromisso.

As brigas foram frequentes desde o primeiro dia do casamento. Tiveram três filhos, dos quais o pai se orgulha. Todos encaminhados. “Tenho certeza de que fui bom pai. Muita brincadeira, muito carinho, muito amor, muita comida”.

Já existem netos na vida de Zezé. E até um filho de seis anos, que é mais jovem que o primeiro neto, de dez anos. O caçula é do segundo casamento, que lhe rendeu outro filho hoje adolescente.

Sempre nutriu o sonho de ter uma família e cuidar dela, de ter uma casa. “A segunda separação mexeu mais comigo. Sinto falta da família.” J. está certo de que os filhos do segundo casamento ainda precisam dele e quer estar próximo. Esse é um dos motivos por que ele está lutando para dar uma guinada na empresa.

Os dois irmãos mais velhos já morreram. O primeiro era garçom. Morreu atropelado aos 33 anos, deixando nove filhos. O segundo tinha sérios problemas com alcoolismo. Tentou tirá-lo das ruas, deu-lhe emprego na empresa, mas não teve jeito. Também se foi aos 52 anos.

“Sempre encarei o meu pai de cabeça erguida. Nunca passei para ele nenhuma fragilidade...”

Por muitos anos, o pai prometera aos filhos que lhes compraria sapatos. Um dia chegou com uma caixa de papelão grande fazendo festa. “Meus irmãos se iludiram, mas eu não. Fiquei olhando de longe desconfiado”. Tinha razão. Não passava de uma brincadeira. Dentro da caixa, havia um “cocô de plástico” que o pai mostrou às gargalhadas. Zezinho não achou graça alguma.

Mas as decepções da infância não impediram que J. ajudasse o pai. Tirou-o da profissão de servente de pedreiro, construiu uma venda para ele, melhorou a casa, construiu barracos de aluguel. Está animado com os preparos da festa

de 90 anos. Planeja contratar cantor caipira – o pai adora e está muito bem. Há um bar que ele gosta de frequentar e tem uma namorada bem mais jovem, com a qual os irmãos implicam. Mas J. só quer que o velho esteja feliz.

O pai já tentou conversar com ele sobre o passado. Prefere não ouvir, não saber. O pior já passou.

Sendo assim, os mistérios persistem. Uma vez, foi visitar uma tia que, segundo informações, seria irmã gêmea da mãe. Mora no interior com um companheiro. Para sua surpresa, ela se apresentou com o nome que seria de sua mãe. Então, desconversou. Estava muito confusa. J. não voltou. Ficou, mais uma vez, sem saber, como nunca entendeu por que a bronca do pai era com ele.

Lembranças que ficam

Da cozinheira que lhe dava comida a mais porque sabia de sua fome incontrolável, a quem quis (sem dinheiro e, portanto, sem êxito!) presentear com um pano de mesa; das guimbas de cigarro que catava com os pés (e uma agilidade incrível) nas ruas e lhe garantiam mais comida ao saciar o vício dos colegas; das partidas de bilboquê que também significavam mais fatias de pão ou pratos de sopa – não errava uma em cem; do médico que receitou a um colega bife e ovo, porque ele estava anêmico, causando inveja em todos os outros; do padre obeso que dizia em plena missa estar colocando “anel de ouro em focinho de porco” e que gostava de colocar os internos no colo; dos seminaristas que foram visitá-los apenas uma vez e depois foram dispensados por serem pegos fazendo a maior orgia na zona boêmia da cidade; das vezes que lhe recomendaram os estudos para não virar “varredor de rua”, como se essa profissão fosse indigna; dos dias das mães em que cantavam na praça, e ele puxava a canção “... o avental todo sujo de ovo”; dos dias das crianças em que havia crush, grapette e sanduíche à vontade (e... sem fazer fila!); do tempo em que aprendeu os ofícios de sapateiro e barbeiro – J. não se esquece de muita coisa. E é taxativo: “não posso reclamar de nada; estou bem; tenho garra; preciso de desafios; tudo e todos foram uma referência pra mim.”

Como ele conseguiu superar tudo isso e construir uma vida digna? “Minha mãe que eu não conheci é que está comigo ainda” ou “proteção divina”, acredita. Para ele, o maior elogio é ser chamado de “honesto”, um adjetivo que se aplica ao pai, sempre trabalhador.

“Esse menino vai ter que virar homem, e o responsável é o senhor!”

Assistir o menino na família – essa é a sugestão de J. para conter a violência e para construir histórias diferentes da que ele viveu. Defende fixar a criança no lar e chamar o pai à responsabilidade. O Estado, por meio de suas instituições ou de conselhos tutelares, pode adotar essa política. É uma “ação preventiva” e “com menos custos”.

“As instituições não formam homens”, diz. Encontrou poucos ex-internos e, na maioria das vezes, em situação difícil – alguns se tornaram mendigos, outros morreram jovens.

É muito difícil cuidar de tantas crianças juntas. Muitos não estavam preparados para a função. “Pegavam qualquer um no laço.” Em plena ditadura: não se pode imaginar o que acontecia ali. Ficava muita coisa escondida nos porões. As coisas mudaram. Pode ter melhorado. A mídia está mais presente, entra nesses lugares. Mas, ainda assim, é complexa a situação, avalia J. A família, devidamente assistida, pode conseguir dar respostas mais positivas.

“Uma palavra que você fala ali é uma violência a menos.”

Diálogo. “Falar ajuda muito.” Muitas vezes, J. sentiu necessidade de conversar com alguém – uma pessoa de fora. Mas quase nunca isso foi possível. Era preciso remoer a tristeza, a mágoa e as injustiças sozinho. Não era fácil não. “Eu não via horizontes. Só tinha medo de ficar com fome, medo de apanhar, medo de violência.”

Hoje ele conta as histórias para os irmãos e para os filhos. Repetidas vezes. Eles sempre querem ouvir. Chegou a levar os filhos no lugar, mas eles não se sentiram bem e não quiseram entrar.

Gosta de voltar aos lugares por onde passou. “Choro muito.” No mais, “falar ajuda”. Por isso, ele se dispôs a contar sua história. Um presente para todos que podem mirar-se nesse exemplo. Muito obrigada, J.!

Flores pelo caminho, ele vai passar.

Perfumes, sinos, sons.

Sublimidades.

O herói insiste.

Resiste.



Menino Samba

*Sidneia Simões**

*Quanto mais eu sofro/Mais coração me aparece/
Quanto mais eu sou criança/Mais o peito s'entristece...*

Sérgio Sampaio

“Só me lembro de ficar trancado dentro de casa. Esperando a minha mãe chegar...” É a recordação mais forte que ficou dos seis primeiros anos de vida. Ele apagou quase tudo. Além disso, a vaga sensação de mais alguém. Provavelmente, a irmã recém-nascida. Um dia até tentou olhar pelo buraco da fechadura. Alguém de fora – um menino... é provável! – enfiou um pedaço de pau que por pouco não lhe furou o olho.

A vida significava esperar. Talvez por isso, aconteceu de perder a noção do tempo. Ele não sabe associar fatos à idade (também os aniversários passavam em branco!). Ou foi uma decisão? Esquecer. Porque é triste e dói muito. É preciso sobreviver. Vencer e “ser alguém na vida”, como aprenderia mais tarde.

O olho busca luz na fechadura...

Risco de se apagar em maldade pontiaguda.

O que está além da porta?

* Sidneia Amelia Simões é servidora pública, jornalista e atriz, formada pela PUC Minas e pelo Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes, respectivamente. Tem especialização em Comunicação e Gestão Empresarial e em Língua Portuguesa, também pela PUC Minas/Instituto de Educação Continuada. Atuou como professora da Rede Municipal de BH de 1984 a 1993, ano em que ingressou no TJMG. No Tribunal, exerceu cargos, como de assessora de imprensa e de secretária do presidente.

Das histórias da infância na Vila, quase tudo ele ouviu dizer. Soube que demorou a andar. Tem uma marca no nariz. “Na cozinha tinha um degrau. Eu estava chorando de fome. Minha mãe ficou nervosa. Então me empurrou e bati com o nariz no degrau.” Mas não era sempre assim... Ela também sabia ser “carinhosa”.

A mãe ganhava dinheiro carregando botijão de gás para os moradores, pois o caminhão só chegava até a avenida Amazonas – contaram-lhe. Muitas vezes, iam para a casa das tias que ajudavam a olhar os meninos.

Ele e a irmã são “aventuras de fim de noite”, depois de uma bebedeira. A madrinha já lhe confidenciou que a mãe era “cabeça dura”. O pai dele queria casamento, montar casa e formar família, mas ela recusou a união com um “pé rapado”.

Desmaios e alcoolismo foram a causa do fim trágico da mãe. Mas essa história fica para mais tarde. Houve um tempo em que ela se ajustou. Conseguiu emprego em uma casa de família, pessoas muito boas. Uma das filhas do casal era assistente social e sugeriu que os meninos fossem colocados em uma instituição. Saiam formados, “pessoas prontas para a sociedade, para constituir família”.

“O primeiro dia foi triste. Eu não queria sair de perto da mãe.”

Apesar dos argumentos insistentes de que aquilo era o melhor, de que “no final do ano, ela viria me ver”, os primeiros dias foram muito tristes. Era só choro. O garoto ainda não tinha noção das mais de 16 horas que o separavam da capital e dos braços maternos. Estava no Vale do Jequitinhonha em tempos de estrada de terra. Asfalto era coisa rara.

“Nem sabia o que era televisão” – os meninos em fila, os pequenos na frente, os maiores atrás. “Vinha o sono, tombavam e dormiam ali mesmo.” Dependendo do monitor, a criança era levada para a cama. Outros deixavam que elas acordassem e fizessem isso por si mesmas.

O diretor estava sempre no meio da meninada. Tentava acalmar. Dizia que “aquilo não era um bicho de sete cabeças”. “Era um dia após o outro...”

Esperança tihosa!
Perdida a conta dos dias
Dormem horas do relógio
O sonho solicita
Em vão – a mão não alcança.
Que futuro na sala de espera?

O menino Samba queria fazer bonito para a mãe.

“Quando o diretor falou que a gente saía para a sociedade ‘pessoas já formadas’, eu entendi que ia comprar uma casa; tudo o que eu aprendesse a cultivar, ia plantar para a minha mãe, para falar que eu não tinha me esquecido dela.” Foi assim que o menino Samba (e depois veremos o motivo do apelido) dedicou-se com afinco. Fazia os canteiros, pegava o regador para molhar as plantas. “Quando eu saísse de lá ia poder cuidar dela direitinho. Comprar a casa, encher o quintal de canteiro – e eu já sabia como fazer, sabia adubar e tudo!”

Não se queixa do tratamento. A instituição era bem estruturada, com cozinha, lavanderia, pomar, campo de futebol, marcenaria, padaria... Os meninos eram remanejados de acordo com as aptidões. Horta, o seu primeiro local de trabalho. Na primeira visita, no final do ano, “a mãe entrou no meio dos canteiros. Eu mostrava pra ela. Ficou toda orgulhosa.”

Arquitetar:
Casa de asa
Jardim, horta e pomar
Riso, sem siso
Luz, sem cruz.

Lembra o Natal que passou em Belo Horizonte. “Era tudo novo.” A “descidona” da avenida Amazonas – hoje sabe que era na altura da Barroca. O destino era o bairro Bandeirantes. “O pessoal daqui tinha mania de chamar

os outros de Zé. Como é que eles sabem o meu nome?” Na casa dos patrões de sua mãe, havia dois cachorros policiais. Bianca era o nome da fêmea. O que lhe encheu ainda mais o olho foi a piscina. Só conhecia as “abas do Jequitinhonha”.

E a festa no bairro Guanabara? Casa de parentes. Estavam lançando o guaraná Taí, e o rádio tocava: “O patrão mandou cantar com a língua enrolada... Do you like this, macacada?” “Eu tomava refrigerante. Não queria desgrudar da mãe de jeito nenhum. Nem para ela dançar eu saía de perto.”

Havia diversão também na instituição. O diretor tinha ótimo relacionamento com a comunidade e conseguia muitas doações. Ganhavam ingressos e se revezavam para ir ao parque, circo ou cinema. Até hoje ele adora filmes. Lembra-se, especialmente, das lutas de Bruce Lee. Por causa delas, dispersou-se um pouco. Simulava que estava lutando. Resultado: ficou em recuperação. “Foi o último ano que a mãe foi lá. E eu não pude ir com ela.” De fato, ele não a veria mais.

Mas houve a festinha de final de ano. Ganharam camiseta listrada e o kichute que “a gente surrava o ano inteiro”, lavava e amarrava na beirada da cama, para não correr o risco de ficar sem ele. Na apresentação, cada um falava sobre um mês do ano. Enquanto ele dizia... “fevereiro, que massagem/o calor parece fogo/e ribomba a trovoada...” (exatamente assim ele se lembra), “a mãe estava no meio do povo, toda orgulhosa”. Não podia perdê-la de vista.

“A idade passou assim... comportar bem e ir para a cidade no fim de semana e, no final do ano, poder voltar com a minha mãe.”

“Uma selva.” Não era fácil viver na instituição no meio de um monte de meninos. “Os maiores sempre tentam tirar vantagem dos menores. Era preciso enfrentar os grandes. Se aceitasse imposição, servia de chacota, virava escravo, seria subjugado por todos.” Embora fosse pequeno – era chamado de “Toquinho” –, também ganhou fama e o nome “Briguento”. Quando não aguentava no braço, jogava pedra. Se não fosse selecionado para o time de futebol então..., avacalhava o jogo dos outros. Assim, acabava sendo incluído. Sobrevivia dessa forma. Era uma luta.

E o apelido Samba? Por que ele dançava? Sim, ele dançava, mas não era esse

o motivo. Precisava de bom comportamento e... de boas notas! Já sabemos o motivo: garantir a ida “para a cidade no fim semana e, no final do ano, poder voltar com a mãe”. A solução era ficar atento e assimilar as aulas. Ficava batendo na mesa e fazia um som. O menino Samba criou sua estratégia para concentrar. Não perdia a explicação do professor.

Os rendimentos pelo esforço eram consideráveis. No final de semana, podia ficar em casa de colegas. Conseguiu conquistar muitos amigos, e a família inteira o acolhia (do Sr. Carpinteiro, do Sr. Caminhoneiro, do Sr. Funcionário do DER, da Professora...). A mãe chegou a visitar a casa de uns amigos. Foi num dia em que o seu olho foi maior que a barriga – colocou muita abóbora com quiabo no prato. Como a regra severa era “não deixar comida no prato”, passou mal e nunca mais quis saber dessa iguaria.

Na danceteria da cidade, ele e uns amigos ganharam fama. Entravam sem pagar, pois eram a atração e chamavam público. “Dançávamos até as pernas ficarem doces.” Para compensar, um x-tudo, um refrigerante e a praça até mais tarde... Só que o pessoal da instituição não podia saber. Quem aprontasse estava no sal – ou na palmatória. Recolher a mão duplicava o castigo. O jeito era sair com a palma grossa. Disso também ele não faz questão de lembrar. Passou. Melhor esquecer e não sofrer.

Era mesmo “um dia após o outro...”, e dá-lhe alegria, porque ele fazia por merecer. Além das festas juninas e do monitor, gente boa que morava nos fundos da instituição, havia piqueniques na praia do Jequitinhonha. Uma vez, fizeram uma jangada de piteira e foram parar em uma cidade a mais de 50 quilômetros. Paravam nas fazendas e pegavam mangas – esse passeio deixou saudade.

“A gente tinha uma rotina...”

Trabalhar era importante. O menino começou plantando horta e sonhos. De madrugada, saíam para vender alface, cebola, salsinha... em caixas de alvenaria na praça da cidade. Às dez horas, missão cumprida.

Depois trabalhou na padaria e na serralheria. Neste ofício, ele fez um grande amigo e um portão que ficou na história da cidade. Na enchente de 1999, um fato trágico. Um dos donos da serralheria bebeu muito, deitou numa

pedra e foi levado pelas águas. Havia um serviço grande para ser feito. Mas os herdeiros venderam os equipamentos. Então o menino Samba e o amigo tiveram a oportunidade de mostrar seu talento mesmo dentro de condições pouco favoráveis. “Agarramos a oportunidade”: um portão com meia lua invertida em ponta de lança e quatro corações dentro de argolas. Sucesso total dos jovens serralheiros.

Chegou a hora de sair da instituição. Para ter onde morar e continuar os estudos, aceitou a incumbência de tomar conta do filho da professora. Dois anos. Ficou triste de deixar a serralheria, mas era a decisão certa naquele momento.

“Eu creio que a instituição me preparou para a vida... estar focado, ter objetivo.”

Costumava correr até o aeroporto e voltar para a instituição, a tempo da aula. O hábito lhe rendeu uma medalha no Jimi (Jogos do Interior de Minas) – terceiro lugar nos cem metros rasos. Continua correndo. Os vizinhos passam por ele e gritam: “tira o carro da garagem”, mas mantém o ritual. Faz bem.

Concluiu o segundo grau. Fez cursos técnicos. Planeja fazer outros. Não gosta de ler. Mas gosta de aprender alguma coisa... de filmes e de futebol. Ainda hoje costuma praticar com os colegas de trabalho. Quando menino, dizia que ia ser igual ao Pelé. “Mas não cresci, então deixa eu continuar brincando...”

Não o encontraram para dar a notícia da mãe.

A notícia da morte da mãe só a recebeu alguns anos mais tarde. De cortar o coração.

Custaram a localizar a família e, muito tempo depois, o filho. O final foi triste como nos jornais – contaram-lhe.

Uma parte ele sabe: a mãe trabalhou muitos anos na casa do senhor, cuja filha o encaminhara para a instituição. Tinha parado com o álcool. Estava bem. Comprara uma casa.

E a outra parte: conheceu um rapaz; voltou a beber; bebiam os dois. Ela

voltou a ter os desmaios que tinha quando ele era criança. Havia parado de tomar os remédios. Passou mal e caiu de bruços em cima do fogão.

Ficou a saudade e um presente: um macacão de bolso na frente, com a bandeira dos Estados Unidos, além de um chapéu do tio Sam. “Guardei até quase se desfazer comigo.”

De volta a BH: quem disse que seria fácil?

No início, morou com uma tia. O primeiro passo era concluir o 2º grau. Emprego estava difícil. Ele não sabe, exatamente, o motivo; desconfia, mas o certo é que, um dia, encontrou a porta trancada. Não maliciou. Pensando tratar-se de coisa à toa, pulou o muro e quase é baleado pelo vizinho. Ao entrar no quarto, uma carta. A tia lhe anunciava não estar ali para “sustentar vagabundo”. A razão podem ser as perguntas sobre a casa da mãe que, até hoje, não sabe com quem está... apenas suspeita!

O menino Samba, a pé, sem dinheiro e sem poder alimentar-se direito, andava longas distâncias à procura de emprego. Foi assim até conseguir. Passou a trabalhar de dia, estudar à noite e dormir na rua Curitiba, perto do antigo Cine Art-Palácio. Quando chovia, abrigava-se na rodoviária.

No trabalho, ganhavam pão e café. O seu almoço eram as sobras, uma vez que muitos podiam esnobar o pãozinho. Mantinha-se também com as merendas da escola e a generosidade da cozinheira, que sempre lhe reservava uma porção maior.

Em uma serralheria no bairro Bonfim, conseguiu uns bicos, alguns trocados e lugar para dormir. Forrava o chão e passava a noite ali.

Também nessa fase da vida, houve famílias que o acolheram. Arranjavam-lhe bicos – serviços de bombeiro, eletricitas e manutenção em geral. Incentivavam e lhe indicavam cursos gratuitos.

“Ela não dizia meu nome... dizia Amor.”

Foi amor sem nem um piscar de olhos. Estava comemorando, pela primeira vez na vida, o seu aniversário. Todos reunidos na casa de uma colega da escola, com direito a bolo e a alegria. Então, a imagem da festa foi substituída

pela imagem da moça que estava no pé de manga.

A escolhida e a irmã pensavam que Samba já era apaixonado por outra. Então, ela “ficou em cima do muro”, evasiva. Não queria sofrer e não deu resposta.

Perderam-se de vista. Cinco anos se passaram. Numa dessas coincidências... ela dormiu e passou do ponto do ônibus... ele fazia orçamento para executar um serviço como eletricitista... encontraram-se na rua Guarani com Olegário Maciel.

Foi tudo rápido. Compraram lote em São Joaquim de Bicas. Levantadas as paredes, laje pronta, mesmo sem janelas e portas, o casal se mudou. “Já dava para esconder do sol e da chuva.” A casa foi melhorando. A horta tornou-se farta e compartilhada com os vizinhos. “Se a gente não divide, perde tudo.” O casal teve uma filha, hoje adolescente.

A esposa sempre gostou de frequentar igreja, de rezar e de puxar os cânticos. “Andávamos como namorados – pra todo canto, de mãos dadas.” Ela começou a trabalhar na Apae e se identificou muito. Foi um passo para o curso de pedagogia.

E quando se podia pensar que a vida do menino Samba agora estava redondinha, com um final feliz – não como o dos filmes, mas com um final feliz de vida real –, ela sente uma dor no braço. Era enfarte. Faleceu sete meses antes da formatura, deixando mais um vazio no coração dele. Quinze anos felizes.

Perdeu também a irmã poucos meses depois. Esta “puxou o lado cabeça dura da mãe”, como diziam as tias. Sempre esteve mais ao lado da família, porque foi internada em uma instituição próxima de BH. A primeira filha nasceu quando era muito jovem e estava na farra com outras amigas. Depois teve mais quatro filhos – todos com nomes americanos – de um segundo relacionamento.

E o pai? “Uma vez me deu uma louca e fui parar no bairro” onde dizem que mora meu pai. Encontrou apenas o seu suposto tio. Este lhe disse que a esposa do pai é ciumenta e não admite a ideia de o marido ter tido outro amor e outro filho.

Um amor vai

Outro bem cai
Malmequer
Mal me quer
Sal me quer
Quer
Bem me quer.

Um sonho: “está aqui a casa com o quintal, mãe; vamos plantar!”

A sua casa – diz Samba – “falta acabamento”, mas reforça que “dá pra esconder do sol e da chuva”.

Olha para tudo e é “como se estivesse faltando alguma coisa”. Mas não é ressentimento do que ficou para trás – isso ele não pode mudar. Há “algo a conquistar, objetivos a serem alcançados”. Tem certeza de alguns deles: cuidar da educação da filha e de prepará-la para a vida. Gosta de citar exemplos para a garota – “não pra falar de desacertos”, mas para alertar. Quer também fazer outros cursos.

Gosta do trabalho. É uma oportunidade para olhar nos olhos de pessoas que transgrediram regras e foram acertar as contas com a Justiça. Tratamento respeitoso. Repete o que lhe ensinaram: “você pode sair daqui e se tornar um homem, um pai de família”. E já teve a sorte de ouvir depoimentos confirmando que sua lição foi acolhida.

Está aí a vida. Agora é plantar. Agora e sempre.

Menino samba
Teme e teima
Inflama
Conclama
Espera...
Alcança.





O futuro precisa da história

*Fernanda Flaviana**

Eis o desafio de sempre: pensar o futuro de crianças e adolescentes. Essa é a grande contribuição de quem se dispõe a tocar em seu passado, muitas vezes cheio de dor, tristezas, mágoas e incertezas.

Buscar a história da institucionalização de crianças e adolescentes significa também ir ao encontro dessas pessoas. Nem todas essas crianças e adolescentes alcançaram o futuro que um dia sonharam. Muitas histórias de sucesso, mas também muitas histórias que levaram jovens às ruas e a novas institucionalizações, agora, porém, no sistema prisional.

Foi assim que encontrei Paulo. Ao chegar à Unidade Penitenciária num município da região metropolitana de Belo Horizonte, fui invadida por uma grande emoção. Sentimentos se misturavam: ansiedade, angústia, alegria de poder fazer este trabalho e, ao mesmo tempo, tristeza pela situação em que se encontravam aquelas pessoas que passaram por instituições de acolhimento; era o desafio de tocar no passado, na história de vida ou melhor, sobrevida.

Paulo chega algemado, cabisbaixo, e tristeza no olhar. Ao ter conhecimento do que se trata, um sorriso se abre e, assim, inicia-se um diálogo.

Sobre sua infância, Paulo não se lembra de muita coisa; lembra que, segundo a mãe, sempre foi problemático.

“Eu era muito problemático, minha mãe falava que eu tomei uma queda quando era pequeno e caí de cabeça e fiquei problemático. E esse problema

* Doutora em Psicologia pela PUCMinas. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) - CAPES, realizando estágio em Paris/França na Université Cergy-Pontoise. É especialista em violência doméstica pela USP e assistente social pela UFJF. Foi Presidente do CEDCA. Atualmente é professora do UNI/BH no curso de Serviço Social e consultora social, atuando em diversos projetos.

veio agravar para o lado do crime, outro pode ser pelo lado do bem, mas o meu foi para fazer coisa ruim, que foi roubar, entrar para o lado do crime”.

Ele acredita que sempre deu problema, desde o primário, com as professoras. Recorda que a diretora da escola onde estudava, muitas vezes, acompanhava-o até sua casa. “Não teve jeito, a mãe batia, colocava de castigo, sempre fui ruim, desde pequeno”.

No que diz respeito à família, relata que morava com os pais e irmãos. Faz questão de frisar o tempo todo que é “o rejeitado”. A família de Paulo é composta por nove irmãos: três mulheres e seis homens, sendo o caçula por parte dos homens.

Quando jovem, morava com a família. Hoje está com trinta e nove anos. Ao ser perguntado sobre o período em que ficou institucionalizado, diz que não se recorda e que se lembra mais do local que apoia pessoas com problemas de saúde mental. Lembra que ficou muitos anos passando o dia nesse local e retornando apenas para dormir em casa.

Ao recordar a infância, novamente ressalta: “mas desde criança mesmo eu venho dando trabalho para minha mãe”. Diz que era conhecido por todos na cidade, que o Comissário, a Promotora e o Juiz foram pessoas que o ajudaram, pois ele foi um “bandido muito procurado”, o que mais roubou na cidade.

Ao perguntar novamente sobre a instituição de acolhimento, ele diz não se lembrar do tempo nem de sua idade, apenas que era muito pequeno. Percebo um incômodo ao tocar neste assunto e um desejo de apagar da memória esse período. De sua família, ele foi o único institucionalizado. Ressalta novamente que se lembra mais do Centro de Saúde que passou a frequentar aos doze anos, sendo atendido por muitos anos.

O Juiz e a Promotora da cidade o ajudaram muito:

“Eu aprontei demais na cidade e não era mais para sair da cadeia pelo tanto de processo que eu já tinha. Eu peguei treze anos e oito meses, saí com a ajuda da Promotora e do Juiz. Eu errei muito mesmo, todas essas lojas aí do centro eu já assaltei”.

Quando perguntado por que se sentia rejeitado, ele revela que a família nunca foi vê-lo na cadeia nem em lugar nenhum por onde passou; nunca visitaram; nem uma palavra de apoio, “só para me rebaixar”. Ao mesmo tempo, segundo ele, era o “queridinho da mamãe”, porque era o que mais precisava dela.

Ele considera que está preso por um motivo “banal”, diz que pulou a cerca de um órgão público para pegar um documento em seu carro que foi

apreendido. Mesmo sendo por este motivo “banal” nem um irmão foi visitá-lo. Sua esposa quase o deixou, mas perdoou. Eles têm um filho de um ano e quatro meses e possui mais dois filhos com outras mulheres.

Quando tinha dezoito anos foi para São Paulo e morou muito tempo nas ruas. Foi em busca de dinheiro, porém encontrou muitas dificuldades e, no início, acabou indo morar na rua; com o tempo conseguiu um trabalho de técnico em telefonia e foi bem-sucedido.

Recentemente também morou nas ruas de Belo Horizonte; permaneceu ali durante três meses, em virtude de uma briga em sua casa. Ele vendeu um som “muito caro” de sua mãe, por apenas setenta reais. “Fiquei com vergonha de chegar em casa”. Ao ser questionado sobre a vida nas ruas, ele relata que “era péssimo, o frio, muita sujeira, a fome, eu pedia em restaurantes”.

Sobre o mundo das drogas, revela ter traficado por um período, mas: “para mim não resolveu nada. Então eu entrei para usar, porque para traficar não tinha como, pois, a pessoa que usa não consegue traficar”.

Paulo foi dependente químico de *crack* e conseguiu deixar a droga quando ficou preso. “Só Deus para tirar”. Ele foi pastor durante seis anos dentro do cárcere. “Só com Cristo é que a pessoa se liberta.” Antes de ser preso novamente pregava com um pastor nas ruas de sua cidade natal, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ainda quando estava preso, por intermédio de um amigo, conheceu a atual esposa por carta. Assim que deixou a prisão, ela veio de Sergipe e decidiram morar juntos. Como Paulo estudara apenas até a sexta série, para manutenção da família, decidiu abrir uma empresa de pintura de residências.

Voltou a beber e apreenderam seu carro. “Perdi a cabeça, queria pegar o carro na tora, e aí eles me viram lá de dentro e me prenderam, não era para estar preso”. Percebo um incômodo com sua atual situação e sentimento de ter sido injustiçado; porém ele se contradiz em relação ao motivo de sua prisão.

Quando solicitado para que relatasse um fato que marcou sua vida, revela que, aos nove anos, um grande amigo de seu pai tentou abusar dele, e que nunca havia contado esse fato a ninguém. Há pouco tempo revelou para sua irmã mais nova. Acredita que todos os problemas vêm daí também. Diz que ficou magoado por muito tempo, desejando matá-lo: “tirei aquele ódio de dentro do peito, vontade de matar”. Repetiu diversas vezes.

“Um amigo da família de pai tentou me estuprar a força. Eu sendo homem e ele homem também tentou me estuprar. Mas isso eu não relevei, não contei para ninguém, fiquei com aquela mágoa interna pensando em matar ele. Há poucos dias, minha irmã perguntou por que eu era tão diferente da família, já que todo mundo é honesto. E eu disse: “olha vocês não sabem da minha vida, o que eu passei, uma coisa que vocês não sabem é que tentaram me estuprar uma vez..., nem assim... eles falam que eu não tenho jeito não”.

Sobre o futuro, relata que pensa somente coisas boas. Diz que tem trabalhado e lutado muito. “Eu trouxe a minha esposa para cá somente com três colchões que a administração do presídio me doou, uma televisão e um berço, e hoje eu tenho minha casa toda mobiliada. A mãe APAC, o sistema lá trata de amor, não precisa de algema como aqui”. Na APAC foi padeiro, porteiro e teve várias funções quando estava preso. Gosta de estudar e pregar a palavra de Deus.

Sobre como iniciou no universo do crime, diz que começou a roubar com doze anos, e seus irmãos o culpam pela morte da mãe; mas, segundo ele, todos erraram de forma diferente.

Retorno ao acolhimento institucional. Pergunto como foi viver na instituição. Revela que ninguém lá aguentava mais ele. Assim, preferiu fugir e viver nas ruas. “Eu era insuportável quando mais novo, era terrível”. Ele queria bater nas professoras. Quando fugia, a mãe pedia que alguém tentasse encontrá-lo e trazê-lo de volta. Como não se adaptou, a mãe conseguiu o tratamento de saúde mental, onde, segundo ele, foi bem melhor. Local onde permaneceu e ficou por muitos anos. Da escola normal desistiu, pois era reprovado todos os anos. Com isso, passava o dia todo no centro de tratamento, retornando a casa apenas à noite. “Mesmo assim dava muito trabalho”.

O uso do *crack* veio aos dezenove anos, quando morava em outro Estado. A primeira pedra foi dada por um vizinho. Depois que fumou, não queria mais parar. Segundo ele, somente com Jesus conseguiu deixar a droga. “Nada adianta, clínica, remédio, nada adianta, só Jesus, nem religião”. Relata que quando sair da prisão dará continuidade ao seu trabalho na empresa e que também irá continuar a pregar.

Quando perguntando se lembrava de algum amigo na instituição, ele relata que tem o Sebastião e seu irmão, que mora num município próximo de Belo Horizonte, e, quando se encontram, se abraçam.

Eles eram os melhores que tinham, eles eram fortes, eu gostava de estar com eles, eles sempre estavam do meu lado. Eu tinha uma proteção deles. Eles eram exemplos, a instituição ajudou, saíram formados, então os dois são exemplos.

Comento que ele parece começar a lembrar sua passagem pela instituição. Paulo sorri, diz que se lembrou naquele momento dos amigos e que os encontra sempre. “Eles me veem indo para igreja e comentam: Nossa! Graças a Deus você melhorou, mudou! Mas logo ressalta: “eu não lembro nada da instituição”.

Paulo diz que, quando se converteu, foi fazer trabalho voluntário na instituição. Cortava os cabelos dos meninos, porém não sabe se a instituição existe ainda. Ia também porque tinha três filhas da ex-esposa que estavam lá. Ele as considerava filhas, pois pegou todas pequenas. Quando questionado se sabe cortar cabelo, diz que tem dez profissões.

Eu errei muito, mas aprendi muito também. Cheguei aqui no presídio com a cabeça de revoltado: “eu não vou voltar para a palavra, vou esquecer de Deus. Mas os próprios presos pediam para interceder, para orar para eles, então não consegui ficar sem Deus. Larguei o cigarro, para orar para vocês, eu não posso ser igual a vocês, vão largar tudo de errado para orar, aí eu fui ganhando força. Eu precisei voltar ao lugar de onde Deus me tirou; tem gente que acha que isso aqui é um lixo da sociedade, né, para reconhecer o amor que Deus tem por mim”.

Como as pessoas do presídio lhe pediam que pregasse, Paulo acredita que eles enxergavam nele uma nova pessoa, o que lhe deu força para seguir em frente. Nem a esposa dava credibilidade, tem um mês e quatro dias, e Deus mudou todo o quadro dessa situação. “Consegui mostrar para ela através das cartas e atitudes renovadas que consegui mudar e que a pessoa de meses atrás morreu”.

Sobre o relacionamento com os filhos, relata que tem três: uma de doze anos, que a família não deixa se aproximar. Um menino de quatro anos, e outro de um ano e quatro meses. Com estes possui um ótimo relacionamento. O avô de um de seus filhos avisou que não precisa chegar perto nem dar nada, que eles têm condições. Diz que o sogro já mandou matá-lo por duas vezes e que teve muita sorte. O segundo filho nasceu de um relacionamento com uma senhora de cinquenta anos. Ela ia visitar outros presos na cadeia e engravidou dele no único encontro que tiveram.

Quando perguntado se gostaria de contar mais algo sobre sua vida, diz:

“Faltou mais amor, mais carinho, mais compreensão. Eu vejo que toda família, quando tem um ente querido deles que vai para uma instituição, que vai para algum lugar, eles estão ali apoiando a todo momento, porque amam. Não sei se minha família me ama, mas, pelo que eles fizeram comigo, eu acho que eles não me amam. Devo ter feito uma coisa tão ruim que eu não sei. Mas eu amo eles todos. Eles me amando ou não eu aprendi que devo amá-los... Eu queria ter tido uma família, para me ajudar, me levantar na hora que eu caísse, e eu não tive. Agora, graças a Deus, tenho uma esposa. Foi Deus que deu ela para mim”.

Paulo deseja sair da prisão, ser uma nova pessoa para que o filho não veja o que aconteceu e não querer fazer o mesmo que ele.

“Eu quero dar amor para ele. Eu falo assim, amor eu não tive dentro de casa, ali na família, mas a diretora da APAC me trata como filho, como família. Ela viu que minha família não me ajudava; eu tentei dois suicídios, aí ela me ajudou a sair da cadeia, o juiz e a APAC também”.

Uma tentativa de suicídio foi em 2008, por causa de uma traição. Ficou quatorze dias em coma, todos da cidade ficaram sabendo. Na época ficou muito magoado, pois, segundo ele, amava demais, um amor doentio. A segunda tentativa foi pela mesma situação com a mesma pessoa.

Para Paulo, Deus é muito mais do que qualquer outro amor, acredita que, se a família não dá amor, a pessoa tem o amor de Deus. “Ele visita qualquer pessoa, em qualquer lugar, do jeito que a pessoa estiver, se a pessoa abrir o coração ele vem, visita o seu coração e mora”. Percebo que o que lhe dá sustentação hoje é a sua religiosidade. Verbaliza que o seu tema é amar a Deus. Assim, percebe-se a importância da religiosidade na vida de Paulo, no sentido da superação de seu passado.

A história de Paulo revela a importância de elaborar políticas públicas que fortaleçam os vínculos familiares. O que percebemos em comum de sua trajetória com a de diversas crianças em situação de acolhimento é a centralidade da família em suas vidas. Por isso, discutir sobre a importância da intervenção com a família para o fortalecimento de seus vínculos como prevenção ao acolhimento de crianças e adolescentes se faz urgente em nossa sociedade.



O imperfeito mundo perfeito

Mônica Fonseca e Silvana Reis***

O convite para ser entrevistada causou em Natiele uma satisfação em poder tornar pública sua história, entretanto, seus relatos foram marcados por demonstrações de insegurança, acanhamento, chegando por vezes a minimizar os efeitos das sucessivas perdas que experimentou em seus 20 anos de vida. Nascida em uma cidade polo regional do Estado de Minas Gerais, comentou que é de origem simples e mantinha fortes laços familiares, pois cresceu em um ambiente marcado por vivências positivas e belas memórias afetivas, direcionadas aos pais, avós paternos e especialmente aos irmãos:

“Eu me lembro que meus pais eram muito carinhosos e nunca corrigiam a gente com agressão física. Eles tinham pouco estudo, meu pai era pedreiro e minha mãe doméstica, e tudo o que faziam era pra cuidar da gente.”

Segunda filha de uma prole de seis irmãos, nasceu com um acentuado desvio na coluna vertebral, com sequelas em seu desenvolvimento e compleição física. Por necessidade de trabalho, seus pais deixavam os filhos sob os cuidados dos avós paternos, e a lembrança que possui é de momentos agradáveis, apesar das dificuldades materiais da família:

“Nossa vida era divertida... Minha avó dava tudo o que a gente pedia... gostava de brincar na rua com minhas irmãs de batata quente, pique cola...”

* Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em Psicoterapia de Família e Casal, pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atua como Psicóloga Judicial na Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

** Assistente social graduada pela PUC, com especialização em Psicopedagogia. Aprovada em concurso público para o TJMG em 1991 e desde então vem desempenhando suas funções na Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte. Anteriormente atuou como assistente social na UFSJ e UFMG.

Sob seu olhar, os pais lhe dispensavam atenção especial, ainda que a incumbissem de cuidar dos irmãos mais novos, enquanto estivessem fora de casa a trabalho. Nesse período foi privada de frequentar escola, o que ocorreu somente aos oito anos de idade, quando já morava em Belo Horizonte. Sobre o seu tratamento médico, lembrou-se de uma indicação cirúrgica para o seu caso, contudo, sua mãe optou por não fazer o procedimento, dado o risco de morte. Assim, seus pais optaram por manter o tratamento, porém menos invasivo. Sua condição de saúde marcou a história de sua vida e dos demais familiares, pois foi por este motivo que deixaram a cidade natal e a estabilidade que possuíam em busca de tratamento especializado para seu caso.

Na capital mineira, foram acolhidos pela família materna, local onde passaram a residir até que fossem contemplados com um imóvel. Apesar de não mencionar fatos que pudessem sugerir vivências de violação na casa da avó, pouco falou sobre esta época e nem mesmo soube nomear os parentes com os quais conviveu. Inicialmente se alojaram em um único cômodo da casa da avó, até que foram contemplados com um imóvel. As dificuldades financeiras e a grande distância de sua cidade de origem propiciaram o rompimento do contato com a família paterna, o que gerou tristeza para todos os netos.

Quando contava aproximadamente 10 anos, a família foi impactada com a notícia de assassinato de seu pai, o que ocorreu “por engano”, pois este foi confundido com outra pessoa no momento em que havia saído de casa para levar um dinheiro para a sogra, a pedido de sua esposa. Aquela foi a primeira de muitas perdas significativas em sua história. Lembra-se da dor e desespero sentidos por todos e, em especial, por uma de suas irmãs, a qual queria morrer junto com o pai. A partir de então, as dificuldades que a família já vivenciava se acirraram. A mãe, naquela ocasião grávida do sexto filho, apresentou um quadro de depressão, iniciou o tabagismo e não conseguia cuidar das crianças. Diante deste quadro, estas passaram a faltar sistematicamente às aulas. Natiele assumiu as tarefas domésticas para atender as necessidades dos irmãos mais novos e, mais uma vez, se afastou do ambiente escolar, para assumir o papel materno.

Decorridos dois anos da morte do pai, a mãe foi acometida de câncer no pulmão, que evoluiu rapidamente para óbito. Na sua percepção, este fato foi decorrente do sofrimento pela perda do marido, associado ao uso imoderado do cigarro.

Com a orfandade, os irmãos, mesmo ainda menores de idade, permaneceram sozinhos no imóvel dos pais, visto que a família extensa não se organizou ou disponibilizou cuidados para eles; inclusive afirmaram que não os conheciam. Tampouco propuseram alternativas de acolhimento que pudessem garantir a convivência familiar. Assim, se esquivaram das responsabilidades e desafios envolvidos nos cuidados com seis crianças/adolescentes.

Este arranjo se manteve por um período de aproximadamente um mês, até que vizinhos denunciaram a situação junto ao Conselho Tutelar, que acionou o sistema judiciário e os irmãos foram acolhidos em instituições distintas. A irmã mais velha, na ocasião com 15 anos de idade, se recusou a cumprir a medida judicial e passou a morar na casa do namorado e nunca mais foi vista pelos irmãos. Dos quatro mais novos, dois foram mais rapidamente inseridos em famílias substitutas distintas e duas foram para uma mesma instituição.

Em virtude das limitações físicas de Natiele, foi providenciada para ela inserção na casa da madrinha de uma das irmãs. Mesmo reconhecendo o carinho e atenção dos padrinhos sociais, se sentia triste e sozinha, ainda que lhe garantissem que todos os irmãos estavam bem e protegidos:

“Meu mundo tinha acabado... não entendia por que estava separada de todos e nem mesmo tinha contato com eles”. Transcorridos três anos, nova mudança ocorreu em sua vida, quando então foi encaminhada para o mesmo local onde viviam as irmãs, ao argumento de que seria o melhor para ela.

Não foi informada sobre os motivos que levaram a autoridade judiciária à decisão de separá-la dos irmãos nem mesmo sobre o que ocorreu para que saísse da companhia do casal que a acolheu por um longo período. Contudo, percebe que voltar a viver com as irmãs foi o melhor que lhe ocorreria em anos.

“Quando cheguei à instituição e vi minhas irmãs, senti que ali estava em um mundo perfeito... estava bem e feliz junto das meninas que eram grudadas em mim.”

O período de vivência institucional foi descrito de forma ambígua, ora como ambiente opressivo, ora como fonte de crescimento e amadurecimento pessoal. Lembrou-se que a chegada à casa foi marcada por sentimento de euforia e bons momentos. Sentia-se feliz todo o tempo e foi apresentada à rotina do local e às regras da instituição pela psicóloga da entidade. Com o

passar dos dias este sentimento de intensa alegria se esvaiu, cedendo lugar para os conflitos que rapidamente surgiram na interação com os cuidadores, técnicos e responsáveis pelo local.

Natiele, que até então tinha certa autonomia no cuidado com as irmãs e gerenciamento de sua própria vida, se viu num ambiente marcado por regras mais rígidas. Outro elemento que a surpreendeu foi o trato hostil e muitas vezes o uso de agressões verbais ou físicas em momentos de desobediência, ao argumento de que estavam sendo corrigidas e educadas.

“Quando a gente fazia alguma coisa errada, diziam que minha mãe morreu de desgosto por nossa causa... também davam tapas nas nossas costas e chineladas... sei que eu era difícil, mas esse tipo de castigo eu não aceitava, e ficava ainda mais revoltada quando isto acontecia com minhas irmãs. Certa vez chegamos a planejar uma fuga, mas desistimos.”

Sem saber explicar, Natiele permaneceu fora da escola por aproximadamente dois anos; contudo, teve acesso a várias atividades extraescolares disponibilizadas para as crianças e adolescentes acolhidos, sendo uma delas a flauta. Foi nesta ocasião que se aproximou dos professores/regentes que se afeiçoaram a ela e se tornaram seus padrinhos sociais.

A convivência regular com a família madrinha, nos finais de semana, feriados e férias, culminou na manifestação de vontade do casal de adotá-la. Contudo, Natiele, temerosa de se separar das irmãs, e por considerar a madrinha rígida em suas colocações, fantasiava uma relação que poderia ser mais agressiva após a adoção. Reconhece que era bem tratada naquela família, “paparicada”, e não entende o que fundamentava seus medos, mas avalia que, por insegurança, perdeu uma excelente oportunidade de ter uma família.

Como não existiam famílias nacionais disponíveis para receber as irmãs, dada a faixa etária delas, foram inscritas no cadastro de adoção internacional. O primeiro casal que se apresentou foi indicado para adotar somente as duas mais novas. Entretanto, quando chegou ao Brasil, foi surpreendido com a informação de que existia um estreito laço afetivo entre as irmãs. Sensível a esta realidade, se propôs a iniciar o estágio de convivência com todas, contudo no transcorrer do tempo foi esclarecido de que a habilitação autorizava o acolhimento de apenas duas delas. Assim, optou por não levar nenhuma, ao argumento de que não concordava com a ruptura do estreito laço entre as meninas.

Posteriormente, as duas irmãs, que se mostravam receptivas à adoção, foram encaminhadas separadamente para famílias italianas. Mais uma vez, Natiele experimentou emoções ambíguas, pois, ao mesmo tempo em que estava feliz pelo desfecho positivo para elas, voltou a experimentar a solidão e o medo do abandono. Mesmo assim, continuava se mostrando resistente à perspectiva de uma família substituta, por acreditar que os irmãos deveriam ficar juntos e retomar a convivência, tão logo alcançassem a maioridade.

Apesar da separação física das irmãs, estas continuaram a manter contato com Natiele através das redes sociais. Essa troca de informações propiciou uma alteração na percepção distorcida que tinha em relação à adoção, o que motivou uma reversão em sua postura, até então rígida, sobre uma nova família. Entretanto, já sabia das limitações de ser adotada nos mesmos moldes que suas irmãs, em decorrência de já estar se aproximando da idade adulta. Assim, durante as conversas com a psicóloga da instituição de acolhimento falou do seu desejo de aceitar a proposta de adoção pelos padrinhos sociais. Naquele momento, foi informada da impossibilidade de concretizar este sonho, uma vez que o casal, após ter o filho biológico, desistiu do projeto adotivo.

Mais uma vez se viu diante de uma condição frustrante, restando-lhe, então, adaptar-se à realidade que se impôs. Dedicou-se às atividades escolares e aceitou o convite para ingressar como estudante de violino na Orquestra da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMG – COINJ. Considera que o aprendizado musical favoreceu o desempenho escolar, pois se tornou mais disciplinada e concentrada, além de mais extrovertida.

Por um certo período, Natiele se sentia segura e protegida no ambiente institucional. Assim, a cada aniversário se sentia mais angustiada por saber que estava se aproximando do momento de ter que deixar a casa :

“Eu queria ficar com 15 anos para sempre, assim não teria que me preocupar com a vida aqui fora.”


Natiele permaneceu no acolhimento institucional até os 19 anos de idade, visto que contou com a colaboração da direção da entidade até que conseguisse se organizar para conduzir de maneira autônoma sua vida. Atualmente, reside em imóvel alugado, com uma amiga que também cresceu em um ambiente institucional e com ela divide despesas e responsabilidades domésticas. Perdeu

todo o contato com a irmã mais velha e ainda se encontra com os irmãos mais novos que também foram inseridos em família substituta.

Relatou que não tem certeza quanto ao futuro e não tem planos imediatos para trabalhar. Ainda está cursando o ensino médio e disse que gostaria de cursar a faculdade de Música com vistas a ser uma maestrina, como a madrinha. Quando questionada sobre a perspectiva de realizar algum trabalho que pudesse lhe assegurar uma renda maior, argumentou que, se o fizer, perderá o benefício social que recebe do governo em função de suas limitações físicas.

“Agora que tenho que me virar sozinha, não posso correr o risco de abrir mão do meu benefício. Preciso dele para pagar minhas contas e não prejudicar a colega que mora comigo.”

Reconhece que a experiência de institucionalização foi importante, pois, “por bem ou por mal”, lhe ensinaram comportamentos e valores tão necessários à convivência social e importantes na busca de alternativas para seus problemas cotidianos. Apesar de algumas mágoas, Natiele ainda retorna à instituição para rever algumas colegas e a gestora da casa, à qual se refere de maneira carinhosa. Diz que ela se ocupava pessoalmente das crianças quando estas adoeciam, sendo, assim, uma referência de proteção, além de uma pessoa com quem podia conversar e em quem podia confiar.



O menino, o adulto e as fotografias

*Daniele Hostalácio Freire de Andrade Correa**

O menino de 9 anos desce do carro. Está diante de uma instituição de acolhimento na Zona da Mata mineira. Vinha da cidade onde a avó materna morava, a 60km dali. Na mão, uma pequena mala com algumas roupas e as fotografias do pai, da mãe e da avó materna. Na cabeça, o medo do desconhecido e várias perguntas: “Por que estou aqui? Por quanto tempo? Vão me visitar?” O diretor que o recebe recolhe a mala: “Você não vai precisar disso”. Ele ganha então um uniforme azulão, confeccionado em brim grosso, um par de botinas e outro de chinelos - ali, não era permitido ficar descalço. Dali em diante, essa seria sua indumentária, fosse um domingo ensolarado ou uma segunda-feira chuvosa, dia de Natal ou o próprio aniversário.

Mais de 50 anos se passaram desde então, mas aquele dia permanece vívido na memória do protagonista desta história. A partir dali, Dica, o então menino, estava oficialmente institucionalizado. Deixava para trás o quintal da casa da avó materna, com bananeiras, mangueiras e um córrego nos fundos, palco de incontáveis aventuras; os banhos de rio e as pescarias; a liberdade de brincar na rua o dia inteiro, com primos e amigos, fazendo artes e molecagens. Estava encerrado um tempo feliz de sua infância, o qual ele viveu em meio aos parentes e protegido por uma avó amorosa. Entravam em cena disciplinadores, horários, rigidez, rotina, dormitórios, onde se perfilavam várias camas, longos corredores, exclusão.

* Daniele Hostalácio é formada em Jornalismo pela PUC-Minas (1990) e é mestre em Filosofia pela UFMG (1996), onde defendeu tese sobre o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau. Trabalhou como repórter em redações de jornais e revistas e atuou como assessora de imprensa em empresas públicas e privadas até ingressar, em 2011, no TJMG, onde ocupa o cargo de jornalista na Assessoria de Comunicação Institucional.

A primeira noite - e as que se seguiram por semanas - foi de choro. O menino colocava a cabeça no travesseiro e as lágrimas vinham aos borbotões. Foram quase dois meses para se adaptar à nova realidade. Encontravam-se ali cerca de 400 outros meninos, e, às 6 horas da manhã, todos tinham de pular da cama e deixá-la arrumada. Desciam em seguida para o refeitório, com as mãos para trás e em fila indiana - quem estivesse desalinhado, levava um “cocão” do chefe da disciplina. O silêncio tinha de ser absoluto, enquanto aquelas centenas de crianças e adolescentes tomavam o café da manhã. Nada de brincadeiras, risos, conversas... Nada de querer acordar um pouco mais tarde, ficar de pijama, comer embrulhado no cobertor em um dia mais frio, pular a refeição ou sentir fome fora do horário.

Cada grupo de garotos seguia para sua rotina: uns iam fazer faxina, outros trabalhar na horta ou marcenaria, alguns seguiam para as salas de aula. Havia horários rígidos para o almoço, para o banho, para o jantar, para brincar... Luzes apagadas em todos os quartos na hora exata de irem dormir. Um dia igual ao outro, todos os dias, por muitos meses, por anos, até que ele completasse 15 e fosse encaminhado para outra instituição; depois era se tornar maior de idade, ser dono do próprio destino e poder cruzar os muros e as fronteiras que bem entendesse. No colégio, poderia haver momentos bons e alegres, poderia fazer amigos, poderia aprender muitos conteúdos, poderia progredir nos estudos e até ter boas oportunidades de emprego. Mas a vida, ali, era um pouco uma prisão. Qual tinha sido mesmo o erro cometido por esse menino?

A orfandade. A cidade já era outra, também na Zona da Mata mineira; o ano, 1950, o mesmo em que o pai dele morreria. O pai estava com tuberculose, e a doença, na época incurável e estigmatizante, já havia consumido toda a saúde do homem. Não era um momento feliz na casa. Quarenta e três dias depois de dar à luz Dica, a mãe do menino ficou viúva. O casal tinha dois outros filhos, pouco mais velhos, e a avó materna foi viver com a filha, para dar algum socorro à família. Um ano depois de Dica nascer, a tuberculose também levou embora a mãe dele, e então o bebê foi viver com a avó materna em cidade mais interiorana do Estado.

A nova cidadezinha era uma espécie de paraíso no mundo. A avó fazia todas as vontades do garoto, que vivia na mais absoluta liberdade. Dica passava as manhãs, as tardes e as noites entre a escola e a rua, palco das brincadeiras,

dos jogos de futebol e das brigas. Gostava de pegar as merendas dos colegas - havia uma mãe que, sabendo que o filho era sempre vítima dessa mania de Dica, colocava dois lanches na bolsa do menino dela. Dica era desses garotos levados, cheios de energia e destemidos; eram os tios que puxavam a orelha dele, tentavam colocar algum limite no menino, mandando ele amadurecer e levar os estudos a sério. Até que a avó adoeceu - ela morreria logo depois.

Dica está brincando na rua, a avó acaba de ser internada. Ele tem 9 anos. “Dica, seu padrinho falou pra você comparecer à casa dele”. O menino não teve uma intuição boa quando ouviu aquele recado. Sentou-se na calçada e ficou pensativo, mas depois seguiu para a casa do tio. Na varanda, as pessoas conversavam e já o aguardavam, impacientes - “Será que Dica não vem?” - e ele percebeu que era o alvo da conversa. Foram logo comunicando o que eles, adultos, haviam decidido: a partir daquele dia, Dica viveria ali, na casa do tio, sob a responsabilidade dele.

“Ele me escravizou ali”, resume Dica, sobre os dias em que morou debaixo do mesmo teto que o padrinho. Mal sabia ele que aquela vivência seria apenas uma espécie de transição para a vida na instituição de acolhimento. Não havia afeto ali; só ordens. Estudava de manhã, e, à tarde, trabalhava na loja de ferragens do parente. Não podia sujar a roupa - não podia, portanto, brincar! - e só poderia encontrar os primos uma vez por mês. O tempo todo era criticado em seus modos e havia muita cobrança em relação às notas na escola.

Era em um quartinho nos fundos da casa do padrinho que Dica dormia. A avó tinha morrido há pouco tempo, deixando o menino mais órfão do que já era. Um dia, ele acordou e ouviu o tio conversando com a esposa; decidiam o destino dele. O menino se aproximou e então lhe deram a novidade: “Você arruma uma malinha que amanhã vai viajar; vai morar em um colégio interno, em outra cidade”, disse o padrinho. Não havia o que questionar nem a criança saberia como fazê-lo. Decerto não o queriam por ali. “Não entendi muito bem o que aconteceria. Não me explicaram por que não poderia continuar vivendo naquela cidade que eu gostava tanto. Só me lembro de que quando cheguei à instituição eu estava assustadíssimo”, recorda-se.

Na instituição, nos primeiros meses, Dica passava os dias calado, pensando quando sairia dali e quando o tio iria visitá-lo. A resposta à última pergunta ele soube depois: nunca recebeu visitas. Aos poucos, sem alternativas, Dica

foi se adaptando. Os finais de semana, por exemplo, tornaram-se momentos especiais, que quebravam por algumas horas a rotina da instituição. Aqueles meninos que apresentavam bom comportamento - e foi o caso dele, pelo menos na maior parte do tempo - podiam passear pela cidade aos sábados e domingos. Davam voltinhas pelas ruas, olhavam as vitrines das lojas, ganhavam rapadura, picolé e *chup-chup* dos comerciantes locais. “Os meninos da instituição de acolhimento eram queridos na cidade”, conta. Eram momentos felizes e ansiosamente aguardados pelos garotos.

Os lampejos de felicidade surgiam também quando eles podiam assistir a um pouco de televisão no único aparelho que havia na cidade, naquela época. Mas a glória acontecia mesmo no Sete de Setembro, o feriado nacional, quando dezenas de meninos da instituição de acolhimento desfilavam nas marchas cívicas. Disciplinados e tocando tambores, trompetes, bumbos e pratos, eles recebiam aplausos de toda a gente da cidade. “A população valorizava demais o nosso desfile. Todo mundo, em peso, nos assistia. Sentíamos como se tivéssemos conquistado o primeiro lugar na apresentação. Onde passávamos, ganhávamos refrigerantes, pipoca, picolé. E a instituição nos dava botina nova para desfilarmos”, diz Dica, tomado por um resquício do entusiasmo que contagiava os internos naqueles dias.

Dica adoleceu dentro da instituição, enquanto criava fortes laços afetivos com alguns dos garotos que também viviam ali e que não tinham pai e mãe a esperá-los do lado de fora. Seis ou sete desses meninos formavam com Dica um grupo inseparável, que conseguia, de vez em quando, subverter a rígida disciplina da casa. Em dias de folga, às vezes, escapavam da instituição para o mato, e experimentavam a liberdade de galopar sem rumo. “Pegávamos os cavalos de um fazendeiro que tinha terras por ali e andávamos o dia inteiro montados nos animais sem sela; íamos até o córrego, nadávamos e nos sentíamos livres novamente”, revela.

A vida de interno seguia sua monotonia, até que um dia chamaram Dica para lhe apresentar um novo interno. “Você conhece esse rapaz, Dica?” Ele não conhecia; o sujeito era um completo estranho. “É seu irmão”, disseram a ele. Dica lembra que o irmão, quatro anos mais velho que ele, parecia um adulto. “Não sei que idade eu tinha nessa época, só sei que eu não o conhecia, pois quando minha mãe morreu eu só tinha um ano de idade e ele foi viver com parentes do meu pai”, afirma. O irmão tinha chegado à instituição por

meio da polícia e tinha um histórico de violência. “Então, começou o meu calvário ali. Ao invés de me ajudar e me proteger ali dentro, ele batia muito em mim, me colocava apelidos desagradáveis, tomava minha comida, me obrigava a fazer coisas pra ele”.

As covardias que o irmão fazia eram delatadas para os chefes das disciplinas, assim como outros conflitos entre os meninos, brigas às vezes violentas. “Mas a instituição sempre fazia vista grossa; ninguém tomava providências”, queixa-se. Naquele ano, quando as férias escolares chegaram, o irmão iria visitar os parentes do pai, na cidade onde sempre viveu. Prometeu levar Dica com ele. O já adolescente Dica não queria ir de uniforme. Então correu até o diretor, pois se lembrava de ter chegado à instituição com uma mala de roupas. As roupas trazidas de casa mal lhe serviam, mas ele estava decidido: nada de uniforme! Era com as próprias roupas que iria viajar!

Na véspera da viagem, era grande a ansiedade e ele mal conseguiu dormir. O que mais queria era se ver livre da instituição. Acordou e seguiu logo para o dormitório do irmão; a cama estava vazia. Correu então para o refeitório e ali também não encontrou quem procurava. “Seu irmão já foi embora”, avisaram a ele, por fim. “Tentei segurar o choro, mas lembro-me de que nesse dia, longe dos outros, eu chorei demais. Foi uma grande decepção”. Nas férias seguintes, foi a mesma coisa, até que da terceira vez Dica finalmente visitou os familiares do pai, na companhia do irmão.

Poder sair da instituição para curtir as férias “no mundo lá fora” era algo com que Dica sonhava desde que fora institucionalizado. As férias eram períodos muito aguardados por todos, exceto por ele. Os meninos que tinham famílias passavam o período de descanso na casa dos pais ou outros parentes. Chegavam as férias e Dica via o colégio se esvaziando, ficando mais silencioso. “Tchau, Dica!”, dizia um colega que ia embora, carregando a mala e a promessa de dias felizes do lado de fora da instituição. Dali a pouco, era outro garoto que ele avistava encontrando os pais e indo passar uns dias em casa. “E a gente, sem família, ficava pra trás. O dia demorava a passar e eu ficava pensando, com o coração apertado de angústia, que eu não tinha notícia de nenhum parente meu, nem visitas eu recebia; eu tinha era de ficar ali mesmo”.

Os que tinham família gostavam de espezinhar garotos como Dica. “Havia muita rivalidade entre os times de futebol da instituição. Então, os outros,

dos times rivais, adoravam jogar na nossa cara que não tínhamos família, que tínhamos sido jogados ali; e era como de fato eu me sentia”. Dica lembra-se de que quando completou 14 anos houve rumores de que uma família de Curitiba tinha desejos de adotá-lo. “Mas depois não ouvi mais essa história. Acho que nunca me passou pela cabeça a possibilidade de ser adotado. Mas eu teria gostado disso, pois faria qualquer coisa para sair da instituição”.

Havia uma carência afetiva grande entre os garotos, e não havia muitas referências de figuras femininas na vida deles, a partir da institucionalização. Mas era preciso se apegar ao que lhes fosse oferecido. Assim, duas professoras que demonstraram se importar com Dica passaram a exercer influência sobre o menino. Elas o incentivavam nos estudos, ofereciam livros e davam aulas de reforço. “Elas tinham a postura mais maternal para comigo: uma era mais rígida, a outra mais brincalhona”, conta. Mas eis que chegava o Dia das Mães, que, para ele, traz lembranças amargas. “Mesmo quem não tinha mãe, era obrigado a escrever uma cartinha e entregar pra alguma mulher. Eu não tinha pra quem entregar essa carta. Então passava o dia com o papel na mão, sem saber o que fazer. Acabava entregando para uma dessas duas professoras, mas pra mim era sempre constrangedor”.

Dica despediu-se dessa instituição quando completou 15 anos. Passou um curto período em uma outra unidade, em Belo Horizonte, até que fosse transferido para uma terceira instituição, na região Central de Minas, onde ficaria até completar 18 anos. A rápida passagem pela capital mineira lhe rendeu a amizade com um funcionário que atuava como enfermeiro no hospital da instituição de acolhimento. Esse homem foi e ainda é, para Dica, o pai que ele nunca teve.

Quis o destino que, depois de atingir a maioridade e seguir novamente para Belo Horizonte para procurar trabalho, o amigo lhe abrisse as portas de um emprego e da sua casa. O primeiro lugar onde Dica morou, na Capital, quando deixou a última instituição, foi na casa da mãe do amigo. O padrinho, que ainda vivia na região metropolitana de Belo Horizonte, mais uma vez não quis abrigá-lo. “Esse foi um momento difícil, porque o mundo fora da instituição é muito diferente, a gente tem que lutar por tudo. Então, fiquei doido! Eu pensava: ‘Meu Deus, meus parentes não me querem, não tenho ninguém e agora vou pra esse mundo’”, recorda-se.

No interior de Minas Gerais, Dica pôde cursar o chamado ginásio, estudou música e aprendeu a profissão de bombeiro hidráulico, que exerce até hoje. Tornou-se também educador - chegou a atuar junto a adolescentes de unidades de acolhimento e, com o fim dessas instituições, em outras entidades voltadas para crianças e adolescentes - e, há doze anos, é diretor de uma entidade de classe. Casou-se, ficou viúvo há 15 anos, vive hoje em união estável e é pai de duas filhas. Depois de sair da instituição, viu raras vezes o irmão, que morreu alguns anos depois.

Olhando para o passado, Dica reconhece que experimentou momentos ruins e momentos bons nas instituições - até porque é dessa mistura mesmo que é tecida a vida. Se pudesse escolher, teria eternizado seus dias pelos quintais do interior de Minas, ao lado da avó. Mas a disciplina que aprendeu dentro da instituição de acolhimento da Zona da Mata mineira é algo que, avalia ele, foi fundamental para que pudesse ser o que é hoje. “Quando a gente não tem uma família, corre mais riscos na vida, porque não tem com quem se importar, não tem quem diga ‘Não faça isso’. Se não fosse a disciplina que recebi ali, teria crescido sem limite nenhum”, diz.

Daqueles tempos, ficaram, sobretudo, os laços que ele atou com alguns dos meninos que viviam na unidade de acolhimento da Zona da Mata. Cresceram com muita cumplicidade, dividindo não só os dias e um teto, mas também alegrias, medos, aflições, inseguranças, carências, sonhos, afetos. Alguns amigos daqueles tempos Dica levou para a vida. Estão todos hoje casados, com filhos, alguns já com netos. Cada um seguiu um rumo na vida, mas os vínculos que criaram quando viviam na instituição nunca se desfizeram. Foi com alguns deles, por exemplo, que ele morou por uns tempos quando já tinha mais de 18 anos. “Montamos uma república para viver juntos, um apoiando o outro”, diz. Formavam uma família.

Da malinha que ele portava mais de 50 anos atrás, quando chegou à primeira instituição de acolhimento, não se tem vestígios. Mas as fotografias guardadas ali - do pai, da mãe e da avó materna -, essas ele guarda consigo, pois nunca as perdeu de vista. Foram muitas as andanças, mas aqueles preciosos pedaços de papel sobreviveram. A casa do padrinho e as unidades de acolhimento por que passou em todo o Estado podem hoje ser apenas uma fotografia na parede. Os pais e a avó, não. Mas como dói!





Os dois lados de uma história

Katia Souza e Samuel Lima***

O relato a seguir conta a história de Diogo, nascido em Minas Gerais há 27 anos. O segundo de cinco irmãos viveu até os 11 anos de idade na companhia da família natural. Seu pai foi alcoólatra por vários anos e, quando chegava alcoolizado em casa, agredia a esposa e os filhos, que viviam sempre aterrorizados.

Diogo recorda-se de um banheiro do barracão em que vivia, no qual toda semana o pai reconstruía a parede que ele mesmo derrubava quando estava bêbado. Após vários anos nessa situação, o genitor deixou o vício alcoólico e mais tarde o tabagismo. Recorda-se de que nessa época a convivência familiar melhorou e de que nesse período sua mãe fazia pouco uso de bebida alcoólica.

Viveram inicialmente em um aglomerado na Capital e depois foram residir em outra cidade próxima. Lá seu pai foi assassinado, tendo Diogo presenciado todo o ocorrido. O garoto, na época com 12 anos, foi tomado por um sentimento de revolta que por pouco não o fez ingressar em uma vida de criminalidade. Sua mãe, vendo-se sem condições financeiras para sustentar a família, pediu o acolhimento dos três irmãos mais novos naquela cidade e retornou com os dois filhos mais velhos ao aglomerado onde haviam residido anteriormente, iniciando uma trajetória de alcoolismo.

Do período que antecedeu seu acolhimento, Diogo se lembra do pai dizendo que, em sua ausência, para protegê-los, todos seriam levados para

* Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, pela Universidade de São Paulo. Atua como Assistente Social Judicial na Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

** Estudante de Comunicação Social - Jornalismo na PUC Minas. Fotógrafo amador.

uma instituição de acolhimento. Por temer essa situação, sempre que eram procurados nos becos da favela, Diogo e seu irmão, avisados pelos colegas, se escondiam em outros locais do aglomerado. Ficaram quase um mês fugindo, pois “não conheciam o que era a vida na instituição”. Um dia estavam em casa e os conselheiros chegaram de surpresa. “Nós olhamos assim um pro outro e falamos: não tem como fugir”. Sua madrinha os acalmou, dizendo que só viriam à Vara da Infância e Juventude para conversar e retornariam para casa.

Diogo, sorrindo, conta que queria saber quem havia determinado o acolhimento para “xingar ele muito”. Sua preocupação, nesse momento, era com sua mãe. Como seu irmão mais velho apresentava um atraso no desenvolvimento, sendo mais infantilizado, Diogo assumiu a função de seguir sua mãe pelos bares do aglomerado e cuidar para que ela não tivesse acesso a bebidas alcoólicas. Uma tarefa na maioria das vezes infrutífera: “A cada vez que me descuidava, aparecia alguém para dar bebida a ela, que logo ficava caindo pelos becos”. No momento da audiência, Diogo soube que seria encaminhado a um Centro de Passagem. Ficou muito bravo e saiu da sala de audiência chorando.

Chegou ao Centro de Passagem nervoso. Chorava e dava respostas agressivas a todos. Seu irmão mais velho perguntou por que ele estava chorando tanto e sugeriu que Diogo se acalmasse. Foram então recebidos por um senhor muito educado que preencheu os formulários e lhes mostrou a casa. Antônio, outro rapaz que já estava acolhido, disse que ele não precisava chorar, pois seria bom pra ele, e o convidou para dormir em seu quarto. Disse que seria seu amigo. E foi seu melhor amigo nos quatro anos subsequentes.

Na manhã seguinte, Antônio perguntou do que ele necessitava. Diogo, ainda nervoso com a situação, disse que desejava tomar um banho, mas não tinha roupas. Mais tarde, recebeu do educador o kit de roupas e material de higiene, sendo também informado que teria um armário, e soube as regras de funcionamento da casa.

Logo na primeira semana, Diogo e o irmão foram mandados para varrer a calçada da casa e viram uma possibilidade de fuga. Percebendo a intenção dos adolescentes, o educador pediu a Diogo que lhe desse o prazo de duas semanas, pois acreditava que nesse tempo os irmãos passariam a gostar de viver na Casa. Explicou que na instituição eles teriam muitas possibilidades

de aprendizado. Diogo pediu ao irmão para que aguardassem este tempo. Conversando então com o educador, Diogo percebeu quão bom aquele lugar seria para ele e seu irmão. Acredita que nesse momento já havia se decidido. Queria ficar. E mais, desejava ser também um educador daquela Casa.

Com a idade de 12 anos e seis meses, Diogo conheceu um projeto em que aprendeu a fazer móveis de bambu e recebia o valor de 30 reais mensais por seu trabalho. Com 14 anos de idade, iniciou-se no mercado de trabalho por outro programa, sendo encaminhado para uma grande empresa. Dessa empresa só saiu aos 17 anos e 6 meses para o alistamento no Exército. Estudava em uma escola da comunidade e na casa havia o apoio pedagógico de um educador que cursava magistério. Todos os meninos recebiam orientações, mas os que demonstravam interesse e ouviam os conselhos aproveitaram melhor as oportunidades.

A vida era corrida. O adolescente trabalhava no período da manhã, fazia curso profissionalizante à tarde e o ensino fundamental à noite. Ele até hoje recorda que, ao receber os primeiros salários, gastava todo o seu dinheiro com roupas, tênis, guloseimas etc. Depois, sob a orientação do educador, aprendeu o valor da poupança e passou a entregar o *ticket* refeição ao educador, que vendia esse ticket e depositava o dinheiro em uma poupança que foi resgatada por Diogo ao completar a maioridade.

Aos 15 anos de idade, namorou uma moça que residia próximo à entidade de acolhimento. Desde o início do relacionamento, o pai da garota foi contrário ao namoro. Para piorar a situação, um dos primos de sua namorada foi até o portão da casa e insultou os dezesseis educandos, que logo partiram para a briga. Após esse fato, o futuro sogro ficou sem conversar com Diogo, que, por sua vez, não concordava em namorar escondido como queriam a moça e a mãe dela. Diogo ouviu do pai de sua namorada que ele poderia atrapalhar o futuro de sua filha. Nesse momento, o adolescente não suportou mais e terminou o namoro.

Para Diogo, a comunidade tinha preconceito em relação aos acolhidos. A integração entre a casa e a comunidade veio a ocorrer tempos depois, por meio da promoção de festas. Nessas datas, cada educando convidava um amigo e este, obrigatoriamente, tinha que levar um familiar. Hoje ele entende que não existe tanta discriminação da comunidade. Quando os moradores conhecem a casa, veem que é uma casa normal.

Na percepção de Diogo, os funcionários eram atenciosos e a assistente social era como uma irmã mais velha. Eles estavam sempre atentos para não deixar nenhum dos adolescentes isolado. Se um educando estivesse doente, os funcionários levavam ao médico, medicavam e passavam a informação para os demais. A pior lembrança dessa época para Diogo foi ouvir de um educador que a instituição não lhe daria futuro, que ele não aprenderia nada ali.

No primeiro mês de acolhimento, Diogo recusou o contato com a família, pois sentia raiva dos tios por não o terem acolhido. Acreditava que seus tios, sendo muitos, poderiam ter acolhido os cinco irmãos. Com o tempo, esse sentimento foi sendo apaziguado, e o adolescente retomou gradativamente as visitas à família. Contudo, sua mãe continuava sem estrutura para recebê-lo, e ele costumava ficar na casa de sua madrinha. Algumas semanas, ele ia; e outras, não. Diogo se afligia por ver a situação de sua mãe, que certas vezes não tinha os alimentos mais básicos em sua casa. Para ajudar a família, a entidade de acolhimento passou a fornecer uma cesta básica à mãe de Diogo. Em outros momentos, a madrinha o visitava, mas não se lembra de ter vindo outras vezes à Vara da Infância e Juventude. Passados alguns anos, a madrinha recebeu os dois irmãos mais novos, a pedido de Diogo.

Após ter saído da casa, trabalhou para o mesmo patrão que teve quando havia trabalhado na grande empresa. Com o dinheiro que economizou na adolescência, adquiriu uma casa e casou-se. Ficou desempregado e fez alguns “bicos”. Pouco antes de o filho nascer, foi chamado para ser educador no período da noite.

Diogo hoje percebe como é boa sua vivência com os garotos que moram na casa. Todos o respeitam bem e ele consegue que eles cumpram o que lhes é pedido com facilidade. Sente que serve de inspiração para os novatos. Alguns chegam bravos, da mesma forma que ele chegou, “que nem marimbondo”. Ele sempre relata o que passou, e, aos poucos, eles vão se acalmando.

Da época que viveu na casa e hoje como educador, percebe que o envolvimento do educador com a criança é um comportamento positivo; deve ser como dizia um importante educador social: “Você deve se tornar o menino”. O educador deve brincar com a criança, porque não sabe o que se passou na vida dela, e brincar juntos ajuda a integrar. Antigamente, existiam mais palestras e atividades culturais. Hoje, de positivo, existe o Encontro de

Família, um momento em que conhecem o que acontece na Casa.

Do momento atual, Diogo conta que sua mãe não é mais alcoólatra e reside na companhia do companheiro e dos irmãos. Percebe que os irmãos não aproveitaram muito as oportunidades, não estudaram. Preocupa-se em especial com a irmã, que teve vários filhos, alguns adotados, repetindo de certa forma a trajetória da genitora.

Durante o relato de Diogo, lembrei-me de todos os detalhes de seu processo na Vara da Infância e Juventude. Ao realizar o estudo de uma carta precatória, soube de mais dois meninos que não constavam naquele processo e para os quais não havia sido aplicada nenhuma medida protetiva.


Foi então instaurado um Processo de Providência. Como Diogo e o irmão teriam que ser acolhidos e sempre fugiam dos comissários, tivemos que combinar com a madrinha de Diogo o melhor momento para encontrá-los em sua casa. Lembrei-me ainda de tantos outros contatos com essa madrinha que várias vezes retornou à Vara Cível para obter orientações sobre direitos dos adolescentes ou trazer notícias de seu desenvolvimento.

Fui invadida por uma sensação de alegria ao ver na minha frente o Homem que aquele menino do processo se tornara. Sem conseguir me conter, perguntei:

- Como hoje você percebe a interferência do estado, do Juiz, na sua vida?

- Se eu soubesse que ia ser tão bom, teria deixado o Conselho Tutelar, o Juiz, me pegar antes. A instituição foi meu alicerce. Lá eu fiz cursos, trabalhei. Aprendi muita coisa; aprendi a ser pai. Se tivesse ficado na comunidade, teria morrido. Dos dezesseis meninos da turma, só três estão vivos. Estava começando a me envolver com roubos, pois queria ter roupas e tênis de marca. Como não tinha dinheiro, roubava. Hoje percebo que, se não sáísse daquela situação, não teria o prazer de ter sido pai.





Para ser um homem, olhe para a sua história

Manuela Ribeiro Barbosa*

Na sala de espera da Vara da Infância e da Juventude, sentado ao lado de quem presumo serem a esposa e a filha, Afonso parece nervoso e apreensivo. Cumprimento com um “bom dia” apressado e a intuição de que se trata do meu entrevistado e me dirijo à sala da coordenadora para me apresentar. Estou não exatamente atrasada, já que faltam dois minutos para o horário marcado; em cima da hora. Mesmo correndo, contudo, tenho tempo de suspeitar que ele já chegou há pelo menos um quarto de hora. Lá dentro, aguardo-o, pensando que a vantagem ligeira que detenho de saber de antemão quem ele é precisará ser revertida o quanto antes para que ele se sinta à vontade. Mas a precaução, cedo verifico, é desnecessária. Embora inicialmente se mostre ressabiado, em contato com a assistente social ele rapidamente retoma a confiança e o controle da situação. Sem que haja indecisão, suas palavras se atropelam: ele tem um desígnio ao aceitar falar do passado e não quer perder um segundo. Efetivamente, não se pode imaginar alguém narrando determinadas experiências sem pressupor que a decisão de fazê-lo foi objeto de reflexão e estudo. Ao longo do nosso trato, posso identificar alguns propósitos: lembrar, enaltecer, ensinar, testemunhar, propor. A desenvoltura, como saberemos mais logo, se apurou numa prática especial: mas Afonso não é dono de um discurso eloquente ou retórico; a força de convencimento deriva antes de sua pessoa e de sua convicção. Diz que gostaria de elaborar um projeto de ajuda à população de rua; comenta que planeja um dia adotar uma criança, porque se lembra da ânsia de cada um dos meninos por um lar e do significado de ser acolhido. Pondera sobre os perigos da adoção internacional, que, a seu ver, pode expor um ser muito frágil a situações de exploração e desamparo num país estranho. Afirma

* Manuela Ribeiro Barbosa graduou-se em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Música pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2006). É mestra em Teoria da Literatura pela Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela mesma instituição (2014).

que retornou a uma das instituições em que esteve como visitante, já adulto. Sugeriu que a instituição não deveria ter sido extinta, mas reformulada, com maior oferta de cursos, esportes, atividades recreativas e uma seleção rigorosa das equipes de profissionais, capazes de um tratamento marcado pela compreensão. O depoimento suscita a indagação: é possível, vendo espinhos, deduzir a flor? A resposta, para ele, vem sem titubeio. "Enfrentei tudo isso e estou aqui. Como é que eu poderia não ver a salvação sempre presente, no que passou e agora?"

Tenho 33 anos e vivi em instituições de acolhimento dos 2 aos 18. Acho que fiz parte não da pior fase delas, mas de um momento em que elas já eram bem mais estruturadas. Muitas experiências foram sofridas, mas, em cada fase, reconheço que houve gente importante para me estender a mão: uma assistente social, uma família na minha terra natal, na região metropolitana da capital, que me levava para passar as festas e as férias com eles; o meu primo; alguns dos companheiros das instituições em que fiquei, um pastor; funcionários exemplares cujo nome e sobrenome esqueci. A amizade de muitos outros foi decisiva. Aliás, um desses grandes apoiadores, um dia, me aconselhou: "Se quiser ser um grande homem, olhe para a sua história, para o seu passado." Não esqueci a lição, que é uma diretriz para mim até hoje. Por tudo isso, vejo neste livro uma oportunidade para registrar minha gratidão a todas essas pessoas.

O que me relataram sobre a minha mãe, da qual não me lembro senão vagamente, é que ela não teve condições de me criar, pois bebia e ficava na rua, na cracolândia, e às vezes com parentes, mas nunca por muito tempo. Descobri, bem depois, que eu tinha um irmão mais velho com um problema mental, que vi pela primeira vez quando ambos já estávamos adultos. Ele também acabou sendo institucionalizado. Disseram que havia ainda uma irmã mais nova, mas dela não consegui notícias precisas. Tios e primos, como também meu pai, vim a conhecer depois de muitos anos, com a ajuda de um amigo advogado.

Uma situação, entretanto, ficou bem marcada na memória: quando eu tinha uns cinco anos, minha mãe foi me visitar. Trouxe Coca-Cola e um salgado e prometeu que viria me buscar no dia seguinte. Conte para todo mundo, não cabia em mim de contente. Fiquei prontinho, o dia inteiro esperando, das 7 da manhã às 7 da noite. Ao entardecer, a assistente social me contou que ela tinha morrido. Mais tarde, ouvi a versão de que ela foi

enterrada como indigente, após ter sido empurrada no ribeirão Arrudas durante uma briga. Mas nunca confirmei isso e, quando pesquisei o nome dela nos registros da Polícia Civil, fui informado de que ela está viva. Nunca, porém, consegui reencontrá-la.

Em relação à primeira infância, tenho poucas lembranças do que não seja uma instituição de acolhimento. Por muito tempo, foi o que eu reconhecia como lar. Uma parte dessa vivência foi muito bacana. Por exemplo, a primeira instituição em que vivi, num município próximo a Belo Horizonte, era mista e familiar: todos nos conheciam e tínhamos contato próximo com a comunidade. A gente nadava, jogava bola, subia em pé de fruta, pescava.

Sentíamos falta dos familiares porque ninguém vinha nos visitar, né? É uma situação que todos os que pisaram numa instituição de acolhimento conhecem: quando vinha alguém de fora, ficávamos alvoroçados, perguntando sem parar quando e se eles iriam nos adotar. Abraçávamos a perna das pessoas, não queríamos deixá-los irem embora, na esperança de sair de lá. Na escola, também, como alunos vindos de uma instituição de acolhimento, éramos facilmente identificados naquela cidade pequena e interiorana, e discriminados como bandido e marginal. Se a gente juntava moedas, não chegava a comprar uma besteirinha no comércio, porque fechavam a cara, desconfiados. Para uma criança, isso sem dúvida é difícil de compreender: “Por que me olham desse jeito? Que culpa eu tenho? Eu só perdi a minha mãe.” Porém, nas festas de fim de ano, Páscoa e aniversários, a felicidade era enorme: a gente deixava de lado as coisas ruins e era criança de verdade.

Não era um mar de rosas, mas eu me sentia em casa. Se eventualmente ficávamos sem café ou jantar, em todo caso gozávamos de relativa autonomia e proteção e os castigos físicos não eram comuns. Uma exceção à regra, inesquecível, resultou em processo administrativo contra um funcionário: sem nem saber o motivo, por um excesso que nunca ficou bem explicado, fui espancado e me machuquei seriamente. Já adulto, reencontrei a autora do destempero, mas nunca toquei no assunto e fiz um esforço deliberado para perdôá-la, porque não queria ser atormentado e aprisionado por esse episódio traumático. Ainda assim, durante a minha infância esse foi um acontecimento isolado. A linha descendente principiou mesmo em torno dos meus treze, quatorze anos, na transferência para uma instituição na região da Mantiqueira, a mais de 200 km de distância: de repente romperam-se laços de uma vida inteira e fui afastado do ambiente a que estava acostumado desde sempre. Quem poderia pensar que isso atrapalhará tanto a minha vida?

Era um local onde tínhamos acesso a cursos de capacitação, como o de padeiro, e a participação em projetos interessantes, mas a mudança me desestabilizou. Ao contrário da instituição de origem, próxima à Serra da Mantiqueira, onde as condições eram bem igualadas, na minha nova morada sofri com a distância e passei a conviver com meninos tanto de nível social mais alto como bem mais baixo. Consequência: o sentimento de inferioridade. Fiquei ali por uns dois anos e fui transferido para outra cidade do interior de Minas, onde permaneci por menos de um ano.

Em todas as unidades por onde passei, nunca me impediram de estudar. Mas a verdade é que isso não nos motivava muito. A gente pensava que nunca ia sair daquela situação, nem conseguiria ir longe ou superar o contexto em que estava para crescer na vida. Para nós, o estudo não fazia diferença, não oferecia nada que pudesse nos levar adiante. As nossas expectativas se concentravam em sermos adotados por uma família. Com isso, eu me acomodei. Estudei até a 8ª série, mas não cheguei a completar o Ensino Médio.

Numa das casas que frequentei, me enredei com internos de alta periculosidade e trajetória de rua, em decorrência do abandono, de famílias desfeitas e abusos. Daí para as rodadas de cola, cocaína, maconha e loló foi um pulo, porque lá eu simplesmente não existia, afogado em solidão e ódio. Ante o pavor que despertávamos, a reação foi que coragem e revolta cresciam e não sobrava medo que pudesse refrear nossa raiva. Acabei deixando de lado qualquer hesitação na hora de encarar o confronto físico e qualquer embate. A gente queria ser respeitado e ter alguém que se sensibilizasse conosco. Nada disso acontecia. Na primeira oportunidade, fugi, acompanhado de dois amigos. Estivemos perdidos por três dias e três noites numa cidade estranha e não consegui voltar, como pretendia, à instituição de acolhimento de origem. Ligaram para a família que sempre me recebia, a qual eu havia procurado. Aí me localizaram e fui mandado para outra unidade, em Belo Horizonte.

Se antes a coisa já estava ruim, ali é que ela desandou mesmo. Éramos segregados, destratados, fazíamos tarefas pesadas sob o comando de um pessoal bastante despreparado. Por seu perfil e comportamento, alguns desses indivíduos, que não sofriam vigilância alguma nem eram fiscalizados

pelo governo, nunca poderiam lidar com adolescentes e jovens e precisariam ter saído de lá algemados e presos.

Muito complicado é justamente isto: nesses locais de acolhimento se encontravam todos juntos, tudo misturado: menores infratores, órfãos, vítimas de violência doméstica e de abandono, filhos de pais viciados ou alcoólatras e moradores de rua. Ninguém se importava com isso, mas as relações se travavam aí. Pensei muitas vezes em me tornar traficante e ladrão, pois os meninos que se iniciavam no crime contavam histórias e ganhavam a admiração dos outros. Na nossa ilusão, achávamos tudo muito bonito, quase como se eles fossem heróis.

Ninguém conversava conosco ou nos ouvia. Hoje vejo que fui um menino completamente sem direção. A revolta aumentava mais e mais. Nós tínhamos direito a uma saída temporária nos fins de semana, das 7 às 22 horas. Sem vínculos de amizade ou familiares, acabávamos nos juntando em bandos para brigar uns com os outros, roubar, ir à favela comprar, vender e consumir drogas, frequentar bailes *funk*. Eu traficava maconha dentro da instituição, participei de rebeliões e até andava armado. Fiz muita coisa errada nesse período, pois a gente via os internos mais perigosos como exemplos.

A virada de vida, para mim, foi gradual, mas se deu a partir do momento em que um funcionário conhecido me colocou, aos dezessete anos, para trabalhar como office-boy num órgão público. Com isso, ganhei os meios e a oportunidade. Vi que eu tinha uma vida para continuar. Fiz os documentos e era sério no emprego; até sentia vontade de estudar, mas o costume das drogas continuava. Quando um colega me levou a uma igreja evangélica senti o desejo de parar. Nas instituições costumava ter uma capela, porém eu nunca ia e não se desenvolviam atividades para usarmos aquele espaço. Sem religião a gente perde muito, mas eu não sabia.

Era um domingo. No sábado, eu tinha fumado e cheirado loló e passado duas horas desacordado, para depois me levantar desesperado, sem entender nada. Fui. O pastor comentava uma palavra: “Se meu pai e minha mãe me abandonarem, o Senhor me acolherá.” (*Salmo 27, 10*) Era para mim. Esse foi o início da minha libertação do vício também.

Quando atingi a maioridade, fui morar numa pensão mantida por uma denominação religiosa. Então senti que finalmente retrucava aos que debochavam de nós dizendo que, daquela turma, ninguém passaria dos 18 anos. Ao mesmo tempo, essa etapa, para mim, foi a hora de assumir responsabilidade e entender de vez que, se eu agora aprontasse, poderia ser preso e teria de arcar com meus próprios erros. E realmente alguns ex-colegas são moradores de rua e ouço falar de outros que estão presos; não poucos morreram, em condições de violência ou vício, e cheguei a presenciar isso. Quem conseguiu se erguer teve, como os que fracassaram, muita gente para desacreditá-los e julgá-los.

Foi nessa idade que fiquei sabendo da existência do meu irmão, por um funcionário, mas apenas quando já não havia possibilidade de nos trombarmos, o que considereei um grave erro. Segundo esse homem, ignorando um ao outro, nos cruzamos algumas vezes, nas unidades em que estivemos. Por causa do problema mental, ele quebrava as coisas, às vezes tinha comportamento agressivo e por isso foi mandado para uma Apae a mais de 3 horas de Belo Horizonte. Nunca concordei com isso; eles não deveriam ter destruído o nosso vínculo, enviando meu irmão para tão longe. Fui vê-lo umas três vezes, mas é difícil viajar com regularidade. Houve um momento em que insistiram muito para que eu o pegasse para cuidar dele, mas, ganhando pouco e tendo minha família, eu não tinha e ainda não tenho condições financeiras de mantê-lo.


Senti muita raiva do meu pai durante anos. Houve dias em que pensei que, se por acaso encontrasse, só o que faria era matá-lo. Ele nunca tinha tido proximidade comigo, porque o relacionamento dele com a minha mãe havia sido problemático. O tempo foi passando. Um dia, quando eu já estava trabalhando, fui procurado por uma professora. Era a mulher do meu pai, que eu até aí não conhecia. A iniciativa foi da minha madrasta; a rejeição da parte dele era grande, mas ele aceitou me reconhecer e foi novamente um advogado que me valeu. Ele preparou meus documentos e papéis. Durante o processo, eu tinha constantemente na cabeça uma canção em que um jovem fala de matar o pai e depois pede perdão. Diante do juiz, meu pai declarou que queria fazer uma coisa para mim que ele sempre tinha desejado, me disse que me amava e me abraçou. Nesse sentido, posso afirmar que tive de volta uma família, mesmo que tarde. Mas não é muito forte a relação: a criança precisava muito do amor do pai; o adulto, não. De qualquer forma, tudo serviu para que eu aprendesse. Não quero jamais que um filho meu passe por isso.

Atualmente faz dezesseis anos que estou naquele que foi meu primeiro emprego. Olhando para trás, nem parece que fiz tudo isso. A conversão foi como apagar essas coisas e iniciar uma nova história. Eu me tornei pastor e desde então conto a minha história sempre. Acho que ela é uma prova de que Deus existe e não nos abandona nunca. Ter fugido e enfrentado tantos sofrimentos sem sucumbir mostra que foi Ele que me ajudou e que até aqui tem me sustentado. Sou casado há dez anos; conheci minha mulher na igreja e temos duas meninas lindas, de 9 e 5 anos. Conto para elas a minha vida, também, quero que elas se identifiquem com o que vivi. Ainda vou à cidade onde estive institucionalizado pela primeira vez rever os amigos de lá, principalmente a família que, informalmente, me adotou. O que eu mais queria hoje era reencontrar minha mãe e minha irmã, sumidas, para reverter nossa separação e conhecer a história delas. Os parentes que conheci não têm pistas de onde elas possam estar.

Como marido e pai, batalho para não deixar o passado contaminar o que a vida me concede hoje e para dar à minha família o que não tive. Com as duas meninas, nunca parto para as agressões e não perco a chance de manifestar meu amor, pois sei como isso faz falta e recordo a diferença que faria ter podido contar com isso. A postura atual está certa: a criança tem de ficar com os seus, senão com os pais biológicos, ao menos os parentes mais próximos. E não existe essa ideia de que a carência material é a pior coisa: um filho deseja a presença dos pais, ricos ou pobres, mesmo na rua. Nas instituições de acolhimento não havia só gente ruim; mas os funcionários, se eram maus, nos maltratavam; e, por outro lado, ainda quando eram bons, se envolviam e tinham solidariedade, não eram a mesma coisa que pai e mãe.

Depois da entrevista, Afonso me parece mais alto, não à toa. Sem perder de vista o “prontuário” com todo o seu percurso por várias instituições, que exhibe com orgulho e guarda como uma relíquia, ele dá um novo sentido à expressão “já era.” Tomada frequentemente na conotação negativa, se referindo a algo que não tem mais salvação nem possibilidade de mudança, ou ainda como o anúncio de um assalto ou crime, as palavras, na boca deste funcionário modelo que ainda ontem foi menino institucionalizado e adolescente problema, se torna uma ferramenta de análise da própria caminhada: “Nos momentos difíceis, sei que já era Deus agindo, já era Ele, sempre, a única força que me levantou para resistir.”





“Pequena” guerreira

*Vanderleia Rosa**

O olhar baixo por detrás dos óculos, um tanto desconfiado, e as mãos ansiosas, aos poucos, vão-se firmando e deixando revelar um pouco de sua história. “Pequena” viveu numa instituição de acolhimento por muitos anos. Lá passou parte de sua infância e toda a sua adolescência. Tempos lembrados e contados por ela, com emoções distintas - saudade, tristeza, indiferença, revolta... Hoje, com 35 anos, revive um pouco desse mundo, construído em meio a tantas adversidades.

O seu primeiro encontro com a instituição foi por volta dos oito, dez anos, não sabe ao certo. Chegou lá dormindo, levada por policiais que faziam a ronda no bairro onde morava. Como foi parar lá? Fugindo das agressões que sofria dentro de casa. A mãe, alcoólatra, agredia os filhos - três meninas e um menino - sempre que não conseguia dinheiro para manter o vício. Era difícil escapar da ira da mãe.

“Pequena” conta que apanhava com o que estivesse ao alcance das mãos da mãe, lembrando o dia em que ela a atingiu com um cinto, deixando marcas de fivela em sua perna. Marcas que ficaram na lembrança e no coração da menina que conseguiram apagar qualquer vestígio de um carinho distante que possa ter havido entre mãe e filha. Uma de suas últimas e tristes recordações da mãe é do dia em que ela estava sentada numa das ruas do bairro, completamente embriagada, e se recusou a ir para casa, respondendo com xingamentos e palavrões aos apelos da filha.

* Servidora do TJMG há 22 anos, lotada na Assessoria de Comunicação desde 1996. Graduada em Jornalismo pela PUC Minas, com pós-graduação em Gestão Estratégica no Serviço Público. Entre outras atividades, exerceu o magistério na rede pública de ensino de Belo Horizonte.

A opção que encontrava para fugir desse cenário hostil era vagar pelas ruas de seu bairro. A revolta a levava cada vez para mais longe, em andanças solitárias. Vagava por horas, sem destino. Às vezes, retornava para casa por vontade própria; às vezes, não. Foi nessa época que conheceu a instituição de acolhimento. Quando a menina era encontrada pelas ruas de seu bairro ou de bairros vizinhos, era levada para lá por não informar aos policiais o seu endereço. Permanecia por algumas horas na instituição e, após grande insistência dos instrutores, não lhe restava alternativa senão contar onde morava. De volta para casa, em uma Kombi, as agressões persistiam. E as fugas também. Também cresciam os sentimentos de revolta e dor naquele pequeno coração.

As idas à instituição foram ficando cada vez mais constantes até que resolveram apurar o que ocorria na casa daquela menina. Para as assistentes sociais que lá trabalhavam, não era normal uma criança daquela idade fugir tanto de casa e parecer gostar de ficar ali. Foram averiguar e constataram a dura realidade de “Pequena” e dos seus três irmãos. Pobreza, maus-tratos, descuido, carência, abandono. A partir daí, ela passou a viver numa unidade de acolhimento institucional. Os três irmãos foram morar com parentes. Da mãe não teve notícias por muito tempo. Só soube, anos depois, que ela tinha falecido, vítima de pneumonia. Nunca chegou a conhecer o pai... Num grande esforço de buscar, num tempo distante e deformado, lembranças felizes, contou que houve uma época em que a mãe trabalhava e quase não bebia.

Um novo ciclo começava na vida de “Pequena”. Daqueles primeiros anos, a imagem que tem da instituição era a de uma construção grande, com muitos quartos, que recebia meninas e meninos a todo instante. Nos muitos anos em que lá permaneceu, a mãe pouco a visitou. “Acho que umas duas vezes”, falou. Também não se lembra de, naquela época, ter encontrado os irmãos. A família, desmantelada, se reorganizou, dentro das possibilidades ofertadas. Ela, na instituição, os irmãos, divididos em casas de parentes, a mãe não se sabe se recuperou do vício, se tentou uma reaproximação com os filhos, se se permitiu um novo recomeço.

Lembranças do lugar onde nasceu guarda poucas. Morava em um bairro da região noroeste de Belo Horizonte, a casa ficava no alto. Havia muitas árvores, e a rua era calçada. Gostava de brincar com os irmãos de pique-esconde e de queimada nos arredores de sua casa. Já na instituição, relembra: “Tínhamos uma rotina. Levantávamos cedo, tomávamos café, estudávamos, brincávamos -

havia um parquinho e um campo grande onde jogávamos bola, cuidávamos das nossas coisas. Tínhamos uniforme, mas muitas meninas não gostavam de usá-lo. Chegavam crianças e adolescentes o tempo todo, abandonadas ou apreendidas. Cada rosto, uma história - de dor, de revolta, de descaso, de violência”.

“Pequena” chegou ali sem sonhos. Em sua realidade, o carinho e o amor de mãe já não tinham mais espaço. Não podia buscar conforto no olhar, no colo e nas palavras daquela que lhe trouxe ao mundo. Naquele momento, ela não tinha o que oferecer aos filhos e, ainda, retirava deles sentimentos próprios da infância. Culpa de quem? É difícil apontar responsáveis. O momento é de tentar diminuir a dor daquela que, com tão pouca idade, teve negligenciados tantos direitos.

Escola? Não frequentou nos anos em que morou com a mãe. Nem ela, nem os irmãos. Esse cuidado, ou melhor, dever, próprio dos pais, não foi colocado em prática. Só conheceu a escola na instituição de acolhimento. Dos instrutores e funcionários de lá, ela se recorda de uma assistente social que era muito rígida e autoritária. Com ela não adiantava discutir, e a rebeldia, própria de muitas adolescentes que ali viviam, aflorava-se em forma de brigas e confusões. No tempo em que fugia de casa e era levada para lá, essa assistente social entendia que a instituição não era o lugar ideal para ela.

Dos primeiros dias na instituição, lembra que acordava um pouco assustada. Olhava ao redor, para aquela construção grande, estranha, e pulava da cama. Olhava pela janela e avistava o sol nascendo, numa promessa de que nem tudo estava perdido. Sozinha, em um lugar desconhecido, com muitas regras, instrutores, internas com vários perfis, a menina teve que se adaptar e, aos poucos, foi-se familiarizando com o ambiente. Ouviu frases de incentivo - “Toca a sua vida pra frente” -, e outras que reacendiam a sua revolta - “Você não vai conseguir nada na sua vida”. Ela optou por acreditar no teor da primeira e reinventar a sua vida. Dificuldades não faltaram - rivalidades com meninas, instrutores autoritários, medos, desconfianças, solidão. Mas ainda assim não se mostrou arrependida de ter passado tanto tempo na instituição. Encontrou pessoas bondosas e acolhedoras no caminho. Não pensava em sair dali, mas esse dia, com certeza, chegaria.

A austeridade de muitos instrutores da instituição convivia com perfis mais conciliadores e ternos. Entre eles, “Pequena” se lembra, com saudade, de outra assistente social que lá trabalhou. Era uma pessoa muito especial, que sabia ouvir e entender as meninas, aconselhá-las, acalmá-las em suas ansiedades e angústias e mediar comportamentos mais agressivos.

A menina conviveu, também na instituição, com outro importante referencial de apoio e carinho - a educadora Sheila. Conheceu-a em uma das vezes em que foi levada para a instituição quando perambulava pelas ruas sem rumo, completamente perdida. Era um dos dias do plantão de Sheila. Assim que chegou, aparentando ser mais nova do que era, Sheila pegou-a pelo braço, encaminhando-a a um dos quartos: “Ali encontrei uma grande amiga e protetora, a minha mãe de consideração”.

Das boas recordações que tem de Sheila, “Pequena” relatou o dia em que estava com muita febre. Após ser medicada, adormeceu e, quando acordou, encontrou-a do seu lado. Uma surpresa mais que feliz, revelando que alguém se preocupava com ela e torcia por seu bem-estar. Sheila tinha tanta sensibilidade que conseguia perceber quando “Pequena” não estava bem. Ela se achegava com jeito maternal e conseguia, com toda a sua paciência, que a menina lhe contasse o que a estava afligindo. Outras vezes, apenas ficava perto dela, deixando que o coração da menina serenasse. Tanto carinho ficou registrado no coração, na lembrança e, mais recentemente, no corpo de “Pequena”. O nome dessa mãe de consideração está tatuado em sua mão. Uma tatuagem feita recentemente que ela ostenta com orgulho. Uma gratidão que foi além dos muros da instituição e se manifesta ainda hoje.

“Pequena” ficou conhecida dos instrutores. Ajudava-os, com informações, a se deslocarem dentro da instituição, a identificar determinada interna, a levar e a buscar documentos de um setor para outro. Era também popular entre as outras adolescentes. Vivia separando brigas e defendendo aquelas mais fragilizadas. Era meio “líder dos oprimidos”, como ela mesma se define. Sabia das intenções das outras meninas e estava sempre disposta a promover a paz e evitar que essa ou aquela adolescente sofresse algum tipo de humilhação ou agressão. As brigas aconteciam mais durante a noite. Do mesmo jeito que simpatizava com alguns professores, nutria uma antipatia por outros. Esse sentimento materializava-se em bagunças durante o plantão desses desafetos.

Outro fato que a marcou foi o dia em que visitou a creche da instituição. As meninas tinham permissão de ir até lá algumas vezes. Foi quando um menino correu para ela e a chamou de mãe. Ela não resistiu e retribuiu o carinho. Sua ação foi repreendida pela instrutora, que a segurou pelo braço e determinou que saísse dali. As visitas eram permitidas, mas não poderia haver nenhum envolvimento com as crianças. Mas a adolescente não se calou e enfrentou a

ira da instrutora. Por vezes, casais visitavam a instituição, em especial a creche. Nesses momentos, despontava-lhe o desejo de ser adotada, mas os bebês lideravam a preferência, e ela foi ficando, como outras muitas meninas.

Nos finais de semana, aquelas que haviam se comportado conforme as regras da instituição podiam sair e visitar parentes. Ia sempre para a casa de uma tia. Também saíam para passeios a igrejas, circos e praças e participavam de festas na instituição, organizadas pela comunidade. Eram momentos bons, que renovavam suas energias e proporcionavam-lhes alguma distração. Às mais rebeldes, que se envolviam em brigas, eram vedadas essas saídas. Por vezes, ao tentar separar brigas entre as internas ou defender alguma instrutora, também era responsabilizada; e o seu final de semana perdia o gostinho da liberdade.

Com 15 anos, uma reviravolta na vida da adolescente. Uma gravidez inesperada e com ela as ansiedades naturais de uma mãe-menina. “Apoio não me faltou”, lembra. O filho nasceu e recebeu o nome de Robson, escolhido por ela. Por algum tempo, a criança viveu com ela na instituição, onde teve a oportunidade de amamentá-lo. Porém, passados alguns anos, num gesto de desapego e coragem, achou que o melhor para a criança seria que ela fosse adotada e crescesse em uma família, longe de uma instituição de acolhimento, com “pais” que cuidassem dela com amor.

Hoje, o rapaz tem 19 nos e mora em outro estado. Ainda pequeno, ficou sabendo quem era a sua mãe biológica. A adoção não separou mãe e filho, que estão sempre se falando. Ela também já o visitou em sua cidade algumas vezes e recebe frequentemente convites para um novo encontro. Além do rapaz, “Pequena” tem uma filha de 16 anos - Hortência. Dessa vez, quem escolheu o nome foi o pai, com quem viveu por algum tempo. A jovem mora em Belo Horizonte, com parentes, estuda e vê a mãe com frequência. O nome dos dois filhos também está registrado em seu corpo, de forma a reforçar o afeto sentido por eles. Também um pequeno coração está desenhado em seu corpo, a indicar que o amor é possível, podendo ser descoberto a qualquer tempo.

Com os outros irmãos, também o reencontro aconteceu. Assim que deixou a instituição, aos 19 anos, encontrou-os e viveu com eles por um tempo. Depois, cada um procurou o seu caminho. Desconfiado, de início, o irmão não aprovava as companhias da irmã. Eles se desentenderam, e ela, então, foi morar na rua por uns dias. Mas, pouco depois, as preocupações do irmão não

se confirmaram e ele foi atrás dela. Contou também que se identifica mais com uma das irmãs e, sempre que possível, gosta de visitá-la.

A menina, que teve sua vida e a de sua família desconstruída pelo álcool e que, ainda adolescente, foi apresentada às drogas, nunca se rendeu a tentações desse tipo, por mais que a vida lhe decepçionasse e se apresentasse dolorosa. O único vício que tem é o cigarro, que tenta, ainda sem sucesso, vencer.

Hoje, mora sozinha num imóvel do irmão. Não tem muita intimidade com os vizinhos e evita sair de casa, pois a região onde mora é muito violenta. Seus dias dividem-se entre o EJA (Educação de Jovens e Adultos), afazeres domésticos e as idas a um centro de convivência da capital mineira. Lá, vive momentos de descontração e entrega-se, de corpo e alma, à arte do desenho e da pintura, atividades que dão um novo sentido à sua vida. Seus olhos se alegram ao falar de suas descobertas por meio das cores e traços, formas e figuras. Entre as telas pintadas, está o retrato de sua sobrinha. Ela conheceu o centro comunitário por indicação de uma assistente social do posto de saúde onde é atendida.

A mão que outrora separava brigas, hoje reúne pincéis e tintas, junta pedaços de esperança e compõe um presente mais colorido. Para o futuro, planos de terminar o EJA, dedicar-se mais e mais à pintura sobre tela, encontrar mais os filhos e ter uma casa só sua. Por um tempo, cultivou a vontade de cursar Serviço Social e se dedicar, como assistente social, a crianças que, como ela, ficaram entregues à própria sorte. Mantém-se com o auxílio que recebe do governo, de maneira modesta, sem grandes ambições. Toma medicamento contra crises de epilepsia, desencadeadas, segundo contou, depois de ter sofrido uma queda.

Tem orgulho de ter sido uma menina da mais antiga instituição de acolhimento do Estado, onde aprendeu mais do que aprontou. Apesar do jeito rebelde e da postura defensiva daquela época, sabia reconhecer quando estava errada. Superou humilhações e, já fora da instituição, teve oportunidade de encontrar pessoas que, um dia, desacreditaram de sua capacidade e lhe dirigiram palavras amargas. Mas o tempo passou... E, com ele, também passaram os momentos tristes, algumas feridas foram curadas totalmente, outras, de vez em quando, teimam em incomodar. Mas “Pequena” já não as teme tanto, pois a vida, em sua forma misteriosa de se delinear, conseguiu fazer daquela menina perdida e sem sonhos uma grande lutadora, que vive e vence um dia de cada vez.



Simplemente Jéssica...

*Vanderleia Rosa**

Jovem, sorriso amplo, olhar firme, sonhos próprios das garotas da sua idade. Quem a vê não imagina que passou praticamente toda a sua vida em instituições de acolhimento. Revolta? Ela responde que não encontrou anjos em sua trajetória. Uma história que, apesar das dores próprias de casos de abandono e desarranjos familiares, mostrou-se vitoriosa. A menina de três anos que, de uma hora para outra, viu-se numa instituição de acolhimento juntamente com a irmã, é hoje uma jovem de 26 anos que trabalha, encara a luta diária com responsabilidade, não teme as adversidades e tem esperança de que, por mais difícil que se apresente o cenário, nem tudo está perdido, e a vida, num jogo de perdas e vitórias, de quedas e recomeços, vai se desenrolando em possibilidades e soluções.

A família que, no passado, foi dividida e repartida, com irmãos e pais distanciados, hoje, numa fragilidade compreensível, tenta reatar ou mesmo criar laços de afetividade desfeitos ao longo do tempo. Relações e encontros que tentam se estabelecer, sem julgamentos, sem apontar culpados, aceitando a forma como a vida se ausentou, se ofereceu, se construiu ou se desconstruiu.

As justificativas para o seu abandono e de sua irmã nunca ficaram claras para Jéssica. Alguns lhe disseram que a mãe bebia muito e, com isso, os filhos eram negligenciados. Outros falavam que sua mãe foi encontrada em uma rodoviária em companhia dos filhos, em condições precárias, e as crianças, as duas meninas, foram encaminhadas a uma instituição de acolhimento. Por

* Servidora do TJMG há 22 anos, lotada na Assessoria de Comunicação desde 1996. Graduada em Jornalismo pela PUC Minas, com pós-graduação em Gestão Estratégica no Serviço Público. Entre outras atividades, exerceu o magistério na rede pública de ensino de Belo Horizonte.

muito tempo perguntou aos outros o real motivo do abandono. Não teve respostas precisas e um dia cansou de perguntar. Acreditou que o tempo e a maturidade lhe responderiam, acalmando-lhe, assim, o coração angustiado. O irmão foi morar com parentes do pai.

Lembranças da primeira instituição a jovem tem poucas, já perdidas e esquecidas no tempo. Era bem pequena quando lá chegou. Era uma casa grande, com quintal e um único dormitório, que acolhia meninas. Sua companhia de todas as horas era a irmã, e uma tentava suprir a solidão da outra. Viviam juntas, unidas, preservando parte da família que se desfez. Jéssica permaneceu nessa instituição até os oito, nove anos. Foi quando a casa fechou.

Outra mudança na vida das meninas. Elas passam a morar em outra instituição de acolhimento. Dessa nova casa ficaram muitas recordações, boas lembranças, conta a jovem. Dos momentos de bagunça próprios da infância, dos vários quartos, da horta grande que, generosamente enriquecia e coloria as refeições diárias, do pátio grande, palco de muitas brincadeiras, do parque, do dia a dia com a irmã e as outras crianças no único lar que conheceu ou que lembra ter conhecido, dos vários sonhos, entre eles, o de ser adotada.

A espiritualidade também marcou a vida da menina. Como o lar era dirigido por religiosas, ainda pequena aprendeu a fazer as orações. Católica ainda hoje, vai sempre às missas, e, nas orações diárias, busca forças e discernimento para continuar escrevendo sua história.

Jéssica e as outras crianças seguiam uma rotina na instituição. Na parte da manhã, estudavam numa escola estadual próxima. Elas iam acompanhadas de funcionários da instituição. Na parte da tarde, o tempo se dividia entre as tarefas da escola, nas quais sempre recebia ajuda das religiosas, as brincadeiras e os momentos livres... Já adolescente, outros afazeres passam a integrar a sua agenda – a escola, os deveres, as atividades na instituição de acolhimento – na cozinha e na organização da casa.

Não só as brincadeiras e os ambientes da instituição deixaram saudades no coração e na memória da jovem. Pessoas carinhosas que, por vezes, fizeram o papel de mãe, professora, confidente, conselheira, também angariaram um lugar especial na vida de Jéssica.

Referindo-se a uma irmã de caridade, o nome é pronunciado com doçura e

gratidão, revelando o quão especial foi essa mulher em seu caminho. Alguém com sensibilidade para perceber que aquelas meninas precisavam de um colo, de consolo, de um sorriso, alguém com capacidade de escuta, com bondade e paciência. Virtudes que tornaram a vida de Jéssica e de tantas meninas menos solitárias. Uma religiosa cuja maior vocação foi disseminar o bem e a união num ambiente que concentrava tantas histórias de abandono, rejeição e ruptura.

Um momento marcante na vida de Jéssica foi o seu batizado. Ela pôde escolher a sua madrinha, alguém que visitava o lar com frequência e que a convidava para passar as festas de finais de ano em sua casa. Contou que, às vezes, não se sentia muito à vontade nessas reuniões familiares, com pai, mãe e filhos. Talvez por nunca ter vivenciado esse tipo de encontro ou por não ter marcado na memória nenhum tipo de registro afetivo. Foi, a cada dia, se afeiçoando mais e mais a essa madrinha. Nessa época, Jéssica tinha nove ou dez anos. Somam-se a esse momento feliz as festas realizadas na instituição – de aniversário e outras de época, como o Dia das Crianças, essa realizada por pessoas da comunidade.

Mais crescida, já mocinha, os horizontes também iam-se ampliando, as aptidões e os talentos já despontavam na adolescente um tanto introspectiva. Depois das atividades escolares, seguia ela para o centro cultural do bairro, onde ensaiou os primeiros passos de dança e teve contato com outras artes. Era um tempo feliz, o mundo abria-se em novas realidades para ela. Dançou muito, fez diversas apresentações em missas e comemorações. Hoje, as tribulações da vida, os compromissos com o trabalho, o mundo adulto a exigir cada vez mais dos jovens e o tempo escasso a impedem de se dedicar aos talentos aflorados naquele período tão especial de sua vida. Mas, ainda assim, ela não descarta as possibilidades de um reencontro com aquelas descobertas.

Embora tímida, Jéssica fez amigas na instituição de acolhimento e sempre manteve um relacionamento harmônico com as meninas. Ainda hoje tem contato com algumas daquelas com quem dividiu tudo – a casa, os brinquedos, a atenção, o carinho, as incertezas e angústias próprias da adolescência.

Perguntada pelos momentos de dor e de tristeza passados nas instituições de acolhimento, Jéssica balança negativamente a cabeça: “Não, não me lembro de nenhum”. Talvez na vida de alguém que, de um momento para

outro, nos primeiros anos da infância, com lembranças que nem ela mesma consegue compor e externar, é separada da família e se vê rodeada de meninas como ela e aos cuidados de pessoas do bem a solidão e o medo não tenham achado morada. Nem mesmo durante as noites, lembrou, momentos em que pensamentos assombram mentes e fragilizam as pessoas, o medo teve acolhida na vida dela: “Eu sempre dormia em companhia da minha irmã e das outras meninas”.

Nos tempos de institucionalização, não lhe faltaram roupas, brinquedos e alimentos. Ganhava presentes no seu aniversário, no Natal e no Dia das Crianças. Contentava-se com o que lhe ofereciam, e as exigências próprias dos adolescentes de ter aquele tênis, aquela mochila, aquela calça jeans lhe foram indiferentes. Havia sempre o sentimento de gratidão... por ter sido acolhida, por lhe tratarem bem, por ter ficado perto da irmã, por estar ali.

O carinho e o cuidado recebidos na instituição de acolhimento por Jéssica foram intensificados nos dois ou três anos em que precisou fazer tratamento contra crises convulsivas. A irmã de caridade a quem se refere sempre com carinho desdobrava-se em atenção para com a menina, medicando-a nos horários estabelecidos, fazendo-lhe companhia, tranquilizando-a com olhares, palavras e atitudes. Dessa forma, seu coração de criança acalmava-se e seu corpo fragilizado conseguia descansar e vencer a doença.

Com 16 anos começou a trabalhar no Programa Jovem Aprendiz. Trabalhou como assistente administrativo num Centro de Apoio Comunitário até os 18 anos, durante meio período. À noite, ia para a escola. Foi um tempo de grande aprendizado, onde pôde conviver com diversas pessoas, conhecer histórias diferentes, amadurecer a ideia de que um dia teria que se despedir da instituição de acolhimento.

Infalível, o tempo correu. E os seus dezoito anos chegaram. O que fazer agora? Sentia-se segura na instituição, que atendia às suas necessidades. Encaminhada a um pensionato, lá permaneceu por um mês. Nova mudança, ousada até – ela e mais quatro amigas decidem alugar uma casa e dividir as despesas. Ficaram assim por um tempo, até que cada uma buscou um novo rumo. Hoje, ela mora com uma amiga. Continuar os estudos está entre os seus planos. Deseja cursar Administração no próximo ano. Fazer intercâmbio também figura na lista de desejos da jovem. Boa sorte para ela, menina que encontrou, nos descompassos da vida, motivos para não desistir e se rebelar.

Jéssica acredita que nasceu num dos bairros da região noroeste de Belo Horizonte. Essa informação ela encontrou no seu cartão de vacina. Nas instituições de acolhimento, quase não recebia visitas. Apenas uma tia a visitou algumas poucas vezes. Sua história, nos primeiros anos de vida, não lhe foi contada. Sem certezas de como foi essa fase de sua infância, ela concentrou-se no momento presente, deixando as dúvidas do passado adormecidas. Ouviu algumas vezes frases do tipo: “Sua mãe te abandonou”, “Seus pais não gostam de você”. Mas a voz daqueles que lhe queriam bem soou mais alta, emudecendo o discurso da dor.

Muitos anos mais tarde, já fora das instituições de acolhimento, em visita àquela tia, teve notícias do pai e da mãe. Tentou uma reaproximação com o pai, chegando a morar com ele, a avó e o irmão por um curto tempo. Mas a convivência ficou comprometida – o pai bebia muito. Nada explicou sobre sua ausência na vida da filha, o relacionamento com sua mãe, os motivos da separação, o distanciamento. Só o silêncio inundou aquele encontro. Naquele momento Jéssica não se sentiu à vontade para permanecer e resolveu morar sozinha. Ainda assim, não descartou uma nova tentativa, uma segunda reaproximação.

Sentiu constrangimento de reencontrar pessoas que não lhe despertavam lembranças, mas que, de certa forma, mudaram o percurso natural de sua vida. Seus pais lhe eram desconhecidos, estranhos... Com a mãe, o encontro foi mediado pela tia, aquela que a visitou algumas vezes na instituição, sem grandes emoções. Pedidos de desculpa, arrependimentos, explicações e a vontade de reconstruir um elo desfeito, juntar vidas que se separaram, recompor histórias e recomeçar do momento presente. Hoje, a mãe mora numa cidade do interior, diz ter vencido o álcool e luta para recuperar o que perdeu pelo caminho – o convívio e o carinho dos filhos. Mãe, às vezes, tão vítima quanto os próprios filhos do descontrole, da falta de perspectivas, do descaso, do preconceito.

Como a revolta não feriu sua história, corroendo sentimentos e minando possibilidades, Jéssica acena para uma possível tentativa de se permitir construir novos laços e redescobrir a família. Até lá, ela busca motivações no trabalho, nos amigos, nas lições aprendidas com a vida, que, nos seus descaminhos, apresentou-lhe um rumo. Ideal? Não se sabe... Mas real.

Real também é o desejo dessa jovem de perfil delicado, cabelos escuros, olhar sincero, de viver, sonhar, lutar, amar, ser amada, retribuindo, com todo o empenho possível, àqueles que, mesmo sem responder a todos os seus porquês, lhe deram razões para não se entregar.

As palavras, limitadas, certamente não conseguiram reproduzir a intensidade e a força que impulsionam a vida da jovem Jéssica. Simplesmente deram uma amostra do que tem sido a sua história, construída no verso e no reverso, na ausência e no encontro, nas indagações e na certeza de que a vida surpreende a todo instante.

Um sorriso se abre e uma despedida acontece. Ela desce as escadas e ganha as ruas do centro da cidade. Movimenta-se em meio a dezenas de pessoas com passos seguros. O trabalho no posto de saúde a espera. Há pessoas aguardando para marcar consultas. Todos querem aplacar as dores sentidas – do corpo e da alma.

Jéssica, simplesmente Jéssica... Que também estejam aguardando por você muitas alegrias, corações generosos e portas abertas. Ela merece!



Subvertendo o traçado do destino

*Daniele Hostalácio Freire de Andrade Correa**

A escritora Clarice Lispector avisa que uma dor de dentes perpassa toda a leitura do livro A hora da estrela. O relato registrado aqui também é perpassado por uma dor, porém mais profunda e difícil de ser localizada. Uma espécie de aperto no peito, enquanto os olhos permanecem umedecidos de lembranças.

Em uma sala de audiência na Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, eu estava prestes a conhecer a história de Ricardo: advogado, 34 anos, ex-interno de duas instituições de acolhimento. Somos apresentados e nos sentamos lado a lado em um sofá. Nunca havíamos nos visto antes, mas em poucos minutos ele me contaria as experiências mais dolorosas da sua vida.

Dependurado na traseira de um ônibus, cortando a capital mineira. De um aglomerado na região noroeste da cidade até as mansões do bairro Mangabeiras, na Zona Sul, Ricardo, 9 anos, não tem medo de cair do coletivo. Segue destemido, encorajado pelo grupo de meninos que o acompanhou na aventura. Chega ao destino, pula da traseira e começa a andar pelas ruas e a bater de porta em porta: “Ô, dona, tem alguma coisa pra me dar aí?”. Já é noite quando chega ao barraco onde mora com a mãe. Porém ela não está em casa. Vem um vizinho e avisa: “Menino, vai buscar sua mãe; ela está bebendo ali no bar”. Ricardo vai. E volta pelos becos, amparando-a nos braços.

* Daniele Hostalácio é formada em Jornalismo pela PUC-Minas (1990) e é mestre em Filosofia pela UFMG (1996), onde defendeu tese sobre o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau. Trabalhou como repórter em redações de jornais e revistas e atuou como assessora de imprensa em empresas públicas e privadas até ingressar, em 2011, no TJMG, onde ocupa o cargo de jornalista na Assessoria de Comunicação Institucional.

Vinte e cinco anos depois. Ricardo é advogado, sócio de um escritório de advocacia e assessor jurídico de uma entidade de classe. Comprou carro, apartamento, está noivo e se casa ano que vem. Mas foi preciso percorrer uma longa jornada até chegar aqui e subverter o traçado do destino. “Não importa o que fizeram com você. Importa o que você fez do que fizeram com você”, diz a célebre frase do escritor francês Sartre, que ecoa enquanto Ricardo narra sua trajetória.

Mãe jovem, pai ausente, pobreza, violência, selva de pedras. Foi nesse contexto que Ricardo veio ao mundo, em 1981. Vivia em um barraco com a mãe, até que nascem dois irmãos - um menino, um ano e meio depois, e uma menina, após sete anos. O estado de embriaguez da mãe é uma constante, e a situação financeira é precária. Mas ele sente que tem um lar e que ali vive uma família.

Ricardo não sabe precisar, mas acredita que tinha cerca de 11 anos de idade quando a Defesa Civil apareceu em sua casa. O funcionário do órgão entrou, olhou tudo, verificou as várias rachaduras e deu o veredicto: a família teria de deixar a casa, que seria posta abaixo, pois era preciso defender a integridade física de quem vivia ali. Mas é a família, então, que começa a desmoronar... Quem viria ao socorro daquela mãe e de suas crianças? Onde viveriam?

A mãe fez o que estava ao seu alcance: ela e a menina, que era a caçula, foram viver por uns tempos na casa de conhecidos, na mesma vila - pouco depois, a criança seria enviada para morar com a avó materna, no interior de Minas Gerais; o menino do meio foi morar de favor na casa de vizinhos; e Ricardo ficou com a madrinha de batismo.

Depois de alguns meses, a mãe consegue alugar novamente um barraco para viver com o Ricardo, mas já não dava conta de cuidar do menino. Desamparo, falta de dinheiro para sustentar a família, dois dos filhos distantes, sentimento de impotência, ausência da proteção do Estado, depressão... Os motivos poderiam ser vários, mas o sintoma foi um só: a mãe mergulhou mais e mais na bebida.

Os anos foram passando, e a infância se consumindo nas traseiras dos ônibus. Na escola, Ricardo já não aparecia mais desde um dia, na 3ª série do então curso primário, quando brigou com uma professora, pulou o muro do colégio e nunca mais voltou. A infância desprotegida cedeu rapidamente lugar

a uma adolescência arriscada, que trouxe novas angústias e desejos. Vivendo ainda com vizinhos, o irmão de Ricardo acabou sucumbindo ao assédio do tráfico de drogas, sempre à espreita de meninos e meninas do aglomerado. Um tiro na barriga, outro no rosto, a aflição da mãe, ameaças de traficantes. Essa era a vida do irmão dele, mas não demoraria muito para que Ricardo também fosse tragado pelo universo das drogas.

Perambulando pelo aglomerado, não era raro trombar com um e outro traficante. Eis que um deles está sempre vendo Ricardo por ali, sozinho e ocioso. Esse sujeito começa então a assumir uma figura paternal e protetora para com o menino. “Você quer o quê? Um refrigerante, um picolé? Pode pedir que eu pago.” Dava presentes para Ricardo, abraçava, levava o garoto para passear. Enquanto isso, em casa, a situação se agravava: Ricardo e a mãe estavam para ser despejados do barraco em que viviam, pois ela tinha perdido o emprego e já não pagava o aluguel. Outros traficantes então também se aproximaram de Ricardo, e um belo dia veio a oferta: Ricardo guardaria drogas em sua casa, em troca de dinheiro. Não era nada de mais, pensou o menino. E ele aceitou.

Motos, televisão nova, roupas e tênis caros entram em cena. A relação com o tráfico de drogas era lucrativa, e Ricardo podia agora sustentar a casa - pagar o aluguel do barraco, colocar comida na mesa e realizar alguns sonhos de consumo. Pintou o cabelo de amarelo, assumindo a nova persona, e foi ganhando popularidade, em especial depois de passar várias horas em uma delegacia quando policiais encontraram balas de revólver em seu bolso - é que o tráfico trazia, com ele, a proximidade com armas, munições e mortes.

O acesso a bens de consumo, no entanto, andava em descompasso com a tranquilidade. O medo atormentava o adolescente todas as noites. Bastava um cachorro latir do lado de fora do barraco para o coração dele bater forte dentro do peito. Seria a polícia?

Enquanto Ricardo atuava para o tráfico de drogas, o irmão dele vivia em outra instituição de acolhimento, para onde havia sido encaminhado depois de ter sido novamente vítima da violência. Foi em uma visita ao irmão que uma assistente social lhe fez uma oferta: sugeriu que Ricardo se internasse na instituição para ajudar o irmão, que desejava afastar-se do mundo da criminalidade, mas, sozinho, não conseguiria. A mudança de vida dependia do apoio de Ricardo. Então, ele

se internou voluntariamente em instituição de acolhimento. “A verdade é que a vida inteira eu me senti responsável pelo meu irmão”, conta.

Ricardo chegou à instituição, recebeu um *kit* de higiene pessoal, apontaram a cama em que dormiria, informaram-lhe sobre as regras da casa. Na hora de dormir, veio o primeiro estranhamento: os jovens permaneciam trancados nos quartos - a unidade acolhia cerca de 30 meninos, divididos em três dormitórios, ocupados por beliches. Não havia janelas. Como tinha por perto a companhia do irmão, Ricardo não sentiu medo ou arrependimento por estar ali. O irmão era uma liderança dentro da instituição, e assim ele se sentia protegido.

Mas a vida dentro da instituição não era simples, e algumas lembranças da passagem por ali, que durou poucos meses, ainda perturbam Ricardo. O adolescente testemunhou episódios de intensa violência que eram parte do cotidiano da instituição. Muitas noites, enquanto dormiam, meninos eram acordados a pauladas por outros garotos de grupos rivais. E, quando um novo interno chegava, usando um tênis mais cobiçado, os outros se juntavam nele para arrancar o objeto dos pés do novato. “Eram como cães ferozes”, diz Ricardo. “Que comem esses meninos?”, perguntou certa vez um personagem do escritor Gonçalo Tavares em um de seus contos. “Ódio”, ouviu como resposta.

Nos primeiros dois meses, Ricardo não pôde sair da instituição. Era o chamado período de adaptação, como lhe explicou a assistente social da casa. Acordava, cumpria tarefas, como faxinas, e participava de dinâmicas. Muitas horas eram gastas à toa no pátio. Quando começou a sair da instituição durante o dia, vagava pelas ruas com outros adolescentes, vivendo um dia após o outro, desprovido de sonhos e expectativas. “Não me lembro de ter sonhos nessa época; é difícil sonhar sozinho”, explica. Mas, lá no fundo, alimentava o desejo de um dia ter uma vida normal, como as outras pessoas que viviam em suas casas, fora dos muros de uma instituição.

Nessa instituição, ele ficou poucos meses, pois logo teve a oportunidade de ser internado em outra - o irmão dele também seguiria para lá, pouco depois. O novo espaço era cobiçado pelos internos, entre outros motivos por possuir piscina e quadras. Após algumas entrevistas, ele foi aceito. Ricardo sentia que aquela era uma oportunidade importante, e a partir desse momento começou a vivenciar muitos conflitos internos, sentindo ansiedade e medo do futuro.

“Sair da antiga instituição e ir para ser aceito na nova representou uma guinada na minha vida. Lá pude voltar a estudar e amadureci. Havia acompanhamento com psicólogas e assistentes sociais, e eu fui tomando consciência de que não demoraria muito e eu faria 18 anos e teria de me virar. Quando você vive em uma instituição, fica arrebitado por dentro, a autoestima é muito baixa. Isso, somado às negativas de emprego, me atormentava. Estava preocupado com o futuro. Queria arrumar um trabalho, alugar um barracão, construir uma família. Foram meses em que vivi muito nervoso, o tempo todo”, revela.

Algumas vezes, o medo explodiu em forma de raiva, por meio de reações desproporcionais. Mas, enquanto estava na nova instituição, Ricardo conseguiu concluir a 5ª série do chamado ginásio, pois podia sair dali para estudar e tinha apoio pedagógico para fazer as tarefas da escola. “Como a instituição era ligada a uma congregação religiosa, havia ali um carisma religioso que me ajudou muito e que eu reconheço hoje ser muito importante para quem está institucionalizado. Os padres e os seminaristas se mostravam preocupados de verdade com a gente. E diariamente havia o momento do Bom-Dia, o momento da Boa-Tarde e da Boa-Noite, que eram paradas para reflexão que me traziam tranquilidade”, lembra.

”Um grande problema da institucionalização é quando a gente completa 18 anos, é desvinculado de lá e não tem nenhuma referência na vida. A gente se vê sozinho e perdido”, declara. Arrumar emprego, alugar um barraco, tocar a vida. Mas, no meio do caminho, não havia só pedras, mas também pessoas que lhe estenderam a mão. Não o fizeram por meio das instituições; foram iniciativas individuais, gestos de solidariedade que se revelaram decisivos na vida dele. Pessoas que ofereceram afeto, proteção, emprego, ajuda financeira e incentivo. Juntas, criaram uma rede de proteção que o sustentou, quando ele se desligou da instituição. “Se eu dependesse do Estado, não sei o que seria de mim.”

Uma dessas pessoas foi a madrinha de coração, forma como ele se refere a uma assistente social de uma entidade do terceiro setor, que conheceu a família dele quando Ricardo e o irmão ainda frequentavam uma creche. Em diferentes momentos, ela foi um apoio para a mãe dele e as crianças. Mas foi sobretudo na vida adulta de Ricardo que ela exerceu um papel fundamental. “Minha madrinha foi e ainda é uma mãe pra mim”, diz.

Nos tempos mais difíceis fora da instituição, a madrinha foi o seu ponto de apoio. “Eu ligava a cobrar pra ela todos os dias, chorando, dizendo que não sabia o que fazer; eu tinha voltado a atuar com o tráfico”, lembra. A madrinha o acalmava, dizia palavras de incentivo, convidava-o a ir almoçar na casa dela nos finais de semana. E assim ele experimentava, ainda que por poucas horas, o gosto de ter uma família.

Um funcionário da nova instituição foi outra figura decisiva. Conseguiu para o jovem um emprego ali, tão logo Ricardo se desvinculou do espaço. Apresentou a ele amigos que podiam oferecer oportunidades de trabalho e foi um conselheiro e a figura masculina, referência de pai, que ele nunca experimentara antes na vida - Ricardo só viu o pai, que nunca o registrou, duas ou três vezes.

Por meio desse funcionário, Ricardo conseguiu retomar os estudos como bolsista. Um professor ofereceu-se para dar aulas particulares, como voluntário, dias e dias, para que Ricardo, então com 19 anos, pudesse avançar mais rapidamente nos estudos e iniciar um supletivo. Foram pessoas que surgiram em momentos-chave e ajudaram Ricardo a construir outro destino para ele.

Para aquele jovem, só faltava mesmo apoio e oportunidades. Apesar de todos os percalços, ele alcançou, nas 7^a e 8^a séries, as melhores notas da turma. Conseguiu concluir o ensino médio e fez vestibular para o curso de direito. Passou em uma faculdade particular, mas não podia pagar os estudos e acabou desistindo da vaga. Pouco depois, fez novamente vestibular para direito e passou. Mas, de novo, faltavam recursos para pagar um curso superior.

“Pedi dinheiro emprestado para o antigo professor e fiz minha matrícula. Eu sabia que não poderia pagar pelo curso, mas eu queria ter o prazer de, por pelo menos um mês, dizer que era universitário.” Ricardo estava conformado. Por alguns dias, poderia sonhar com um futuro muito diferente do que vivera até então, imaginar-se advogado, com o diploma na mão, trabalhando de terno e gravata e orgulhando a mãe. Passado o primeiro mês, abandonaria o curso e voltaria à realidade.

Foi então que uma freira com vínculos na segunda instituição ficou sabendo que Ricardo havia passado no curso de direito e ela conhecia outra religiosa que tinha ligações com a faculdade. “Um dia, recebi um telefonema dessa

outra freira, que eu nem conhecia, dizendo que eu ganhara uma bolsa integral para cursar direito lá. Só precisaria apresentar a ela, de tempos em tempos, as minhas notas; não podia haver reprovação em nenhuma disciplina. Foi uma grande emoção; eu não acreditava”, conta. A mãe dele foi uma das primeiras pessoas a quem ele deu a notícia.

“O período na faculdade foi muito difícil”, diz, pensativo, como se um filme passasse diante dos seus olhos. Durante o dia, Ricardo trabalhava como faxineiro; à noite, ia para as salas de aulas. “Eu não me sentia parte daquele mundo; era como se aquilo não fosse pra mim. Minhas notas não eram boas e por isso os colegas não me queriam nos mesmos grupos de trabalho que eles.” Novamente, a solidariedade foi o que o salvou. Um colega de turma dele foi uma espécie de mentor, apoiando-o e ensinando-lhe os conteúdos nos quais Ricardo tinha mais dificuldade. Veio a formatura, em 2011, e, logo depois, a carteira da OAB. A mãe teve o orgulho de ver o filho se formar e ele conta, emocionado, que, quando alguém perguntava se ela tinha filhos, ela se apressava em dizer que Ricardo era advogado.

Olhando para o passado, Ricardo acha que o Estado falhou, ao não proteger a mãe dele e a família que ela construiu - uma mulher jovem, sem um companheiro, tentando criar sozinha três crianças e lutando contra a dependência de álcool. A proteção do Estado teria poupado muitos sofrimentos para todos eles e teria impedido a separação da família. O irmão, assassinado aos 17 anos, talvez ainda estivesse vivo.

Nesse ponto, ele conta que acredita ter sido vítima de uma covardia. Ricardo tinha deixado a instituição há pouco tempo, pois completara 18 anos, e tentava se adaptar a um novo mundo e reconstruir a própria vida. Um padre que atuava dentro da segunda instituição considerava o irmão de Ricardo uma liderança negativa para os demais internos. Ricardo não sabe como tudo ocorreu, mas ficou decidido que ele passaria a ser responsável pelo próprio irmão, que deixaria o local.

Ricardo se lembra de uma audiência com um juiz. “Jogaram meu irmão nas minhas costas; quiseram se ver livres de um problema”, desabafa. Pouco depois, o irmão estava de volta ao tráfico de drogas e, menos de seis meses após deixar a instituição, seria assassinado. “Quando meu irmão morreu, fiquei desesperado. Só tínhamos um ao outro e, de repente, eu o perco

também. Minha madrinha conseguiu uma terapia pra mim, pois achei que não ia aguentar. Além de me atender sem cobrar nada, a terapeuta me dava vale-transporte para eu ir às consultas.”

No momento, Ricardo tenta resgatar os laços com a irmã, que ainda era muito criança quando foi viver em outra cidade. “Quando eu ainda estava na instituição, conseguiram levar minha mãe para morar no interior com minha irmã. Eu fiquei muito aliviado quando soube disso, pois eu vivia preocupado, pensando no que poderia estar acontecendo com ela, sozinha lá na vila.”

Há dois anos, a mãe dele morreu, sem nunca ter conseguido abandonar o vício. Tinha 51 anos de idade. “Ela foi a melhor mãe que conseguiu ser, e por isso sou muito grato a ela. Minha mãe me deu todo o amor que tinha, mas ela simplesmente não deu conta de tantas dificuldades”, diz emocionado. A morte da mãe foi um grande golpe para Ricardo, como se tivesse feito vir à tona muitas questões vivenciadas por ele na infância e na adolescência e como se sintetizasse as perdas todas acumuladas por ele ao longo da vida. “Está sendo muito difícil lidar com a morte dela, ainda hoje”, declara.

Ao falar da mãe, Ricardo já não consegue conter a emoção, depois de tanto remexer a memória. Por alguns minutos, tenho a sensação de ter, diante de mim, o menino perdido que buscava a mãe pelos becos da vila. Ficamos em silêncio alguns minutos. E o relato vai chegando ao fim. “Foi uma caminhada e tanto, não é, Ricardo?” Ele tenta prosseguir a conversa. “Foi.” E é só o que consegue dizer.

“O que você diria se tivesse a oportunidade de ficar agora frente a frente com o menino que você foi? Aquele menino de 9 anos, debruçado na traseira de um ônibus, passando por tudo aquilo?”, pergunto-lhe. As palavras fogem. “Não sei, não sei”, responde. Lágrimas molham aquela manhã na Vara da Infância e da Juventude. “Acho que diria que ele chegaria aonde queria chegar, que o tempo é o senhor de tudo...”

Ricardo olha para o relógio; ele tem um compromisso de trabalho dali a pouco. “Desculpe-me, mas tenho que ir.” Despede-se num abraço, enxugando o rosto com o dorso das mãos, e sai apressado, levando com ele inúmeras outras histórias, que só quem viveu a infância em meio à luta pela própria sobrevivência, viu a família desmantelar-se e passou parte da adolescência em instituições de acolhimento consegue imaginar.

Já não vejo com os mesmos olhos os meninos que andam dependurados nas traseiras dos ônibus por aí.



Tempo de escrever uma nova história

*Francis Rose**

Os olhos marejados revelam uma dor que o sucesso na vida pessoal e profissional não conseguiu curar. A infância sofrida e vivida durante alguns anos longe da família deixou suas marcas. Os anos passaram, e Laura, 36 anos, tenta, dia a dia, construir sua trajetória de forma independente do passado.

Ao contar sua história, as cenas trazidas à tona desenterram um período de sua vida que ela ainda tenta compreender e aceitar. A funcionária do setor público, estudante do ensino superior, bem casada e mãe de duas filhas, ainda se recorda do dia em que assistiu ao pai assassinar dois tios dela, dentro da casa onde a família vivia, num bairro de Belo Horizonte. “Minha mãe juntou os cinco filhos e procurou outro lugar para viver. Meu pai tinha problemas com álcool e com drogas. Depois desse episódio, fomos morar em um terreno invadido na região da Pampulha”, lembra.

No cômodo único de alvenaria, com cobertura de lona, viviam a mãe, um novo companheiro e os filhos. Alguns anos depois, a família já era composta por sete irmãos, já que a mãe teve mais duas meninas, frutos da nova união. “Nessa época, meus dois irmãos eram adolescentes. Eles vendiam balas nos semáforos e trabalhavam tomando conta de carros. Como eu era a mais velha das meninas, aos 7 anos era responsável por cuidar, dar banho, esquentar

* Francis Rose se formou em comunicação social/jornalismo, em 1997, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (Fafi-BH). De 1998 a 2008, atuou no caderno Gerais e na editoria de Suplementos e Revistas do jornal *Estado de Minas*, onde foi repórter e subeditora. Desde 2008, é jornalista do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

a comida e alimentar as minhas irmãs durante o dia, enquanto minha mãe ficava no trabalho”, diz. A mãe deixava a comida pronta.

A rotina árdua para uma criança daquela idade durou dois anos, quando alguém parece haver denunciado a situação. “Eu nunca soube por que uma Kombi foi nos buscar. Acho que os vizinhos achavam estranho que eu tomasse conta das meninas. Eu tinha 9 anos e era responsável por cuidar das demais, que tinham 8, 7, 3 e 1 ano, com o detalhe de que minha irmã com 8 anos sofreu problemas na hora do parto e teve meningite em seguida, ficando com sequelas. Ela é deficiente mental e também ficava aos meus cuidados na ausência da minha mãe”, conta.

A vizinhança também pode ter se incomodado com a presença constante do companheiro da mãe, que passava os dias bebendo e dormindo. “Ele nunca fez nada contra nós. Era uma pessoa tranquila, que trabalhava com reciclagem. Lembro-me de vê-lo constantemente bêbado. Mas acho que as pessoas estranhavam pelo fato de ele ficar com cinco meninas dentro de casa, enquanto minha mãe trabalhava em uma empresa de serviços gerais”, explica. E o expediente da mãe era longo. Depois de sair da empresa, ela fazia faxina e passava roupas em casas de família.

Mesmo com tanto trabalho para complementar a renda, os recursos nunca foram suficientes para a manutenção dos filhos com conforto. Roupas, sapatos e comida farta nunca fizeram parte da realidade de Laura e de seus irmãos. O relacionamento com a mãe também nunca foi satisfatório. “Ela estava sempre ausente. Trabalhava muito e, quando estava em casa, se preocupava com as tarefas domésticas. Não consigo me recordar de um único gesto de afeto”, diz. Os aniversários e o Natal também eram datas comuns, sem presentes e sem festa.

A pequena Laura, com seus 9 anos de idade, ainda pode ser vista nos olhos da Laura de 36 a cada vez que ela fala sobre a ausência materna e sobre os abraços que deixou de receber em casa. É como se aquela criança ainda morasse ali, à espera de uma vida diferente, que nunca chegou na infância.

O trabalho precoce de cuidado com as irmãs era penoso para uma criança daquela idade. Mas Laura revela que não entendia com clareza como devia ser a infância. A menina até estava matriculada em uma escola, mas raramente frequentava as aulas. “No lote, ficávamos soltas. Brincávamos, subíamos em árvore. Mas era uma vida difícil”, recorda.

A vivência no terreno, que parecia uma chácara, teve fim no dia em que uma Kombi parou no local. No veículo, estavam pessoas do Conselho Tutelar e da polícia. Laura não sabe dizer, contudo, quem eram e de onde eram todas aquelas pessoas. “Lembro-me do companheiro da minha mãe conversando, tentando explicar as coisas. Mas ele estava bêbado e não deram muita atenção a ele. Eles nos colocaram dentro da Kombi e fomos para uma delegacia. Meus irmãos mais velhos estavam na rua. Então, só as cinco meninas foram levadas. A gente não entendia o que estava acontecendo. Ficamos muito assustadas”, conta.

Na delegacia, as irmãs foram informadas de que a mãe seria procurada posteriormente. “Eles nos serviram um lanche e nos levaram para uma instituição de acolhimento, onde eu vivi nos três anos seguintes.”

Laura não tem lembranças dos primeiros momentos na nova casa. Ela só se recorda que resistiu ao fato de se separar das irmãs. “Uma psicóloga nos disse que ficaríamos em alojamentos conforme a idade, mas que poderíamos nos ver quando quiséssemos. Minha irmã menor e minha irmã deficiente foram para outros alojamentos. Eu e duas irmãs ficamos juntas”, descreve.

Talvez, para quem nunca esteve numa instituição de acolhimento, pode parecer assustador deixar a própria casa. Mas, passados os momentos iniciais, em que ficou confusa por ser levada do convívio familiar, Laura sentiu alívio. Não havia mais irmãs a serem cuidadas ou alimentadas. Ali ela podia simplesmente ser criança. Apesar da nova rotina e dos horários estabelecidos para cada atividade, a pequena menina vivenciou a alegria de simplesmente não ter grandes responsabilidades.

Em poucos dias, houve o primeiro encontro com a mãe, que nunca deixou de visitá-las semanalmente na instituição. “Choramos muito quando vimos minha mãe e meus irmãos. Queríamos ir embora com ela. Mas então ela nos explicou que o juiz não permitiria que voltássemos até que ela conseguisse uma casa estruturada e melhores condições de vida para todas nós.” A separação foi triste para toda a família.

Ao longo do tempo, Laura conta que sentia raiva. “Eu me ressentia pelo fato de meus irmãos continuarem em casa enquanto estávamos na instituição. Também achava que minha mãe não se esforçava o suficiente para nos tirar dali. Ela apenas dizia que o juiz já tinha decidido tudo”, desabafa.

O desejo de voltar para casa e a nova vida na instituição despertavam em Laura sentimentos contraditórios. Na instituição, ela se sentia triste por estar longe da família. Por outro lado, gostava muito das comemorações realizadas para as crianças acolhidas. Natal, aniversários e outras festas não passavam em branco. O Papai Noel até levava presentes. No local, ela também teve oportunidade de passear e de retomar os estudos. “Ainda me lembro do dia em que visitei o presépio do Pipiripau. Eu olhava para aquilo e só achava lindo”, descreve.

A comida recebida na instituição também era bem diferente do alimento disponível em casa. Além disso, a instituição tinha TV, camas e oferecia um conforto bem distante do que era a realidade da família, onde todos dormiam em colchões no chão, dividindo o mesmo cômodo.

Nem todas as lembranças da instituição foram boas. Laura explica que a convivência com crianças mais agressivas e difíceis não era prazerosa. “Às vezes, algum menino tentava fugir. Daí, os monitores entravam nos alojamentos durante a madrugada. Eles acendiam as luzes e gritavam à procura de quem tinha sumido. Era muito ruim vivenciar aqueles momentos”, diz.

Um dos dias mais difíceis ao longo dos três anos de permanência na instituição foi o de separação da irmã deficiente. “Eu cheguei ao alojamento para visitá-la, mas ela não estava lá. Nessa hora, me informaram que ela havia sido transferida para outra instituição, num bairro distante. Aquele foi um dia triste para mim. Eu chorei. Ninguém tinha me avisado.” Laura não pôde se despedir. Também não foi informada sobre quando poderia reencontrá-la. Naquela hora, aquela criança tentando sobreviver em meio a uma realidade, tantas vezes adversa, se sentiu sozinha. E não havia ninguém a quem pudesse reclamar. Ela era apenas uma criança que queria cuidar da irmã mais frágil, mas sobre quem já não tinha mais nenhuma responsabilidade.

“A gente não tinha noção de nada. Não sabia quanto tempo ainda ficaria ali”. Nessas horas de angústia, Laura encontrou afeto e ternura nas palavras e gestos da assistente social da instituição, que conversava, ouvia, pedia paciência, se importava. “Ela era uma referência para todas as crianças ali. Ela se chamava Vânia. Eu cheguei a voltar à instituição de acolhimento depois de adulta para reencontrá-la, mas me disseram que ela já havia se aposentado e que não era possível mais ter contato com ela. Aquela mulher fez diferença na minha vida, influenciando até mesmo a minha escolha profissional. Eu nunca vou me esquecer.”

Laura acredita que a permanência na instituição ajudou a formar a pessoa que é. “Não posso dizer que tenha sido ruim. Eu era feliz e era triste, tudo ao mesmo tempo”.

Um belo dia, a mãe de Laura conseguiu cumprir as determinações do juiz. Ela tinha residência fixa, agora em outro bairro, e conseguiu melhorar um pouco as condições de vida. O Juizado visitou o local e o retorno para casa foi autorizado. “Deixar a instituição me deu um sentimento de tristeza, mas também de alegria. Entramos naquela Kombi e voltamos. Só minha irmã deficiente continuou abrigada. Eu tinha 12 anos e a readaptação à nova realidade foi difícil.”

Sair da instituição, contudo, não garantiu a Laura, a filha mais velha, a tão sonhada convivência familiar. Pouco tempo depois de chegar a casa, Laura se mudou novamente. “Minha mãe fazia faxina na casa de uma família. A dona da casa perguntou se minha mãe não me deixava morar e trabalhar lá. Em troca, eles dariam algum dinheiro mensalmente como salário. Então, fui levada para lá. Naquele dia, eu senti que a minha mãe desistiu de mim.”

Laura estava novamente longe de casa. E novamente tinha responsabilidades. Todos os meses, a mãe buscava o dinheiro, que servia para ajudar nas despesas da casa.

O ressentimento por aquela nova mudança de vida nunca passou. De tempos em tempos, a lembrança volta e, com ela, as lágrimas e o sentimento de abandono. Alguma coisa se apagou na vida daquela menina que perdeu o direito de crescer perto das irmãs, como uma criança qualquer deveria crescer.

“Para mim, foi triste. Foi uma marca na minha vida. Mas teve o seu lado bom, porque era uma família estruturada. Eu trabalhava, mas podia estudar e podia brincar com o filho daquele casal. Eu tinha o meu quarto e podia usufruir do conforto disponível naquela família bem-sucedida. Aquela mulher me apresentou a sua fé, me ensinou valores, disciplina, me ajudou a ser organizada e se tornou uma mãe para mim.” Aquela família levava Laura em suas viagens e nos passeios que fazia. Não era, contudo, a sua família.

Laura morou nessa casa até completar 18 anos, quando a dona da casa morreu. “Eu era tratada como filha. O dono da casa falou que eu poderia continuar morando lá, mas minha mãe achou que não ficava bem. Então, voltei para a casa da minha mãe”, lembra.

A jovem concluiu o ensino médio, arrumou um emprego e prestou vestibular numa universidade pública, conseguindo ser aprovada. “Não houve apoio da minha mãe. Ela questionou como eu poderia pensar em estudar, se ela precisava de alguém para ajudar a sustentar a casa. O companheiro dela já tinha morrido, e minhas irmãs ainda eram adolescentes. Eu simplesmente desisti daquela vaga na universidade”, conta. E, mais uma vez, alguma coisa se apagou dentro dela.

A vida na casa da mãe nunca foi fácil. E continuou sendo assim nos anos seguintes. Laura trabalhava, ajudava a sustentar a família e ainda cooperava nas tarefas domésticas. “Aos 20 anos, eu me casei. Queria muito sair de casa e ter vida própria. Hoje, tenho duas filhas. E só agora consegui realizar o sonho de fazer uma faculdade.” O curso escolhido: Serviço Social. Laura se recorda da assistente social dos tempos de institucionalização e pretende também deixar as suas marcas.

O casamento, que deveria ser motivo de alegria para toda a família, acabou sendo mais um momento para que o afastamento entre mãe e filha se agravasse. “Eu me casei direitinho, na igreja, com cerimônia e tudo. Mas a minha mãe avisou que não iria, porque ela considerava aquilo uma bobagem. Mais uma vez, ela não me apoiou”, lembra. No dia do evento, as irmãs de Laura conseguiram convencer a mãe a comparecer, mas ela apareceu na igreja sem se arrumar. “Ela foi vestida de qualquer jeito”, lembra com tristeza. E a convivência entre mãe e filha numa mesma casa se encerrou com essa lembrança dolorida.

Atualmente, Laura se considera uma pessoa vitoriosa. Mas as dificuldades da infância ainda são barreiras, superadas dia a dia. “Não falo do meu passado para ninguém. Não gosto. Ele está enterrado. Quando me encontro com minhas irmãs, também não tocamos no assunto. Hoje, dou muito carinho para minhas filhas, porque sei o quanto o toque e o afeto fizeram falta para mim. Quero que elas tenham uma vida muito diferente.”

Anos atrás, Laura reencontrou o pai. Mas a convivência já não era mais possível depois de tantos anos de afastamento. Pouco depois, ele morreu. Há dez anos, a irmã deficiente voltou para a casa da mãe. Esporadicamente, Laura as visita, mas ela confessa que o contato é mínimo. A mãe, hoje na faixa etária dos 60 anos, foi aposentada há alguns anos, depois de receber um diagnóstico de esquizofrenia.

“Minha mãe é uma pessoa estranha. E ela não me apoiou em nenhum momento. Quando olho para trás, vejo isso. Meu irmão mais velho, que chegou a morar na rua, a usar drogas e a furtar, diz que minha mãe sempre apostou nele, sem deixá-lo de lado, apesar de todos os problemas que ele criou. Mas comigo não foi assim. De mim, ela desistiu.” Sempre que se encontram, Laura conta que a mãe faz questão de dar a ela algum dinheiro. O hábito, ela acredita, é uma tentativa de compensar tudo o que passou.

Há algum tempo, Laura reencontrou, por acaso, uma antiga companheira de institucionalização. Quando o passado bateu à sua porta, contudo, ela recuou. “Vi aquela amiga dos tempos de instituição. Mas não sei explicar. Tive vergonha de abordá-la. Olhei de longe e não me aproximei. Acho que quis evitar as perguntas que viriam das pessoas que estavam comigo. Eu não conto sobre a minha infância”, enfatiza.

As dificuldades enfrentadas ao longo de anos tão importantes para a formação de um ser humano não apagaram, no entanto, a esperança e a determinação de não desistir, por mais que a realidade se mostre sofrida. O desejo de relatar a própria história partiu daí: ao falar sobre sua dor, Laura acredita que dá mais um passo para compreendê-la e, assim, superá-la.

Por mais que alguns momentos sejam difíceis, a moça acredita que fica mais fácil vencer quando se vive um dia de cada vez. “Nem tudo caminha para o fracasso. Ainda que o meu passado me incomode, sou uma pessoa realizada. A vida me deu oportunidades e eu escolhi escrever uma nova história.”



Considerações finais

Desde meados do século XX, pesquisas demonstram os efeitos indesejáveis da institucionalização precoce e prolongada para a saúde mental, uma vez que a longa exposição da criança ao cuidado compartilhado e coletivizado pode criar condições favoráveis à manifestação de distúrbios psicológicos e outras formas de sofrimento psíquico. A infância e a adolescência são períodos relevantes para a maturação do cérebro. As experiências que se processam na infância têm um peso diferenciado no ciclo vital humano e apontam em que direção pode caminhar o desenvolvimento (OLIVEIRA; PROCHNO, 2010).

As crianças e/ou adolescentes encaminhadas a uma instituição de acolhimento por decisão do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e da Juventude são aquelas que são órfãs; abandonadas; vítimas de violência física, psicológica, sexual e/ou negligência.

O perfil dessas crianças e adolescentes, vivendo em instituições de acolhimento no Brasil, revela que, em sua maioria, expressam o desejo de manter o vínculo com suas mães, algumas com a esperança de retornar para a sua companhia, e outras demonstrando vontade de serem adotadas.

Ao abandono ou retirada da família atribuem três categorias de significados: o sentimento de invisibilidade, a dúvida sobre uma possível transgressão e a falta dos vínculos afetivos (ORIONTE; SOUSA, 2005).

A pesquisa de Paisan e Jacquemin (1999), sobre as diferenças na imagem corporal e no autoconceito entre as crianças de sete a treze anos que vivem com suas famílias de origem e as que são institucionalizadas, apontou que as crianças institucionalizadas apresentaram maior número de indicadores de dificuldades emocionais em seus autorretratos em relação às crianças que residem com suas famílias.

As perdas dessas crianças têm um elevado custo do ponto de vista psicológico. A maioria delas foi incapaz de lhes atribuir um significado. Um dos primeiros autores a observar as consequências do afastamento das crianças e adolescentes do convívio familiar, Winnicott (1987) constatou que essa privação é fator etiológico de suma importância na determinação dos

sintomas relacionados à tendência antissocial e à agressividade.

A tendência à agressividade é uma dramatização da realidade interior, que é ruim demais para ser tolerada como tal. A frustração desperta reações incontroláveis, de acordo com a tensão que já existe na fantasia inconsciente da criança (WINNICOTT, 1987). A tendência antissocial é um pedido da criança para retornar à época anterior à privação e buscar o objeto do qual foi privado, ou o que ela procura é um ambiente que possa contê-lo, a fim de aliviar a tensão provocada pelo comportamento impulsivo (WINNICOTT, 1990).

O que a criança tenta é reconquistar a posse do objeto perdido e a possibilidade de voltar a confiar na permanência de seus objetos de amor, apelando ao meio ambiente para que este ofereça contenção e limites para a sua agressividade.

Winnicott (1978) ainda aborda a tendência antissocial como um desapontamento, um medo de acabar se esquecendo de algo que foi retirado e que permaneceu ausente por um tempo maior do que o que pôde manter viva de lembrança a experiência. Algo ficou interrompido, o calor, alguém que lhe segurasse. Desta forma, se sente no direito de cobrar do ambiente o que lhe foi negado. Se a tendência antissocial é sobrecarregada de ganhos secundários e reações sociais, pode-se estruturar então a personalidade antissocial e a tendência ao furto e à destrutividade.

As crianças que demonstram transtornos de comportamento compartilham o sentimento de serem desamadas e desprotegidas. Seu mundo subjetivo é construído em torno da premissa de rejeição e abandono. Possuem baixa autoestima e podem apresentar déficits nas áreas de funcionamento cognitivo, atenção, controle do impulso, julgamento, modulação do afeto, linguagem e tolerância para a ansiedade e frustração (KERNBERG; CHAZAN, 1993, p. 17).

Os transtornos de comportamento dessas crianças são o resultado de seus esforços para lidar com a frustração e com sentimentos agressivos sempre presentes. Esses esforços fracassam porque não foram integrados em um contexto que permitisse sua expressão de modo comunicativo e seguro.

Portanto, a agressividade dessas crianças assume um trajeto desviante contraprodutivo, ao invés de se dirigir à superação das dificuldades (KERNBERG; CHAZAN, 1993).

Dell’Aglío (2000) investigou diversos aspectos no desenvolvimento de crianças e adolescentes que viviam em instituições de acolhimento e no desenvolvimento de outras que viviam com a família, tendo encontrado diferença somente nos índices de depressão, que foram mais altos entre as meninas institucionalizadas.

Spitz (1965/1998) descreveu os sintomas da depressão anaclítica e a tornou conhecida como uma síndrome que afeta especialmente crianças institucionalizadas. A depressão anaclítica foi reconhecida como uma síndrome caracterizada pela perda gradual de interesse pelo meio, mas, sobretudo, pelo estado de apatia, inapetência e debilidade física que atinge severamente a criança institucionalizada.

Infelizmente, a institucionalização de crianças e adolescentes é ainda praticada e entendida, muitas vezes, como o “muro que isola e não como um teto que protege” (SUTTON, 2004), apesar dos inegáveis avanços legislativos regulando a matéria verificados nas últimas décadas.

A força e realidade das histórias de vida narradas neste livro são exemplos para que a família, a sociedade e o Estado reflitam sobre o que têm reservado para as suas crianças e jovens, e o que se pode, diante disto, esperar e merecer deles.

É preciso romper, de vez, com a tradição brasileira de institucionalizar os filhos daqueles mais vulneráveis sócio e economicamente. As políticas públicas precisam ser elaboradas e efetivadas de forma a superar a desestrutura familiar, garantindo os direitos das crianças e adolescentes de serem criados dignamente junto de seus pais e responsáveis. Se, lamentavelmente, nem sempre isso é possível, é imperioso que todos os profissionais envolvidos com a temática do acolhimento institucional compreendam a importância de suas ações e que, na concretização dos comandos legais, a sensibilidade e o afeto sejam as guias mestras de todas as atitudes dirigidas a essas crianças e adolescentes.

É preciso ainda que ocorra o necessário aprofundamento do debate sobre as possibilidades e limites do acolhimento familiar, previsto em lei e pouco praticado no Brasil.

Foi recorrente no relato de alguns dos entrevistados deste livro a importância do aprimoramento no processo de preparação dos adolescentes para a

reinserção comunitária e iniciação profissional, na medida em que muitos afirmaram que, ao completarem 18 anos, assistiram atônitos à sua própria incapacidade de traçar planos, dado o pouco preparo escolar e de formação profissional ao terem que deixar a instituição de acolhimento.

Curiosamente, aqueles entrevistados que vivenciaram histórias de institucionalização em períodos não muito recentes parecem acreditar que foram melhor preparados para essa etapa de início da atividade profissional, o que pode explicar um certo tom saudosista em alguns dos comentários.

Apesar de não ter sido um dos objetivos traçados, quando da concepção desta iniciativa, a identificação de 104 internos do sistema penal com trajetória de institucionalização na infância e na juventude, apenas nas unidades da região metropolitana de Belo Horizonte, parece confirmar que algumas histórias de exclusão começam na infância, passam pela juventude e se perpetuam na vida adulta, com prejuízos incalculáveis para o próprio sujeito, a família, a sociedade e o Estado.

É certo que a maioria dos entrevistados que tiveram seus relatos de vida narrados nesta publicação, cada um a seu modo, buscou ou readquiriu novos, possíveis e exitosos desenvolvimentos de suas potencialidades, e o que a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Minas deseja, ao reiterar agradecimentos por terem aceito o convite de participar deste projeto, é que eles tenham a mesma convicção de Rubem Alves ao afirmar que:

“Não estamos sozinhos. Meu destino não é só meu. Meus risos e dores não são confissões solitárias, mas parte de uma tapeçaria que se chama humanidade.”

Referências bibliográficas

ABREU, Cathia. A história da infância. *Instituto Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, out. 2008.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de; COUTINHO, Inês Joaquina Sant'Ana Santos. 80 anos do Código de Menores. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1.673, 30 jan. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10879>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

DELL'AGLIO, D. *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado Não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.

JESUS, Maurício Neves. *Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral*. Campinas: Sevanda, 2006. p. 13-192.

KERNBERG, P.; CHAZAN, S. *Crianças com transtorno de comportamento: manual de psicoterapia*. (Tradução: Dayse Batista). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIMA, Liziane Vasconcelos Teixeira. *O desafio do atendimento no acolhimento institucional e a gestão social das entidades com vistas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário - UNA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Inovações Sociais, Educação e Desenvolvimento Local. Linha de pesquisa: Processos político-sociais: articulações interinstitucionais e desenvolvimento local. Orientador/a: Dr.^a Maria Lúcia Miranda Afonso. Belo Horizonte, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, S. V.; PROCHNO, C. C. S. C. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera da adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. 1, p. 62-84, 2010.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-46, jun. 2005. [online]. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PASIAN, Sônia Regina; JACQUEMIN, André. O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia* [online]. Ribeirão Preto, 1999, vol.9 (1999),

n.17, p. 50-60. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1999000200006>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PEREIRA, André Ricardo. Criança X Menor: a origem de dois mitos da política brasileira. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.). *Que História é essa?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 91-104. *apud* TRINDADE, Judite Maria Barboza. Mulheres e abandono de menores em Curitiba: das imagens do progresso à construção coletiva de representações. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2000. Disponível em <<http://www.uem.br/dialogos/index.issue&op=view&path%5B%5D=21&path%5B%5D=showToc>>. Acesso em 31.07.2015.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 13-88.

SPITZ, R. A. *O primeiro ano de vida*. (Tradução de E. M. Rocha). São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Original publicado em 1965).

SUTTON, Alison. Prefácio. In: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004. p. 10.

TEIXEIRA, H. M. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

VEIGA, Cyntia Greive. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

WINNICOTT, Donald W. A capacidade para estar só. In: WINNICOTT, Donald W. *O ambiente e os processos de maturação*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 (Original publicado em 1958).

WINNICOTT, Donald W. A posição depressiva normal. In: WINNICOTT, D.W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

